

**PERSPECTIVAS**  
**Revista de Ciências Sociais**



UNESP – Universidade Estadual Paulista

*Reitor*

Sandro Roberto Valentini

*Vice-Reitor*

Sergio Roberto Nobre

*Pró-Reitor de Pesquisa*

Carlos Frederico de Oliveira Graeff

*Pró-Reitor de Pós-Graduação*

João Lima Sant'Anna Neto

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

**PERSPECTIVAS**  
**Revista de Ciências Sociais**

ISSN 0101-3459  
PRSVDY

|              |           |       |          |                |
|--------------|-----------|-------|----------|----------------|
| Perspectivas | São Paulo | v. 51 | p. 1-218 | jan./jun. 2018 |
|--------------|-----------|-------|----------|----------------|

A correspondência e os artigos para publicação deverão ser encaminhados a:  
Correspondence and articles for publication should be addressed to:

PERSPECTIVAS: Revista de Ciências Sociais  
Bibliotecária responsável: Sandra Pedro da Silva  
Faculdade de Ciências e Letras  
Caixa Postal 174  
Rodovia Araraquara-Jaú, km 1  
14800-901 – SP – Brasil

*Comissão Editorial*

Dagoberto José Fonseca, Francisco Luiz Corsi, Luis Fernando Ayerbe, Marco  
Aurélio Nogueira, Marcos Cordeiro Pires, Marcos Tadeu Del Roio.

*Conselho Consultivo*

Álvaro de Vita, Anita Simis, Bárbara Freitag Rouanet, Brasília Sallum Jr., Charles Pessanha, Edgard de Assis Carvalho, Elide Rugai Bastos, Fernanda Peixoto, Gabriel Cohn, Giovanni Alves, Gláucia Vilas Boas, Helena Carvalho de Lorenzo, Ilse Scherer, Lúcia Helena Vitalli Rangel, José Antonio Segatto, Lucília Neves, Luiz Eduardo Soares, Luiz Werneck Vianna, Marcelo S. P. Ridenti, Marcia Teixeira de Souza, Marcos Nobre, Maria Aparecida de Moraes Silva, Maria Arminda do Nascimento Arruda, Maria Helena Oliva, Maria José de Rezende, Maria Orlanda Pinassi, Maria Teresa Miceli Kerbauy, Raimundo Santos, Renato de Andrade Lessa, Rubem Barbosa Filho, Vera Lúcia Botta Ferrante, Tullo Vigevani, Walquíria Domingues Leão Rêgo.

*Diretor da Revista*

Milton Lahuerta

*Assessoria Técnica*

Diagramação: Eron Pedroso Januskeivictz  
Normalização: Laura Gabrieli Pereira da Silva  
Publicação Semestral/Biannual publication  
Revisão técnica: Milton Lahuerta e Alessandra Santos Nascimento  
Solicita-se permuta/Exchange desired

Perspectivas: revista de Ciências Sociais / Universidade Estadual  
Paulista. – Vol.1 (1976)–. – São Paulo: UNESP, 1976-

Semestral  
Interrompida, 1978, 1979, 2004 e 2014.  
ISSN 0101-3459

Os artigos publicados em PERSPECTIVAS são indexados por:

*The articles published in PERSPECTIVAS are indexed by:*

Abstracts in Anthropology; Bibliographie Latino-américaine D'Articles; Bulletin Signalétique; Clase-Cich-Unam; Sociological Abstracts; IBZ-International Bibliography of Periodical Literature, IBZ-CD-ROM; GeoDados: Indexador de Geografia e Ciências Sociais; International Political Science Abstracts.

## SUMÁRIO/CONTENTS

- Apresentação  
*Milton Lahuerta* ..... 7
  
- Ouro Preto: barroquismo e representação urbana, arquitetônica e estética da linguagem dos afetos  
Ouro Preto: Barroquism and urban, architectural and aesthetic representation of the language of affections  
*Rubem Barboza Filho*..... 11
  
- Da crítica do populismo à vida pública – considerações acerca da trajetória intelectual de Francisco Weffort  
From the critique of populism to public life – considerations about the intellectual trajectory of Francisco Weffort  
*Rafael Marchesan Tauil* ..... 59
  
- Convertendo débito em crédito: o sistema Hamiltoniano e a emergência do sistema bipartidário nos Estados Unidos  
Converting debit into credit: the Hamiltonian system and the emergency of a two-party system in United States  
*Marcia Teixeira de Souza* ..... 99
  
- O retorno da geopolítica e a atualidade de Ratzel: notas sobre um debate brasileiro  
The return of Geopolitics and the current relevance of Ratzel: notes on a Brazilian debate  
*Marcos Antônio Fávaro Martins e André Roberto Martin*... 119
  
- Reflexões sobre uma inserção competitiva do Brasil na economia global  
Reflections on a competitive insertion of Brazil in the global economy  
*Marcos Cordeiro Pires*..... 141
  
- Igualdad de género: la dimensión laboral, algunos datos y reflexiones sobre América Latina  
Gender Equality: the labor dimension, some data and reflections about Latin America  
*Beatriz Adriana Bustos Torres*..... 175

## ENTREVISTA

- América latina, cultura política e globalização: uma conversa com Jaime Preciado  
Latin America, political culture and globalization: a conversation with Jaime Preciado  
*Jaime Preciado* ..... 195
- ÍNDICE DE ASSUNTOS ..... 209
- *SUBJECT INDEX*..... 211
- ÍNDICE DE AUTORES / *AUTHORS INDEX* ..... 213

## APRESENTAÇÃO

O volume 51 da revista *Perspectivas* traz para o leitor um conjunto de inquietações, hipóteses, interpretações e análises críticas acerca da realidade contemporânea, propondo abordagens instigantes sobre o futuro da América Latina e, em particular, do Brasil.

Esse volume inicia olhando para a cidade histórica mineira de Ouro com o artigo intitulado “Ouro Preto: barroquismo e representação urbana, arquitetônica e estética da linguagem dos afetos”. Seu autor, Rubem Barboza Filho, se dedica a interpretar a formação social da referida cidade, procurando demonstrar que o tipo de modernização seguida pelo país não era a única alternativa possível. O artigo realiza uma apresentação minuciosa e envolvente da estrutura urbana, arquitetônica e visual de Ouro Preto, buscando responder à questão de como foi possível a uma multidão turbulenta lançar-se à edificação de uma cidade como obra de arte. Neste caminho, Barboza Filho afirma que Ouro Preto foi e continua sendo o equivalente urbano, arquitetônico e estético de uma versão característica da linguagem dos afetos, a do barroquismo brasileiro e de sua tradução especial em Minas Gerais.

O texto seguinte, escrito por Rafael Marchesan Tauil, também contempla um olhar sobre o Brasil, contudo, diferente de Barboza Filho, seu objeto de reflexão consiste na trajetória intelectual do cientista político, Francisco Corrêa Weffort. Segundo Tauil, ao entender que a democratização do país exigia uma ruptura com a tradição republicana centrada no tema da construção da nação, Francisco Weffort teria empregado a perspectiva classista para elaborar sua teoria do populismo como uma justificativa para a criação de um novo ator político. Ou seja, para explicar a emergência de um ator que pudesse representar a classe operária fruto da modernização econômica levada a cabo pelo regime militar. De acordo com Tauil, esse tipo de leitura impulsionou uma parcela expressiva da intelectualidade, inclusive o próprio

Weffort, a viver a experiência da política e a se engajar na construção do Partido dos Trabalhadores.

A criação e a compleição do sistema partidário estadunidense é o tema central do artigo de Márcia Teixeira de Souza, "Convertendo débito em crédito: o sistema Hamiltoniano e a emergência do sistema bipartidário nos Estados Unidos". Para alcançar seu objetivo, a autora resgata as proposições de Alexander Hamilton, no âmbito do Departamento do Tesouro, e também a pergunta de John Stuart Mill: "até que ponto as formas de governo são uma questão de escolha?" Ainda em seu caminho investigativo, Souza sintetiza as motivações e repercussões das propostas de Hamilton, revisitando o cenário institucional da época e articulando-o com as análises realizadas pela bibliografia especializada.

Na sequência, o leitor encontrará o texto de Marcos Antônio Fávaro Martins e André Roberto Martin que, por intermédio do resgate do pensamento de Friedrich Ratzel, sugere algumas possibilidades de interpretação da conjuntura política do Brasil contemporâneo tendo como foco a geopolítica e dialogando com a obra de Samuel Pinheiro Guimarães. Esses estudiosos identificam e discutem a presença das contribuições de Ratzel na geopolítica brasileira, fundamentalmente por intermédio dos conceitos de "espaço" e "posição".

O texto de Marcos Cordeiro Pires, "Reflexões sobre uma inserção competitiva do Brasil na economia global", realiza um diagnóstico sobre o tipo de inserção do Brasil no comércio mundial e argumenta que é indispensável uma transformação significativa da estrutura produtiva do país, para responder de forma adequada aos desafios que estão colocados. Ao concluir sua análise, o autor aponta três exemplos de estratégias que poderiam colaborar para tal transformação, são eles: o redimensionamento do papel do país na integração sul-americana; o aumento da produtividade geral de sua economia, em particular, nos setores essenciais para a obtenção de divisas fortes, e a eficiência do poder público.

Preocupada com o tema da igualdade de gênero no mercado de trabalho da América Latina, a cientista social mexicana Beatriz Adriana Bustos Torres se dedica a analisar os dados da Organização Internacional do Trabalho sobre os diversos países dessa região, e constata que a desigualdade salarial e a violência entre os gêneros ainda são os principais obstáculos para que os



direitos humanos de homens e mulheres sejam efetivados de forma plena.

Por fim, fechando o volume, o leitor encontrará uma entrevista com Jaime Antonio Preciado Coronado, realizada em outubro de 2017. Neste diálogo, originalmente em espanhol, Preciado, que foi presidente da Associação Latino Americana de Sociologia, apresenta algumas reflexões sobre o contexto educacional e cultural mexicano e latino-americano. Ele resgata as discussões sobre dependência e desenvolvimento apontando os impactos das redes sociais na política, e também, alertando para a necessidade de as Ciências Sociais atualizarem o seu repertório teórico para a análise dos poderes fáticos.

Milton Lahuerta



# OURO PRETO: BARROQUISMO E REPRESENTAÇÃO URBANA, ARQUITETÔNICA E ESTÉTICA DA LINGUAGEM DOS AFETOS<sup>1</sup>

Rubem BARBOZA FILHO<sup>2</sup>

■ **RESUMO:** O artigo busca revisitar a cidade de Ouro Preto, na sua construção, na sua imaginação e na sua vida cotidiana, para compreender a sociabilidade que nasce “de baixo”, sintetizando a experiência passada de portugueses, indígenas, africanos, mestiços e de gente de todo o império e fora dele, para a edificação de uma cidade e de uma sociedade originais. Ao lançar luz sobre Ouro Preto, este texto ambiciona contribuir para o resgate da complexidade e das potencialidades democráticas de uma tradição barroca de três séculos, sem esconder o que nela havia também de perverso e limitante. Com isso, procura também demonstrar que o tipo de modernização que seguimos no Brasil não era a única alternativa possível, mas uma escolha com consequências nefastas. Desse modo, através da análise da estrutura urbana, arquitetônica e visual de Ouro Preto busca-se responder à questão de como foi possível a uma multidão turbulenta, aparentemente entregue a uma desregrada linguagem dos interesses, lançar-se à edificação de uma cidade como obra de arte. E, conclui-se que Ouro Preto é, e foi, de fato o equivalente urbano, arquitetônico e estético de uma versão característica da linguagem dos afetos, a do barroquismo brasileiro e de sua tradução especial em Minas Gerais.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Ouro Preto. Barroquismo brasileiro. Linguagens do pensamento ocidental. Sentimentos. Modernização.

Ao escrever seu famoso *Guia de Ouro Preto*, Manuel Bandeira lamenta a insensibilidade da maioria dos viajantes estrangeiros do século XIX perante os elementos mais profundos, históricos e

---

<sup>1</sup> Esta é uma versão ampliada e modificada de um capítulo do livro *Forma y política de lo urbano: la ciudad como idea, espacio y representación*, publicado em 2016.

<sup>2</sup> UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Juiz de Fora – MG – Brasil. 36036-900. rubem.barboza@ufjf.edu.br.

estéticos da antiga Vila Rica. Embora recolha destes andarilhos, John Mawe, Auguste de Saint-Hilaire, John Luccook, Reverendo Walsh, George Gardner, Castelnau, Milliet de Saint-Adolphe e Richard Burton, os parcos elogios que deram à cidade, registra o relativo desprezo de todos eles àquilo que nos comove como brasileiros: “[...] esses sobradões pesados, essas frontarias barrocas, onde alguma coisa de nosso começou a se fixar. A desgraça foi que esse fio de tradição se tivesse partido” (BANDEIRA, s.d., p. 42). Nessa curta análise, o poeta flagra e resume duas distintas e equivocadas maneiras de compreender, não apenas Ouro Preto, mas todo o nosso passado chamado de período colonial. Gostaria de desenvolver estas percepções de Manuel Bandeira antes de me dedicar à análise da estrutura urbana e arquitetônica de Ouro Preto, por motivos que se tornarão claros mais à frente.

Qual a razão para Manuel Bandeira replicar as avaliações pouco generosas destes autores em um guia destinado a chamar a atenção para a cidade? Penso que a atitude de Bandeira pode ser bem entendida por uma analogia com a resposta que os *criollos* hispano-americanos ofereceram à nova historiografia iluminista do século XVIII, como narra Cañizares-Esguerra (2011). Empenhados em dar forma ao conceito moderno de história, e de investigação histórica legítima, os iluministas, Voltaire e Rousseau, entre outros, estimularam a viagem de filósofos europeus à América com a missão de produzir um discurso histórico livre das fantasias e mitos criados pela fértil imaginação dos primeiros cronistas espanhóis. Valendo-se de novas técnicas historiográficas e novos tipos de evidência, as informações sobre todos os aspectos da vida americana foram arroladas para desaguar na conclusão, ou de que o continente emergira recentemente das águas ou sofrera gigantescas convulsões geológicas, o que poderia explicar o caráter degenerado ou efeminado de suas populações, mesmo dos crioulos hispano-americanos.

De uma penada, tanto a natureza quanto os povos americanos foram classificados como primitivos e fracos numa escala evolucionária que terminava na Europa como vanguarda histórica do mundo. A Espanha, observa Cañizares-Esguerra, se sentiu incomodada diante das espantosas conclusões dos iluministas, mas não foi capaz de uma resposta contundente e eficaz, ela própria ambivalente entre a simpatia à nova historiografia, ao moderno, e o dever de defender-se das avaliações negativas

dos novos historiadores. No fundo, sua reflexão centrou-se na sua própria identidade e no desenvolvimento de um patriotismo orientado para superar o atraso em relação ao restante da Europa. As colônias hispano-americanas foram bem mais agressivas, afirma nosso autor, dando forma a um patriotismo epistemológico e historiográfico extremamente bem informado sobre a nova arte historiográfica europeia. Os *criollos* e clérigos das colônias enfrentaram as versões dos filósofos viajantes sobre a América articulando elementos do próprio Iluminismo e do Barroco para a construção de narrativas próprias dos hispano-americanos. Contudo, o grau de credibilidade reconstruído por eles não se baseava mais nos relatos espanhóis sobre a América, substituídos pela recuperação e interpretação das narrativas dos historiadores ameríndios antigos ou do século XVI. Para Cañizares-Esguerra esta epistemologia patriótica refletiu os anseios das classes superiores *criollas* na América de ter seus próprios “reinos” e de afirmação clara de um conhecimento superior aos europeus sobre os povos ameríndios e sobre a América. Não por acaso, em sua pesquisa sobre as origens do nacionalismo, Benedict Anderson (2012) tropeçará, com surpresa, na experiência das novas nações latino-americanas como o estalar inicial da produção de “comunidades imaginadas” no mundo moderno. A reação aos preconceitos iluministas havia preparado um conjunto de narrativas históricas justificadoras de novas comunidades políticas na América Espanhola.

Fundamentalmente, o que os iluministas europeus buscavam era a negação de uma “história” própria da América, atitude que a meu ver erroneamente O’Gorman (1992) atribui aos povos ibéricos do século XVI. Para ser histórica, a América deveria se converter em Europa, premissa típica do Iluminismo e presente nos diagnósticos dos europeus em visita ao Brasil e a Minas Gerais no século XIX. Assim, a história e a tradição que podiam encontrar em Minas, em Ouro Preto e outras cidades e regiões do Brasil, deviam ser, de algum modo, negadas, obscurecidas ou diminuídas. A “história”, como os europeus a concebiam, não podia ser encontrada nos trópicos, a não ser na forma de ensaios toscos e primitivos tendo em vista a modernidade europeia. O que ainda obsedava os europeus era a natureza, compreendida como dádiva divina ainda não inteiramente tocada pela mão humana. Levando em conta o respeito que a historiografia brasileira e as ciências sociais devotam ao testemunho destes estrangeiros, é

preciso dizer que a reação de Bandeira não foi despropositada e encontra-se, a meu ver, fundada no modo como nossa consciência estética, o Modernismo, tentava repensar o Brasil e sua história. E o mais curioso é que nosso Modernismo, do qual Bandeira é um epígono, ganhou forma em 1922 anulando qualquer consciência histórica. Como entender esta aparente contradição?

Ninguém melhor para tornar claro este ponto que um dos maiores intelectuais portugueses, Eduardo Lourenço. Num de seus ensaios, Lourenço (2001) olha criticamente para a cultura do Brasil independente, orientada segundo ele por um progressivo afastamento de seu passado e de sua história efetiva. Esta mudança logo se transforma em ressentimento latente alimentado por duas fontes: a dependência metropolitana e a escravidão. Portugal tende a ser esquecido pelo Brasil, lastima Lourenço, e, para ele, esta rasura histórica não seria mais do que um banal fenômeno de recalçamento do elo fundador da mesma realidade brasileira (LOURENÇO, 2001). O Brasil parece cometer um parricídio, vivendo como nação sem pai, como se os brasileiros fossem filhos de si mesmo, sempre a buscar, neste ressentimento dissimulado, uma identidade que já possuíam superlativamente. Para Lourenço, esta rasura da origem produziu uma leitura, ou uma releitura do passado brasileiro, explicável historicamente, mas injustificada nos seus termos.

Resumindo um texto luminoso, Eduardo Lourenço segue registrando os passos deste esquecimento do passado e de aproximação a novas fontes de cultura, como a França, a Inglaterra e posteriormente os Estados Unidos. Apesar da presença da literatura portuguesa no Brasil do século XIX, e do culto de um bom português, vão se tecendo os fios que convergem para a célebre Semana de Arte Moderna, em 1922, conclusão espetacular deste distanciamento progressivo, não só da cultura matriz, mas da cultura arquetípica ocidental. Modernismo, afirma Lourenço, interessado em colocar o Brasil no ponto zero, e de tudo recomeçar esquecendo não apenas Portugal, mas séculos de história. O argumento de Lourenço desdobra-se com extrema argúcia para organizar um desafio ao modo tradicional com que os brasileiros veem sua evolução literária no século XX, e que seria representativa deste afastamento da origem. Ele confessa seu pouco apreço pela Semana de Arte Moderna, e pelos seus epígonos, considerada usualmente o momento mais importante e criativo da invenção do Brasil pelos brasileiros.

Reconhece que os jovens poetas desejaram colocar o Brasil na hora zero, não da sua história, mas da sua existência. Para isto, buscaram uma outra língua, que pudesse expressar este ponto inicial. Abandonaram o modelo de identidade e de semelhança com a Europa e o Ocidente, que ainda orientava José de Alencar, Capistrano, Varnhagen e Sílvio Romero na construção de uma identidade brasileira, para abrigar a ideia do Brasil como paraíso da diferença, do maravilhoso, do exótico incomparável, vestígio miraculosamente intacto da criação pelas mãos de Deus. Esta conversão do Brasil num objeto “sublime”, afirma ele, aprofundava e oferecia uma inflexão estética à velha percepção naturalista e científica dos europeus que visitavam o Brasil, como Humboldt, Saint-Hilaire e Lund, fascinados pela natureza e desprezando a vida concreta da sociedade existente. O preço desta operação, afirma Lourenço, foi alto: esvaziou o Brasil de história, de sua vida própria, como se vivesse uma história sem história, a espera de uma hora que fosse apenas sua.

Lourenço apenas sugere, mas não explora o conceito de “sublime” ao fulminar a concepção de Brasil construída inicialmente pelos nossos modernistas. Anunciada por Burke (1993) e desenvolvida por Kant (2009), a noção de “sublime” joga um papel especial na reflexão estética ocidental e moderna. Em Kant, a experiência do sublime se dá no nosso encontro com algo tão enorme ou excessivo que leva a um duplo sentimento: o de dor, pela nossa incapacidade de figuração deste objeto como um todo, e de alegria, pelo esforço despendido em buscá-lo. Com o sublime, a imaginação toca os nossos limites estéticos e racionais, nos leva a experimentar a nossa radical finitude e o nosso anseio por ir além destes limites. Um objeto sublime está fora do tempo e do espaço, e por isso mesmo só temos dele uma experiência negativa. Ele é uma presença em estado puro que excede a nossa capacidade de pensar e de imaginar, mas nos fascina e hipnotiza ao ponto de nos levar à desesperante experiência do Nada<sup>3</sup>. Sem dúvida os nossos modernistas de 1922 não chegaram a esta experiência alarmante, mas transformaram – pelo menos inicialmente – o Brasil neste objeto indizível e atordoante, exigindo uma nova língua, uma nova imaginação para decifrá-lo e dizê-lo. E com isso, assegura Lourenço, expulsaram do Brasil a sua história, ou melhor, perderam o Brasil como história e a sua origem efetiva.

---

<sup>3</sup> Para as formulações de Kant, ver Kant (2009). Duas reflexões importantes sobre o sublime: Ferry (1990) e Lyotard (1993). Para uma aplicação do conceito à arte ou à cultura pós-moderna, ver Jameson (2007).

O objeto sublime não pode ter história, não a comporta. Abandonando a contragosto o texto de Lourenço, o fato é que nossos modernistas logo se deram conta da impotência prática desta forma específica de imaginação do Brasil. Sem dúvida não abandonaram a inspiração do Brasil como o país da diferença, dotado de uma identidade que não podia ser entendida como cópia mal feita dos países ocidentais, tema presente em Oswald de Andrade. Sobretudo pela presença de Mário de Andrade, o Modernismo se lança decididamente a uma arqueologia dos sinais concretos e históricos desta originalidade em processo, como no caso da expedição a Minas Gerais e a Ouro Preto, em busca do significado do nosso Barroco. Ainda exemplar desta operação é o exorcismo que Mário de Andrade aplica ao jovem Carlos Drummond de Andrade, imobilizado no interior das Minas Gerais pela “moléstia de Nabuco”. Também as cidades de Olinda, Recife e Salvador se submetem a este escrutínio de um passado significativo e denso, realizado por Gilberto Freyre e tantos outros. Em suma, para o que nos interessa, o Modernismo abandona o Brasil sublime em favor da descoberta de uma história própria, que podia ser rastreada não apenas no mundo da arte e da estética, mas em todas as dimensões da vida e do passado.

Na verdade, ele quer, quase dois séculos depois, aquilo que as elites *criollas* da América espanhola, com suas universidades, clérigos e ambições, haviam logrado no duelo com o Iluminismo europeu: a construção de uma narrativa histórica que terminava pela afirmação de uma nacionalidade original e específica. Bandeira não está mais aprisionado por uma perspectiva historiográfica ou civilizacional própria dos visitantes estrangeiros. De um modo ou de outro, e sem desprezar momentos anteriores, o Modernismo brasileiro ofereceu aos brasileiros o núcleo de uma história nacional e nacionalista, logo transformada em elemento central da Era Vargas. Ao se transformar em Estado-Nação apenas no segundo terço do século XX, século que assiste ao mesmo processo nos Estados Unidos, o Brasil estará desafiado a construir uma “comunidade imaginada”, possível apenas por meio de uma grande narrativa histórica que contivesse o passado e um dever-ser, por fora de uma imaginação meramente europeia. Nessa tentativa de construção, nossa poesia, nossa literatura, nossa consciência e prática estéticas, em suma, se entregaram à arqueologia de uma nação em crescimento. Por isso



Manuel Bandeira pode, tranquilamente, compilar as opiniões dos europeus e simplesmente dizer: não, eles não entenderam a forma de vida que havia em nosso passado. De outra maneira: ele pode dizer que há uma maneira “errada” de ver ou sentir o passado, aquela que não permite uma comunhão efetiva com as gerações de brasileiros que construíram uma cidade como Ouro Preto.

Mas Bandeira, Drummond, Oswald, Jorge Amado, Graciliano, Guimarães Rosa, Lins do Rego e João Ubaldo, para ficar com apenas alguns nomes, não podiam alimentar o puro delírio de uma continuidade entre o passado e um presente atravessado pela ânsia de modernização e ocidentalização do Brasil. Eles se movimentavam em torno de uma suspeita radical, ao olhar o passado e o mundo presente, suspeita sintetizada por Bandeira: “A desgraça foi que esse fio de tradição se tivesse partido” (BANDEIRA, s.d., p. 42). Se o olhar dos estrangeiros não conseguia surpreender a vida em Ouro Preto, também não há como supor a presença de uma tradição que, numa espécie de *crescendo* musical, tivesse o condão de nos conduzir a uma inevitável explosão identitária nos séculos XIX e XX. Essa seria a segunda forma equivocada de entender nossa história. Bem ao contrário, a fertilização mútua entre o humanismo ao fundo da tradição barroca redescoberta, e o humanismo próprio do modernismo, permitiu que nossos poetas, romancistas, músicos, cineastas, pintores olhassem nosso processo de modernização como a ameaça de uma brutal e vasta tragédia. O que todos perseguiam era a possibilidade de reatar estes fios do humanismo existente em nossa velha tradição e aquele dos novos tempos. Ao modo da “fusão de horizontes” de Gadamer (2008), também a reclamar a muralha construída entre o passado e o presente na sua Alemanha.

Creio que não é por acaso que grande parte de nosso romance, e da poesia, ao longo do século XX, a começar pela obra *Os sertões* de Euclides da Cunha, tem na maior parte dos casos o “povo” como protagonista, ou melhor, os homens e mulheres comuns das cidades e do mundo rural. Eram eles os inventores da nossa originalidade e das marcas possíveis de nossa identidade. E também não por acaso o nosso romance e poesia exerceram uma influência decisiva na formação de uma literatura nacional nos países africanos de língua portuguesa, como afirma Mia Couto (2016), destacando a “familiaridade existencial” entre os personagens de nossa figuração estética e aqueles do mundo

africano. Este foco no homem comum é que conferiu uma importância ímpar à literatura brasileira.

Mas esta reconexão entre a tradição e os tempos modernos não poderia depender unicamente da arte e de nossa consciência estética. E aqui temos um problema. De modo geral, as nossas Ciências Sociais, aí incluindo a História, se desenvolveram e se autenticaram com uma estratégia epistemológica destinada a acompanhar e esquadriñar um processo de passagem do antigo ao moderno, da tradição à modernidade, do atraso ao moderno. Esta estratégia tinha como modelo clássico, é claro, a utilização de uma parafernália conceitual e normativa derivada das experiências europeias ou daquela dos Estados Unidos. De um modo ou de outro, à esquerda ou à direita, nosso pensamento social e político do século XX sempre esteve envolvido com o projeto de ruptura com o passado, tido como a fonte de todos os nossos males e desgraças, ruptura que implicava em aprofundar ainda mais a modernização “por cima” da sociedade brasileira até o ponto em que ela pudesse, no futuro, ressurgir inteiramente renovada em relação ao que fora. Nosso passado foi ficcionalizado de uma maneira adequada a este permanente reclame de ruptura, e nem mais precisamos dos viajantes estrangeiros para massacrá-lo. Somente agora, no limiar do século XXI, estamos reabrindo a possibilidade de resgatar a enorme complexidade e as potencialidades democráticas de uma tradição barroca de três séculos, sem a necessidade de esconder o que nela havia também de perverso e limitante.

É nesta direção que caminha este artigo, associando estas pesquisas recentes ao desafio apresentado pelo nosso modernismo: é possível reatar os dois humanismos, o do barroco e o do movimento modernista, não apenas como lamento estético, mas como imaginação de alternativas reais para nosso país? Isso só será de fato possível se reconhecermos a natureza radicalmente demofóbica do nosso processo de modernização, e se pudermos desvendar uma sociabilidade barroca que, em meio à violência generalizada, ao genocídio indígena, à escravidão africana e à ganância da coroa portuguesa, realizava o milagre de uma nova sociedade na aventura mais descontrolada da história da humanidade. Ouro Preto, na sua construção, na sua imaginação, na sua vida, pode ser revisitada para compreender esta sociabilidade que nasce “de baixo”, sintetizando a experiência passada de portugueses, indígenas, africanos, mestiços e de gente de todo

o império e fora dele, para a construção de uma cidade e de uma sociedade originais. Em comparação com as cidades mais importantes do período colonial, Olinda, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, Ouro Preto teve um destino singular. Enquanto estas cidades preservaram a fortuna de centros políticos ou econômicos, e se recriaram como núcleos urbanos em constante mutação, acompanhando e sofrendo a dinâmica dos vários ciclos de modernização vividos pelo Brasil após a sua autonomia política. Ouro Preto, ao contrário, perdeu a condição de capital da antiga província de Minas, substituída por Mariana após a Inconfidência Mineira e finalmente por Belo Horizonte, um empreendimento urbano artificial criado por razões estratégicas da elite mineira no século XIX.

A edificação de Belo Horizonte não estava prenunciada na aventura ouro-pretana e mineira dos setecentos, e nem as elites modernizadoras de Minas Gerais materializavam os antigos mineiros rebelados contra Portugal ao final do século XVIII. A nova capital foi edificada, ao término do século XIX, para expressar uma ruptura real e profunda com os horizontes valorativos e utópicos do século precedente em Minas Gerais, replicando um processo semelhante ao que ocorria em nível nacional. Digamos que ela era a coisa mais próxima, naquele momento, de uma cidade da Razão e do Estado, pela sua estrutura urbana e arquitetônica, lembrando um valioso texto de Sérgio Paulo Rouanet (1995) sobre a cidade Iluminista. As outras grandes cidades coloniais também foram objeto deste mesmo movimento de invalidação do passado, e se transformaram em cidades partidas entre o moderno em construção e o esquecimento do que era “antigo” e popular, sobretudo no século XX. O que estava explosivamente junto nestas cidades, uma tradição de três séculos e o movimento de modernização e de abandono do passado, foi separado em Minas Gerais, e Ouro Preto crispou-se em monumento. Esta relativa imobilidade da antiga capital nos proporciona a possibilidade de decifrar, através da análise de sua estrutura urbana, arquitetônica e visual, a natureza histórica de uma forma de vida especial, distinta daquela que a imaginação modernizante dos séculos XIX e XX procurava implantar no Brasil. E pode nos revelar a potência democrática de uma tradição de três séculos, ignorada e soterrada pelo demofóbico processo de sincronização do Brasil independente com a ponta do Ocidente moderno. Ou seja, a busca de um “agora” do passado, com sua forma de vida, seus sonhos

e seu drama, pode nos mostrar que o tipo de modernização que seguimos não era a única alternativa possível, mas uma escolha com consequências funestas. Era esta a correta suspeita dos nossos modernistas.

Um exercício como este, no entanto, implica a necessidade de desembaraçar Ouro Preto da rede de categorias com que os variados projetos de modernização e ocidentalização, incluindo aqueles de extração acadêmica, sempre a enquadraram, ou seja, como ambígua e inconclusa manifestação do “nativismo brasileiro”, ainda cerceado pelo Absolutismo Português e por uma Igreja marcada pela supostamente velha e atrasada Contrarreforma Tridentina. Com este tipo de associação, caracteriza-se uma situação de “atraso” ou define-se uma “sociedade tradicional”, autorizando a imaginação modernizante a superá-las. Duas boas razões parecem dispensar a necessidade de uma grande discussão a respeito da natureza do absolutismo lusitano ou do catolicismo tridentino para a compreensão da vida ouro-pretana, iniciada pouco depois de 1700. Em primeiro lugar, Ouro Preto não surgiu nem se organizou como uma cidade do poder, como representação urbana, arquitetônica e estética do Absolutismo português no interior do Brasil. Ela não foi antecipada, planejada e controlada pelos engenheiros imperiais, fundamentais nas cidades costeiras, amuralhadas e voltadas para a defesa do território. Inicialmente tímido, o papel da Coroa na estruturação da cidade limitou-se a estimular um processo de conurbação de arraiais para a constituição de Vila Rica, a primeira denominação de Ouro Preto. Somente décadas mais tarde, já na segunda metade do século, foram implantados os sinais do poder metropolitano: o Palácio dos Governadores e a Cadeia, que abrigava ainda o Senado da Câmara (BARREGO, 2004). A presença de oficiais e soldados, cada vez mais numerosos, não teve impacto de monta na imaginação da cidade, servindo mais para a realização dos objetivos imediatos de Lisboa: a drenagem do ouro para Portugal e o controle de uma região sempre insubmissa. A influência da Coroa foi mais indireta do que direta, como veremos adiante, para a feição urbana da cidade, e os oficiais portugueses, sobretudo os governadores, sempre a consideraram menos uma demonstração de poder do que de rebeldia incurável.

Por outro lado, apesar da proliferação de igrejas e capelas, Ouro Preto jamais foi a demonstração da força arcaizante de uma Igreja imobilizada por Trento. Aqui vale a pena visitar Carlos

Drummond, outro epígono do Modernismo. Em *Passeios na ilha* (1973), ele relata com seu humor característico que, chamado a falar sobre os profetas de Congonhas, julgou encontrar neles certa identificação com a paisagem moral de Minas:

E arrisquei que eram mineiros esses profetas do Aleijadinho, encarnando algo da nossa condição de povo em luta contra os tiranos, do povo ilhado na solidão e ao mesmo tempo aberto aos ventos do mundo. Simples literatice, talvez, mas que mereceu então um reparo do meu douto e dileto amigo Lourival Gomes Machado. O entendido, explicou-me ele, veria que 'jamais o estilo da contrarreforma visou alimentar 'insubmissões', e 'nada, na enfarruscada rudez de mestre Lisboa, autoriza uma tal interpretação' (ANDRADE, 1973, p. 656).

Drummond registra que aceitou a advertência do amigo, mas, ironicamente, e com teimosia mineira e imaginação poética, continua o texto explorando dissimuladamente sua hipótese.

O poeta podia estar equivocado, mas ainda mais equivocado estava o finíssimo Gomes Machado, autor fundamental para a compreensão do barroco mineiro. A equiparação entre catolicismo tridentino e atraso e submissão já não se sustenta na bibliografia contemporânea, como se vê nos estudos recentes sobre o Neotomismo (BARBOZA FILHO, 2000; PAGDEN, 1990; SKINNER, 1993) ou em análises menos dependentes de velho cânone histórico que reconhece no Protestantismo o signo do moderno (TAYLOR, 2007; MORSE, 1988). Mas, novamente, esta discussão parece desnecessária para os nossos propósitos. A Coroa portuguesa havia proibido de maneira terminante a presença das poderosas ordens religiosas, responsáveis pelo projeto de cristianização da América, no território do ouro e dos diamantes. Somente o clero regular poderia se fixar na crescente malha de cidades que nascia desta aventura comandada pela *auri sacra fames*, que a todos contaminava, incluindo os padres seculares.

Esta proibição teve efeitos fundamentais nas cidades mineiras do século XVIII e na conformação urbana de todas elas. Nos centros urbanos da costa, e mesmo em São Paulo, as ordens religiosas comandavam a vida religiosa, à maneira de Trento ou não, e determinavam, pela construção de igrejas, seminários, colégios, hospitais, cemitérios e capelas, o arruamento e a estruturação das cidades, em harmonia com os edifícios da Coroa

(TEIXEIRA, 2004). Em Minas Gerais, desmembrada de São Paulo e elevada à condição de capitania em 1720, a vida religiosa esteve nas mãos dos leigos (BOSCHI, 1986; BORGES, 2005) que, reunidos em irmandades, ordens terceiras, confrarias e corporações profissionais, e nas câmaras municipais, recriaram com autonomia o campo religioso da cidade, como veremos adiante. Foram eles os responsáveis pela feição urbana, arquitetônica e estética de Vila Rica, de certo modo indiferentes a qualquer forma de ortodoxia, religiosa ou política.

O desinteresse efetivo da Coroa no desenvolvimento urbano de Ouro Preto e a ausência das ordens religiosas, por outro lado, relativizam a hipótese de uma clara e direta filiação da cidade a uma possível tradição urbana luso-brasileira. Estudos recentes têm revelado que, longe de serem desleixadas ou marcadas pela mera improvisação, tal como na célebre definição de Sérgio Buarque de Holanda (1988), as cidades portuguesas e coloniais obedeciam a um projeto urbano cada vez mais autoconsciente, alcançando um patamar de grande sofisticação e racionalidade no período pombalino, diante da necessidade de reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1775, e de reforma de centros urbanos na costa do Brasil (COSTA LOBO; SIMÕES JUNIOR, 2012; TEIXEIRA, 2004). Esta revisão da história urbana luso-brasileira, deflagrada no Brasil com a reflexão de Nestor Goulart Reis Filho (1968), é crucial para a recuperação de um quadro mais preciso da vida urbana brasileira e da importância das cidades no período colonial.<sup>4</sup> Assim, historiadores portugueses e brasileiros se referem a uma tradição de “urbanismo de colina”, como na coletânea de Costa Lobo e Simões Junior, ou acentuam a presença de uma tradição de urbanismo luso-brasileira construída por componentes eruditos, vinculados à ordem e à regularidade, e vernaculares, relativos à adaptação dos primeiros aos territórios onde se implantam as cidades, a exemplo de Manuel C. Teixeira. Em grande parte, esta tentativa de recuperação de uma tradição luso-brasileira se dá pelo contraste com a imaginação urbana espanhola.<sup>5</sup>

Esta revisão contemporânea, de valor inegável, enfrenta enormes dificuldades para visualizar na configuração urbana de Ouro Preto a materialização de uma tradição já estabelecida. Roberto Righi (2012), ao tentar valer-se do paradigma da “cidade

---

<sup>4</sup> Para uma visão panorâmica da historiografia sobre as cidades coloniais brasileiras, ver Fridman (2010).

<sup>5</sup> Para uma visão desta imaginação, ver Gonzales (2013).

de colina”, é obrigado a admitir que a formação inicial da cidade não obedeceu a este modelo, que supõe a organização das cidades em acrópole. Por sua vez, Manuel Teixeira (2004), ao salientar a crescente racionalidade desta tradição luso-brasileira, não pode deixar de observar a multiplicação de cidades com traçados informais e vernaculares no território do império português, em especial em território mineiro no século XVIII, onde teria se condensado todo o conhecimento vernacular de épocas passadas. Há aqui uma intuição que não é levada às suas consequências: a de que a memória do passado pode levar à inovação e à invenção.

A referência ao passado ou à experiência adquirida traz a necessidade de outra diferenciação. Ouro Preto e as outras cidades de Minas Gerais não brotaram da família patriarcal, hipótese de Gilberto Freyre (2000) para o nosso desenvolvimento urbano em *Sobrados e Mucambos*. À maneira de Roma, tiveram suas origens em acampamentos de aventureiros, com exígua presença feminina. Esta multidão de plebeus, de algum modo protegida pela Coroa na distribuição de datas para a exploração de ouro (HOLANDA, 1973), é que inaugura o movimento de constituição das cidades em Minas Gerais. A ocupação do território de Ouro Preto começa na passagem do século XVII para o XVIII, quando os “bandeirantes” paulistas farejam e confirmam a riqueza aurífera da região. A abundância do ouro transforma, pela violência e pela magnitude, o coração daquela que seria futuramente a província das Minas Gerais no vórtice de um movimento humano desconhecido, na amplidão do império português. Esta multidão enfrenta potentados rurais já estabelecidos nas proximidades, que reagem violentamente aos recém-chegados (ROMEIRO, 2008). Apanhados por este vendaval, os indígenas ou se dissolvem como escravos no interior dessa massa adventícia, ou permanecem fora dela, como ameaça permanente durante todo o século XVIII. Em meio à fome, à escassez de tudo e à abundância do ouro, os invasores logo se estraçalham na chamada Guerra dos Emboabas, que opunha os primeiros descobridores provenientes da província de São Paulo aos portugueses e brasileiros de outras regiões. Vencem os “emboabas”, os paulistas se retraem, mas não se retiram, e a Coroa portuguesa exhibe a céu aberto a fragilidade de seu poder no interior do Brasil. Menos de uma década depois, uma nova rebelião é feita contra o irracional fiscalismo lusitano, e o governo português retoma a duras penas o controle sobre a região, executando o líder do motim e esquarterando o seu corpo.

A riqueza produzida pelo ouro drena para Minas Gerais um afluxo crescente de escravos, brasileiros e africanos, que logo se tornam outra fonte de conflitos e ameaças. Multiplicam-se os quilombos, e, em meados do século XVIII, os escravos se tornam capazes de planejar um levante geral em todo o território, episódio praticamente ignorado em nossa história. Descoberta a revolta, os oficiais da Coroa mobilizam os “vadios” da região e os encarrega de acabar com a rebelião. Em poucos meses, a Coroa recebe 3.900 pares de orelhas de escravos, que não ficaram sem as orelhas, mas que foram mortos, sepultando a possibilidade da mobilização rebelde dos cativos (VEIGA, 1998, p. 390). A violência interna ao heterogêneo agrupamento humano reunido em Minas, com seu espantoso desperdício de homens, é endêmica na primeira metade do século XVIII, mas não interfere no crescimento de uma turbulenta multidão de brancos, negros, índios e mestiços, escravos ou libertos, que certamente representava o maior desafio da Coroa portuguesa em todo o seu império nos setecentos.

Esta rápida descrição da origem de Ouro Preto oferece a moldura para apresentar a questão que desejo desenvolver. Ausentes a Coroa, as ordens religiosas, o patriarcalismo, e relativizado o papel da tradição urbanística portuguesa ou lusobrasileira, a construção de Ouro Preto parece ter sido feita por um agente inesperado: a multidão. Mas como teria sido possível a uma multidão heterogênea, desordenada, violenta, hipnotizada pelo ouro e pelos diamantes, erguer com espontaneidade, num sítio topograficamente adverso, uma cidade com a originalidade arquitetônica e a unidade estética que conferem um carisma especial à Ouro Preto? Como explicar esta contínua criação da multidão que, ainda na primeira metade do século, começa a edificar não apenas um centro urbano povoado de obras de arte, mas uma cidade inteira como obra de arte? Que, além de tudo, e ainda no dizer de Andrade (1973), adquiriu “ares de república” ainda no século XVIII, e que no século XX se torna um Monumento Mundial?

Ouro Preto não é uma cidade do poder, da Igreja, da tradição e do patriarcalismo característico do nordeste brasileiro. É uma cidade que nasce da multidão em busca de sua transfiguração em sociedade. Ao se juntar desordenadamente no começo do século XVIII, esta multidão valeu-se de sua memória, de sua experiência pretérita, e de seu repertório vernacular, para se ordenar em



cidade, em *pólis*. Mas não se limitou a reiterar os termos do passado. Ao contrário, fez dele a base de uma invenção que incluía a adaptação ao território físico, explorando criativamente as possibilidades oferecidas por uma forma de vida já conhecida e própria de uma tradição brasileira em formação. A compreensão deste esforço criativo, a partir de uma forma de vida, implica num giro hermenêutico, que incorpora de modo especial o resultado dos estudos sobre a trama urbana e arquitetônica da antiga Vila Rica. De forma mais clara: as usuais teorias da modernização presentes em nossa imaginação teórica, ou transformam Ouro Preto e outras cidades mineiras em “milagres” ou mistérios, ou as reduzem a manifestações do Absolutismo, de Trento ou de “nativismo”, destituídas da capacidade efetiva de revelar esta transubstanciação da multidão em cidade. De modo geral, como afirmei anteriormente, estas teorias se exercem sobre o pressuposto da história como transição de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna, comandada pela racionalização, pela secularização, pelo domínio do espírito sobre a matéria, da vontade sobre a natureza e o destino, como afirma Sérgio Buarque em *Raízes do Brasil* ao deplorar o desmazelo das cidades “portuguesas” na América por comparação com aquelas criadas pela vontade rígida da Coroa espanhola. Elas tendem a equiparar passado, atraso e tradição para a justificativa da modernização e da sincronização do Brasil com o norte do Ocidente.

Bandeira percebe com acuidade que há uma descontinuidade entre a experiência que criou Ouro Preto e o seu presente. O esforço de criar o Brasil “moderno” implicou em estabelecer a ruptura com o passado, naturalizando a natureza demofóbica da modernização. Creio, por isso, que precisamos de uma outra perspectiva para a compreensão de como o passado e o presente podem ser produtivamente atados. A fabricação de Ouro Preto pode ser adequadamente entendida nos termos da linguagem dos afetos, se atentarmos para a configuração de valores, expectativas e meios postos à disposição da multidão pela tradição barroca brasileira. Nesta perspectiva, entendo Ouro Preto como o equivalente visual, arquitetônico e estético da linguagem dos afetos, de um barroco atravessado por um poderoso *páthos* construtivista e incorporador, o modo particular de constituição da sociedade brasileira nos seus primeiros séculos. Linguagem dos afetos que suporta a companhia da linguagem dos interesses,

característica de uma sociedade nascida na caça do ouro e dos diamantes, e que confere particularidade ao modo de vida das cidades mineiras do século XVIII, em especial àquele de Ouro Preto.

O sentido que atribuo ao termo “linguagem” é aquele de Wittgenstein (2009), ou seja, a linguagem como um “modo de vida”, e não como mera operação de representação do mundo. A linguagem determina nossa experiência do mundo e da vida social como uma “segunda natureza”, aberta à mutação e pano de fundo de nossa espontaneidade e reflexividade (MCDOWELL, 2002). Ela é constituída por “espaços de razões”, como quer Sellars (1997, 2007), ou por “jogos de linguagem”, de acordo com Gadamer (2008), e, neste sentido, conhecer alguma coisa, fazer alguma coisa, ou justificar uma ação consiste em inserir essa coisa ou julgamento no interior destes espaços de razões ou de jogos de linguagem. A linguagem ou as linguagens são assim horizontes transcendentais e mutantes, de certo modo análogos, e que Charles Taylor (2006) denomina de “imaginário social”. Estas linguagens podem ser apreendidas sob a forma de tipos-ideais, com duas inflexões em relação ao procedimento de Max Weber: em primeiro lugar, o tipo-ideal não corresponderá tão somente à articulação lógica de conceitos, mas, sobretudo à forma bem-compreendida de cada linguagem, para usar um termo tocquevilliano. Elas possuem um caráter “normativo”, que não se confunde com sua mera estruturação racional, como salienta Robert Brandon (1998). Em segundo lugar, a perspectiva das linguagens nos permite ir além da premissa da “ação subjetivamente orientada”, como no caso de Weber, livrando-nos dos termos de uma imaginação que tende a autenticar o campo da subjetividade como aquele a ser alcançado por uma sociedade moderna. A perspectiva das linguagens nos permite explorar as possibilidades das “ações intersubjetivamente orientadas”, como quer Habermas (2012) e tornar mais amplas e complexas a nossa aproximação com formas de transição e mudança que não repetem a Europa. Assim, o Ocidente moderno pode ser interpretado como o fruto de três grandes linguagens, a do interesse, a da razão e a dos afetos, e as grandes tradições políticas nacionais e ocidentais como o resultado da associação e hierarquização prática destas três linguagens. É a relação e o diálogo entre as formas bem compreendidas destas linguagens que reconstroem permanentemente o horizonte utópico do

Ocidente, e a associação de suas formas empobrecidas que nos mantêm afastados deste horizonte.

De forma dramaticamente rápida, é possível descrevê-las da seguinte maneira. A linguagem do interesse afirma o homem como um indivíduo pré-existente ao contrato social, envolvido por direitos negativos que lhe asseguram a liberdade e por meio de seu trabalho a perseguição de seus desejos traduzidos como “interesses”, atribuindo à dimensão jurídico-política da sociedade a garantia desta livre movimentação dos indivíduos e seus interesses. John Locke seria o profeta por excelência desta linguagem, em especial ao celebrar o trabalho como seu *médium* principal. A linguagem da razão repousa na definição dos homens como cidadãos, que só podem existir plenamente depois do contrato social e pelo desfrute dos direitos positivos. Este modelo antropológico realiza-se na medida em que, pela comunicação e deliberação públicas e racionais, os cidadãos se dão sua própria lei, com jurisdição ampla sobre os interesses individuais, e realizam, através da ação do Estado, a vontade geral da comunidade política. Rousseau e Kant podem ser mobilizados para a formulação profética desta linguagem, que sempre ambiciona situar-se como “metalinguagem”. As linguagens do interesse e da razão são caracteristicamente modernas, nascidas na experiência concreta de formação do norte do Ocidente.

A linguagem dos afetos, a mais antiga e longeva, funda-se na premissa aristotélica dos homens como “nós” de uma trama de relações sociais, existindo tão somente nestas relações, e vincula a nossa possível perfeição a um processo infinito de reabertura da potência ou do desejo humano. Desse modo, interessam a esta linguagem os “modos” de relação entre os homens, tal como na distinção spinoziana: são “bons” se aumentam a potência de todos e de cada um, e “maus” se produzem o oposto. Maquiavel, Montaigne, Spinoza e Marx podem ser entendidos como expressões das versões modernas desta linguagem, sempre envolvida na denúncia da petrificação das possibilidades humanas inscritas nas concepções do “indivíduo” e do “cidadão” das outras linguagens. Estas linguagens não são incomensuráveis, como se pode ver na ambiciosa síntese hegeliana, que associa em um todo ético o sentimento, presente na dimensão da família, o interesse na sociedade civil e a razão no Estado (BARBOZA FILHO, 2008). Ou ainda na reflexão de Honneth (2017), sobre as fontes de “reconhecimento” presentes na modernidade.

Uma última e rápida observação sobre o tema das linguagens. Esta diferenciação de linguagens, ou espaços de razões, é característica da experiência moderna europeia, prolongada na América do Norte. Ela não se encontra nas formas de vida dos povos antigos, das sociedades não ocidentais e mesmo na Idade Média da Europa. É evidente que o “interesse” e a “razão” de algum modo sempre estiveram presentes nas sociedades não modernas ou não ocidentais, mas vinculados e subordinados às exigências presentes na linguagem dos afetos. Como linguagens normativas, nem o jogo da razão ou o do interesse prevalecem, se autonomizam e se auto autenticam nas formas de vida dos gregos, dos romanos, dos asiáticos, dos africanos e dos nativos americanos ou australianos. Moses Finley (1973) demonstra convincentemente que não existia o que hoje conhecemos por “economia”, “ciência econômica” ou ainda a noção de “mercado”, nas sociedades antigas, mesmo na antiga Grécia ou em Roma, nem algo parecido com um domínio racional-legal por parte do poder político, apesar da burocracia imperial romana. À medida que estas linguagens ambicionam autonomia e normatividade, a partir de um solo comum e antigo, elas precipitam a modernidade como um fato “universal”, não pelas razões conhecidas de “ocidentalização” ou “americanização” do mundo, mas pelo fato de que todas as sociedades serão obrigadas a criar formas especiais de articulação entre estas três linguagens. Ou seja, o que o norte do Ocidente traz para o mundo é a necessidade de que estas linguagens sejam associadas, sem que a experiência criada por ele – o Ocidente nortista – seja possível de ser simplesmente replicada e tida como modelo a ser alcançado pelas demais formações sociais.

Tendo em vista esta descrição desesperadamente breve das linguagens<sup>6</sup>, podemos reconstruir a pergunta central deste texto de uma maneira mais precisa: como foi possível a uma multidão turbulenta, aparentemente entregue a uma desregrada linguagem dos interesses, lançar-se à edificação de uma cidade como obra de arte? Assim formulada, a pergunta nos autoriza a imaginar que a progressiva construção da cidade foi ela mesma a forma de mudança da multidão em sociedade. A construção de Ouro Preto, e das demais cidades mineiras no período, foi a reflexão em ato da multidão, que escolhia e desenvolvia com clareza cada

---

<sup>6</sup> Para uma exploração das linguagens no caso europeu, ver meu artigo “Linguagens da Democracia” (2008).

vez maior seu modelo de vida boa, cravando-o na feição urbana e arquitetônica da cidade, valendo-se de um “espaço de razões” especial, de uma linguagem específica e em mutação. Ou seja, de uma linguagem como modo de vida que ganhava visibilidade na estruturação da cidade, para usar uma intuição de Argan (2005):

Chegamos assim à analogia que mais faço questão de sublinhar: a analogia indiscutível, e até mesmo surpreendente, entre o fenômeno da agregação, da formação, da estruturação do espaço urbano e o da formação, agregação e estruturação da linguagem, ou, mais exatamente, das diversas línguas [...]. A configuração urbana, enfim, não seria mais do que o equivalente visual da língua, e não tenho nenhuma dificuldade em admitir que os fatos arquitetônicos estão para o sistema urbano como a palavra está para a língua (ARGAN, 2005, p. 237).

Dispensando o Saussure que assombra Argan, é possível desenvolver a hipótese de que Ouro Preto é, e foi, de fato o equivalente urbano, arquitetônico e estético de uma versão especial da linguagem dos afetos, a do barroquismo brasileiro e de sua tradução especial em Minas Gerais. Esta hipótese busca alargar as seminais interpretações, não só dos poetas modernistas brasileiros sobre o Barroco e Ouro Preto, mas de pensadores como Lourival Gomes Machado (1973) e Affonso Ávila (1994), que se debruçaram especificamente sobre o barroco de Minas Gerais.

Ouro Preto não nasceu de uma planta prévia ou de um planejamento sistemático. Ela surgiu pela ocupação linear de sítios ao longo da estrada, em um terreno dotado de topografia acidentada, reunindo diversos arraiais e abarcando quatro colinas. Elevada à condição de vila em 1711, ganhou seu primeiro Código de Posturas em 1720, elaborado pela Câmara e vigente até 1826. Este código certamente contribuiu para a sua unidade e identidade, diferenciando-a da desorganizada cidade medieval europeia, sem replicar os modelos urbanos geométricos contemporâneos. Mas certamente não preenchia a função de uma imaginação prévia da cidade como um todo estético. Este desdobrar de Ouro Preto até sua configuração final parece ter sido organizado por uma característica apontada por Righi (2012): a antecedência de seus monumentos em relação ao arruamento e ao casario. A disparidade rítmica entre a edificação de monumentos e do casario de certo modo supriu, com vantagens, a inexistência

de uma planta urbana prévia. A harmonia arquitetônica e urbana da cidade foi determinada pela intencionalidade latente nos monumentos e nos locais de sua implantação, como uma imaginação que só revela a sua organicidade à medida que se realiza na cidade. E isso nos obriga, mais uma vez, a enfrentar o substrato que existe como linguagem e forma de vida da multidão que invadiu o território do ouro no Brasil. Afinal, quais eram estes monumentos, quem os instalou e com que propósitos?

A primeira grande manifestação de uma multidão se transformando em sociedade se deu, em Ouro Preto, na Festa do Triunfo Eucarístico, realizada em 1733 para a solene trasladação da Eucaristia da acanhada e pobre Matriz do Rosário para a nova Matriz de Nossa Senhora do Pilar. Descrita num opúsculo de Simão Ferreira Machado, publicado em Lisboa em 1734, esta festa nos oferece o roteiro para um esforço hermenêutico. A faustosa procissão, Manuel Bandeira duvida que ela tenha sido tão faustosa, envolvia toda a sociedade, organizada sob a forma de corporações e irmandades, e se distribuía em alegorias, ritos, danças, músicas, carros triunfais e cavalos ricamente ajaezados. O veludo, o ouro e os diamantes cobriam esta “sociedade que passa”, para usar a expressão de Wofflin (2000) a respeito do modo de vida barroco. Destinada mais para o regozijo dos sentidos do que para o comprazimento espiritual, conforme observa Affonso Ávila (1994), a monumental coreografia consagrava o teatro e a “festa” como o modo de auto exibição de uma sociedade ainda eufórica com suas possibilidades de futuro. E de certo modo, guardava o segredo de seu modo próprio de constituição e desenvolvimento.

O eixo desta festa cenográfica, que demandou a construção de uma rua entre as duas igrejas, era dado pelas “corporações”. A antiga tradição jurisdicionalista e corporativa lusitana, magnificamente descrita por Hespanha (1994), ganhava em Ouro Preto contornos próprios. Ao lado dos representantes da Coroa e da Igreja, corporações exemplares, desfilava a multidão ensaiando sua organização em paróquias, irmandades religiosas, ordens terceiras, confrarias e corporações variadas. Eram estas corporações que fabricavam e iriam organizar a cidade, com os seus templos, monumentos, ruas e festas, num permanente esforço de fenomenização de identidades em afirmação. De acordo com Weber (2009), as corporações, mesmo na Idade Média europeia, tiveram um efeito dissolvente nas relações baseadas

na parentela, sobretudo nas cidades. Em Ouro Preto, elas não foram criadas contra redes parentais existentes no passado, mas incorporavam aos seus estatutos e à sua vida seres diversos e provenientes de uma enorme variedade de regiões do império português, oferecendo-lhes uma nova forma de identidade. A multidão atraída pelo ouro não se via, desde o início, como massa de indivíduos puramente apetitivos, ao modo da linguagem do interesse, embora o interesse fosse crucial. A riqueza possível e desejada era o meio para participar de uma rede de relações que trazia consigo o reconhecimento e a incorporação social. A corporação, na sua universalidade e flexibilidade, oferecia-se como a forma de concretização desta fome de riqueza e reconhecimento de pessoas que só se podiam perceber como tais nas suas relações coletivas ou intersubjetivas, hierárquicas ou não. Seria um erro, no entanto, entender esta mobilização do passado, as corporações, como mero tradicionalismo, como fechamento a novas formas de organização social. Bem ao contrário, este passado é apropriado para a invenção de novas *personae*, inexistentes na Europa, na Ibéria, na América ou na África.

Para entender o modo de constituição e o papel decisivo destas corporações na conformação de Ouro Preto, é necessário destacar e explorar as várias camadas de memória e de experiência levadas pela multidão ao território do ouro, através de passos analíticos reconstitutivos dos sentidos em jogo. O primeiro deles demanda a compreensão da forma específica com que esta sociedade vivia a distinção entre natureza e cultura. Para as sociedades ocidentais e nortistas contemporâneas, a natureza é o reino do inato, sobre o qual os seres humanos podem exercer controle, e a cultura é a ciência, a arte, as invenções, as tecnologias, com as quais os homens dominam a natureza e dão corpo à noção de civilização, ou seja, a um processo contínuo de refinamento, no dizer de Roy Wagner (2012). Para os povos antigos, camponeses e tribais, a definição é outra: eles agem com base na ideia do “mundo como hipótese”, não imaginam a possibilidade de desvendá-lo lógica ou cientificamente, e fazem daquilo que chamamos “cultura” o inato, e não o “artificial”. A humanidade seria assim o reino do inato, numa inversão plena de consequências, e todo o jogo de invenção a que se dedicam é também um jogo de preservação dos homens como “animais sociais”, utilizando a expressão que caracteriza a linguagem dos afetos.

Esta distinção ganha clareza quando associada às ideias de convenção e diferenciação. A convenção é o fundo comum de símbolos, o contexto primário e auto evidente a partir do qual utilizamos de maneira diferenciada este estoque de símbolos e suas articulações, e sem o qual não temos como nos expressar e comunicar. Ou mesmo nos reconhecemos como personalidade e parte de uma sociedade. Os controles coletivizantes, no Ocidente, se desenvolvem como cultura coletiva, como conjunto de regras e normas que devem ser seguidas e interiorizadas, a exemplo da disciplina protestante. As distinções e inovações operadas, nestas circunstâncias, tendem a reforçar o contexto simbólico original. Para os demais povos, os controles não são cultura e suas vidas parecem uma improvisação contínua. Os controles, observa Wagner,

[...] não são pensados para serem “executados” ou seguidos como um “código”, mas para serem usados como a base da improvisação inventiva [...]. Os controles são temas para interpretação e variação - um pouco ao modo do jazz, que vive da constante improvisação de seu tema (WAGNER, 2012, p. 144-145).

Estas observações são cruciais para se entender uma dinâmica social deflagrada a partir do encontro entre brancos europeus, indígenas, africanos e mestiços, no Brasil. A questão fundamental desse encontro permanente é a necessidade da tradução mútua dos vários contextos simbólicos em presença um do outro, da improvisação que busca estabilidade. Esta interlocução ocorre através de metáforas, analogias e alegorias nascidas do contexto original e projetadas nos outros e para os outros, movimento que se exerce em duas ou mais direções e sob o controle do contexto original. Cada um destes contextos é perturbado pelo outro e tenta assimilá-lo, incorporando-o, ou parte dele, ao seu estoque comum de símbolos e significados. Os “espaços de razões” de cada linguagem original, nestes povos, não são fechados, mas vivem do “outro” e “para o outro”, embora os espaços de razões dos portugueses fossem mais fechados, o que pode resultar num jogo potencialmente destrutivo. Por isso estão sempre à busca de um *optimum* de diferença, de acordo com Lévi-Strauss (2000), ou seja, a preservação dos limites para a incorporação de outro contexto simbólico sem o desaparecimento do original.



Branco europeus, indígenas, negros, mestiços envolvem-se, assim, num jogo permanente de experimentações e trocas, sem a emergência de um povo novo homogêneo, étnica ou culturalmente, como esperavam as tradicionais teorias da mestiçagem. Este contínuo jogo de tradução faz da sociedade brasileira nascente um conjunto de experimentos heterogêneos, nos quais os elementos dos vários contextos simbólicos são tomados como possibilidades e alternativas para a ação e improvisação inventivas de todos, sem a necessidade de interiorização de regras e normas ao estilo da cultura nortista contemporânea. Desse modo, a dinâmica básica de constituição destes experimentos se dá pela incorporação do “outro”, pela adição de seu contexto simbólico ou espaço de razões, ou mesmo pela recusa em alterar radicalmente um modo de vida.

O exemplo das irmandades dos negros e dos quilombos é paradigmático deste processo e de suas possibilidades em Minas Gerais. Em princípio, os quilombos e as irmandades, duas modalidades de corporação, constituíam respostas antagônicas ao problema da escravidão dos negros, nascidos no Brasil ou na África. As duas experiências, no entanto, eram conduzidas internamente pelo mesmo jogo de tradução, incorporação ou recusa dos “espaços de razões” ou dos contextos simbólicos de povos diversos. Para sobreviver, os quilombos deviam reunir etnias diferentes, incluindo indígenas americanos que nada tinham a ver com a África, inventando um novo espaço de razões em comum e feito de adições e preservação de diferenças. A ambição dos quilombolas, contudo, era a de organizar uma forma de vida à margem da sociedade e contra ela, sem que pudessem jamais alcançar uma posição de completa exterioridade social, até pela necessidade de sobrevivência. As corporações ou irmandades dos negros seguiam outra direção. Também elas reuniam uma grande diversidade de povos e culturas, obrigando-se ao mesmo jogo dos quilombolas, valendo-se de experiências pretéritas e das variadas formas alegóricas do Barroco. Ao contrário de buscar um lugar fora da sociedade, o que elas intentavam era a participação plena numa sociedade que se formava, e a criação de uma identidade capaz de dar sentido à vida dos negros, escravos ou não. Algumas delas, como a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, estavam abertas à participação de brancos e pardos, embora sob a direção dos negros (BANDEIRA, s.d.). Além de cuidados com os velhos e doentes, da alforria de escravos, estas

irmandades buscavam nas festas, nos banquetes, nas procissões e, sobretudo na construção de igrejas, capelas e altares, as suas formas mais claras de fenomenização de uma identidade em busca de realização. O sucesso na formação de uma irmandade não cancelava conflitos internos, do mesmo modo que várias irmandades disputavam a filiação dos negros, escravos ou não, e todas elas mantinham relações tensas e conflituosas com a hierarquia eclesiástica (BORGES, 2005).

Algo semelhante ocorria com as irmandades de brancos e pardos. Uma sociedade criada a partir da busca e exploração do ouro não logra, pelo menos inicialmente, uma rotina fundada no *otium* dos escolásticos ou no *negotium* das camadas urbanas. É uma sociedade de oportunidades, de acasos, de intensa mobilidade social e geográfica, e que acaba associando oficiais com fumos aristocráticos a plebeus, portugueses ou não, subitamente enriquecidos, nas irmandades dos brancos. O mesmo esforço persuasivo e identitário é aqui requerido, tanto no plano interno quanto externo, e algumas delas, como a Irmandade do Santíssimo Sacramento de Ouro Preto, tentarão se diferenciar pela exigência de “pureza de sangue”, algo bastante improvável para os brasileiros daquele momento e até hoje. Este desafio inventivo é potencializado no caso dos pardos, vaga denominação para uma vasta e heterogênea camada da população de Ouro Preto. Assim, as irmandades, confrarias e corporações não prendiam a multidão ao passado, mas serviam para a constituição de sujeitos sociais inesperados e surpreendentes, que admitiam e subvertiam a exigência de uma hierarquia social própria da matriz corporativista europeia, com suas características adscritivas. E que reclamavam a participação democrática, em votações e assembleias, de todos os participantes. A história de Ouro Preto, com seus conflitos e hierarquias, não pode ser compreendida sem a história destas corporações (BOSCHI, 1986). O tecido social ouro-pretano se organiza, ao longo do tempo, como uma rede de diferenciações e experimentos plurais, ao modo da tradição brasileira pretérita, mas num diapasão específico, como veremos.

O segundo passo analítico deve desvendar o modo como este jogo original e fundante de trocas e experimentos se apropria de uma dimensão especial para se realizar, ou seja, o campo religioso como campo de “tradução” entre contextos simbólicos diferentes (POMPA, 2003). O Catolicismo é incorporado por todos como um conjunto de possibilidades de ação, do mesmo

modo que as religiões afro-brasileiras ou afro-indígenas, sem que ninguém se “converta”, no sentido de uma adesão íntima e exclusiva, a nenhuma delas em particular. Em princípio, todos são cristãos e católicos, ainda que potencialmente, mas ninguém é exclusivamente católico. As corporações em Ouro Preto mobilizam esta camada de memória e experiência, e passam a controlar a dimensão religiosa da cidade menos como estrutura institucional e mais como um plano privilegiado de “tradução” e de invenção de identidades. A multiplicação de irmandades, com suas capelas e liturgias próprias, atualizava continuamente este tipo de experiência religiosa e identitária, recriando um modo de vida religioso em conflito permanente com a Igreja institucional, ponto ao qual retornaremos neste texto.

Foram, precisamente, estas corporações que edificaram seus monumentos expressivos, igrejas e capelas, em locais mais elevados da cidade, determinando previamente o arruamento e a organização urbana, como acentua Lourival Gomes Machado (1973). E foram ainda elas as responsáveis pelo desenvolvimento de um “mercado” de trabalho de trabalhadores livres, ocupados na construção civil, em equipamentos urbanos e um permanente mercado de arte que sobrevive à escassez de ouro na segunda metade do século XVIII (BOSCHI, 1988). Empenhados no esforço de fenomenização de identidades em formação e consolidação, os “irmãos” constroem seus templos aproveitando estrategicamente os desníveis de um terreno acidentado. Este empenho fenomenizador, entretanto, não se dava erráticamente.

A troca contínua, que envolve portugueses, índios, negros e mestiços em todas as dimensões da vida no período colonial não pode ser vista como uma saga desorientada e interminável de sincretismos, como alerta Pierre Sanchis (2001). E aqui temos o terceiro passo analítico, uma outra camada de memória mobilizada. A experimentação de “modos” de relação entre contextos simbólicos e grupos diversos é também um aprendizado permanente, orientado fundamentalmente pelas possibilidades postas à disposição da sociedade em formação pelo Barroco, forma de vida trazida da Europa e da Ibéria. De acordo com Carpeaux (1943) e Braudel (1984), o Barroco não foi apenas um estágio transitório entre o mundo medieval e aquele dominado pelo Estado e pelo mercado, transformados no século XIX e XX em instituições pedagógicas da modernidade. Como estilo ou forma de vida, como uma linguagem, ele carregava a

utopia de uma sociedade antiestatal, ainda infensa ao “fetichismo da mercadoria”, o que aprofundava a sua dependência final da persuasão, da capacidade de inventar e dirigir subjetividades, de justificar novas formas de vivência da fé cristã, novas modalidades do poder político e novos formatos para a vida em sociedade, uma vez perdido o poder integrador da velha tradição medieval europeia.

Por isso mesmo, de acordo com Argan (2004), o Barroco, e não apenas a arte barroca, é sempre uma poderosa operação de persuasão e comunicação que encontra na teoria da verossimilhança, de origem aristotélica, a sua eficácia. O verossímil da *Retórica* refere-se ao que aconteceu ou ao que podia ter acontecido, e a persuasão desenvolve-se levando em conta a experiência dos homens a que se dirige, as disposições e a memória do público-alvo. E desdobra-se buscando o maravilhamento, a ação sobre a imaginação, “[...] considerada a nascente e o impulso dos ‘afetos’ ou dos sentimentos que, por sua vez, serão o móvel da ação [...]” (ARGAN, 2004, p. 60), abandonando o esforço intelectual. O barroquismo e a arte barroca não estavam atados a verdades *a priori*, como o Absolutismo ou a Contrarreforma. Eles serviam a qualquer assunto ou agente, buscando o convencimento de homens pertencentes a uma sociedade vivida como um agitado conjunto de acontecimentos, sem uma forma definida ou imutável. A persuasão barroca não visava a verdade, mas o útil, o bom, o que devia ser feito ou evitado. Resulta disto o caráter mais ético do que gnosiológico da mimese artística barroca, expressando a direção da persuasão e da comunicação: a de formar grupos humanos solidários nas mesmas crenças e opiniões, para além dos limites preconcebidos de uma lógica formal, assinala ainda Argan (2004), lembrando que para Aristóteles a persuasão recíproca é o fundamento da *pólis*.

A natureza persuasiva do Barroco, a sua ênfase nos sentidos e na teatralização das emoções, é incorporada e recriada no Brasil, levando e orientando a sociedade nascente a experimentar modos especiais de fenomenização de sentidos coletivos e de relações sociais, hierárquicas ou não. O barroquismo brasileiro dispensa a metafísica do Barroco europeu, ou faz dela a matéria para uma alegorização de segundo grau, uma alegoria da alegoria, mas ele não dispensa a sua natureza persuasiva e alegórica para se fixar como o modo possível e plástico de edificação de

uma nova sociedade, de trocas e experimentações. Ele não se desdobra, como na Europa, tendo que optar entre a ordem e a instabilidade, entre o antigo e o moderno, o conflito trágico entre valores opostos, mas se cumpre supondo a ordem como mutação e criação contínua, como heterogeneidade permanente, como aprendizado e abertura do mundo para o exercício da potência ontologicamente criativa da *cupiditas* humana. Ouro Preto é exemplar desse barroquismo, e suas corporações são representações paradigmáticas da associação e ampliação das camadas de experiências acumuladas: a troca entre contextos simbólicos diversos, a religião como campo de tradução e o barroco como o modo de aprendizado e de fenomenização de identidades.

O jogo de invenção e exibição destas corporações atualizava noções de tempo e espaço próprias do Barroco, e fundamentais para a construção e a imaginação de Ouro Preto. A perda, na Europa, da visão escatológica e otimista do cristianismo medieval levou à concepção do tempo como corrosão e dispersão, anarquia e catástrofe iminente, e à visão da história como destino irracional, à maneira de Shakespeare e dos dramaturgos espanhóis (BARBOZA FILHO, 2000). Embora relevantes, as respostas filosóficas ou científicas para a reconceptualização do tempo são menos decisivas, para os nossos propósitos, do que as formas práticas de recuperação do tempo para a órbita humana. É esta herança europeia que incide na organização de Ouro Preto, ou seja, pela recuperação do tempo como tempo *kairótico*, no sentido oferecido por Taylor (2007). Longe de se assemelhar a um contêiner vazio que abriga o movimento de indivíduos à maneira de partículas, ele é recuperado como tempo expressivo, dotado de significados variados que lhe conferem uma complexa urdidura. É um tempo inicialmente marcado pela ideia de acaso, sorte, azar, oportunidade e circunstâncias, um tempo caótico, próprio de uma vida baseada na exploração do ouro e na violência. Mas é também um tempo progressivamente apropriado pelos ciclos especiais de exibição dos sujeitos organizados em corporações, por um calendário de liturgias certificadoras. Ou seja, por um calendário de eventos significativos, que marcam o tempo com interrupções e sinais expressivos. O tempo caótico se transforma em *kairótico*. Cada irmandade institui seu programa de atividades, de tal modo que o tempo da cidade se torna plural, assinalado permanentemente por procissões diárias, por festas

e liturgias competitivas, nas quais o ouro e os diamantes se tornam meios para a realização desta fome de fenomenização. Este calendário repetitivo e certificador não visava a recuperação de uma estabilidade perdida, mas o domínio do tempo para a estabilização progressiva da vida social.

Domínio que se desdobrava pela alegorização do tempo, com o resultado que Ouro Preto, e também as outras cidades mineiras, vive em duas estruturas urbanas: uma fixa e em expansão e outra variável e flutuante, com palcos, cenários temporários, enfeites variados e toda a parafernália exigida pelo teatro identitário, próprio da alegorização do tempo. Esta dupla estrutura era constitutiva de uma forma de vida que se revelava pelas cerimônias e festas públicas, impedindo movimentos de castificação social. Festas que reclamavam aparatos cênicos especiais e que não raramente se prolongavam em danças, bebedeiras e uma enorme confusão carnavalesca, colocando a sociedade de ponta cabeça, ao modo das festas medievais descritas por Bakhtin (2008) no mundo medieval europeu. Tal como na Europa, estas festas deixavam aflorar, numa sociedade recente, aquilo que Taylor (2007), seguindo Victor Turner, chama de antiestrutura, ou seja, o nada ou o caos de onde tudo começou, para a afirmação de que tudo o que existe só merece existir para o bem de todos. É nestas festas que renascia a energia da multidão para o seu representar cotidiano e para a construção de um sentido de *pólis*.

Do mesmo modo, o espaço não é vivido como vazio e geométrico, próprio do cartesianismo e da linguagem da razão. É um espaço que se transforma em teatro para a expressão e persuasão mútua dos homens, especialmente nas cidades. Ouro Preto não é uma cidade do poder, mas cenografia para a contínua exposição de seus sujeitos, para a teatralização persuasiva da multidão que se transforma em sociedade, em *pólis*. O espaço urbano é ambiente inteiramente humano, civicamente desenhado a partir dos monumentos erguidos pelas corporações em locais mais altos e determinantes para o arruamento da cidade, como já observado. As ruas não obedecem a um traçado racional do espaço, mas se multiplicam como percursos significativos e expressivos, carregados de memórias e significados. Cada uma delas tem um sentido, como a rua construída para a festa do Triunfo Eucarístico, e a trama urbana da cidade não se assenta no desígnio de submeter materialmente o seu chão, mas de capturá-lo para uma teia de significados humanos. Não existe o esforço

para aplinar o terreno para submetê-lo a uma concepção prévia, desígnio que Sérgio Buarque de Holanda (1988) encontra nas cidades das antigas colônias espanholas. Ouro Preto é feita de ladeiras e declives, e as ruas sobem e descem os morros como peregrinas, sempre levando os homens a uma interpelação, a um convite inscrito nas fachadas das igrejas e capelas para que eles entrem num conceito, o de uma irmandade ou ordem terceira.

Mas as igrejas e capelas que antecipam o arruamento e a natureza cenográfica de Ouro Preto também cumprem outra função: a de capturar a natureza para a cidade. A harmonia entre a cidade e as montanhas vizinhas, monumentais e barrocas, não é fruto do acaso, mas resultado de uma construção do espaço pela ilimitada imaginação do Barroco. Lourival Gomes Machado não deixa escapar este ponto, ao atribuir “[...] à paisagem uma função mais direta e concreta na determinação de uma monumentalística peculiar das Minas Gerais” (MACHADO, 1973, p. 188). As montanhas são arrancadas de sua pura naturalidade para se tornarem parte de uma perspectiva humana, e Ouro Preto se abre à feição irregular de seu entorno, recuperando-o por uma forma de imaginação tipicamente barroca. Imaginação que supõe a precedência do espaço sobre o tempo, como se o primeiro contivesse o segundo.

Esta alegorização permanente do tempo e do espaço atualiza, no caso de Ouro Preto, a percepção de que o esquema urbanístico da cidade barroca tem sua origem na técnica figurativa, numa perspectiva que não é estrutura ou arquitetura estável do espaço, “[...] mas função do pensamento que pensa o espaço [...]. É justamente no período barroco que o elemento base da ordenação urbanística deixa de ser a casa ou o palácio e passa a ser a rua ou a praça” (ARGAN, 2004, p. 38). O espaço urbano de Ouro Preto não é comandado a partir do interior dos sobrados, da intimidade da casa e da família, como Gilberto Freyre (2001) descobre em *Casa grande & senzala*, mas distende-se como espaço público e cênico, ruas e praças, de sujeitos em movimento e em busca de reconhecimento. Neste espaço não se encontra a dualidade estabelecida por Roberto DaMatta (1985) entre a casa e a rua na sociedade brasileira, a primeira como a esfera da intimidade, da individualidade, e a segunda a da impessoalidade e da irresponsabilidade pública. Em Ouro Preto, o emaranhado de percursos significativos, as praças, os recuos, os chafarizes, as pontes e as igrejas, com seus adros e territórios, preveniam o confinamento

domiciliar burguês, entendido como defesa contra a cidade ou desprezo pelos seus equipamentos públicos. Não era na casa que os homens e mulheres recebiam seu pleno significado, mas neste exercitar-se contínuo e coletivo em corporações, irmandades e confrarias, e na fenomenização pública de suas identidades. É por movimento permanente do corpo e dos sentidos que cada um experimenta, tal como numa igreja ou capela, o conceito vivo, visual, sensível, público de uma *pólis*, de uma cidade viva e real. Não por acaso, a imaginação do barroquismo ouro-pretano fez com que as próprias casas se submetessem ao ritmo arquitetônico da cidade, com suas testadas alinhadas e suas fachadas para a rua, dispostas mais para a “formosura da rua”, a expressão é de uma instrução da Coroa (FONSECA, 2004, p. 52), do que para uma forma de intimidade que se deseja exterior à cidade e ao seu movimento.

Estas formas de redefinição e recuperação do espaço e do tempo, tão características do Barroco, ganham um impulso especial em Minas Gerais pela hegemonia crescente do português como língua universal, da mesma maneira que a exploração original e criativa da alegoria, da metáfora no campo da estética e da arquitetura. Os primeiros paulistas que avançaram pelo território mineiro, ou ainda os baianos instalados anteriormente na região norte, em sua maioria se valiam das antigas “línguas gerais”, formadas a partir do Tupi pelos jesuítas (BESSA FREIRE; ROSA, 2000). Diogo Vasconcellos (1904), em sua *História antiga das Minas Gerais* observa que os topônimos com que os paulistas mapearam o território mineiro eram todos de origem indígena, do *nhengatu* do Sudeste do Brasil. A avalanche de portugueses que caía sobre as Minas Gerais alterou este padrão. De acordo com Sílvio Vasconcellos (1977), cerca de 800.000 portugueses vieram para Minas no século XVIII, número aceito por Thais Nívea de Lima e Fonseca (2008). Este total pode parecer exagerado, mas o fato é que a nova capitania passou a abrigar um número crescente de migrantes lusitanos que cancelaram a pertinência das línguas gerais. Com um detalhe a ser lembrado: pesquisas recentes mostram que grande parte destes portugueses sabia ler e escrever, algo raro na sociedade brasileira (LIMA; FONSECA, 2008). Some-se a isto a decisão de Pombal de tornar o português a única língua universal aceita, em meados do século XVIII. A presença de um idioma ocidental dominante não alterou a direção do que tenho chamado de tradição barroca brasileira.



Ao contrário, pode ter impulsionado a recriação dos elementos persuasivos próprios do Barroco na região das minas, permitindo à multidão alcançar por sua livre movimentação uma unidade estética, arquitetônica e visual independente dos controles correspondentes da Coroa ou das ordens religiosas.

A presença dominante do português, e aqui esboço uma hipótese a ser testada em outro lugar e outra ocasião, pode ter aprofundado elementos que o Barroco como forma de vida exibira na própria Europa. Para desenvolver esta hipótese, valho-me dos conceitos que Gadamer encontra ao fundo da experiência barroca do Velho Mundo. O primeiro conceito é o de *bildung*, ou formação, que implica o devir de um povo cada vez mais autoconsciente de sua memória, língua e costumes e sua abertura para o diferente e o novo, em busca do universal. É imediata a lembrança de Cláudio Manuel da Costa, tanto pelo seu longo poema *Vila Rica*, com seus apontamentos históricos, quanto pela sua vinculação à Inconfidência Mineira. No poema, a história e a memória de uma cidade que não é lusitana, mas mineira (MUZZI, 2002), construída coletivamente em meio à violência e à rapacidade. Na Inconfidência, a abertura às novas ideias acessíveis apenas pela presença do português e de sua relativa equivalência às línguas europeias. Nada disto seria possível numa forma de vida definida por uma língua geral, nem mesmo o poema que abriga um inesperado elogio a Voltaire. Outro conceito é o de *sensus communis*, que resulta de um processo de aprendizado, de um esforço pedagógico, e se realiza como sentido que institui uma comunidade. De modo semelhante a Argan, este conceito explorado por Gadamer se vincula mais ao verossímil do que ao verdadeiro, e verossímil em Aristóteles se vincula mais à ética, à produção de valores compartilhados, do que à *sofia*. Ora, a construção de Ouro Preto, e das demais cidades mineiras, é o processo de autoeducação de um povo manejando as possibilidades oferecidas pelo Barroco, pelo tipo de religiosidade e pela arte, dando forma especial à tradição barroca brasileira.

O terceiro conceito é o de *juízo*. Aqui podemos nos lembrar dos nossos pais e avós a dizerem: juízo, menino! Ou menina. O juízo implica em aplicar corretamente o que aprendemos, e é uma exigência da sociedade a cada um, a interpelação que envolve a manifestação de uma solidariedade ético-política para o proveito comum. Gadamer observa que, no caso dos moralistas ingleses, este julgamento moral e estético presente no conceito de “juízo”

tem mais a ver com o *sentiment* do que com a *reason*, uma vez que não pode ser ensinado teoricamente nem pode ser logicamente demonstrado. É, e retorno a Aristóteles, algo característico de uma “segunda natureza”, de um *habitus* que se aplica caso a caso. Evidentemente isso é próprio do Barroco, e não do Iluminismo, e não creio ser necessário lembrar que “juízo” é um conceito que usamos corriqueiramente, embora crescentemente inútil.

O quarto conceito é o de *gosto*. Não se trata meramente do gosto estético, mas envolve um componente ético, e do mesmo modo que o *juízo*, não depende da razão ou de raciocínios dedutivos ao estilo kantiano. Ao contrário, o gosto é aquilo que se deve ter, não por imitação, mas pelo exercício da faculdade de discernimento espiritual sobre aquilo que é belo e deve ser feito. Na verdade, aponta Gadamer, o *gosto* é uma forma de conhecimento, pois nos permite a distância em relação à vida e suas necessidades prementes, autorizando um julgamento correto. Ou seja, não é algo conceitual, mas novamente uma faculdade que faz parte de uma “segunda natureza”, no sentido de que “ter bom gosto”, o resultado de um julgamento pessoal que é copartícipe de um padrão geral, é algo fundamental para se ter “uma boa sociedade”. Pode parecer estranho pensar nesta ideia fundamental do Barroco para uma sociedade como a de Ouro Preto, no século XVIII. Vale registrar, no entanto, que o *gosto* é um conceito próprio de uma sociedade hierárquica e fundada em diferenças, que de algum modo busca um padrão geral de julgamento derivado precisamente da preservação e da coparticipação das avaliações de cada pessoa, de seus costumes e tradições. A natureza persuasória e incorporadora do Barroco mineiro também se manifesta como “gosto”, nesta acepção de uma capacidade de avaliação ética aprendida caso a caso e com o auxílio do *juízo*, e infensa à produção de uma moral universal e racional ao estilo kantiano.

Este conjunto de conceitos parece dotado de uma estranheza enorme em relação à imaginação usual que temos do nosso passado e de Ouro Preto. No entanto, talvez seja necessário pensar que as cidades mineiras, e em especial a antiga Vila Rica, resultam de um aprendizado de uma sociedade que se erguia por experimentações contínuas, mesmo antes da descoberta do ouro. Se prestarmos atenção, este colar de conceitos destacados por Gadamer, em associação com uma arte alegórica, não tem outro sentido do que este: todos se referem a práticas sociais

destinadas a consolidar uma sociedade vivida como turbilhão, violência e insegurança, sem um longo passado como garantia. O Barroco trazido da Europa, e basicamente fundado no Neotomismo do século XVI, pôs à disposição da Coroa, das ordens religiosas e de uma sociedade plural, as estratégias plásticas para a conformação de um novo mundo. Se não temos pensadores como Vico ou os moralistas escoceses capazes de traduzir filosoficamente estas estratégias, tivemos sem dúvida os oficiais da Coroa e as ordens religiosas conscientes de sua atuação e de seus objetivos. Mas o mais interessante é que a multidão na América portuguesa pode se apropriar progressivamente destes dispositivos e estratégias próprias do Barroco, apropriação que se manifesta de forma especial em Ouro Preto, potencializada pela hegemonia do português como língua franca no território das Minas. Se não havia o “conceito” claramente formulado, se não existia o “verbo”, certamente existiam as práticas, várias delas “fazendo sentido” para brancos, índios, africanos e mestiços.

A construção de Ouro Preto, com suas duas estruturas urbanas, a fixa e a móvel, pode ser lida como esta criação “em baixo” de um processo de formação, de autoconsciência de uma *pólis*, de um senso comum, da capacidade de juízo e de um gosto, aprendizado controlado pelas virtualidades da arte alegórica e de uma língua ocidental em afirmação e generalização. É evidente que o conteúdo concreto, prático, do que poderia significar “formação”, “senso comum”, “juízo” e “gosto”, não são os mesmos dos europeus. Eles derivam da capacidade de aprendizado da multidão orientada pelo barroquismo, que a autoriza à experimentação, à invenção, à improvisação. Se recolhermos os resultados dos vários estudos realizados sobre Ouro Preto, ou Minas Gerais do ouro, podemos encontrar, no comportamento religioso, social, cultural, no modo de se vestir, de dançar, de beber, de comer, *une cuisine, une civilisation*, para lembrar como Gilberto Freyre abre *Casa grande & senzala*, a presença crescente de padrões gerais de uma forma própria de civilização de fundo barroco. Penso que aqui temos um caminho promissor de pesquisa.

Tudo isto tem a ver ainda com os recursos materiais, com os interesses, e com a forma própria como estes se vinculam a esta linguagem dos afetos em exercício nas Minas e em Ouro Preto. O barroquismo da cidade de Ouro Preto guarda uma relação especial com o mundo dos interesses. É de Lourival

Gomes Machado (1973) a percepção de que as igrejas eram o instrumento de diferenciação dos vários grupos sociais, e o ouro o motor. Esta afirmação merece desdobramentos. O ouro era onipresente, sem dúvida, pelo menos na primeira metade do século XVIII. Era o interesse maior da Coroa, e o interesse maior dos “mineiros” era exatamente preservá-lo do garrote fiscal cada vez mais apertado de Lisboa. Mas em torno dele, e do colar de cidades que se produziu, ergueu-se uma densa rede comercial, cujos tentáculos se estendiam ao porto do Rio de Janeiro, ao sul da província da Bahia, à região de Goiás e dos atuais estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, a São Paulo e ao Rio Grande do Sul. Na verdade, a região do ouro transformou-se no centro econômico do império português, de tal maneira que África, Índia, China, e Portugal, claro, acabaram envolvidas nas ramificações desta rede, que era tanto cultural quanto mercantil (PAIVA, 2006). O dinamismo deste movimento permitiu que a economia da província se mantivesse relativamente estável, mesmo diante da progressiva escassez do ouro. Mas Ouro Preto nunca foi uma cidade opulenta. À medida que o ouro escasseava, pelo menos o ouro que exigia tecnologias rudimentares para ser extraído, parte da população buscou outras fontes de renda, como a posse de terras e fazendas, sem replicar o modelo tradicional da casa grande e da senzala, próprio do Nordeste brasileiro. Esta complexidade crescente da atividade econômica acabou por exigir a rotina própria do *negotium* de camadas urbanas mais estabilizadas.

A crescente estabilização da vida pode ser rastreada pela ocorrência de dois processos, um entre os mais ricos e outro entre os escravos. No primeiro caso, a existência de dívidas monstruosas dos mineiros com a Coroa, que Kenneth Maxwell (1985) vê como um dos principais motivos para a chamada Inconfidência Mineira, e entre a camada mais rica da região. Sem uma rotinização social crescente, não haveria disposição para os empréstimos e dívidas, mas a posse de terras ou fazendas colaborou para esta previsibilidade à medida que facilitava hipotecas e garantias para os empréstimos (AMELANG, 1995). No segundo caso, a formação de uma robusta classe média de ex-escravos que conseguiam se alforriar pelo próprio trabalho, através de um tipo de contrato denominado “coartação”, e constituir um patrimônio que podia incluir casas, fazendas e outras formas de riqueza. Na década de oitenta do século XVIII,

Minas Gerais possuía cerca de 430.000 habitantes, com 52% de homens livres, dos quais 123.000 eram de ex-escravos. Ou seja, cerca de um terço da população era constituído por negros forros que alcançaram a liberdade trabalhando por conta própria e pagando o seu preço ao antigo senhor. Apesar das novas levas de escravos que chegavam anualmente, em 1805, este percentual de livres subiu para 65%, graças ao crescimento dessa classe média negra (PAIVA, 2006). Este movimento só pode ser explicado em circunstâncias de estabilização da vida e de mobilidade social ascendente.

As sociedades mineira e ouro-pretana nunca foram imunes à linguagem dos interesses, ou indiferentes aos interesses. O mundo do interesse era outra possibilidade de ação a ser incorporada ao estoque prévio dos contextos culturais existentes. Como, aliás, ocorria nas cidades costeiras, a exemplo de Recife e Salvador. A rede de cidades de Minas Gerais, entre elas Ouro Preto, materializava no interior da colônia portuguesa uma sociedade mercantil, em permanente conflito com a rapacidade da Coroa. Quem se dispuser a ler a monumental *Efemérides Mineiras (1664-1897)*, de José Pedro Xavier da Veiga (1998) encontrará um material suficiente para a compreensão dessas infinitas desavenças. Nesta obra gigantesca, publicada originalmente em 1897 e estranha à historiografia contemporânea, Xavier da Veiga registra, e comenta, todos os principais acontecimentos em Minas Gerais dia após dia ao longo de 233 anos. A forma deste trabalho hercúleo é curiosa e única no Brasil: para o dia 1 de janeiro, ele seleciona 18 acontecimentos relevantes durante estes mais de dois séculos de história. E assim, sucessivamente, dia após dia. Nesta cronologia gigantesca, mesmo anulando o tom antimonarquista do autor, é possível encontrar este conflito infundável, não apenas entre uma Coroa gananciosa e uma sociedade desarticulada, mas a contradição entre os interesses da Coroa e aqueles de uma sociedade cada vez mais consciente de seus próprios interesses (MAXWELL, 1985). A maioria dos levantes em Minas Gerais, e foram dezenas no século XVIII, com a ativa participação de portugueses emigrados, tinha como fonte o fiscalismo errático e arbitrário da Coroa, que multiplicava, trocava, endurecia ou fazia coincidir mecanismos de tributação, mesmo após a rarefação do ouro e dos diamantes. Vale ainda lembrar que na segunda metade do século XVIII, a economia mineira se diversifica, e seu centro se desloca para o Rio das Mortes, pelo

desenvolvimento da agropecuária. A política fiscal da Coroa, com a cobrança do quinto ou de derramas, não contemplava esta diversificação, alcançando os fazendeiros tanto quanto aqueles vinculados à extração de ouro.

Associado a este fiscalismo, o recrutamento militar permanente, feito de forma arbitrária, acentuava o ressentimento da sociedade contra a Coroa e seus governadores. Nestas circunstâncias, – várias foram as formas de reação diante das políticas reais: a profusão de dívidas em relação ao erário real, ponto desenvolvido por Maxwell; o contrabando permanente; a produção de moedas em fábricas particulares. Portugal não conseguiu criar uma moeda estável, ora oficializando o ouro em pó, ora a barra de ouro, ora moedas de cobre, ou o simples ato de esconder tanto o ouro quanto os diamantes. Esta insatisfação encontra-se na raiz da Inconfidência. Para os nossos propósitos neste texto, o que importa acentuar é que a Coroa portuguesa não quis, ou não conseguiu, exercer um papel hegemônico na criação das cidades mineiras e de Ouro Preto, em particular, à diferença do que buscava no litoral ou do que a Coroa espanhola procurava nas cidades americanas. Seria possível imaginar que este conflito de interesses entre a Coroa e a sociedade pudesse dar vida a uma burguesia nascente, ou a uma pré-burguesia? Contrafactualmente, ou especulativamente, seria possível conceber este movimento. Amelang (1995), ao pesquisar o perfil dos burgueses na época barroca, identifica neles uma tendência para o consumo aristocratizante e só mais tarde o *cash nexus* se torna predominante. Em Minas e Ouro Preto, o que parecia estar surgindo, numa economia de tipo mercantil, era uma aristocracia especial.

O Barroco como estilo de vida não é incompatível com uma sociedade mercantil. A construção da Casa da Ópera em 1769, o que faz dela o teatro mais antigo de todas as Américas, sinalizava o nascimento desta tendência aristocratizante em Ouro Preto. Barroco e aristocratização não são contraditórios, e não levam necessariamente ao domínio do mundo mercantil. Com os olhos postos na América Ibérica, Bolívar Echeverría (2011) observa que o barroquismo ibero-americano sacrificava a corporeidade concreta do valor de uso às leis da circulação mercantil, ao mesmo tempo em que com elas não se conformava, submetendo-as a um jogo de transgressões que as refuncionalizavam e resignificavam. Em nossos termos, o Barroco convive com o interesse, não o despreza como dimensão da *cupiditas* dos

homens, reconhece o seu dinamismo e a sua produtividade, mas não o autoriza a se tornar o valor dominante na sociedade. Esta insubmissão aos termos da linguagem dos interesses encontra-se presente na conformação urbana de Ouro Preto que, longe de facilitar, dificultava terrivelmente a circulação de mercadorias e bens, e embora a Câmara sempre manifestasse preocupação com esta dificuldade, não sacrificou a concepção original da cidade em favor do mundo da mercadoria. A linguagem do interesse não se punha como o padrão de valor máximo da sociedade.

E aqui é possível entender o papel da arte, e da arte barroca, nas cidades mineiras, em especial em Ouro Preto. É a arte que se afirma como o elemento dominante da vida em sociedade, como valor e a sua forma superior de reflexividade, como força totalizadora. Até porque, pelas razões antes explicadas, a arte não teve a competição da moeda, graças às trapalhadas portuguesas. É ela que dá forma às várias camadas de memória da multidão e que expande a morfologia das possibilidades presentes na tradição barroca brasileira. A organização da multidão original em sociedade, através dos vários tipos de corporações, é também a simultânea substituição da violência endêmica da origem por formas de competição branca e emulação sob o controle e por meio da arte. Esta percepção já se encontra nas análises de Lourival Gomes Machado (1973) e em Affonso Ávila (1994), que acentua a *la* Huizinga o impulso lúdico do barroco mineiro. E associada a ela, o culto do “engenho”, não no sentido de gênio romântico, próprio da arte barroca e de seu artesanato que, segundo Argan, não buscava simplesmente dar forma a um conceito ou à natureza, mas às formas cambiantes de vida e da própria natureza, e visava a condição existencial dos homens (ARGAN, 2005). A arte como valor central sobrepujava o valor da moeda, e é neste sentido que é possível desvendar este sentido aristocratizante presente em Ouro Preto.

A dinâmica fenomenizadora e agônica de identidades recém-formadas, no entanto, não fez de Ouro Preto uma cidade do fausto, do luxo e da ostentação. O ouro, abundante no início e cada vez mais escasso na segunda metade do século XVIII, não foi capaz de transformar a arte em expressão do fausto ou da opulência. Bem ao contrário, mesmo quando disponível, ele não alterava uma das características básicas do barroco mineiro e ouro-pretano, de acordo com Gomes Machado: a simplicidade e severidade, a capacidade de escapar do império despótico do ornamento, ainda

presente nas cidades costeiras do Brasil. Isto posto, vale a pena avançar na exploração de duas questões: qual a razão pela qual a arte – a arte barroca – se tornou o modo universal de expressão da cidade, e por que, apesar da sua centralidade, ela não se entregou à gratuidade ostentatória, buscando sua perfeição na simplicidade e na severidade, para voltar aos termos de Gomes Machado?

A explicação da primeira questão exige o retorno ao tema do encontro de contextos simbólicos diversos e da necessidade de tradução entre eles, base das experimentações sincréticas características do Brasil, que funcionam tanto pela adição de novas possibilidades aos contextos originais quanto pela preservação de um *optimum* de diferença. A entrega a esta tarefa de tradução potencializou, no país, um traço característico do cristianismo barroco dos povos ibéricos: a sua ênfase na alegoria, recriando o religioso como dimensão dotada de fertilidade ontológica, no sentido de permitir a contínua invenção de novas identidades, de traduções e experimentações variadas. Nem sempre este elemento alegórico se traduziu em arte, como no caso da associação entre o Deus cristão e Tupã dos Tupinambás, embora os Tupis desconhecêssem a noção de deus ou deuses. E nem sempre a urgência da tradução resultou no reconhecimento de alteridades em encontro, redundando em formas variadas de violência física ou simbólica. De qualquer modo, os elementos básicos e produtivos deste encontro permanente em terras brasileiras já estavam dados, e constituíam possibilidades aprendidas por sucessivas gerações de portugueses, indígenas, africanos e mestiços. De brasileiros, enfim.

A multidão que acorreu ao sertão de Minas Gerais, em busca do ouro e dos diamantes, carregava na sua memória e nos seus hábitos do coração, para lembrar Tocqueville, a forma e o sentido desse jogo de troca e recusa e seus diversos experimentos. E o que ela descobriu, espontaneamente, foi que podia ativar com liberdade o elemento alegórico do cristianismo barroco pela arte, levando à transformação da própria religião em arte, em “teatro da religião”. Se o componente alegórico do cristianismo barroco e tridentino estava ainda sob controle das ordens religiosas nas cidades e nas regiões missionárias, e vinculado às ideias de “conversão” e missão, em Ouro Preto e nas cidades mineiras, este limite foi ultrapassado para fazer da arte o próprio modo de viver o campo religioso, ou o cristianismo. Foi precisamente



porque a religião se encontrava sob o domínio de leigos, nas suas corporações, que se tornou possível esta radical alegorização da religião e sua atualização em arte, aviltando o objetivo de uma conversão íntima em favor de uma forma especial de sociabilidade. Não foi pela dissensão teológica ou pela noção de *sola scriptura* que os leigos assumiram o controle da religião, como no caso do Protestantismo, mas pela sua transformação em arte e alegoria compreensíveis para todos, independentemente das hierarquias e diferenças.

A interpenetração entre arte e religião resultou na expansão de características básicas do cristianismo barroco e da arte barroca: a capacidade incorporadora do primeiro e a natureza mais ética, e persuasiva, do que puramente estética da segunda. A síntese destas características numa forma única, a religião como arte e a arte como religião, num sentido oposto àquele do Romantismo, no qual a arte substituiu a religião (GADAMER, 2008) permitiu à multidão a experiência cívica de construção e fabricação material de uma cidade como Ouro Preto, o compartilhamento de valores e normas, o famoso “gosto” barroco, a prática de um discurso persuasivo dirigido e produzido mais pela imaginação e pelos sentimentos do que pela razão. Ao apoderar-se do espaço da religião, a arte não desprezou ou sacrificou o transcendente, mas submeteu este espaço a uma torção em direção ao imanente, à produção da cidade. As igrejas e capelas de Ouro Preto não são apenas locais de culto, mas repositórios de arte na sua arquitetura, nas suas esculturas, nas suas pinturas, e concebidas para a música, o teatro e a oratória. Este processo radical de alegorização do campo religioso criou o que podemos chamar de “religião da cidade”, ou das cidades, como queria Maquiavel lembrando o exemplo da república romana. Cada um dos principais centros urbanos de Minas Gerais, Ouro Preto entre eles, arrebatou o universalismo cristão para criar um modo próprio de teatro da religião, o teatro especial de uma corporação específica: a cidade. Neste sentido, não seria impróprio falar do cristianismo destas cidades como o equivalente da religião civil que Tocqueville encontra nos Estados Unidos, como um modo especial de atualização da linguagem dos afetos. Cristianismo que se submete ainda à competição entre paróquias e cidades pela realização mais expressiva das liturgias que perdem a sua natureza religiosa em favor da construção de um conceito plástico de cidade.

Este domínio da arte se replica em todas as outras dimensões da vida urbana de Ouro Preto: na conformação das ruas, na concepção das fachadas, na construção de pontes, chafarizes e praças, repetindo-se ainda nas festas cívicas, no desenvolvimento da poesia e da música profana e nos aparatos cênicos para o desfile de todos. Certamente essa associação íntima entre arte e religião, arte e vida social não é privilégio de Minas Gerais ou de Ouro Preto no período barroco, europeu ou americano. O que confere originalidade a esta comunhão entre a arte e a cidade é o seu autor, ou seja, o homem comum que, organizado em corporações, constrói a cidade de baixo para cima. A severidade, a simplicidade e a economia das formas estéticas do barroquismo ouro-pretano e mineiro, e sua necessária criatividade, resultam de sua funcionalidade para este movimento de auto-organização da multidão. Havia certamente igrejas mais ricas e mais pobres, mas todas situadas no interior de um espectro de igualdade que não violava a natureza da cidade como construção comum. O fausto, o luxo, a ostentação e a opulência são formas de um poder, religioso ou político, em busca do temor reverente ou mesmo do pavor dos súditos e fiéis. Ele se torna desnecessário quando a competição entre irmandades e corporações não se faz como uma luta de poder e de submissão, mas de envolvimento e persuasão de todos na fabricação da cidade. Os artistas mineiros não dominaram apenas os materiais existentes na região e as técnicas do barroco europeu: eles compreenderam perfeitamente o horizonte de uma multidão em busca de sua transfiguração em sociedade e cidade, que devia se erguer como obra de arte. Apesar desta contenção, esta arte que penetra na religião e produz uma experiência cívica original, permanece barroca, persuasiva, exercendo-se com liberdade criativa sobre a memória, sobre a experiência dos homens comuns e sobre os seus desígnios.

### **Considerações finais**

Não há neste texto a intenção de um desenho idílico da vida barroca de Ouro Preto. Tal como nas outras cidades barrocas europeias e americanas, havia sempre a violência barroca, o blasfemar barroco, as hierarquias barrocas. O objetivo foi o de desentranhar o sentido e a originalidade da aventura humana cravada na trama urbana e arquitetônica de Ouro Preto. A liberdade propiciada pela fragilidade inicial da Coroa

e pela ausência das ordens religiosas permitiu aos mineiros dos setecentos a apropriação criativa da tradição corporativa portuguesa e ibérica; das possibilidades do barroquismo trazido da Europa; da capacidade plástica e incorporadora de um cristianismo transformado em campo de tradução de contextos simbólicos diferentes, e da natureza alegórica, persuasiva e ética da arte barroca, para a sua transfiguração de multidão em sociedade e para expressar na configuração da cidade uma modalidade especial da linguagem dos afetos. A construção de Ouro Preto, com base na elaboração criativa da experiência pretérita, foi o ato de constituição de uma sociedade especial que, se abrigava o interesse, permaneceu concebendo a cidade como um ambiente humano. Esta experiência de construção cívica aprofundou um sentido de liberdade que acabou por escapar para a dimensão política, quando Ouro Preto tornou-se o centro de uma conspiração libertária disposta a incorporar, como novas possibilidades, os valores e expectativas nascidos com a experiência revolucionária norte-americana. E não por acaso alguns de seus líderes principais eram poetas e artistas.

Para encerrar. É evidente que o choque de interesses entre a Coroa e a sociedade estava presente no episódio da revolta abortada. Mas, de uma forma mais radical do que Kenneth Maxwell insinua, não foram apenas os motivos materiais que levaram à possibilidade desta conspiração libertária. Ouro Preto e as demais cidades mineiras já se viam como verdadeiras cidades, construídas no curto espaço de 80 anos, e com capacidade para enfrentar alternativamente o que a Coroa portuguesa buscava sob o período de Pombal: a criação de um Estado moderno, sob inspiração do modelo inglês (HESPANHA, 1994). Ao circular por Minas Gerais com um exemplar das constituições dos treze estados norte-americanos rebelados debaixo do braço, traduzidos e explicados por Cláudio Manuel da Costa, Tiradentes carregava uma alternativa que Ouro Preto e as demais cidades de Minas, pela dinâmica barroca e incorporadora de suas histórias, podiam explorar: um caminho americano para o futuro, sem a demofobia e o autoritarismo de processos de modernização por cima. O Estado português de corte pombalino debelou a rebelião e cancelou esta nova negociação entre contextos simbólicos diversos. E o Brasil independente não lhe deu nova vida, negando desnecessariamente o sujeito que de fato construiu uma tradição barroca especial e original: o povo dos homens comuns, em Ouro Preto e nas demais cidades mineiras e brasileiras.

BARBORZA FILHO, R. Ouro Preto: Barroquism and urban, architectural and aesthetic representation of the language of affections. *Perspectivas*, São Paulo, v. 51, p. 11-57, jan./jun. 2018.

■ **ABSTRACT:** *The present article seeks to revisit the city of Ouro Preto, its construction, its imagination and its daily life, in order to understand the sociability bottom-up originated, synthesizing the past experience of Portuguese, indigenous, Africans, mestizos and people of all the empire and outside it, for the edification of an original city and society. In shedding light on Ouro Preto, this text aims to contribute to the recovery of the complexity and democratic potentialities of a three centuries baroque tradition, without hiding what in it was perverse and limiting as well. Thus, it also intends to demonstrate that the kind of modernization we have followed in Brazil was not the only possible alternative, but a choice with dire consequences. Hence, through the analysis of the urban, architectural and visual structure of Ouro Preto, it seeks to answer the question of how it was possible for a turbulent crowd, apparently surrendered to a disregarded language of interests, to embark on the construction of a city as a work of art. In addition, it was concluded that Ouro Preto is, and was, in fact, the urban, architectural and aesthetic equivalent of a characteristic version of the language of the affections: that of the Brazilian baroque and its special translation in Minas Gerais.*

■ **KEYWORDS:** *Ouro Preto. Brazilian Baroque. Languages of Western thought. Feelings. Modernization.*

## Referências

AMELANG, J. S. O burguês. In: VILLARI, R. *O homem barroco*. Lisboa: Editorial Presença, 1995, p. 273-287.

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 2012.

ANDRADE, C. D. de. *Obras completas: passeios na ilha*. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar Editora, 1973.

ARGAN, G. C. *História da arte como história das cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ARGAN, G. C. *Imagens e persuasão: ensaios sobre o barroco*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

ÁVILA, A. *O lúdico e as projeções do mundo barroco*. São Paulo: Perspectiva, 1994.

BAKHTIN, M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 2008.

BANDEIRA, M. *Guia de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Ediouro, [s.d.].

BARBOZA FILHO, R. As linguagens da democracia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 15-37, 2008.

BARBOZA FILHO, R. *Tradição e artifício: iberismo e barroco na formação americana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

BARREGO, M. A. de M. *Códigos e práticas: o processo de constituição urbana em Vila Rica colonial (1702-1748)*. São Paulo: Annablume, 2004.

BESSA FREIRE, J. R.; ROSA, M. C. *Línguas gerais: política linguística e catequese na América do Sul no período colonial*. Rio de Janeiro: Edições UERJ, 2000.

BORGES, C. M. *Escravos e libertos nas irmandades do Rosário*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

BOSCHI, C. *O barroco mineiro: artes e trabalho*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

BOSCHI, C. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e a política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

BRANDON, R. *Making it explicit: reasoning, representing, and discursive commitment*. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

BRAUDEL, F. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*. Lisboa: Martins Fontes, 1984.

BURKE, E. *Uma investigação filosófica acerca da origem das nossas ideias do sublime e do belo*. Campinas: Papyrus, 1993.

CAÑIZARES-ESGUERRA, J. *Como escrever a história do Novo Mundo: história, epistemologias e identidades no Atlântico do século XVIII*. São Paulo: EDUSP, 2011.

CARPEAUX, O. M. *Origens e fins*. Rio de Janeiro: C.E.B, 1943.

COSTA LOBO, M. L.; SIMÕES JUNIOR, G. J. *Urbanismo de colina: uma tradição luso-brasileira*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2012.

COUTO, M. *E se Obama fosse africano? E outras interinvenções*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

DAMATTA, R. *A casa e a rua: cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

ECHEVERRÍA, B. *La modernidad de lo barroco*. Cidade do México: Ediciones Era, 2011.

FERRY, L. *Homo Aestheticus*. Paris: Gasset, 1990.

FINLEY, M. I. *A economia antiga*. Porto: Edições Afrontamento, 1980.

FONSECA, C. D. Autoridade régia e poder local: o controle e a regularização da forma urbana nas Minas Gerais Setecentistas. In: TEIXEIRA, M. C. *A construção da cidade brasileira*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

FREYRE, G. Sobrados e mucambos. In: SANTIAGO, S. (Org.). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S. A., 2000.

FREYRE, G. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FRIDMAN, F. Breve história do debate sobre a cidade colonial brasileira. In: FRIDMAN, F.; ABREU, M. (Orgs.). *Cidades latino-americanas: um debate sobre a formação de núcleos urbanos*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

GADAMER, H. G. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, 2008.

GONZALES, F. C. (Ed.). *Forma y política de lo urbano: la ciudad como idea, espacio y representación*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia; Instituto de Estudios Urbanos: Planeta Colombiana, 2016.

GONZALES, F. C. La ciudad en la tradición política hispanoamericana. *Teoria e Cultura*, Juiz de Fora, v. 8, n. 2, 2013.

HABERMAS, J. *Teoria do agir comunicativo*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HESPANHA, A. M. *Às vésperas do Leviathã: instituições e poder político*. Portugal – século XVII. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

HOLANDA, S. B. Metais e pedras preciosas. In: HOLANDA, S. B. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. v. 2. São Paulo: Difusão Europeia, 1973.

HONNETH, A. *A luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2017.

JAMESON, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Ática, 2007.

KANT, I. *Crítica da faculdade de julgar*. São Paulo: Ícone Editores, 2009.

LÉVI-STRAUSS, C. *Raça e história*. Lisboa: Presença, 2000.

LIMA e FONSECA, T. N. Portugueses em Minas Gerais: cultura escrita e práticas educativas. *Mneme – Revista de Humanidades*. Caicó (RN), v. 9. n. 24, set./out., 2008.

LOURENÇO, E. *A nau de Ícaro e imagem e miragem da lusofonia*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

LYOTARD, J. *Lições sobre a analítica do sublime*. Campinas, SP: Papirus, 1993

MACHADO, L. G. *Barroco mineiro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

MACHADO, S. F. *Triunfo Eucarístico, exemplar da cristandade lusitana em pública exaltação da fé na solene trasladação do Diviníssimo Sacramento da Igreja da Senhora do Rosário, para um novo templo da Senhora do Pilar em Vila Rica, corte da Capitania das Minas*. Lisboa Ocidental: Oficina de Música, 1734.

MAXWELL, K. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MCDOWELL, J. *Mind, value, reality*. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

MORSE, R. *O espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MUZZI, E. S. Epopeia e História. In: PROENÇA FILHO, D. (Org.). *Poesia dos inconfidentes*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

O'GORMAN, E. *A invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

PAGDEN, A. *Dispossessing the barbarians: the language of Spanish Thomism and the debate over the property rights of the American Indians*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PAIVA, E. F. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

POMPA, C. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

REIS, N. D. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil*. São Paulo: Livraria Pioneira; EDUSP, 1968.

RIGHI, R. A colinas de Vila Rica de Ouro Preto. In: LOBO, M. L.; SIMÕES JÚNIOR, J. G. *Urbanismo de colina: uma tradição luso-brasileira*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2012.

ROMEIRO, A. *Paulistas e emboabas no coração das Minas: ideias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

ROUANET, S. P. A cidade iluminista. *Revista USP*, São Paulo, n. 26, p. 154-163, jun./jul,1995.

SANCHIS, P. Alguns problemas do sincretismo no campo religioso brasileiro. In: SANCHIS, P. *Fiéis & Cidadãos: percursos de sincretismo no Brasil*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

SELLARS, W. *In the space of reasons*. Cambridge: Harvard University Press, 2007.

SELLARS, W. *Empiricism and the philosophy of mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

SKINNER, Q. *Los fundamentos del pensamiento político moderno*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

TAYLOR, C. *A secular age*. Cambridge, Massachusetts e Londres: The Belknap Press of Harvard University Press, 2007.

TAYLOR, C. *Imaginaris sociales modernos*. Barcelona: Paidós, 2006.

TEIXEIRA, M. C. A construção do Brasil urbano. In: TEIXEIRA, M. C. *A construção da cidade brasileira*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

VASCONCELLOS, D. de. *História antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1904.



VASCONCELLOS, S. *Vila Rica*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

VEIGA, J. X. da. *Efemérides mineiras: 1664-1897*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais; Fundação João Pinheiro, 1998.

WAGNER, R. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

WEBER, M. *Economia e sociedade*. v. 2. Brasília: Editora da UNB, 2009.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. Petrópolis: Vozes, 2009.

WOFFLIN, H. *Renascença e barroco*. São Paulo: Perspectiva, 2000.



# DA CRÍTICA DO POPULISMO À VIDA PÚBLICA – CONSIDERAÇÕES ACERCA DA TRAJETÓRIA INTELLECTUAL DE FRANCISCO WEFFORT

Rafael Marchesan TAUIL<sup>1</sup>

■ **RESUMO:** Neste artigo analisamos parte da trajetória político-intelectual de Francisco Corrêa Weffort, bem como sua interpretação do Brasil. Nossa hipótese principal sustenta que Weffort, com a formulação da teoria do populismo, construiu uma espécie de justificativa *ex-ante* para a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1979. Em suas primeiras interpretações sobre o Brasil, especificamente naquelas sobre o populismo, há um entendimento de que a efetiva democratização do país exigiria a ruptura com a tradição republicana centrada no tema da construção da nação. Teria sido exatamente tal leitura da realidade, com foco na crítica ao caráter demagógico do populismo, o principal motivo de seu engajamento em prol da criação de uma nova agremiação política dos trabalhadores que afirmasse não só uma perspectiva classista, como também rompesse com o conformismo e com a conciliação de classe típicos, em sua visão, tanto da tradição trabalhista quanto do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Essa forma de pensar, que visava romper com os marcos conceituais da tradição nacional-populista, ganhou corpo depois do golpe militar de 1964 e tornou-se hegemônica no ambiente acadêmico e entre a esquerda não vinculada ao PCB, durante a década de 1970, o que impulsionou uma parcela expressiva da intelectualidade a viver a experiência da política e a se engajar na construção do PT.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Francisco Weffort. Intelectuais. Pensamento político brasileiro. Interpretação do Brasil. Populismo.

## O populismo na teoria de Francisco Weffort

O objetivo deste artigo é apresentar uma evolução histórica das formulações teóricas de Francisco Corrêa Weffort acerca do populismo e demonstrar algumas correspondências estabelecidas

---

<sup>1</sup> EPD – Escola Paulista de Direito. São Paulo – SP – Brasil. 01502-001. rafaeltauil@hotmail.com.

entre essas teorias e a realidade política. Entre os anos de 1963 e 1972, Weffort reelaborou de forma original um conceito já utilizado em larga medida em diferentes países e em distintos momentos históricos. O delineamento do conceito proposto pelo autor e sua respectiva adaptação à realidade brasileira ocorreu a partir das influências intelectuais recebidas durante sua formação acadêmica na Universidade de São Paulo (USP) e, principalmente, por intermédio de sua participação no Seminário do Capital (LAHUERTA, 2005). Além disso, o contato com intelectuais latino-americanos – entre eles Gino Germani, Torquato Di Tella, José Medina Echavarría e Aníbal Quijano –, que também estavam se dedicando a esta temática em seus países de origem, colaborou com suas reflexões. Suas ideias, que a princípio se concentravam na formulação rigorosa de um conceito, através de bases teóricas marxistas, weberianas e durkheimianas fundamentalmente, se converteram em uma crítica perspicaz de teses consagradas tanto entre os intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) como entre os do Partido Comunista (PCB).

Procuramos demonstrar de que maneira a trajetória intelectual de Weffort – caracterizada pela formação uspiana; pelas experiências junto à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP); e também, pelo contato com os professores, à época, da ainda incipiente área de Ciência Política da USP (Paula Beiguelman, Lourival Gomes Machado, Fernando Henrique Cardoso, entre outros) – permitiu-lhe reavaliar o conceito de populismo e apontar como esse fenômeno influenciou a política nacional. As elaborações teóricas de Weffort partiram de uma tipificação – nos moldes científicos-sociológicos – de um fenômeno político e se transformaram em uma crítica radical ao nacional-desenvolvimentismo e ao marxismo de orientação soviética, o que teria convertido o autor em uma espécie de portador da síntese do acúmulo intelectual marxista uspiano. Em decorrência disso, ele se colocou contra a política de alianças e os arranjos políticos propostos pelo PCB, questionando o que considerou ser sua submissão ao sindicalismo oficial e explicitando sua total divergência em relação à ideologia nacional-desenvolvimentista isebiana.

O fortalecimento desta interpretação, que posicionava a “velha política” e a “esquerda dogmática” como representações do atraso brasileiro, e a aceitação do conceito de populismo por

uma parcela significativa da intelectualidade e dos atores políticos e da sociedade civil, que se mobilizava em torno de movimentos políticos nos anos de 1970, permitiram-lhe afirmar-se como um intelectual público. O que pode ser confirmado por sua atuação na luta democrática contra a ditadura e, mais especificamente, na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1979. Weffort permaneceu no PT por aproximadamente 15 anos, onde atingiu posições de destaque, como a de secretário geral, entre os anos de 1983 e 1987, e a de coordenador das campanhas presidenciais de 1989 e 1994, do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

### **Weffort e a discussão sobre o populismo na USP**

No trabalho intitulado *Política de massas* (1965), aparecem os primeiros esboços elaborados por Weffort sobre o conceito de populismo. Procedendo a uma análise mais aprofundada, podemos afirmar que, para este autor, o populismo deveria ser compreendido enquanto expressão política de interesses determinados de classes. E, no caso específico brasileiro, de uma elite liberal decadente a quem teria restado apenas a aproximação dos interesses mais reacionários da sociedade. Tal formulação possibilitaria uma maneira de mascarar os interesses reacionários, travestidos em interesses “das massas”. Ao criticar os ideólogos isebianos, os pecebistas e o trabalhismo, Weffort procurava mostrar que o populismo não seria nada além de um conjunto de ideais nacionalistas materializados na política demagógica de uma liderança carismática que esvaziaria a luta de classes. Ou seja, de um “nacionalismo que, do mesmo modo que o líder populista, obscurece o sentido de classe da emergência política das massas e do aparecimento do proletário no bojo do desenvolvimento capitalista” (WEFFORT, 1965, p. 190). Para ele, o fenômeno do populismo poderia ser caracterizado por três elementos essenciais: 1) o processo de massificação capaz de desligar os indivíduos massificados de seus quadros sociais de origem; 2) a crise de hegemonia da classe dirigente; e 3) a presença de um líder carismático.

Publicado no livro *Política e Revolução Social no Brasil*, de 1965, o texto que tem caráter eminentemente político, inicia suas críticas à ideologia nacionalista<sup>2</sup> e ao que considera ser o papel

---

<sup>2</sup> A frase “O nacionalismo é pouco mais que a consagração do Estado”, de autoria de Weffort (1965, p. 195) explicita a crítica deste autor aos nacionalistas e a suas relações com o Estado. Tal denúncia

conciliador do PCB. Ou seja, torna pública a diferença teórico-política dos intelectuais uspianos e integrantes do Seminário do Capital<sup>3</sup> com a esquerda oficial. Ainda não há nesta obra uma preocupação com a acuidade na formulação do conceito de populismo, tampouco uma interlocução com os autores latino-americanos que vinham teorizando sobre essa temática, pois Weffort só viria a ter contato com estes intelectuais após sua ida para a CEPAL. Entre seus interlocutores figurariam Gino Germani<sup>4</sup> e José Medina Echavarría, para citarmos apenas dois exemplos.

Weffort escrevera o texto em 1963, evidenciando uma interpretação política unida a uma leitura de corte classista sobre o Brasil. Dois trechos do livro *O 18 brumário de Luís Bonaparte*, colocados como epígrafe de seu trabalho, denotam uma apropriação das obras de Marx<sup>5</sup> que iria além daquelas realizadas ainda na primeira fase do grupo<sup>6</sup> do Capital. A preocupação com a política explicaria, em boa medida, a perspectiva compreensiva por meio da qual Weffort iria interpretar o populismo no Brasil, centrada na noção de bonapartismo e preocupada em compreender o papel do Estado tanto na “modernização” da sociedade brasileira quanto na manutenção de uma “situação de compromisso”, capaz de equilibrar os interesses políticos contraditórios e/ou de classes (BARBOZA FILHO, 1980)

O que diferenciava a formulação de Weffort das demais interpretações era, já naquele momento, seu entendimento sobre o papel do Estado enquanto principal agente transformador

---

assumiria feições mais radicais com a publicação do seu texto intitulado *O populismo na política brasileira*, em 1978.

<sup>3</sup> O Seminário do Capital foi formado no ano de 1958 na FFLC – USP, sendo composto por intelectuais como José Arthur Giannotti, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Fernando Novais, Paul Singer, Bento Prado, Ruth Cardoso, o próprio Weffort, entre outros. A ideia inicial de formação do grupo coube a Giannotti enquanto a sugestão de leitura do *Capital* a Fernando Novais. Giannotti havia retornado da França onde participara do grupo Socialismo ou Barbárie, liderado por Claude Lefort e Cornelius Castoriadis. O grupo tinha como objetivo inicial proceder a uma resignificação da obra marxista. Paralelo a isto, Karl Marx passou a ser mobilizado para a análise da realidade brasileira. Em outras palavras, buscava-se uma “leitura imanente” do capital em busca de pistas que pudessem colaborar com uma nova compreensão do processo de desenvolvimento brasileiro (LAHUERTA, 2005).

<sup>4</sup> Germani foi um dos pioneiros no estudo dos movimentos populares na América Latina.

<sup>5</sup> Embora não faça menção direta em seu texto, é possível concluir que Weffort estaria se utilizando também de algumas ideias marxistas provenientes da obra *A guerra civil na França*, para isto é interessante consultar as análises de Barboza Filho (1980) e de Maia (2001).

<sup>6</sup> Além de uma leitura sistemática da obra *O Capital*, o grupo inicial deu atenção a algumas obras de Lukács e Sartre.

das mudanças sociais e econômicas ocorridas no Brasil.<sup>7</sup> Esta chave interpretativa foi influenciada pelas leituras das “obras políticas” de Marx e também pelo estudo da obra *O Capital* no grupo liderado por Giannotti. Isso teria permitido a Weffort unir a ideia de bonapartismo à noção weberiana de líder-massa a partir de uma visão classista de sociedade, que permeava a intelectualidade acadêmica paulista da época.

Além dos elementos teóricos mencionados anteriormente, e da disputa pela hegemonia entre intelectuais paulistas e cariocas no campo sociológico, é importante pensar que este texto foi escrito um ano antes do golpe de 1964 e publicado exatamente um ano depois. Ou seja, é razoável supor que ele pode ser considerado o retrato de um momento de profunda efusão política, na qual a polarização extremada entre “esquerda” e “direita” estava na ordem do dia.

É significativo destacar que esse primeiro trabalho escrito por Weffort parece ser justamente aquele que daria a tônica à sua concepção de Brasil. Isto é, o texto já continha uma crítica radical à “velha” política institucional e afirmava uma perspectiva de corte classista. A este questionamento, seriam adicionados elementos teóricos importantes, como o legado intelectual de Florestan Fernandes para a construção, com maior perícia, do conceito de populismo, e a incorporação das formulações de autores como Gino Germani, William Kornhouser, José Medina Echavarría, Torquato Di Tella, Alain Touraine, entre outros.

No entanto, a despeito dessas influências intelectuais, o que estava desde o início presente nas interpretações de Weffort eram as críticas ao nacionalismo, ao colaboracionismo político e de classes, ao elitismo da esquerda oficial, e à tradição republicana do país. Estes questionamentos vão permear seus trabalhos até o final dos anos 1970, quando as teorizações sobre a democracia passam a constituir o *leit motiv* de suas formulações intelectuais. A fase inicial de suas interpretações é – como afirmou Lahuerta (1999) – um retrato bem-acabado da participação de Francisco Weffort no Seminário do Capital. As críticas da analítica uspiana ao nacionalismo o teriam levado a adotar, desde aquele momento, uma postura “anti-institucional” e “voluntarista”, que proclamava a necessidade de uma ruptura

---

<sup>7</sup> À época, Cardoso (1964) constatava, ainda que numa chave um pouco diferente, a mesma deficiência na elite econômica – neste caso, os empresários industriais – no sentido de contribuir com o desenvolvimento nacional.

com a lógica histórica e política que orientara a vida pública do país desde sua fundação.

## **Weffort e o populismo na USP II**

Enquanto no texto *Política de massas* (1965) fica evidente uma intenção eminentemente política nas formulações de Weffort, expressa pelas narrativas de teor ideológico e uma menor preocupação com a “ciência”, em *Raízes sociais do populismo* (1965a), a “sociologia de Florestan” aparece com maior relevo. Ainda que isso ocorra com a assimilação de um marxismo singular, inspirado nas leituras feitas no grupo de “O Capital”. Nessa obra, Weffort mobiliza, a um só tempo, a teoria marxista, a weberiana e a durkheimiana para fornecer as bases científicas à ideia de populismo. Está presente também no texto um tipo de artesanato intelectual típica da Sociologia científica e profissional cultivada na escola uspiana. Ou seja, há um esforço explícito de “aperfeiçoamento científico” da noção de populismo, mas que contem também um movimento de legitimação acadêmica frente a seus pares da universidade.<sup>8</sup>

No trecho a seguir, a ideia weberiana de “conexões de sentido” é relacionada ao conceito de “totalidade concreta”, consagrado na obra *História e consciência de classes*, de G. Lukács publicada originalmente, em 1923, e à noção durkheimiana de função social que o populismo teria naquele contexto.

Assim, a descrição de conexões de sentido necessariamente concebe o fenômeno em estudo fora de uma totalidade histórico-concreta. Em nosso caso, porém, este caráter obrigatoriamente a-histórico da análise tem a significação particular, e talvez insólita, de que tomamos a história “em abstrato”. Com efeito, não fazemos uma análise dinâmica do populismo, pois não temos todos os elementos necessários para elucidar sua função e significação no processo histórico brasileiro concebido como totalidade concreta. Não obstante, fazemos a descrição de sentido de um fato visto como momento de uma totalidade histórica que, se não está empiricamente dada no contexto da análise, pode, porém, por força

---

<sup>8</sup> O esforço de refinamento teórico e a busca de legitimidade no campo intelectual – preocupações típicas de um estudante de doutorado naquele contexto, marcado pela disputa entre os alunos de Florestan Fernandes – teriam, em nossa visão, motivado Weffort a unir cada vez mais a Sociologia científica com a Política em seus textos posteriores. O que pode ser atestado por sua tese de livre-docência, defendida em 1972.



deste mesmo contexto, ser imaginada como possível. Em outros termos: nossa análise de sentido se abre para um conhecimento totalizante, pois supõe a vigência de uma totalidade histórica como seu horizonte. Este suposto altera o caráter da descrição, ou melhor, amplia seus limites (WEFFORT, 1965a, p. 40-41).

As ideias de “compreensão de sentido” e “formas de legitimidade das relações de dominação” fazem referência direta a Weber, mas, ao mesmo tempo são aproximadas das concepções de “consciência individual e de classe”. Este “vocabulário intelectual”, nos termos de Pocock (1971), típico do *modus operandi* da sociologia uspiana à época, fornece a estrutura essencial/básica para o aprimoramento do conceito de populismo de Weffort, conforme verificaremos mais adiante.

Partindo de uma análise imanente, é possível identificar quais são as influências que compõem o significado do conceito de massa para este autor. Segundo Weffort, o conceito de massa estaria sendo compreendido tanto a partir de uma chave interpretativa weberiana (explícita), que considera a massa como o elemento central “submisso” presente nas relações típicas de dominação, quanto de uma lógica marxista de viés classista (implícita), isto é, que define o conceito de massa enquanto representação de uma fração de classe desprovida de consciência. A “articulação” das duas perspectivas teria como fim explicitar a “função social” do fenômeno do populismo na sociedade brasileira. Desse modo, percebe-se que a busca do rigor científico, exigida no ambiente universitário, embora não constituísse a principal preocupação dos trabalhos de Weffort<sup>9</sup> no período, o impelia como estudante, a despeito de uma possível recusa ética, a fazer um esforço de construção intelectual baseado no cientificismo sociológico.

O trecho seguinte demonstra as bases sobre as quais estiveram fundadas algumas das formulações de Weffort acerca do populismo:

A compreensão de sentido, na orientação definida pela sociologia de Weber, deveria ater-se aos conteúdos da consciência individual, o que significa, em nosso caso, focalizar as relações líder-massa, típicas do populismo em termos das formas de legitimidade das

---

<sup>9</sup> Haja vista que, com o passar do tempo, Weffort foi se afastando cada vez mais da sociologia em direção ao campo da política, tanto da Ciência Política quanto da política *stricto sensu*.

relações de dominação. Esta perspectiva [ao ser] adequada para a compreensão do sentido que se atribuem reciprocamente o líder e os indivíduos conglomerados na massa – parece-nos, não obstante, insuficiente, pois a exigência de esclarecimento das diferenças sociais efetivas entre a liderança carismática de Jânio Quadros e a liderança patriarcal de Adhemar de Barros conduz a análise a transcender a consciência individual e a orientar-se para compreendê-las como formas de consciência de classe (WEFFORT, 1965a, p. 40-41).

No excerto à frente, Weffort destaca a noção de consciência de classe como o elemento central de suas interpretações sobre o populismo; e justifica o “nível descritivo” como o único recurso possível de explicação sociológica, tendo em vista a ausência de elementos empíricos que possibilitassem uma análise “concreta e totalizante”.

Como se perceberá no andamento do trabalho, a noção de consciência de classe se constitui no próprio núcleo de nossa interpretação do populismo. Não obstante, dada a ausência de elementos empíricos que nos permitam uma análise totalizante e concreta, a superação do âmbito da consciência individual não significa a superação dos limites mais gerais da orientação tipológica que indicamos anteriormente. Portanto, apesar de que a noção de consciência de classe oriente a análise na linha das conexões entre a consciência e a posição estrutural de um grupo, não temos a possibilidade de superar radicalmente o nível descritivo, pois, no fundamental, somos obrigados a operar com os recursos de imputação de sentido (WEFFORT, 1965a, p. 40-41).

A união entre as ideias de Marx e as de Weber fica explícita quando Weffort (1965a) afirma a existência de conexões entre determinadas “formas de legitimidade” e determinadas “situações de classe”, possibilitando a redefinição de tais formas como “modos de expressão de consciência de classe”.

O preâmbulo do artigo escrito por Weffort nos remete invariavelmente ao prefácio e à introdução das teses de doutorado de Fernando Henrique Cardoso (1962) e Octavio Ianni (1961). Ambos os autores, que foram alunos de Florestan Fernandes e integraram o grupo de “O Capital”, em 1958, escreveram detalhadamente, nas “introduções metodológicas” de suas respectivas

teses de doutorado, como seriam realizadas as análises sobre a abolição da escravidão e a inserção do negro na sociedade de classes. Tais introduções, ao buscarem substituir o estrutural-funcionalismo pelo materialismo histórico dialético, são vistas por diferentes estudiosos, ainda nos dias atuais, como tentativas de emancipação intelectual em relação a Florestan Fernandes. De outro modo, tais estudos expressaram um retrato fiel da união entre a influência de Florestan em suas formações e os traços impressos pelas leituras feitas no Seminário do Capital. Além disso, representaram um esforço de profissionalização para que ambos se qualificassem para assumir uma posição de destaque na universidade (LAHUERTA, 2005).

Ainda que este texto de Weffort seja matizado pelas “análises classistas”, típicas da época, a união de categorias weberianas às interpretações marxistas da realidade brasileira permitiu que sua análise se distanciasse, de alguma maneira, das leituras aceitas no período. O fenômeno do populismo, embora apresentasse explicações assentadas sobre as bases da teoria social, característica do seu momento de formulação, se deslocou da esfera da Sociologia para a da Política, para o que as obras de Max Weber teriam contribuído decisivamente.

O que seria, inicialmente, um levantamento de dados quantitativos sobre as eleições para o governo de São Paulo, em 1962, isto é, um trabalho sem a pretensão de realizar uma análise qualitativa, acabou por contribuir para a ressignificação<sup>10</sup> de um conceito-chave, utilizado em larga medida para explicar fenômenos políticos e sociais no Brasil, e na América Latina, e também para a formação de uma nova interpretação sobre o Brasil (LAHUERTA, 1999), que teria posteriormente desdobramentos importantes no campo político do país.

## **Weffort e o populismo na CEPAL**

A ida para a CEPAL, em 1964, que resultou de uma indicação de Fernando Henrique Cardoso, possibilitou que Weffort tomasse contato com a obra de autores latino-americanos que vinham trabalhando com as noções de massa e desenvolvimento. Sobre

---

<sup>10</sup> Utilizamos a noção de ressignificação, pois há algum consenso entre os estudiosos do tema de que a ideia de populismo apareceu pela primeira vez na Rússia, com o movimento Narodnik, e foi utilizada ao longo do tempo em diferentes países da Europa, inclusive, do leste europeu, além de países como EUA, México, etc.

as circunstâncias que propiciaram o referido convite é importante destacar a visita do sociólogo espanhol, José Medina Echavarría, ao Brasil. Echavarría, que conhecia o trabalho de Florestan Fernandes e de seus colaboradores, convidou Fernando Henrique Cardoso para integrar o grupo de intelectuais da CEPAL. Naquele momento, a referida instituição estava à procura de pesquisadores brasileiros para trabalhar com investigações sociológicas. Ocorre que, entre os anos de 1962 e 1963, Cardoso ambicionava assumir a cátedra de Ciência Política na universidade, o que o levou a repassar o convite a Weffort, que o aceitou prontamente.

A experiência de Weffort na CEPAL proporcionaram importantes influências teóricas que foram incorporadas ao seu trabalho de doutorado. Além dos diálogos com as obras de autores como Gino Germani, Torquato Di Tella, José Medina Echavarría, Aníbal Quijano. Outras influências intelectuais, ligadas ao campo da política, também se fizeram sentir no texto de Weffort.

Talvez, o exemplo mais representativo desta influência tenha sido a obra *Revolução na revolução*, de 1967, de autoria de Régis Debray, amigo de Fidel Castro e companheiro de luta armada de Che Guevara. Inspirado pela Revolução Cubana, pelo filósofo marxista Louis Althusser e pelo trabalho de Frantz Fanon, intitulado *Os condenados da terra*, de 1961, que justificava, de certo modo, o uso da violência em experiências revolucionárias, Debray criou uma espécie de teoria da revolução latino-americana. Suas formulações intelectuais influenciaram profundamente a cultura política da esquerda nesta região durante o fim da década de 1960. Tendo como paradigma a Revolução Cubana, este autor desenvolveu a teoria do foquismo, isto é, a estratégia revolucionária adotada por boa parte da esquerda ingressante na luta armada. O foquismo consistia num método de guerrilha que buscava criar diferentes focos de revolução em diversas partes do mundo com a finalidade de combater o imperialismo e o capitalismo naquele momento.

Acredita-se que Debray tenha se envolvido com a Revolução Cubana mais do que qualquer outro intelectual da esquerda ocidental, transformando-se em um dos seus principais ideólogos. De certo modo, sua obra foi responsável por uma nova interpretação dos fatos e registros provenientes da Revolução Cubana e foi apresentada a Weffort, e a alguns de seus colegas da CEPAL, pelo cientista social peruano Julio Cotler Dolberg. Este autor realizou seus estudos de graduação e pós-graduação

entre Peru e França e, mais tarde, assim como Debray e Weffort, adquiriu uma posição como intelectual público ao assumir o cargo de Ministro da Educação no Peru.

Sobre a cultura radicalizada de parte da esquerda, que optou por ingressar na luta armada no Brasil, Weffort teceu alguns comentários em entrevista cedida por ele em 2015:

Vem daí um clima de crítica à esquerda que participa desta atmosfera de radicalismo, que leva a luta armada. É claro que o que leva a luta armada são outros episódios políticos que vão ocorrer em vários lugares, em vários outros países [...], mas no mundo das ideias é isso que ocorre (WEFFORT, 2015).

A permanência de Weffort na CEPAL – da qual Fernando Henrique Cardoso também faria parte, após sair do país em 1964 – não alteraria os marcos compreensivos que vinham conferindo contorno às suas formulações interpretativas. Ao nos debruçarmos sobre a tese de doutorado de Weffort, *Classes populares e política: contribuição ao estudo do 'populismo'*, defendida em 1968, na Universidade de São Paulo, nos deparamos com questões semelhantes às que apontamos em seu primeiro trabalho, escrito em 1963 e publicado em livro em 1965.

De toda forma, as novas referências teóricas e o “formato de trabalho acadêmico” exigiram de Weffort que o levantamento e a análise dos dados fossem realizados com maior acuidade, traço que não estivera tão presente em seu primeiro texto, *Política de massas*, de 1963. Embora este esforço possa ser compreendido por tratar-se de um trabalho de doutoramento, tal hipótese perde sentido se compararmos o doutorado à sua tese de livre-docência, pois, ainda que esta apresente e contenha a análise de uma quantidade expressiva de informações, ela também demonstra um caráter político-ideológico bastante exacerbado, seja pela retórica mais radical com relação à importância dos movimentos sociais no processo de rompimento com a tradição política brasileira, seja pela crítica severa aos comunistas no Brasil. Tal transformação na abordagem dos temas talvez possa ser explicada pelos contextos político e ideológico no qual as duas pesquisas foram desenvolvidas. A primeira pesquisa entre os anos de 1964 e 1968 (período em que a ditadura ainda não havia demonstrado seu caráter mais agressivo, pelo menos não explicitamente) e, a segunda, entre os anos de 1968 e

1972 (momento de endurecimento do regime militar e de um cerceamento mais acirrado das liberdades intelectuais). Também é possível sugerir que a redução das críticas ao nacionalismo, ao desenvolvimentismo e ao nacional-populismo, na tese de 1968, decorra da relação de Weffort com a CEPAL no referido período. Ou seja, ele compunha os quadros de uma instituição que, de certa maneira, fomentava boa parte das ideias nacionalistas criticadas em seus trabalhos iniciais.

Os temas principais de sua tese foram a inserção das classes populares nas estruturas vigentes do poder, o papel que este novo ator teria no equilíbrio de forças e o modo como a estrutura do Estado seria capaz de lidar com tal “reestruturação”. Segundo Weffort, um novo “agente social”, representado pelas classes populares, passava a exercer uma dupla pressão sobre as estruturas da política, a saber: 1) sobre as instituições do Estado, com a ampliação das possibilidades de participação popular na política, em especial por intermédio do voto, e na vida social como um todo através da obtenção de direitos sociais, a exemplo da educação etc., e 2) sobre as instituições do mercado, com especial atenção à ampliação das possibilidades de emprego e consumo.

Este novo ator social seria proveniente dos processos de industrialização e migração campo-cidade, e estaria surgindo num momento em que a hegemonia do poder político se encontrava em crise. Neste cenário, ao passo que as oligarquias agrárias tradicionais estavam em decadência e vinham perdendo seu poder econômico diante do desenvolvimento industrial, que resultou dos efeitos do fim da I Guerra Mundial e da crise de 1929, as classes médias em ascensão não se mostravam preparadas, tampouco dispostas a preencher este espaço, o que deixava um verdadeiro vazio político.<sup>11</sup> Nas palavras de Weffort (1968, p. 50), estas classes foram incapazes “[...] de substituir o antigo regime por uma nova ordem conformada à sua maneira e da qual fossem a garantia de sustentação e vigência”.

Restaria como alternativa ao Estado incorporar as novas massas populares às suas bases, o que deveria ser feito através de uma “manobra” cuidadosa, pois, pelo contrário, corria-se o risco de proceder a um desarranjo capaz de desestabilizar de uma vez por todas as relações entre as diferentes frações econômicas, políticas e ideológicas. Diante de um cenário no qual nem as oligarquias decadentes, nem as classes populares em

---

<sup>11</sup> A expressão “vazio político” é de autoria de José Medina Echavarría.

ascensão se mostravam aptas a assumir este eixo de equilíbrio, coube ao Estado se encarregar desta função. Segundo Weffort, nenhuma dessas frações de classe parecia ter clareza suficiente nos momentos de decisão. Decorre do exposto, a utilização de expressões como “estado de compromisso”, “ideologia de estado”<sup>12</sup>, “árbitro de classes”, entre outras, para caracterizar o papel de tutela representado pelo Estado naquele momento.

Este arranjo político seria a expressão máxima do populismo e, de acordo com Weffort, o “nó górdio” de um problema sem solução. Sua questão era que, embora o arranjo fosse funcional durante a fase de transição de uma “sociedade tradicional” e dependente<sup>13</sup>, assentada em bases agrárias, para um regime capitalista em desenvolvimento, o seu colapso não demoraria a vir à tona por conta de suas contradições. Tais contradições residiriam no fato de que, se, por um lado, as massas estavam sendo incorporadas à esfera econômica, através do consumo e ampliação das possibilidades de emprego e, ao âmbito político, por intermédio do voto e da obtenção de direitos sociais, como a educação formal. Por outro, suas condições permaneciam as mesmas em relação às suas classes de origem. Em outras palavras, a ascensão social não possibilitava o rompimento das barreiras de classe, o que tinha como consequência a crescente insatisfação destas massas. O que levou Weffort a considerar este fenômeno paradoxal.

Portanto, ainda que as classes populares estivessem em “situação de disponibilidade” para manipulação por parte do Estado populista, inclusive, servindo como “massa de manobra” e fonte de legitimação do chefe de Estado, novas insatisfações não tardariam a aparecer. Isto porque a contradição presente no nível socioeconômico, relativa à inserção no mercado via consumo e maiores possibilidades de emprego, se expressava igualmente no nível político-ideológico, uma vez que as classes populares eram incorporadas ao Estado, mas continuavam na posição de “parceiro fantasma” (WEFFORT, 1965), isto é, permaneciam sem exercer, de fato, uma influência maior no jogo político. Daí, Weffort (1968) tomar emprestada a noção de “*démocratisation par la voie*

---

<sup>12</sup> A expressão é tomada de empréstimo da obra de Bolívar Lamounier e muito utilizada por Weffort durante sua trajetória intelectual.

<sup>13</sup> A expressão tem como referência o trabalho *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*, de autoria de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto e publicado em 1970. Este texto seria, posteriormente, alvo de crítica de Weffort no artigo, de 1971, “Notas sobre a ‘teoria da dependência’: teoria de classe ou ideologia nacional?”

autoritaire”, de Alain Touraine, isto é, a ideia de democratização pela via autoritária.

A conquista da cidadania, ou seja, da igualdade de direito, não elimina a desigualdade de fato; antes, pelo contrário, dá a possibilidade de que se manifeste a insatisfação em face da desigualdade. Esta dupla determinação da situação social e política das massas é uma das raízes para a explicação da ambiguidade permanente de seu comportamento no período do populismo: as classes em ascensão servem à legitimação do regime na medida em que pressionam através das políticas populistas, pela sua incorporação política e econômica ao sistema; mas neste mesmo processo de incorporação elas trazem para o cenário político suas insatisfações presentes e, deste modo, tendem a converter-se em permanente ameaça de superação do *status quo*. Assim, toda política populista paga um preço pela adesão popular, qualquer que seja a amplitude de sua capacidade de manipulação (WEFFORT, 1968, p. 139).

Em síntese, de acordo com Weffort, o populismo seria constituído por uma estrutura estatal semicorporativista, formada por indivíduos análogos a entidades anexadas ao próprio Estado, herança de uma “sociedade tradicional” e dependente. Não sem motivo, a única ideologia capaz de emprestar real sentido ao fenômeno do populismo era o nacionalismo. No campo da política, mantendo o “estado de compromisso” e, no campo da economia, atuando como agente do desenvolvimento, bem representado pela intervenção do Estado na condução deste campo. Desse modo, é importante considerar que

[...] nas condições estruturais típicas de um país dependente, esta não era uma tarefa simples. Exatamente porque a pressão popular se dirige sobre a ampliação do consumo e da participação política, ela impõe ao capitalismo dependente um sério desafio: compatibilizar desenvolvimento econômico e desenvolvimento democrático. E isto significa em última instância romper radicalmente com [...] a formação das sociedades dependentes. Os movimentos populistas, nascidos desta crise de formação e, portanto, desde o nascimento comprometidos com ela, tiveram o mérito de propor a tarefa, mas se revelaram incapazes de realizá-la (WEFFORT, 1968, p. 140).



Para Weffort, a dificuldade de romper com a lógica de uma sociedade dependente havia fracassado em virtude do próprio desafio que significava contrapor um fundamento nascido desta própria crise de formação e, portanto, comprometido com ela desde a sua origem.

## **Weffort e o populismo no CEBRAP**

Posteriormente à formação uspiana, à sua experiência no Seminário do Capital e à sua ida para a CEPAL, Weffort seria convidado por Fernando Henrique Cardoso a participar do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)<sup>14</sup>, onde trabalhou como pesquisador entre os anos de 1969 e 1976. Neste Centro, sob a liderança de Cardoso e José Arthur Giannotti, e ao lado de intelectuais como Roberto Schwarz, Carlos Estevam Martins, Francisco de Oliveira, Vilmar Faria, Leôncio Martins Rodrigues, Paul Singer, Ruth Cardoso, entre outros, ocorreu boa parte dos estudos e pesquisas realizados por Weffort. As pesquisas empíricas e a primazia nas metodologias adotadas por seus pesquisadores, nas diferentes linhas de investigação, foram responsáveis pela crescente proeminência do Centro e por sua legitimação frente ao cenário político enquanto uma instituição de excelência.

Fatores como a internacionalização das Ciências Sociais; os *approaches* teóricos “institucionalistas”, provenientes principalmente das universidades norte-americanas; o relacionamento com instituições privadas, que financiaram inicialmente o Centro, e a experiência internacional de seus intelectuais em instituições como a CEPAL, o Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (ILPES) e a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) exerceram larga influência nas investigações desenvolvidas no CEBRAP. A hipótese de que Fernando Henrique Cardoso tenha sido o intelectual mais importante no processo de internacionalização dessas ciências se apoia no fato de suas habilidades neste campo terem facilitado a obtenção de financiamentos para o Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (CESIT), no início dos anos de 1960. Carlos Estevam Martins, Bolívar Lamounier e

---

<sup>14</sup> Para uma análise aprofundada sobre a fundação do CEBRAP, suas principais linhas de pesquisa e seu papel como centro de investigação durante a ditadura militar ver Sorj (2001), Baptista (2009), Lahuerta (1999), Pécaut (1990) e Chilcote (2014).

Vilmar Faria<sup>15</sup> também representaram bem a incorporação de um novo modelo de pesquisa, mais pautado pelos marcos teóricos e metodológicos da Ciência Política, pois trouxeram consigo do exterior, tanto dos EUA como da Inglaterra, os “ensinamentos” da *Political Science*.<sup>16</sup>

Num ambiente de cerceamento da liberdade intelectual e de profissionalização dos cientistas sociais, continuaram presentes na agenda intelectual paulista as críticas à ideologia nacional-populista e o fortalecimento de novas pautas de pesquisa, como o questionamento das teorias estagnacionistas e o aprofundamento das teorias estruturais sobre a dependência e caracterização dos regimes autoritários, na crítica de suas instituições e na busca pela compreensão das bases sociais que os conformavam e lhes davam sustentação. Algumas obras foram significativas neste contexto, entre elas: *O regime político brasileiro* (1972) e *Autoritarismo e democratização* (1975), de Fernando Henrique Cardoso; *Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil* (1971), escrita por José Serra em coautoria com Maria da Conceição Tavares; *A economia brasileira: crítica à razão dualista* (1972), de Francisco de Oliveira; *As contradições do milagre* (1973), de autoria de Paul Singer, e *Os partidos e as eleições no Brasil* (1975), coordenado por Fernando Henrique Cardoso e Bolívar Lamounier.

Naquele momento, Weffort continuava se dedicando aos estudos sobre a importância política da classe operária e do movimento sindical. Inclusive, defende na Universidade de São Paulo sua tese de livre-docência: *Sindicatos e política*, em 1972. Com esse trabalho, de certo modo, Weffort completava sua formulação sobre o populismo e o sindicalismo, consolidando uma

---

<sup>15</sup> “Os três fizeram, igualmente, cursos de pós-graduação no exterior (EUA e Inglaterra), onde as influências recebidas foram consideradas um tanto difusas. Isso, porém, significou a assimilação ‘de um certo padrão de trabalho científico’ e a preocupação com temas de cunho especificamente político: democracia, eleições, partidos etc.” (SORJ, 2001, p. 36).

<sup>16</sup> Esta cientificação da política e o esforço de fortalecimento da autonomia deste campo de estudos foram também uma tentativa de fazer frente à hegemonia sociológica uspiana e ao marxismo presente naquela mesma escola. Mineiros e cariocas (nas figuras de Wanderley Guilherme dos Santos, Fábio Wanderley Reis, Bolívar Lamounier, entre outros) se uniram num esforço comum em busca de conferir estatuto científico à Ciência Política na produção de pesquisas empíricas de forte rigor científico e desferiram pesadas críticas aos trabalhos produzidos na escola uspiana, tendo como principais alvos Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort. Talvez a polêmica mais acentuada seja representada por um texto de Wanderley Guilherme dos Santos, no qual este autor denuncia a falta de rigor da Sociologia produzida na USP nos seguintes termos: “É como se o zelo conceitual dispensasse maior apuro na investigação efetiva [...]” (SANTOS, 1980, p. 25). Já de acordo com Forjaz (1997), o alvo da crítica dos cariocas e mineiros era o “reducionismo” economicista dos uspianos, reducionismo este que foi, inclusive, reconhecido por Weffort, em entrevista em 2015, ao reavaliar algumas de suas formulações sobre o populismo.

interpretação classista da história do país que se nutria de uma perspectiva de ruptura com a tradição republicana, inclusive com aquela que se alinhava com o PCB. Tal movimento lhe garantiu um lugar singular no cenário intelectual do país, permitindo-lhe pautar uma linha específica de investigação, reunindo em torno de si um grupo singular de estudos que contava com a participação de intelectuais como José Álvaro Moisés, Luís Werneck Vianna, Regis de Castro Andrade, Ingrid Sarti e Maria Hermínia Tavares de Almeida. Este grupo ficou conhecido no CEBRAP como o “grupo da classe”, pois seu interesse principal era compreender o protagonismo do movimento operário na época a partir de um recorte classista.

Weffort anunciava já em seus trabalhos de pesquisa sobre o populismo, nos anos de 1960 e 1970, o surgimento de um novo ator político. Este ator estaria representado, conforme mencionamos, pelas classes populares que atingiam naquele momento o *status* de “cidadão”, através da inclusão no mercado de trabalho, das leis trabalhistas criadas durante o Estado-Novo e das novas possibilidades de consumo abertas pelo processo de modernização capitalista. O reconhecimento e a leitura “afiada” sobre o fenômeno de surgimento deste novo ator político levaram Weffort a um engajamento maior nas pesquisas a respeito das classes populares e dos movimentos sociais. Tais movimentos seriam, segundo este autor, provenientes, entre outros fatores, do rápido processo de urbanização e industrialização pelo qual o país vinha passando.

O grupo de estudiosos liderados por Weffort – que em boa parte o acompanharia na fundação do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), alguns anos mais tarde – se debruçou sobre a temática da classe operária e a importância de sua autonomia e independência em relação ao Estado, sendo o primeiro conjunto de pesquisadores a identificar a relevância daqueles atores que contribuiriam com a formação do PT anos depois. Durante o final dos anos 1960 e início dos 1970, importantes investigações foram realizadas sob sua supervisão. A orientação de Weffort e a temática do surgimento da classe operária formaram os eixos em torno dos quais as pesquisas seriam realizadas.

Entre os trabalhos mais representativos deste momento podemos destacar: 1) os estudos desenvolvidos por José Álvaro Moisés sobre a “greve dos 300 mil” em São Paulo, em 1953, e

sobre as formas de participação política de grupos sociais subalternos na Região da Grande São Paulo, entre os anos de 1950 e 1960, que resultariam, respectivamente, na publicação do livro *Greve de massa e crise política* e em sua tese de doutorado *Classes populares e protesto urbano*, em 1978, quando este autor já integrava o CEDEC; 2) as investigações de Luiz Werneck Vianna sobre sindicalismo e a formação da classe operária no Brasil, tendo como pano de fundo as relações entre as classes subalternas e o Estado, que resultariam em sua tese de doutorado *Liberalismo e sindicato no Brasil*, defendida na USP, em 1976, e, 3) a pesquisa de Ingrid Sarti sobre os trabalhadores portuários da cidade de Santos e suas relações com a Política, que teria como resultado sua dissertação de mestrado *Estiva e política: estudo de caso no porto de Santos*, defendida em 1973, também nesta universidade.

Embora em consonância com algumas linhas interpretativas constituídas no CEBRAP, Weffort estabeleceu a linha mais radical de divergência em relação ao nacionalismo da época, propondo uma ruptura com a “tradição política” da era Vargas, através de proposições que, por um lado, denunciavam o populismo e o sindicalismo corporativista, e, por outro, questionavam a ineficiência e a posição subalterna da esquerda, representada pelo PCB, em relação ao sindicalismo oficial. Em sua visão, o partido não buscava alternativas para o rompimento com a estrutura política da época fundada em alianças entre as classes médias e as oligarquias tradicionais.

Esta crítica de Weffort já estava presente em seu primeiro texto publicado do livro *Política e revolução social* (1965), e em sua tese de doutorado de 1968, porém emergiu com mais força em seu trabalho de livre-docência, resultante de pesquisas feitas entre os anos de 1969 e 1971, e defendido em 1972. A pesquisa de livre-docência sinalizou o papel que Weffort assumiria a partir deste momento como intelectual e ator político. Diferentemente de seus primeiros trabalhos sobre o populismo que apresentavam um “reducionismo classista”<sup>17</sup>, a sua livre-docência estaria marcada por uma interpretação “conjunturalista”, fruto em boa medida do contexto político e cultural da época. Suas formulações questionavam uma espécie de ressentimento da esquerda nacionalista em virtude da vitória do golpe de 1964 que, segundo

---

<sup>17</sup> A expressão “reducionismo” é do próprio Weffort (2015).

Weffort, teria sido fruto de um erro de leitura dos quadros do PCB sobre a conjuntura política no período pré-golpe.

O “reducionismo classista”, encontrado em seus trabalhos iniciais e em sua tese de doutorado, defendida em 1968, teria dado lugar à crítica ao “colaboracionismo de classes”. A questão a ser compreendida em sua tese de livre-docência seria o corporativismo sindicalista, e as relações políticas as quais os sindicatos estariam submetidos, enquanto um sinal expressivo da sujeição do PCB ao ideário nacionalista. A denúncia de Weffort aos sindicatos fazia coro e era diretamente influenciada pelas críticas de Evaristo Moraes Filho em seu livro *O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos*, publicado na década de 1950. Este livro foi um dos primeiros trabalhos a apresentar uma revisão crítica da legislação trabalhista lançada por Getúlio Vargas, indicando uma análise sobre o caráter corporativo da legislação implementada durante o Estado Novo.

O livro de Moraes Filho foi capaz de romper, do ponto de vista da periodização e da perspectiva analítica, alguns limites presentes em diagnósticos anteriores sobre o sindicalismo. O trabalho era inovador por defender a autonomia sindical e por fazer uma crítica contundente ao caráter autoritário das instituições sindicais brasileiras, inspiradas na *Carta del lavoro*, instituída em 1927 durante o regime fascista de Mussolini. Moraes Filho chamava a atenção para o reconhecimento da história do movimento operário e para as manifestações autônomas das classes trabalhadoras, dissociando-se de análises anteriores que viam numa chave positiva a implementação da legislação trabalhista na era Vargas.

O livro apontava, contrariando as noções vigentes, que as classes trabalhadoras apresentavam evidências de terem plena consciência de suas capacidades, o que rompia com as premissas de que elas se constituiriam apenas enquanto “massas de manobra” de um Estado corporativista, que teria nos sindicatos sua forma mais eficiente de controle e repressão. Moraes Filho havia presenciado *in loco* os paradoxos das relações trabalhistas de sua época, ao atuar como secretário de duas comissões mistas no Ministério do Trabalho e ser nomeado procurador, com a criação da Justiça do Trabalho, em 1941. Além disso, Moraes Filho teria sofrido, em diferentes momentos de sua trajetória, perseguições políticas em razão de suas críticas às estruturas sindicais no Brasil, tendo sido preso, inclusive, quando da

promulgação do AI5. Sua obra fez parte, ao lado das pesquisas de Azis Simões, Leôncio Martins Rodrigues, Juarez Brandão Lopes e José Albertino Rodrigues, de uma linha interpretativa que buscou na Sociologia explicações para a formação e funcionamento dos sindicatos no país (WERNECK VIANNA, 1982).

Weffort (2015), ao fazer um balanço de suas posições acerca do sindicalismo nesse período, diria que o reducionismo classista, presente em seus trabalhos anteriores, teria dado lugar a um reducionismo político conjunturalista.<sup>18</sup> Em outras palavras, a explicação inicial, que teria seus fundamentos interpretativos assentados nos pressupostos marxistas da macroestrutura econômica, da qual a luta de classes seria o principal elemento explicativo, daria lugar a uma leitura do momento político na tentativa de compreensão do por que a esquerda tradicional teria fracassado diante do golpe. Decorre do exposto a explicação segundo a qual tanto a “esquerda tradicional”, representada pelo PCB, quanto os movimentos sindicais teriam fracassado diante do regime militar em razão de sua dependência do Estado e do colaboracionismo de classe, ou seja, que a esquerda de orientação nacionalista estaria sujeita a um tipo de dependência, que se constituiu como parte essencial da estrutura ideológica do período 1945-1964, tão criticada por este autor.

A livre-docência sai de um estruturalismo classista para um voluntarismo classista, ou seja, no estudo do populismo, em 1968, eu me baseava apenas na origem social da classe operária, classe trabalhadora – por isso um reducionismo classista. Na livre-docência, em 1972, eu falo da conjuntura, da ação política e aí entra um voluntarismo de classe [...] (WEFFORT, 2015).

Neste ponto, Weffort estaria revendo sua posição em relação à ideia de determinação estrutural de classes e à noção elitista de consciência esclarecida da esquerda, que anunciava sua capacidade de “ir ao povo”, acreditando-se apta a entender determinados comportamentos sociais de acordo com a noção de “consciência de classe”. A partir de semelhante crítica, Weffort estaria anunciando, além da importância da política para a compreensão das mudanças sociais, a relevância da “independência de

---

<sup>18</sup> “Creio que é precisamente nestes momentos de mudança estrutural que se percebe claramente que as estruturas não têm, nem poderiam ter, nenhuma eficácia histórica se não se atualizassem ao nível da conjuntura” (WEFFORT, 1972a, p. XIV).

pensamento” do operariado da época, ator político que, segundo sua visão, seria capaz de tomar as próprias rédeas das transformações que estariam por vir, seja no plano político institucional, seja no de possíveis disputas desvinculadas do âmbito político oficial. Além disto, buscando demonstrar que havia uma dinâmica interna do operariado que seria independente de fatores estruturais, ou das condições externas, como prefere chamar, ele apresenta o operário como sujeito da própria história, capaz de representar seus interesses tanto no nível corporativo quanto no político.

A revisão realizada a partir da ideia de que a noção de “consciência de classe” seria capaz de explicar determinados fatos históricos pode ser ilustrada nos seguintes termos:

Primeiro, desconsideram a influência da política sobre a formação das atitudes individuais, correndo assim o risco de superestimá-las como condição do comportamento de classe quando elas próprias são, em ampla medida, o produto de conjunturas e de processos históricos complexos que envolvem precisamente a política (WEFFORT, 1972, p. XVII).

Fazendo uma rápida síntese, pode-se apontar que em sua tese de livre-docência Weffort denunciava: 1) a submissão do sindicalismo oficial à estrutura estatal, incapacitado, desta maneira, de dar respostas à contradição capital *versus* trabalho, sua principal função nas sociedades capitalistas em desenvolvimento; 2) o ideário nacionalista, que emprestava sentido e justificava a aproximação entre trabalho e capital, destituído de qualquer capacidade de leitura política crítica da realidade; 3) a incapacidade da ideologia nacional-desenvolvimentista em perceber a importância da autonomia do movimento operário em relação ao Estado, e a relevância que este novo ator político poderia/deveria assumir diante daquele contexto político e econômico; 4) o potencial deste novo ator em romper e enterrar a herança varguista do sindicalismo corporativista, resquício ainda das influências do fascismo italiano; 5) a “politização” das greves e dos demais movimentos sociais que acabavam por neutralizar este novo agente político; 6) o colaboracionismo de classes, obstáculo principal para uma ruptura de fato com a estrutura político-econômica herdada da era Vargas, e, por fim, 7) a leitura incorreta da conjuntura feita

pelo PCB, que não acreditava que um golpe estivesse sendo gestado e apostava em uma estratégia pacífica de política.

A crítica contundente ao Partido Comunista Brasileiro se deve, particularmente, ao que Weffort considerava ser uma leitura equivocada sobre o golpe. O paradoxo essencial do partido, que teria ido de um extremo ao outro, ou seja, saído do “fracassado” *Manifesto de Agosto* (1950) em direção a uma estratégia totalmente oposta de colaboração de classes, era representado por um duplo aliancismo que o paralisava e o tornava, em larga medida, ineficiente em sua tarefa principal de avançar em pautas que estariam a seu cargo. Por controlar os sindicatos e, ao mesmo tempo, ser cúmplice e próximo ideologicamente do Estado, o PCB ficava incapacitado de se aproximar dos setores da economia privada em desenvolvimento, que, na leitura de Weffort, guardavam o elemento político transformador de maior importância naquele contexto, isto é, a classe operária não ligada aos aparelhos públicos ou aos setores industriais decadentes.

[...] o governo Kubitschek estará sempre no limite da repressão, limite dificilmente superável pelo fato de que seus adversários na área sindical, são os seus aliados na área política. Com o controle dos sindicatos, mas identificados com o nacionalismo e com a burguesia nacional, os comunistas, juntos com Goulart, terão que dar prosseguimento a uma orientação voltada para os setores decadentes da indústria e para o setor público, revelando-se incapazes de assumir o controle sobre a classe operária dos setores privados modernos, ou seja, dos setores potencialmente decisivos do movimento operário (WEFFORT, 1972a, p. IV.24).

A crítica aos “comunistas” é direcionada principalmente à sua política de alianças. Teria sido a partir da crise do Estado Novo que os “comunistas” passariam a estabelecer alianças com o governo, e, posteriormente, com os herdeiros do velho populismo varguista. Uma orientação que se coadunaria tardiamente à política de coexistência pacífica assumida pela União Soviética à época.<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup> Segundo Weffort, o sindicalismo populista brasileiro teria seguido orientações muito diferentes do sindicalismo argentino. Na Argentina, o movimento operário teria servido como condição para a formação do regime peronista, enquanto no Brasil, o regime é que teria condicionado a transformação do movimento operário em movimento sindicalista populista.



A política de alianças do PCB teria como fundamento a entrada do Brasil na II Guerra Mundial, em agosto de 1942, sob pressão da opinião pública, quando o partido teria respondido rapidamente ao apelo de união nacional feito por Vargas naquela ocasião. Tal posição do PCB teria sido reiterada, em agosto de 1943, na Conferência da Mantiqueira.

Apesar destas aproximações entre o PCB e o governo Vargas, a aliança só se efetivou quando o processo de redemocratização nacional já estava em curso. Na visão de Weffort, Vargas relutou em aceitar a aliança, uma vez que isto impediria seu trânsito entre as áreas mais conservadoras da política naquele momento, em especial, junto às forças armadas. Esta relutância fica clara ao se considerar a data de anistia do partido, decretada apenas em abril de 1945, isto é, quando a II Guerra Mundial está no fim e o governo se prepara para estabelecer relações diplomáticas com a União Soviética. Ainda assim, o que se vê neste momento seria mais uma tentativa de adesão dos “comunistas” ao governo do que uma aliança propriamente dita. A cooperação prática das duas forças políticas para alcançar um objetivo comum só começaria com o início da campanha pela constituinte, quando os “comunistas” passariam a fazer frente com o queremismo.

Para Weffort, só após o episódio da “Lei malaia” é que Vargas teria efetivado um acordo com o PCB. Isto porque o referido acontecimento teria lhe fechado uma saída pelo lado conservador e estimulado a União Democrática Nacional (UDN) a buscar uma solução através de um golpe de Estado. Deste modo, Vargas estaria “aceitando” os “comunistas”, única e exclusivamente, em virtude de seu isolamento político. Ou seja, seria ingênua a ideia de que os “comunistas” teriam se aliado a Vargas em razão da anistia política do partido. Ainda segundo a análise do autor, na conjuntura internacional que se abria após o fim da II Guerra Mundial, todas as forças políticas nacionais, com exceção dos integralistas, estavam dispostas a conceder anistia aos presos políticos e ao funcionamento do PCB. A anistia concedida ao partido iria além da conjuntura nacional, ainda que esta tivesse alguma importância, tal medida reforçava as diretrizes de “ordem e tranquilidade”, proclamadas pela União Soviética no pós-guerra. Os “comunistas” apareciam no cenário com uma estratégia de colaboração de classes, seguindo a orientação adotada na época pela União Soviética, em aliança com os EUA e demais potências ocidentais.

Neste sentido, o apoio a Vargas teria se dado, como no período de guerra, em razão da diretriz soviética que os brasileiros haviam traduzido para o contexto nacional: uma orientação política que objetivava a estabilidade e a defesa da democracia. Desta forma, Vargas contou com este apoio durante a guerra por ser chefe de governo e, após a guerra, dada a instabilidade que sua queda poderia criar no cenário nacional. Segundo Weffort, os “comunistas” teriam atuado naquele momento como um partido da ordem e Vargas os interessava como representante do governo, tanto que o apoio recebido se estenderia posteriormente a Linhares e a Dutra. Assim, a impressão que se tinha é que: “[...] os comunistas apoiariam naquele período a qualquer governo, desde que integrado na política estabelecida pelos acordos internacionais que assinala[vam] o fim da guerra” (WEFFORT, 1972a, p. II.25).

Teria sido esta estratégia de colaboração de classes, iniciada com o governo Vargas, o caminho que levaria ao funcionamento da estrutura sindical oficial e seria responsável, posteriormente, por subordinar os interesses da classe operária à dependência do Estado. O inconformismo do autor refere-se à posição de subordinação do PCB que, segundo ele, sempre se pretendeu representante da classe operária e sobre a qual chegou a exercer influência. O erro do PCB teria sido sua incapacidade de assumir uma posição de independência em face do conflito entre as duas tendências políticas dominantes no país. Além disto, a crítica de Weffort recaía sobre a posição subalternizada assumida pelo partido nas alianças políticas firmadas com Vargas. Segundo sua percepção, apenas a subordinação à política externa soviética não seria capaz de explicar o caráter dependente do partido em relação ao governo, tampouco a sua incapacidade de assumir uma posição autônoma diante das duas tendências políticas dominantes no contexto nacional.

Ao aceitar a subordinação da estrutura sindical oficial de alianças com Getúlio Vargas, no âmbito político, o PCB estaria demonstrando sua incapacidade de organizar a classe operária de maneira autônoma. Ou seja, evidenciava sua inapetência para competir com o prestígio de Vargas diante das massas. Ainda segundo Weffort, foi para complementar a organização sindical oficial, que eles eram incapazes de controlar, que os “comunistas” tentaram criar o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) como uma instituição paralela. Desse modo, os “comunistas”

não estavam apenas interessados em confrontar forças com “os pelegos”, formados durante o Estado Novo, mas também em formar alianças com este setor do sindicalismo.

A crítica de Weffort aos “comunistas” se deveu também às “políticas antigreves adotadas pelo partido”. Nesse sentido, ele destacou o papel político que havia sido assumido ao longo do tempo pelos sindicatos e a perda de seu protagonismo nas questões econômicas. De acordo com sua análise, teria ocorrido uma inversão de papéis altamente prejudicial aos trabalhadores, pois os sindicatos acabavam apoiando o governo ao invés de “criarem dificuldades” para sua política de compressão salarial.

Operava-se assim desde o início um processo de inversão nas funções normais dos sindicatos. De associações que normalmente se definem primeiramente como de representação econômica e só secundariamente de relevância política, os sindicatos brasileiros começavam a transformar-se em associações onde a ênfase maior seria dada à mobilização política que interessava ao governo, em detrimento de suas funções de representação dos interesses econômicos da classe operária. Mais ainda, assumiam eles a função adicional de controlar, e onde isto não fosse possível, reprimir as reivindicações econômicas (WEFFORT, 1972a, p. II.35).

Weffort compara os “comunistas” ao sindicalismo pelego, afirmando que o partido foi capaz de mobilizar setores da classe operária tanto para o movimento da constituinte quanto para manter sob controle as reivindicações econômicas dos trabalhadores. Sua crítica é direcionada também à pouca mobilização do partido diante da deposição de Getúlio Vargas e a seu apoio imediato ao novo governo representado por Linhares. Soma-se a isto a tentativa de aproximação do partido com o Ministério do Trabalho do novo governo e o fato de o programa eleitoral dos “comunistas” reivindicar a colaboração governamental para a política sindical. Weffort também critica o que ele denomina de “absurdo político” dos “comunistas”, isto é, a reivindicação de ajuda ao Estado para a organização de uma central operária.

Weffort realiza questionamentos cada vez mais incisivos aos “comunistas” ao passo que estes mantêm a política da “ordem” e “tranquilidade” e continuam apoiando as políticas econômicas de compressão salarial em nome do fortalecimento da democracia. Desse modo, “[s]e até a queda de Vargas os

'comunistas' insistiam em que os operários deviam 'apertar o cinto' em nome da constituinte, insistirão depois que o fizessem em nome das eleições [...]" (WEFFORT, 1972a, p. II.40). Contudo, os "comunistas" mudariam suas posições em relação às greves de acordo com a conjuntura, o que também foi alvo da crítica de Weffort. Diante das pressões advindas do governo e da classe operária, o partido passou a se manifestar em relação às greves da seguinte maneira: "[...] greve não é desordem. Desordeiros são aqueles empresários e setores do governo que se recusam a atender ou não atendem a tempo as reivindicações dos trabalhadores (WEFFORT, 1972a, p. II.45).

Deste modo, Weffort questiona não apenas o "aliancismo" dos "comunistas" com o governo, mas também sua política de colaboração de classe, sua opção pela adoção da "ordem" e "tranquilidade" como mote político, e as contradições do partido em relação às greves durante os governos de Vargas, Linhares e Dutra. Sobre este último aspecto, é interessante mencionar que se antes as greves eram vistas pelos "comunistas" como "provocação", elas se tornaram, com a transição do governo Vargas, um "direito dos trabalhadores". Para Weffort, foi no governo Dutra que se iniciou o desmonte do sindicalismo populista, construído sobre o compromisso entre Vargas e os "comunistas".

Ao analisar as contradições do partido, Weffort critica o fato do PCB ter se transformado em um partido da ordem e isso sequer ter servido para que ele deixasse de ser combatido pelo próprio governo. Ou seja, o autor questiona o fato de o partido permanecer submetido a inúmeros tipos de repressão, mesmo quando buscava oferecer ao poder público provas de boa vontade. Foi nesse contexto, por intermédio de figuras como João Amazonas, Oswaldo Pacheco e Luís Carlos Prestes que o partido se colocou na posição de ataque e defesa do governo, uma vez que já havia se iniciado a campanha de opinião pública que resultaria na cassação do seu registro. Outras contradições criticadas por Weffort envolveram as posições do PCB sobre o direito de greve e a associação sindical durante os debates sobre a Justiça do Trabalho e a constituinte. Para Weffort,

[...] nem a UDN nem o PC. tinham nada de novo a oferecer como alternativa a esta ideologia [de Estado], refugiando-se a primeira no liberalismo jurisdicista anterior a [19]30 como última e

desesperada resistência às heranças do Estado Novo, enquanto que o segundo, descomprometido com os ideais liberais, tendia facilmente a abandonar suas proposições iniciais ou a dissolvê-las em compromissos com a ideologia dominante. Assim, os comunistas não foram capazes senão de uma defesa débil e confusa do direito de greve, identificaram-se com a ideologia dominante nos debates sobre a Justiça do Trabalho e terminaram por ceder tudo ou quase tudo no dispositivo sobre a liberdade de associação sindical (WEFFORT, 1972a, p. II.35).

Para compreender a posição assumida pelos “comunistas” na constituinte é necessário considerar que a permeabilidade destes atores à “ideologia dominante” teria reforçado as tendências surgidas das políticas de reforma da estrutura sindical oficial e da busca de uma aliança com o governo Dutra. Em seu texto *Origens do sindicalismo populista*, que é um excerto de sua tese de livre-docência, Weffort apresenta os principais pontos, objetivando lançar luz sobre o posicionamento dos “comunistas” naquele contexto:

Em realidade, é difícil saber o que terá sido mais importante, se os compromissos exigidos por sua política na conjuntura, se o fascínio que esta ‘ideologia de Estado’ exercia sobre este partido que não podia deixar de evidenciar as influências ‘tenentistas’ e nacionalistas de fundo pequeno-burguês que vêm dos anos 1930 e que certamente se acentuam quando se submete à liderança de Prestes. Apesar da notória penetração conquistada nestes anos pelo PC. junto à classe operária, penetração que tenderá a uma rápida decadência no período posterior até 1964, este partido se diferenciava bastante dos tipos mais comuns de partidos operários. Esta formação nacional pequeno-burguesa do PC. é certamente um fator a mais para explicar seu comportamento na conjuntura da redemocratização do país (WEFFORT, 1973a, p. 99).

Segundo Weffort, para entender de fato o posicionamento político deste partido é preciso ponderar que sua postura ambígua em face da direita só seria possível até o episódio da morte de Getúlio Vargas. Portanto, no dia seguinte ao suicídio, o PCB realizaria a mudança mais oportunista de toda sua história, isto é, o partido alteraria sua tática política a 180 graus, colocando-se como defensor fervoroso da memória de Vargas, na

tentativa de liderar as massas. A partir deste momento, a tradição nacional-populista, representada pela memória de Vargas e de seus herdeiros políticos, formaria uma das linhas centrais do pensamento e da ação dos “comunistas” até o ano de 1964.

Decorre da crítica radical de Weffort aos “comunistas” o surgimento da polêmica entre ele e Carlos Estevam Martins e Maria Hermínia Tavares de Almeida. Estes autores fariam a “crítica da crítica” de Weffort aos “comunistas” no texto intitulado “Modus in rebus: partidos e classes na queda do Estado Novo” (1973), a expressão em latim seria o equivalente em português a “há um limite nas coisas”. Weffort responderia a esta crítica com seu trabalho “Dejemonos de farsas inúteis”<sup>20</sup>. O que os próprios companheiros intelectuais de Weffort parecem ter tentado fazer foi alertá-lo de que suas críticas vinham assumindo um tom demasiadamente radical e que seria necessária uma melhor avaliação do contexto político no qual se encontravam, sob o risco de se pagar um alto preço pelo aprofundamento de uma polarização política já extremada.

Em entrevista de 2015, Weffort demonstrou ter revisto sua posição em relação a atuação do PCB na era Vargas. Admitiu a importância do papel conciliador do partido diante daquele contexto complexo, no qual dificilmente se conseguiria fugir das alianças; e, reconheceu, inclusive, a assertividade das críticas realizadas por Carlos Estevam Martins e Maria Hermínia Tavares de Almeida a seus apontamentos.

A importância que Weffort confere à autonomia dos trabalhadores e aos movimentos de greve em seu texto “Participação e conflito industrial (Contagem e Osasco – 1968)”, publicado em 1972, são essenciais para perceber que ele antecipou uma leitura da conjuntura política que era ainda nebulosa aos olhos da maioria dos estudiosos daquele período. Além disto, ao mesmo tempo em que antevia este movimento, o encorajava/estimulava através de seu papel como intelectual público, escrevendo, por exemplo, para o semanário *Opinião*<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> Entre os textos gerados pela polêmica apenas a livre-docência de Weffort e seu texto “Origens do sindicalismo populista no Brasil” estavam disponíveis na época de nossa pesquisa. Ao entrevistarmos Weffort, em 2015, ele mencionou o ocorrido. A referida polêmica também foi relatada nos trabalhos de Lahuerta (1999) e Werneck Vianna (1982). Mais recentemente, André Cruz e Daniela Mussi recuperaram alguns documentos e reconstituíram este debate em um artigo que foi apresentado no 41º Encontro Anual da ANPOCS, em 2017, sob o título “Populismo, sindicalismo e democracia: a polêmica entre Francisco Weffort, Carlos Estevão Martins e Maria Hermínia Tavares de Almeida (1972-1978).

<sup>21</sup> O artigo “Trabalhadores calados”, publicado na edição de janeiro de 1973 do jornal *Opinião*, é representativo deste estímulo de Weffort à luta autônoma dos trabalhadores.

No artigo sobre Contagem e Osasco, assim como em sua tese de livre-docência, Weffort apontou o surgimento de um novo ator nas relações entre capital, trabalho e sindicatos, durante as décadas de 1960/1970. E atentou para o aparecimento de organizações de trabalhadores desvinculadas do “sindicalismo corporativista”, das empresas e do Estado, na época. Nestas novas instituições, Weffort encontrou outras formas de organização e orientação que lhe forneceram os elementos para afirmar, de forma original, que estava surgindo um novo ator no campo do sindicalismo, capaz de alterar as tradicionais relações de poder, reforçadas ao longo do tempo pela política populista.

Manifesta-se nelas, seja no plano da orientação, seja no plano da organização, uma atitude de independência em face do Estado e das empresas que, quaisquer que sejam as qualificações a serem feitas, se diferencia bastante dos hábitos do sindicalismo do período populista (WEFFORT, 1972, p. 2).

Weffort realizou uma análise demográfica da greve, considerando os seguintes aspectos: a) a localização dos centros de greve; b) a população residente em localidades específicas que poderiam contribuir com o fenômeno das paralizações; c) a diferença de população industrial e rural, e d) a relação entre concentração industrial e sua proximidade com setores de residências operárias etc., com o objetivo de compreender porque os movimentos grevistas de Contagem e Osasco haviam assumido feições tão diferenciadas, quando comparados aos demais movimentos de trabalhadores que ocorriam no restante do país. Os dados obtidos por ele, ainda durante sua atuação no CEBRAP, ajudaram a explicar que o “ineditismo” no formato das greves de Contagem e Osasco se devia a seu caráter espontâneo, ou seja, eram irrupções voluntárias de massas operárias, descoladas do “peleguismo” do velho sindicalismo já duramente criticado por ele.

Neste sentido, as demandas e transformações nas relações capital x trabalho, que desfavoreciam a classe trabalhadora, estariam surgindo de “baixo para cima”, por intermédio de comissões de fábricas e outras organizações da sociedade civil que estavam desvinculadas do aparelho estatal e da estrutura do sindicalismo oficial. Sobre a greve de Contagem, ela teria ocorrida “como um ato espontâneo da massa operária e sua

espontaneidade terminou por impor-se mesmo àqueles que [...] tentaram controlar, coordenar ou dirigir os acontecimentos" (WEFFORT, 1972, p. 22).

A sua análise classista estaria sendo sucedida por interpretações que assumiam o "protagonismo dos fatos" e o registro histórico dos "fenômenos de longa duração", além das ideias de "modernização conservadora", "revolução passiva", entre outras noções, como chaves interpretativas mais adequadas para compreender determinados processos políticos. Deste modo, a perspectiva classista de Weffort estaria dando lugar a uma espécie de conjunturalismo em suas interpretações. Isto teria ocorrido não apenas pela influência de colegas do CEBRAP, que trabalhavam mais próximos deste registro, mas pelo contato de Weffort com a obra de Gramsci, que chegava ao Brasil com mais força através de figuras como Carlos Nelson Coutinho e Luiz Werneck Vianna, entre outros.<sup>22</sup>

Apesar de apresentar uma transição em direção a uma chave compreensiva, isto é, do classismo para o conjunturalismo, este trabalho de Weffort ainda estava marcado pela "perspectiva classista de interpretação" que mobilizava, além da noção de classe, a ideia de "consciência esclarecida", provavelmente, proveniente de suas leituras da obra de Lukács, *História e consciência de classes: estudos sobre a dialética marxista* (1923), como referência para analisar os fenômenos envolvendo as relações entre capital e trabalho.

Neste sentido, a *espontaneidade operária representa, no essencial, um impulso para novas formas de organização*. Da mesma maneira, a greve espontânea pode ser vista como representando uma forma embrionária da consciência social dos operários que no ato da greve abandonam sua costumeira posição de submissão e assumem uma atitude de resistência coletiva aos grupos dominantes, de dentro ou de fora da empresa (WEFFORT, 1972, p. 23-24, grifos do autor).

Além destas alterações em sua perspectiva interpretativa, é relevante também mencionar que Weffort trazia neste trabalho outras explicações para o surgimento da greve, tais como os atrasos nos pagamentos dos salários, os cortes de pessoal, o arrocho salarial, entre outras, o que lhe permitiu ir além da

---

<sup>22</sup> Weffort mobiliza ideias presentes no texto *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, de 1968, de autoria de Gramsci, para explicar os conceitos de hegemonia, grupo de classes etc.



simples crença de que havia um movimento espontâneo de conscientização por parte dos trabalhadores de Contagem e Osasco.

Sobre os operários da Belgo-Mineira, por exemplo, Weffort afirmou que suas iniciativas foram completamente inesperadas, já que os trabalhadores elegeram comissões alternativas aos sindicatos para representá-los no diálogo com os diretores da companhia. Esta greve teria começado completamente fora dos marcos do sindicato e o Ministério do Trabalho, embora ciente dos acontecimentos, não teria dado a devida atenção ao evento, considerando-o como um caso isolado, o que teria inflamado ainda mais os ânimos daqueles que reivindicavam novos direitos. Para elucidar o espontaneísmo dessa greve, Weffort apontou que “não teria havido nenhuma reunião formal para [...] [institui-la, isto é, que ela] foi decidida no momento mesmo de sua eclosão” (WEFFORT, 1972, p. 39).

Um dos problemas detectados por este autor nos episódios de Contagem e Osasco foi o surgimento de “um vazio” no lugar dos sindicatos oficiais, que deveriam cumprir as funções de articulação e representação dos movimentos dos trabalhadores no que diz respeito às disputas impostas pela relação capital x trabalho. Apesar de alguns “desencontros”, e deste vácuo deixado inicialmente pelos sindicatos oficiais, algumas lideranças passaram, ao longo do tempo, a assumir um maior protagonismo na direção das mobilizações que vinham ocorrendo. No caso da Cobrasma, por exemplo, Weffort chamou a atenção para o papel dos centros estudantis e da “comissão de fábrica” nas articulações políticas posteriores ao caso de Osasco. E argumentou que, embora essas lideranças fossem débeis e sem experiência de negociação, elas eram mais “evoluídas” do que o sindicalismo oficial.

Ao relegar para segundo plano as instituições que, historicamente, estiveram a cargo de intermediar as negociações entre capital e trabalho, Weffort estaria reconhecendo e estimulando o protagonismo de novos atores nas transformações político-econômicas que vinham ocorrendo durante as décadas de 1960/1970. Nesse caminho, o autor sugere que tanto as esquerdas quanto os sindicatos envolvidos nas greves estavam sendo preteridos por um novo agente transformador nas disputas econômico-corporativas que vinham ocorrendo.

A quem se referia: às 'oposições sindicais' locais ou às organizações de esquerda? Quaisquer que fossem suas intenções ao fazer esta declaração, não deve ter lhe custado muito perceber que, embora presentes nos acontecimentos, nem uns nem outros estavam qualificados para representar os grevistas. O fato é que a 'oposição sindical' dos metalúrgicos estava, desde as eleições, comprometida com as diretorias do sindicato e parecia tão confusa quanto esta perante os acontecimentos. As organizações de esquerda provavelmente presentes pelo menos desde as eleições sindicais, contribuíram ocasionalmente para agitar os trabalhadores locais. Contudo, se agitaram muito, também parece certo que organizaram pouco, seja porque fossem pequenas (de fato parecem mais fortes entre os estudantes do que entre os operários), seja porque estivessem comprometidos com a perspectiva de uma retomada dos sindicatos oficiais. Resta, portanto, a massa dos trabalhadores. Foram eles realmente que 'se utilizaram dos processos equivocados' e é a eles que o ministério vai se dirigir (WEFFORT, 1972, p. 46).

Contudo, Weffort não isentava a massa dos trabalhadores de erros de organização, e, principalmente, de uma debilidade no poder de barganha com as estruturas estatais, tampouco do fato de que a inexperiência desses trabalhadores em processos como estes contribuisse para que suas lideranças os impedissem de ir além, por exemplo, na expansão e manutenção dos movimentos grevistas. Desse modo, a inexperiência dos trabalhadores não apenas os enfraquecia como os limitava drasticamente em sua capacidade de atuação. Outro limite observado pelo autor era o fato de haver representantes experientes trabalhando com meios de ação ainda pouco desenvolvidos, o que resultava em atuações que acabavam circunscritas às propostas que o próprio governo lhes oferecia.

Weffort colocou as seguintes questões acerca dos conflitos em Contagem e Osasco: 1) essas greves teriam se constituído como simples desvios em meio às demais manifestações grevistas, isto é, teriam sido "contaminadas" pelo sindicalismo populista, ou estariam demonstrando uma alteração nas determinações estruturais dos fenômenos reivindicatórios?; 2) elas só teriam tomado tais proporções por conta de condições momentâneas específicas?; 3) estariam surgindo novas tendências de independência por parte do movimento operário?; 4) tais tendências seriam capazes de romper com a presença

dos velhos hábitos ideológicos e organizatórios do sindicalismo populista?; 5) se fosse verdade que uma nova tendência de independência operária estivesse surgindo, seria possível saber se tais tendências teriam condições internas de êxito para o conjunto do movimento sindical? Tais questionamentos sugerem que, embora estivesse olhando para as greves de Contagem e Osasco com otimismo, ele não deixava de registrar que os dois movimentos pagaram, de certa forma, tributos ao velho sindicalismo populista, uma vez que mesmo com a adoção de algumas inovações organizatórias, especialmente, as comissões de fábrica, o movimento não conseguiu ficar totalmente livre da estrutura oficial dos sindicatos.

### **A cristalização das narrativas sobre o populismo**

A leitura de Weffort, sobre esses acontecimentos e suas possibilidades de interpretação, ao ser levada às últimas consequências, anunciava a necessidade de um novo ator político. Em outras palavras, a necessidade de uma agremiação política que não se constituísse com base em alianças ou compromissos políticos realizados nos marcos tradicionais de cooptação de classe. Um movimento “orgânico” que surgisse de “baixo”, capaz de romper com a herança política brasileira, baseada, segundo sua visão, em arranjos entre as elites. Este movimento deveria ocorrer de forma autônoma, destituído da liderança de qualquer “vanguarda esclarecida” e ser proveniente das vontades e necessidades do novo movimento operário, que se constituía, entre outros fatores, a partir de suas insatisfações com as consequências do fim do “milagre econômico”.

A rigor, o surgimento do Partido dos Trabalhadores, alguns anos à frente, pode ser interpretado como a síntese deste movimento político autônomo que emergiu à margem da “velha política” nacional e seus respectivos atores. Advindo de um movimento coletivo com forte caráter voluntarista do qual faziam parte comunidades eclesiais de base, trabalhadores, sindicalistas, ex-integrantes da guerrilha armada e intelectuais. Decorre disso, o fato do PT ter sido fruto da fusão das críticas ao populismo, ao nacional-desenvolvimentismo, ao sindicalismo corporativista e ao marxismo de orientação soviética com a ação de uma fração da sociedade que, há muito tempo, estava insatisfeita com o distanciamento entre as instituições políticas e a sociedade civil e que

não se via representada pelos atores e partidos políticos daquela época.

Deste modo, as formulações interpretativas de Weffort, acerca do populismo e de seus temas adjacentes, podem ser reconhecidas como um substrato teórico-ideológico do PT, uma espécie de explicação *ex-ante* para o surgimento deste partido. Conforme exposto anteriormente, este substrato teve como base a sociologia marxista uspiana, o ecletismo intelectual de Florestan Fernandes, os estudos da cadeira de Política uspiana, a influência dos demais intelectuais que vinham se debruçando sobre a temática do populismo e da dominação de massas, etc., mas, para além disto, o fator fundamental para que estas ideias pudessem se traduzir em ações concretas foi o papel de intelectual público<sup>23</sup> exercido por Weffort durante sua trajetória política e intelectual.

Sua ação como intelectual-militante tornou possível a produção de uma narrativa radical que veio a se cristalizar no imaginário sócio-político de uma sociedade que não acreditava mais nas soluções propostas pelos membros da “política tradicional”. Parte destes atores encontrou nos movimentos sociais e na *realpolitik* perspectivas de avanço e superação do atraso, tendo em mente a ideia de que o “novo” poderia superar os vícios e imperfeições do passado político brasileiro.

TAUIL, R. M. From the critique of populism to public life – considerations about the intellectual trajectory of Francisco Weffort. *Perspectivas*, São Paulo, v. 51, p. 59-97, jan./jun. 2018.

■ **ABSTRACT:** *In this article we analyze part of the political-intellectual trajectory of Francisco Corrêa Weffort, as well as his interpretation about Brazil. Our main hypothesis is that Weffort, with his populism theory formulation, constructed an ex ante justification to the PT's formation in 1979. In his early interpretations about Brazil, especially about the populism theory, there is an understanding that the effective democratization of the country would require a rupture with the republican tradition centered on the theme of Nation-building. Precisely this reality apprehension, which focused in the criticism of the populism demagogic characteristic, would be the main reason for his commitment with the creation of a new workers' political organization that would*

---

<sup>23</sup> A noção de intelectual público é proveniente das ideias desenvolvidas por Michael Burawoy em seu artigo: *For public Sociology*, publicado em 2005.

be able to affirm not only a classist perspective, but also to disrupt with the conformism and class conciliation, typical, in his vision, of both the labor tradition and the Brazilian Communist Party (PCB, in Portuguese). This line of thought, which aimed to break up with national-populist conceptual framework, expanded after 1964 military coup and became hegemonic in the academic sphere and among the Left not linked to the PCB during the 70s, which encouraged an expressive fraction of the intellectuality to experience the political life and to commit into the Worker's Party creation.

■ **KEYWORDS:** Francisco Weffort. Intellectuals. Brazilian Political Thought. Interpretations about Brazil. Populism.

## Referências

ALMEIDA, M. H. T. de; MARTINS, C. E. *Modus in rebus: partidos e classes na queda do Estado Novo*. São Paulo: Cebrap, 1973. (Mimeografado).

BAPTISTA, K. A. *O CEBRAP como centro de referência para as ciências sociais nos anos setenta*. Orientador: Milton Lahuerta. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2009.

BARBOZA FILHO, R. *O conceito de populismo: uma revisão teórica*. Orientador: Luiz Werneck Vianna. 1980. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1980.

BURAWOY, M. For public Sociology. *American Sociological Review*, Chicago, v. 70, n. 1, p. 4-28, 2005.

CARDOSO, F. H. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARDOSO, F. H. O regime político brasileiro. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 2, 1972.

CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Orientador: Florestan Fernandes. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1962.

CARDOSO, F. H. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.

CARDOSO, F. H. FALETTTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 7.ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1970.

CARDOSO, F. H., LAMOUNIER, B. *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CHILCOTE, R. *Intellectuals and the search for national identity in twentieth-century Brazil*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2014.

CRUZ, A. K. V.; MUSSI, D. X. H. Populismo, sindicalismo e democracia: a polêmica entre Francisco Weffort, Carlos Estevam Martins e Maria Hermínia Tavares de Almeida (1972-1978). *Anais do 41º Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, MG, Brasil, 2017.

DEBRAY, R. *Revolução na revolução*. São Paulo: Centro Editorial Latino-Americano, 1967.

FANON, F. *Os condenados da Terra*. Lisboa: Ulisseia, 1961.

FORJAZ, M. C. S. A emergência da Ciência Política acadêmica no Brasil: aspectos institucionais. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n. 35, 1997.

GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

IANNI, O. *O negro na sociedade de castas*. Orientador: Florestan Fernandes. 1961. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1961.

IANNI, O.; SINGER, P; COHN, G.; WEFFORT, F. *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

LAHUERTA, M. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. Orientador: Gabriel Cohn. Tese (Doutorado em Ciência Política). 1999. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

LAHUERTA, M.. Em busca da formação social brasileira: marxismo e vida acadêmica. *Perspectivas*, São Paulo, 28, p. 157-186, 2005.

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1923].

MAIA, J. M. E. *A história de um conceito: o populismo no Brasil*. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). 2001. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

MOISÉS, J. A. *Classes populares e protesto urbano*. Orientador: Francisco Weffort. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

MOISÉS, J. A. *Greve de massa e crise política – estudo da greve dos 300 mil em São Paulo (1953-54)*. São Paulo: Livraria Editora Polis, 1978

MORAES FILHO, E. de. *O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos*. São Paulo: Alfa Ômega, 1952.

OLIVEIRA, F. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo: CEBRAP, 1972.

PCB. *Manifesto de Agosto*. 1950. Disponível em <<https://www.novacultura.info/single-post/2016/03/25/PCB-Manifesto-de-agosto-de-1950>>. Acesso: 05 fev. 2018.

PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PINTO, G. L. H. *Subdesenvolvimento, desenvolvimentismo e política: o pensamento de Celso Furtado e José Medina Echavarría*. 2016. Orientador: Vera Alves Cepêda. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2016.

POCOCK, J. G. A. *Politics, language and time: essays in political thought and history*. Chicago: University of Chicago Press, 1971.

SANTOS, W. G. *A Ciência Política na América Latina. Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 1, n.23, 1980.

SARTI, I. *Estiva e política: estudo de caso no porto de Santos*. Orientador: Francisco Weffort. 1973. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1973.

SINGER, P. *As contradições do milagre. Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.6, 1973.

SORJ, B. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

TAVARES, M. C.; SERRA, J. *Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente no Brasil, 1971*. (Mimeografado).

VIANNA, L.W. Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 69-93, 1982.

VIANNA, L.W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976

WEFFORT, F. C. *Classes populares e política: contribuição ao estudo do populismo*. Orientador: Paula Beiguelman. 1968. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1968.

WEFFORT, F. C. Notas sobre a "teoria da dependência": teoria de classe ou ideologia nacional? *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 1, p. 1-24, 1971.

WEFFORT, F. C. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WEFFORT, F. C. Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do pós-guerra). *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 4, p. 66-105, 1973a.

WEFFORT, F. C. Os trabalhadores calados. *Jornal Opinião*, São Paulo, n. 12, 1973b.

WEFFORT, F. C. Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco – 1968. *Cadernos CEBRAP*, São Paulo, n.5, p. 5-93, 1972.

WEFFORT, F. C. Política de massas. In: IANNI, O.; SINGER, P.; COHN, G. (Orgs.). *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

WEFFORT, F. C. Raízes sociais do populismo em São Paulo. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 39-60, 1965a.

WEFFORT, F. C. *Sindicatos e política*. Tese (Livre-Docência da Universidade de São Paulo). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972a.



## ***Entrevistas***

WEFFORT, F. *Entrevista cedida a Rafael Marchesan Tauil*. Rio de Janeiro, 2015. [Presencial, com 1h50min de duração]



# CONVERTENDO DÉBITO EM CRÉDITO: O SISTEMA HAMILTONIANO E A EMERGÊNCIA DO SISTEMA BIPARTIDÁRIO NOS ESTADOS UNIDOS

Marcia Teixeira de SOUZA<sup>1</sup>

■ **RESUMO:** Neste artigo retoma-se o debate em torno das proposições fiscais de Alexander Hamilton em 1787 para analisar a gênese do sistema bipartidário nos Estados Unidos. Tendo como pano de fundo o questionamento de Stuart Mill acerca de até que ponto as formas de governo são uma questão de escolha, argumenta-se que a divisão política gerada em torno do dilema sobre quais deveriam ser as atribuições do Departamento do Tesouro evoluiu até a estruturação de um sistema bipartidarista, evidenciando como as contingências inesperadas e a operacionalização das leis existentes podem significar um descompasso com disposições constitucionais. Inicialmente, revisita-se as *policies* apresentadas por Hamilton ao Primeiro Congresso, tanto em relação ao seu programa financeiro para a situação da dívida pública quanto à criação de um Banco Nacional, e procura-se sintetizar as motivações desse legislador em tal processo. Posteriormente, aprofunda-se a discussão acrescentando questões de ordem doméstica e internacional que agravaram o conflito entre os grupos envolvidos no governo estadunidense e suscitaram a formação da oposição aos federalistas e também ao que se constituiria, por fim, na contramão dos pressupostos estabelecidos pela Constituição e pela conjuntura da época: a formação de dois partidos.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Instituições políticas. Disposições constitucionais. Bipartidarismo estadunidense.

## Considerações preliminares

O *paper* retoma o debate que adveio da proposição de Hamilton de se elaborar um programa de política fiscal submetida ao Primeiro Congresso, reunido após a Constituição de 1787.

---

<sup>1</sup> UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – Departamento de Antropologia, Política e Filosofia. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901. teixeira@fclar.unesp.br.

Dentre seus pontos controversos, estava a criação de um fundo nacional da dívida pública. A polêmica que se desencadeou contribuiu para o estabelecimento de uma dimensão crucial do regime político da jovem nação: o bipartidarismo. Esta estrutura se originou em função dos desdobramentos acerca das atribuições do Departamento do Tesouro, engendrando a polarização entre dois agrupamentos de parlamentares: um que defendia e outro que contestava a legislação em pauta. A aversão a partidos e facções, típica do século XVIII e compartilhada pelas elites políticas dos EUA, sofria assim uma mutação no momento mesmo em que as atividades constitutivas do governo entravam em operação. Inspirada pela pergunta de Stuart Mill (1981), “até que ponto as formas de governo são uma questão de escolha?”, analiso essa conjuntura crítica, destacando o descompasso entre dispositivos constitucionais e contingências não previstas, e mostrando como essa evolução gerou a clivagem política entre Federalistas e Republicanos.

A centralidade que o tema das finanças públicas adquiria no desenho dos três grandes departamentos recém-montados, Estado, Guerra e Tesouro, pode ser notada pela exigência de que o Secretário do Tesouro deveria estabelecer uma relação direta com o Congresso. Os demais Secretários, por sua vez, estavam diretamente vinculados ao Presidente, e suas atuações definiam-se estritamente como a de um agente que age em nome dele. O interesse em analisar este processo reside na janela que este debate abre ao recolocar o temor que grupos de elites manifestavam quanto ao desenvolvimento em alta escala das manufaturas, em detrimento do caráter agrário da nação. Portanto, a ênfase em relação a uma política financeira, como a que Hamilton explicitava, confrontava-se com a tradição da teoria republicana clássica cujo vaticínio conferia à virtude um princípio vital de um governo republicano. Ainda que o próprio Jefferson, um republicano, ponderasse como correto que os detentores dos títulos da dívida pública devessem contar com a perspectiva de que estes papéis seriam honrados pelo governo, para não perturbar a credibilidade da nação. Mas as desconfianças a floravam revestidas de outros dilemas, como aqueles formalizados por Madison. Por paradoxal que fossem suas proposições, é possível perceber que seus receios continham e reiteravam um dos eixos argumentativos que marcaram a prolixa formulação agrupada pela denominação de documentos

antifederalistas. Isto é, um temor de que o sistema Hamiltoniano pudesse agregar ao poder da União tamanha solidez a ponto de permitir a esta esfera de poder ostentar um comportamento pelo qual viesse a ignorar a opinião pública. Interessante observar, que os reclamos dos antifederalistas no sentido de se garantir mecanismos consistentes, na Constituição, que pudessem resistir ao influxo vigoroso de um poder majoritário, identificado com o governo da União, receberam contra-argumentações logicamente bem construídas, de autoria de Madison, orientadas pela tese do *cheks and balances*. Na conjuntura de 1792, Madison, agora um Republicano, portanto em oposição ao modo como os Federalistas atuavam, de fato, leva em conta que os partidos acabariam por se organizar, já que pontos de vista muito distintos dificultavam uma acomodação política. Nestas circunstâncias, postulava que o interesse público somente teria riscos menores mediante um enérgico processo de competição política configurada por um sistema bipartidário.

### **A jovem república: simbiose entre a política e finanças**

Charles Beard tem ocupado um lugar dissidente no campo na historiografia norte-americana, a qual é fortemente afinada com um discurso que evoca a celebração e a excepcionalidade do país. Em seu livro clássico, *An economic interpretation of the Constitution of the United States* (1913), Beard salienta que a motivação dos pais fundadores, ao desencadearem o movimento pela Constituição denominado o “grande debate nacional de 1787”, fora a construção de um governo nacional capaz de honrar os credores dos títulos das dívidas públicas. Dívidas essas contraídas pelos governos estaduais e pelo confederado ao longo dos esforços empreendidos durante a revolução da independência.

Tratava-se, portanto, da montagem de um complexo de instituições relacionadas às finanças públicas, arquitetadas para ficarem a salvo das alterações, recorrentes, que os legislativos estaduais imprimiam à lei. Estas novas estruturas passariam a estar sujeitas a um comando decisório centralizado no governo da União. Para Beard (2004, p.153) *Os Artigos Federalistas*<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Os Artigos Federalistas constituem um conjunto de textos elaborados por James Madison, Alexander Hamilton e John Jay, entre 1787 e 1788, que sob a liderança de Hamilton, buscavam persuadir os votantes da convenção de ratificação do Estado de Nova York no processo de aprovação da nova Constituição.

consistiram numa bem articulada interpretação da Constituição a partir de uma ótica da economia política. O conjunto da reflexão de Alexander Hamilton, aí contida, sugere, com grande clareza, como a formulação e a operação de uma política macroeconômica nacional constituía um pressuposto da edificação da nação norte-americana. A escassez de dinheiro, nos termos de Hamilton, teria uma relação direta com a situação de anarquia eminente sob os Artigos da Confederação, já que aí não estavam previstos mecanismos de coerção eficazes de aplicação da lei. As condições de calculabilidade e de confiança configuravam-se como pressupostos cruciais para os detentores de dinheiro, no sentido de realizar investimentos, diretos, ou de compra de títulos. É possível depreender a desenvoltura e o grande poder argumentativo do publicista, bem como seu amplo conhecimento da lógica da economia e da interação que poderia advir desta esfera de atividade humana com o governo, e das decisões públicas daí decorrentes.

Portanto, a prosperidade que a jovem nação poderia vir a desfrutar estava na razão direta de como as proposições de uma nova forma de organização do governo pudessem ser alcançadas. Na leitura de Beard (2004, p. 154), os autores do documento, acima citado, tinham como um de seus públicos destinatários, os grandes grupos econômicos, que deveriam ser convencidos de que o novo sistema, ora proposto, estaria provido de dois pressupostos cruciais: segurança em e de coerção, o que permitiria a construção de um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico.

Nestes termos, é razoável questionar até que ponto Sandel (1998, p. 133) está correto, quando afirma que o momento posterior à ratificação teria alterado a agenda do debate político, movendo-se de um eixo de questões permeadas por temas de natureza constitucional, para uma ênfase em problemas de ordem econômica. O meu ponto é sugerir que neste caso, num primeiro momento, as formulações genéricas de uma constituição tendem a ser construídas por meio de uma linguagem anódina, na qual se procura assegurar as bases de determinados procedimentos. Estes, por sua vez, são formulados com a perspectiva de se infligir legitimidade aos mecanismos de formação e de tomadas de decisões. Num segundo momento, quando o circuito das operações de governo se coloca em movimento, é bastante plausível que se suscitem atritos e discordâncias em relação às consequências

prováveis de determinadas medidas governamentais. As políticas que engendram dimensões controversas passam a condensar e a estruturar opiniões questionadoras frente aqueles que se encontram investidos do poder de governar.

Para Sandel (1998), as iniciativas de Hamilton deveriam ser analisadas como estratégias de *state-building*, e não, especificamente, como um conjunto de decisões vinculadas ao mundo da economia. No entanto, tenderia a argumentar que o propósito deste fundador apresentava, com muita maestria, uma percepção prática da correlação entre estes dois processos. A construção da nação dependeria, de certo modo, de como uma economia política bem equacionada viesse a ser objeto dos governantes. Assim, uma visão ampla sobre a economia constituía, para Hamilton, uma peça chave para posicionar a jovem nação, que abençoada pelos seus vastos atributos naturais, estaria obrigada a se deixar levar por uma espécie de chamamento na perspectiva da criação de um próspero futuro.

Como já apontado no item anterior, na organização do Departamento do Tesouro, Hamilton pôde contar com uma ampla liberdade de proposição. E, evocando aqui, a pergunta formulada por Stuart Mill, até que ponto as formas de governo são uma questão de escolha, se, na recente Constituição, constava que “todas as leis referentes a rendas e impostos deveriam ter a sua origem na Câmara dos Deputados?” (MEYER, 1964, p. 583). Para ser fiel à Constituição e desempenhar as suas funções, os deputados deveriam ter acesso, por intermédio do Executivo, a um conjunto de informações sobre os débitos, despesas correntes, bem como de prováveis rendas. De posse destes dados, os deputados então encaminhariam ao Secretário do Tesouro, que, assim, munido com as informações organizadas pela Câmara dos Deputados, poderia desempenhar a sua função.

Alguns deputados questionariam o que denominaram de “poderes especiais do Secretário, já que esta perigosa inovação em relação ao direito da Câmara dos Deputados, poderia trazer influências indevidas” (Idem). É bastante proveitoso refletir sobre o exercício do poder propriamente dito, numa comparação com os dispositivos previstos para esta finalidade. Tornou-se evidente que o modo como Hamilton conduzia a sua atuação, como Secretário do Tesouro, questões relativas à constitucionalidade de suas políticas, já desencadeavam contestação por parte de certas lideranças no âmbito do Legislativo.

O conjunto da legislação apresentada por Hamilton abrangia áreas interligadas por meio de políticas macroeconômicas. São elas: *The First Report on the Public Credit*, 1790; *The Second Report on Public Credit and the Report on a National Bank in December* 1790; *The Report on the Establishment of a Mint* 1791; e o *Report on Manufactures in December* 1791. Na primeira proposta constava a criação de um fundo para abrigar a dívida nacional, a encampação pelo governo federal dos débitos dos Estados, que foram contraídos durante a guerra da Independência, e a criação de um imposto sobre o consumo. A segunda proposta continha a criação de um Banco Nacional. Na quarta proposta previa-se a criação de uma espécie de Casa da Moeda. E na quinta, uma política para o setor manufatureiro.

Pode-se perceber uma articulação entre as propostas, de modo a construir um plano abrangente, o qual estava marcado pela ousadia. No sentido de ampliar a compreensão dos efeitos que estas medidas desencadearam sobre as lideranças políticas e nos distintos grupos sociais, me proponho a sintetizar as razões que levaram Hamilton a apresentar estas *policies*.

A encampação dos débitos dos Estados recebera como forte justificação o argumento de que Nação deveria honrar o seu compromisso, não apenas com os seus cidadãos, mas, sobretudo, com o governo francês e com as casas bancárias da Holanda. O contraponto que se buscava enfatizar era o de que, sob a vigência dos Artigos da Confederação, o comportamento que prevalecera fora o de uma dose de negligência e falha em honrar o serviço das dívidas. A mesma conduta ocorrera, também, em alguns estados (CHARLES, 1955, p. 227). A proposta em curso era a de esclarecer a composição da dívida que cada credor teria direito, ao discernir o principal e os juros que caberiam a cada um. Mas como estas dívidas não seriam quitadas, de forma imediata, os credores receberiam novos títulos da dívida pública. Deste modo, a *rationale* que orientara a proposição da encampação das dívidas dos Estados, nacionalizando-as com a chancela da União, adquire um sentido pleno, tanto maior quando se observa a trajetória da sociedade norte-americana, “que enquanto nação devedora, em termos mundiais, tornaram-se ao mesmo tempo, em alguns anos isolados, exportadores líquidos de capitais” (WILKINS, 2002, p. 62). Mira Wilkins, a autora da citação, ao circunstanciar o seu trabalho ao período de 1776-1914, não desenvolve o tema de



modo a recolocar a dimensão de nação devedora ao País, no período mais recente.

Para a economia política de Hamilton, apresentava-se como um elemento crucial deste projeto de construção da nação, a criação, através de uma concessão do governo dos Estados Unidos, de um banco nacional, isto é, uma instituição privada, nos moldes do Banco da Inglaterra. Mesmo que esta decisão trouxesse como implicação a ampliação da margem do débito público no processo de formação do capital acionário. No que se refere às fontes de renda que deveriam fornecer os recursos necessários ao governo, estas foram compostas pela cobrança de impostos indiretos sobre bens importados e de taxas sobre o consumo de bebida alcoólica. Os analistas apontam que a elevada dependência do mercado norte-americano em relação aos produtos ingleses tinha como pressuposto a manutenção desta fonte como um importante aporte de rendas para os cofres do governo. No entanto, a busca de alternativa na direção de uma auto-suficiência não fora objeto das políticas Hamiltonianas. As motivações que embalsamaram a configuração destas decisões podem ser apreendidas sob uma dupla vertente: uma perspectiva instrumental, isto é, manter o ritmo de uma política fiscal já consolidada, e, ao mesmo tempo, manter os laços com a Inglaterra, se levarmos em conta a sua declarada filiação afetiva com as instituições inglesas.

Outro aspecto que pretendo destacar, em relação ao desdobramento do plano de Hamilton, refere-se ao espinhoso modo de como realizar os pagamentos dos credores. Objetivamente, aqueles títulos foram submetidos a uma forte desvalorização, ao mesmo tempo, um alto período inflacionário marcou a guerra da Independência, o que implicou em altos gastos, quase extorsivos, pelo governo da Confederação. Este descompasso levou a que algumas conjecturas fossem feitas no sentido de se aplicar algum cálculo que pudesse imprimir uma racionalidade neste processo. Mas um mercado de venda e compra destes títulos desencadeou um comportamento especulativo. Um dos pontos centrais do conflito entre as lideranças políticas (aí incluído Madison) e o Secretário das Finanças deu-se em torno da seguinte questão: quem deveria receber os valores vinculados aos débitos, os credores originais destes títulos, ou todos portadores daqueles papéis, de modo indistinto, inclusive os novos credores que haviam adquirido estes papéis pautados por um comportamento puramente especulativo (FRASER, 2004;

CHARLES, 1955; KAPLAN, 2002)? Dentre estes analistas, Joseph Charles (1955) desenvolve um raciocínio bastante sugestivo. Para este historiador, a opção tomada por Hamilton, isto é, de não fazer uma distinção entre os detentores originais e os novos portadores destes títulos, residia no fato de que esta tentativa poderia vir a desencadear algum tipo de reação que pudesse trazer problemas ao governo. Ou seja, um movimento por parte destes portadores que pudesse visar um efetivo processo de reajustamento dos débitos a pagar, o que ocasionaria um dispêndio mais elevado para o Tesouro. Mas esta questão estava atravessada por uma dimensão de justiça. O mercado destes títulos ganhou um novo ímpeto quando informações privilegiadas foram difundidas, com alusões de que a intenção do governo seria a de honrar estes papéis pelo seu valor de face. O questionamento de Madison adquire maior expressão, neste momento, ao contestar as implicações sobre a noção de justiça que esta medida acarretava. Nos termos desta liderança, o fator crucial residia na necessidade de se assinalar que os originais credores eram soldados e suas famílias, bem como os fornecedores de suprimentos e de dinheiro necessários ao desenvolvimento da guerra. Principalmente numa conjuntura que se apresentava de forma sombria, com reduzidas chances de sucesso para a causa revolucionária.

A proposta de se realizar uma discriminação entre os originais e os novos portadores destes papéis, sugerida por Madison, não fora atendida por Hamilton. O argumento apresentado pelo Secretário do Estado consistia em afirmar que o conceito de crédito nacional aludia a uma única peça, de tal modo que se uma pequena parte desta fosse submetida a algum tipo de injúria, a totalidade do sistema poderia ficar prejudicada. (CHARLES, 1955, p. 229).

Submetida à Câmara dos Deputados, a proposta de Hamilton fora objeto de defesa por parlamentares próximos a ele, no entanto, a motivação primordial para a sua aprovação contou com o fato de que 29, dentre os 64 membros daquela casa, eram portadores dos títulos em questão<sup>3</sup>.

Desdobramentos desta política ainda se fariam sentir, posteriormente, quando as informações sobre estas medidas

---

<sup>3</sup> Os deputados do Estado da Pensilvânia consideraram que não fora dada adequada atenção para a proposta de Madison sobre a necessidade de se realizar uma discriminação dos portadores dos títulos públicos. O grupo ainda assinalou que o Estado citado, teria desenvolvido um mecanismo que permitiu a inclusão da discriminação, em relação aos seus credores, com resultados eficientes. Ver Charles, 1955, p. 231.

apontavam que os Estados identificados com a região denominada Nova Inglaterra teriam recebido, em termos de juros e pagamento do capital, um volume muito superior, se comparado com os Estados do Sul. Esta percepção permitiu, mais uma vez, aflorar o sentimento do regionalismo, que alimentara a estrutura dos conflitos no País ao longo do debate constitucional que gerou a Carta de 1787. Estes dados foram apresentados pelo historiador Joseph Charles (1995, p. 233), que por sua vez retoma as estatísticas do livro clássico de Charles Beard, já citado no início deste texto.

Dando continuidade a uma tentativa, preliminar, de realizar uma exposição do programa financeiro apresentado por Hamilton, me atenho, agora, à sua proposta de criação de um Banco Nacional.

O teor e a complexidade das medidas sugeridas pelo Secretário do Tesouro desencadearam não apenas contestações em relação às suas políticas substantivas, mas, igualmente, um forte questionamento do Artigo 1, seção 8, da nova Constituição, que explicitava os chamados “poderes implícitos”. Estes eram percebidos como necessários e apropriados para que o poder público colocasse em marcha suas operações de governo. O ponto de atrito residia nas duas distintas formas de interpretação da seção 8: uma leitura ampla sobre o poder de proposição que a Constituição permitia aos agentes do governo, defendida por Hamilton. E uma interpretação estrita desta seção, que, obviamente, buscava limitar o raio de intervenção do governo federal, o que se traduzia no objetivo político de Madison e demais lideranças críticas da política financeira que estava em curso.

Portanto, questões sobre a constitucionalidade da legislação proposta por Hamilton passam a ser incorporadas pelo discurso das lideranças que questionavam o alcance destas *policies*.

Neste sentido, a proposição de criação de um Banco Nacional desencadeou uma reiteração dos conflitos que passaram a ganhar mais consistência. O temor dos críticos de Hamilton consistia no pressuposto de que a ampliação e o escopo da maquinaria do governo federal, agora acrescida por um banco que, embora privado, deveria estabelecer relações diretas com os agentes públicos, significavam agregar poder, em demasia, para este braço do poder.

O relatório *Notes on the advantages of a National Bank*, elaborado por Hamilton, salientava as vantagens que instituições desta natureza proporcionam às Nações. Dentre as inúmeras aí descritas pode-se destacar os benefícios trazidos pelo o aumento do capital produtivo que, por sua vez, permitiria a manutenção do emprego, de modo mais constante, já que acrescenta ao capital real um capital artificial, na forma de crédito. As relações vantajosas entre crédito, indústria e comércio são, aí, igualmente valorizadas. A despeito da linguagem articulada, e da descrição das vantagens recíprocas entre os distintos insumos e as atividades econômicas, esta proposta contou com uma recepção, na Câmara dos Deputados, marcada pelo protesto.

O temor em relação à prevalência dos interesses do dinheiro e suas consequências funestas, ao abalar a conduta orientada pela ideia de obrigação civil, tema caro ao debate das ideias políticas ao longo do processo da Revolução norte-americana, mobilizou grupos de parlamentares na contestação da legislação proposta. Esta era percebida como o prenúncio da gestação de grandes corporações financeiras. A muitos, desde as lideranças políticas e significativos setores da opinião pública, o que parecia estar em curso era uma espécie de mimetização do desenvolvimento das instituições financeiras inglesas, e as relações de favor político que passaram a prevalecer entre o governo e estes interesses.

Uma análise crítica destas práticas ensejou a produção de um pensamento e de uma opinião que rebatiam, vigorosamente, o desequilíbrio e a degeneração das instituições políticas naquele País. Esta farta formulação sobre a gramática política, produzida pela oposição inglesa, fora objeto de atenciosa leitura pelos norte-americanos, que se posicionavam de forma contestatória diante das políticas praticadas por Hamilton.

A lei bancária fora aprovada no âmbito da Câmara dos Deputados, embora a controvérsia que ela motivara tenha levado o Presidente cogitar a possibilidade de veto. No entanto, fora dos muros do Congresso, “o público em geral olhava para suas ações (de Hamilton) com crescente receio e hostilidade. Muitas pessoas associavam as enormes dívidas e os bancos privilegiados com a decadência da virtude pública.” (DIVINE et al, 1992, p. 155).

Alexander Hamilton, dando continuidade à sua abrangente política econômica, submeteu à Câmara dos Deputados, em

dezembro de 1791, o seu Relatório sobre as Manufaturas<sup>4</sup>. Um bem elaborado pequeno tratado, no qual discorre sobre a necessidade de o governo desenvolver políticas de proteção às atividades manufatureiras e, com isto, poder acelerar o seu crescimento, bem como contornar e superar as dificuldades. Ao discorrer sobre as atividades manufatureiras não negligenciava o papel central da agricultura, pelo contrário, identificava-a como um dos pilares da economia, principalmente a norte-americana. E, na contramão em relação a Adam Smith, Hamilton defendia tarifas protetoras para a nascente indústria de seu país. Ainda no âmbito deste escopo, considerava que o governo federal deveria incentivar, através de *bounties*, a aquisição de matérias primas e a imigração de trabalhadores qualificados.

Sobre o Relatório, Kaplan (2002, p. 90) assinala que a intenção de Hamilton era a tornar os Estados Unidos “independentes de outras Nações em áreas essenciais, principalmente, na área de suprimentos militares”. O texto também favorecia a criação de um Exército e de uma Marinha. Mesmo que o Relatório demonstrasse que o setor da agricultura iria se beneficiar com as medidas propostas, os Estados majoritariamente agrícolas se opuseram à aprovação das políticas aí contidas. Considerou-se que o bloqueio em relação à importação de bens poderia implicar na redução, ou mesmo na eliminação, das compras destes Países dos produtos oriundos destas regiões agrícolas.

Para Richard Buel Jr. (1972), os críticos do Secretário do Tesouro entenderam que se estas políticas fossem adotadas, elas implicariam em aumento dos impostos, o que reiterava um típico exemplo da intervenção dos Federalistas ao se recusarem a adotar como um axioma a restrição constitucional na sua forma de conduzir o governo federal.

A firme oposição a esta proposta fora de tal magnitude, que até mesmo a Comissão Congressual que a examinara não aprovou a legislação aí contida. A derrota da proposta, já na comissão, revela um ambiente político permeado pela ideia de uma facção, na medida em que um grupo se contrapõe a determinadas políticas que o governo se propõe realizar. A centralidade das proposições de Hamilton e a formação de um agrupamento de forças ganham

---

<sup>4</sup> O trabalho de John R. Nelson Jr., *Alexander Hamilton and American manufacturing: a reexamination*, realiza um cuidadoso tratamento, do ponto de vista da histórica econômica e destaca o papel da *Society for Establishing Useful Manufactures*, que teria oferecido a Hamilton um rascunho que resultou no Relatório sobre as Manufaturas. O autor, no entanto, não deixa de salientar que inúmeras alterações foram introduzidas por Hamilton, numa rota de colisão com o texto inicial.

projeção e permitem a construção de uma linguagem política, a partir do embate e da contestação das lideranças investidas da primazia do poder de governar, por discordarem dos caminhos aí escolhidos. As políticas macroeconômicas desenhadas por Hamilton foram aprovadas, em grande parte, como se verificou, mas num cenário de críticas a estas medidas. A tônica que orientou suas políticas fora na direção do crescimento econômico, conferindo ao governo um papel fundamental como indutor neste processo. Neste sentido, buscara-se privilegiar como objetivo a prosperidade e, para tal, a montagem de uma estrutura financeira que pudesse dar retaguarda a esta meta constituía uma das partes que integravam o seu conjunto de estratégias. As desconfiças sobre as consequências destas medidas foram construídas pelo suposto de que a configuração de uma classe vinculada às finanças criaria um interesse monetário consistente, cuja influência e relações com o poder federal colocariam em risco a arquitetura do poder da república.

O elitismo de Hamilton e a sua anglofilia se traduziam na deferência por algumas das instituições inglesas, como, por exemplo, a forma de governo e a sua conexão com o projeto de pujança econômica e expansão comercial. Mas, ao mesmo tempo, reconhecia ser fundamental um executivo dotado de poderes de mando e a montagem de um exército, na medida em que a expansão comercial exigia uma prontidão para a guerra e uma projeção da Nação que se aprumava na direção de império.

No período aqui tratado, a desconfiça em relação às políticas de Hamilton guarda semelhança com o amplo debate que antecedeu a elaboração da Constituição de 1787, que situou os chamados Federalistas num embate com os Antifederalistas. Naquele momento, como se sabe, lideranças importantes, como Madison, Hamilton e Jay, questionaram a eficácia dos Artigos da Confederação e dentre os inúmeros argumentos que foram mobilizados para que a ideia de uma nova Constituição pudesse ganhar adeptos, destaco um, em especial, que me permite remeter à pergunta de Stuart Mill: “Até que ponto as formas de governo são uma questão de escolha?”.

Madison considerava que os cidadãos deseducados, pequenos comerciantes, artesãos e pequenos sitiantes, ao atuarem como representantes nos legislativos estaduais teriam aprovado leis que iam ao encontro dos interesses privados de seus eleitores, em detrimento da ideia de público. Agiam, portanto, de

modo paroquial e a partir de uma ótica essencialmente localista. Esta prática colocava em xeque os ideais republicanos e exibiu um excesso de democracia. Portanto, assinalava que “em toda parte, o legislativo estende a esfera de sua atividade e suga todo o poder para o seu vórtice impetuoso” (MADISON, n.48. *Os Artigos Federalistas*). No entanto, na primeira oportunidade de colocar em movimento os dispositivos constitucionais, até então em repouso, da nova Constituição, Madison é obrigado a reconhecer que os temores manifestados pelos Antifederalistas estavam corretos. Isto é, o novo governo nacional, mais especificamente, o seu braço executivo, e não o legislativo deteria, de fato, um poder ampliado. Além desta dimensão, o papel institucional que o executivo está investido no governo, mostrou que o estilo adotado por Hamilton, enquanto Secretário do Tesouro, fora a aplicação abrangente da tese dos poderes implícitos, presentes na Constituição, no sentido de que “estes são determinados e construídos pela própria atividade de governo” (NEGRI, 2002, p. 238). A natureza dos conflitos que emergiram ao longo do governo inaugural, sob os novos parâmetros constitucionais, pode ser dividida em duas ordens: uma que se pautara por preocupações procedimentais, e outra que se nutria de um questionamento substantivo acerca das políticas propostas. A despeito do autoelogio que a comunidade dos intérpretes da história da trajetória política norte-americana acerca da propalada capacidade de suas elites alcançarem consensos recíprocos, as comunidades políticas encerravam clivagens supostamente claras que distinguiam seus interesses, ao mesmo tempo, que determinados pressupostos constituíam o que se convencionou chamar de americanismo, o que municia, também, a recolação de novos atritos. No final do século XVIII, um processo de reacomodação das elites políticas será responsável pela imperiosa necessidade de criação de um esboço de organização de um partido de oposição que se contrapunha ao grupo no poder, os Federalistas. Tema do próximo item.

## **A disputa política e a formação de partidos**

No clássico trabalho de David Hume (1980) a percepção negativa que a ideia de partido suscitava ao longo do século XVIII, decorria do fato de que se associava este termo à facção. E esta, por sua vez, era entendida como um grupo de pessoas

que manifestavam uma animosidade em relação aos governantes. Neste sentido, considerava-se que as facções tendem a subverter o governo, e as leis perdem a sua capacidade de vincular todos os que fazem parte de uma comunidade. Para o filósofo, aos homens de uma nação espera-se prestarem assistência e proteção mútua. Buscando fazer uma espécie de taxonomia das facções, Hume assinalava que estas podiam ser divididas pelo objeto que as desencadeia: interesse, princípio e afinidade.

Expressando a sua opção por um pensamento racional, o filósofo argumenta que nesta tipologia apresentada, a facção, mais razoável, é aquela que provém dos interesses, a sua explanação é bastante clara, e nos faz lembrar o Maquiavel de *O Príncipe*. “Quando duas ordens sociais, por exemplo, a dos nobres e a do povo têm diferentes autoridades em um governo não exatamente equilibrado, estas perseguem naturalmente fins distintos”. Ao mencionar a Inglaterra, e o atrito entre *Court* e *Country*, isto é, a oposição entre os interesses ligados ao setor da manufatura e financeiro, e os interesses agrários, Hume recusa a aceitar os termos desta clivagem, já que em sua avaliação, os interesses destes dois corpos não seriam inteiramente distintos.

Os partidos baseados em princípios, segundo Hume, são aqueles que se pautam pelo primado dos princípios políticos distintos. Portanto, cada um que se vincula a um determinado princípio tende a considerar que ele é portador do direito que defende, sem reconhecer no seu antagonista, o mesmo direito. Mas, quando a diferença de princípios não produz ação contrária, uma vez que cada um pode seguir o seu caminho sem interferir no seu vizinho, pode provocar uma conduta de intolerância com aquele que lhe é o oponente.

Ao analisar os atritos políticos que emergiram na jovem república norte-americana, o historiador Hofstadter (1969) estabelece um vínculo analítico e conceitual entre Hume e Madison, na medida em que a argumentação do filósofo escocês apoia-se em apontar a impossibilidade de eliminação das causas que favorecem o surgimento dos partidos. E, ao fazê-lo, recomendava que os males dos partidos fossem controlados por meio de um espírito de moderação. Para ele, a solidez de uma ordem pública repousaria, portanto, num ambiente em que a moderação, como perspectiva do agir político e na construção da opinião pública, pudesse prevalecer diante dos fanatismos religiosos, que prosperaram na Inglaterra no século anterior.



O cenário político polarizado, como se procurou mostrar no item anterior, não contou com lideranças que observassem as recomendações de moderação formuladas pelo importante representante da cultura política britânica.

A imbricação de uma agenda que mesclava questões domésticas com problemas internacionais ajudou na amplificação do conflito. A renúncia de Jefferson, como Secretário de Estado de Washington, acirrou os termos do conflito, e marcou “o primeiro e mais longo dissenso do gabinete de Washington” (CHARLES, 1955, p. 255). Até então, os pontos de vista distintos que viriam configurar, posteriormente, os dois partidos rivais, podiam, antes da saída do Secretário, expressar suas posições díspares ainda numa estrutura de poder colegiado. Com a renúncia, não se exigiria mais dos interlocutores a necessidade de cada contendor esforçar-se para esclarecer e defender o seu ponto de vista, no sentido do convencimento do outro. As formulações sensíveis do historiador Charles, sugerem o inteligente axioma construído por Albert Hirschman no seu texto *Exit and voice*, ainda que no caso em questão, a saída possa ter sido a única opção bem como uma espécie de gênese da ideia moderna de uma oposição política.

Visando impedir a existência de partidos, a Constituição incluía uma norma impondo que os postulantes à Presidência e à Vice-Presidência não podiam vincular os seus nomes a uma chapa, mas apenas concorrer de modo separado e individualizado.

Paradoxalmente, esta regra possibilitaria, nas eleições de 1796, realizada sob uma atmosfera de desconfiança mútua, que um Republicano – Thomas Jefferson – viesse a ocupar, de modo legítimo, a Vice-Presidência. Somado àquela norma, este efeito resultara, também, da própria divisão interna dos Federalistas, isto é, a clivagem política orientada taticamente que opunha um grupo alinhado a Hamilton a John Adams, que acaba se elegendo para a Presidência, ao obter os votos necessários no âmbito do colégio eleitoral. Este governo de coalizão poderia ser denominado “de águia de duas cabeças”, para usar a ótima expressão de Maurice Duverger, quando se referia ao presidencialismo de coabitação do sistema francês. No entanto, neste período, ganharia ímpeto um movimento de polarização entre os Federalistas, que detinham a Presidência e a maioria no Congresso, e os Republicanos que, desde 1790,

já vislumbravam a necessidade de se organizar um partido de oposição<sup>5</sup>.

Levando em conta este contexto, me permite retomar a pergunta crucial posta por Stuart Mill, no início deste texto, “até que ponto as formas de governo são uma questão de escolha?”. Madison, diante deste novo cenário, desenvolvera algumas reflexões, na forma de artigos para o jornal do Partido Republicano, sobre a inevitabilidade dos partidos políticos, de modo a reconsiderar o seu argumento tal como se encontrara nos “Artigos Federalistas”. Se o eixo da preocupação do publicista consistia em discorrer sobre a necessidade de preservação de uma perspectiva política antimajoritária, sob o turbilhão da nova conjuntura a sua ênfase se desloca, agora, para a valorização da dimensão do igualitarismo e da competição. Mas, sobretudo, assinala uma nova função prevista para o partido: a de atuar de modo a desenvolver um comportamento tipificado como peso e contrapeso em relação ao partido investido do poder governamental, desde que pautado por uma perspectiva do interesse público (HOFSTADTER, 1969, p. 81).

Se o espírito de unanimidade manifestou-se nas eleições de 1788 e 1792, nas quais o colégio eleitoral investira Washington, por duas vezes, na Presidência da República, os processos eleitorais subsequentes estiveram submetidos pela *rationale* da disputa política acirrada e pela desconfiança mútua entre os contendores.

O sentido do pragmatismo político em relação à necessidade de se obter, ampliar e conservar um alinhamento de forças políticas conspirava em relação à posição madisoniana sobre ser desejável a presença de um partido que se colocasse na perspectiva de acompanhar, criticamente, o partido da maioria no poder da maquinaria pública. Paixões turbulentas, intrigas, mistificações, malignidade e oportunismo partidário passam a contaminar o ambiente hostil da política marcada pela rivalidade.

---

<sup>5</sup> O término da Presidência de John Adams contou com uma iniciativa pouco ortodoxa: a nomeação de grande número de Federalistas para os tribunais federais, o que Jefferson chamou de “juizes da meia noite”. Ver DIVINE et al. (1992). Sobre este mesmo episódio, porém, Hofstadter (1969) o apresenta de modo mais abrangente, ao assinalar que os Federalistas, na condição de *lame duck*, duas semanas antes de deixar o governo teriam ampliado o judiciário federal de modo a acrescentar 16 novos circuitos de cortes judiciais. Esta medida se completava com a nomeação de pessoal para todos os distintos cargos. O encastelamento dos Federalistas no judiciário ainda renderia o caso Madison X Marbury, em 1803, considerado a fonte do controle de constitucionalidade difuso no direito. Ao mesmo tempo em que se consolidou a tese do *judicial review* e da Suprema Corte como garantia da Constituição.

Para exemplificar esta rivalidade Hofstadter (1969, p. 113) se refere aos extremismos, tanto dos Republicanos como dos Federalistas, que se recusavam a uma adesão aos princípios que valorizassem os partidos da oposição como agências portadoras de críticas. Do mesmo modo, um movimento na direção da organização de milícias fora desencadeado por lideranças no Estado de Virginia em represália às medidas tomadas pelos Federalistas interpretadas como uma predisposição de Hamilton de eliminar a oposição, como as leis do Estrangeiro e da Sedição *Alien and Seditious Acts*. Esta legislação fora contestada pelas Assembleias dos Estados de Kentucky e de Virgínia, o que significava na prática, que o governo da União estaria diante de uma crise na qual se questiona a sua autoridade enquanto um ente político de expressão nacional.

O endurecimento dos Federalistas, por sua vez, teria sido a resposta à organização de sociedades defensoras dos ideais Republicanos em vários Estados. Que, por sua vez, foram mobilizadas para se oporem à criação de um exército e de uma possível declaração de guerra com a França.

Nos termos de Hofstadter (1969, p. 114), esta espiral acionada por uma cadeia de eventos que se retroalimentavam somente pôde entrar numa zona de acomodação pela intervenção das lideranças moderadas dos dois partidos, ou seja, as “ alas centrais, os moderados de ambos os partidos foram mais fortes que os extremistas e, juntos, exerceram uma força centrípeta”.

Levando em conta a notória celebração da sua própria história que grande parte da comunidade acadêmica norte-americana reproduz, é possível questionar se “uma competição de tipo bipartidário” não representaria um limite, uma espécie de véu, que tenderia a obscurecer as contradições engendradas. Mesmo porque este interregno de relativo compromisso voltaria a enfrentar uma área de turbulência que, dado o aprofundamento de uma nova crise, desencadearia o colapso do sistema político e da noção mesma de comunidade de destino. Refiro-me ao dramático momento vivenciado durante a Guerra Civil (1861-1865).

A sofisticada percepção de Alexis de Tocqueville, presente no seu clássico *Democracia na América*, sobre a força vinculadora dos processos de gênese ao longo da história e do desenvolvimento das nações, é facilmente identificável, no caso norte-americano. Para nos atermos em alguns dos pontos que aqui foram assinalados, o bipartidarismo como forma de organização da

disputa política desde o seu início acabou por modelar o sistema de partido no País. Quais teriam sido as razões da capacidade de permanência deste formato de organização da vida política nos Estados Unidos? Até que ponto podemos atribuir esse resultado ao fato de que, nos momentos decisivos de sua história política, as questões essenciais puderam estar submetidas a um tipo de clivagem que expressava na contraposição entre dois grandes blocos?

Este dualismo persistente tem sido objeto de discussão e mesmo de orgulho nacional, ao longo de décadas. Sobre este tema, o historiador Hofstadter (1972, p. 216) apresenta uma definição de partido político “como estruturas sociais de bases amplas, intermediárias e regulares entre a opinião pública e os processos parlamentares de tomada de decisões”. A nota de elogio se desdobra em duas passagens: a primeira remete à afirmação de que “os Estados Unidos foram a Nação pioneira no desenvolvimento do partido político moderno”; a segunda refere-se ao processo de constituição dos Republicanos e da alternância de poder nas eleições que levaram Jefferson à Presidência, em 1800. “O precedente norte-americano da transição pacífica do poder de um partido do governo para um partido opositorista”.

O tratamento não matizado do processo no texto de Hofstadter na coletânea acima mencionada contrasta com a abordagem analítica cuidadosa que o historiador realiza em seu livro clássico *The idea of a party system* (1969), que foi a base de minhas considerações preliminares desenvolvidas neste item.

Sabe-se que as instituições exigem tempo para poder ganhar consistência e significado junto ao conjunto do aparato que constitui um sistema político. Do mesmo modo, um excesso de estabilidade pode vir a desencadear processos que levam a uma situação disfuncional. Se acatamos a ideia de que um sistema político deve ser responsável pelas consequências distributivas que engendra, então, é plausível considerar que este sistema está construído a partir de um eixo cuja *rationale* é a de que *the winner takes all*.

SOUZA, M. T. Converting debit into credit: the Hamiltonian system and the emergency of a two-party system in United States. *Perspectivas*, São Paulo, v. 51, p. 99-118, jan./jun. 2018.

■ **ABSTRACT:** *In this paper, the debate about the fiscal propositions of Alexander Hamilton in 1787 is recalled to analyze the genesis of the bipartisan system in the United States. In the context of Stuart Mill's question of to what extent forms of government are a matter of choice, it is argued that the political division generated around the dilemma of what the Treasury Department's attributions should be evolved into structuring a two-party system, showing how the unexpected contingencies and the operationalization of existing laws can mean a mismatch with constitutional provisions. Initially, the policies presented by Hamilton to the First Congress are revisited, regarding its financial program for the public debt and the creation of a National Bank as well, and seek to synthesize the motivations of this legislator in such process. The discussion is further developed by adding domestic and international themes that aggravated the conflict between the groups involved in the US government, leading to the creation of an opposition to the federalists and to what would ultimately be against the norms established by the Constitution and by the conjuncture of the time: the formation of two parties.*

■ **KEYWORDS:** *Political institutions. Constitutional provisions. American two-party system.*

## Referências

BEARD, C. A. *An economic interpretation of the Constitution of the United States*. Nova Iorque: Dover Publications, 2004. [1913]

BUEL JR, R. *Securing the revolution*. Ithaca: Cornell University Press, 1972.

CHARLES, J. Hamilton and Washington: the origins of the American party system. In: *The William and Mary Quarterly*. Third Series, vol. 12, n. 2, p. 217-267, 1955. Publicado por: Omohundro Institute of Early American History and Culture. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/1920507>>. Acesso: 10 mar. 2010.

DIVINE, R. et al. *América: passado e presente*. Rio de Janeiro: Editorial Nórdica, 1992.

FRASER, J. A. *Alexander Hamilton's economic plan: the origin of the two-party system*. Harvard. Westlake School, California. Working Paper, 2004.

HOFSTADTER, R. *The idea of a party system: the rise of legitimate opposition in the United States, 1780-1840*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 1969.

HOFSTADTER, R. Os partidos políticos. In: WOODWARD, C. V. *Ensaio comparativos sobre a história americana*. (Tradução de Octavio Mendes Cajado). São Paulo: Editora Cultrix, 1972, p. 217-229.

HUME, D. Acerca de las facciones. In: LENK, K. & NEUMANN, F. (eds.) *Teoría y sociología críticas de los partidos políticos*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1980, p. 79-81.

KAPLAN, L. S. *Alexander Hamilton: ambivalent anglophile*. Wilmington: Scholarly Resources, 2002.

MADISON, J; HAMILTON, A.; JAY, J. *Os artigos federalistas 1787-1780*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

MEYER, F. W. A note on the origins of the "Hamiltonian System". In: *The William and Mary Quarterly*. Third Series, v. 21, n. 4, p. 579-588, 1964. Publicado por: Omohundro Institute of Early American History and Culture. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/1923309>> Acesso: 10 mar. 2010.

MILL, J. S. *Considerações sobre o governo representativo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

NEGRI, A. O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade. Tradução de Adriano Pilatti. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

WILKINS, M. Os Estados Unidos como nação devedora: da Independência até 1914. *História econômica & história de empresas*, Belo Horizonte, v.5, n. 1, p. 59-85, 2002.

SANDEL, M. J. *Liberalism and the limits of justice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

# O RETORNO DA GEOPOLÍTICA E A ATUALIDADE DE RATZEL: NOTAS SOBRE UM DEBATE BRASILEIRO

Marcos Antônio Fávaro MARTINS<sup>1</sup>  
André Roberto MARTIN<sup>2</sup>

■ **RESUMO:** O trabalho tem um duplo objetivo. Em primeiro lugar avaliar a importância dos conceitos geopolíticos para a compreensão da atual conjuntura política do Brasil, e em segundo, identificar a influência do pensamento de Friederich Ratzel (1844-1904) em duas concepções contemporâneas que buscam a renovação da geopolítica brasileira. No desenvolvimento do texto, assinala-se que os conceitos ratzelianos de “Espaço” e “Posição” estão presentes tanto nas concepções de André Roberto Martin quanto nas de Samuel Pinheiro Guimarães, filiando-os, portanto, ao realismo geopolítico. Além disso, verificou-se que outra ideia basilar de Ratzel, também presente entre os pensadores brasileiros, é o entendimento de que o domínio técnico do meio é um elemento crucial na separação entre os “Estados-sujeito” e os “Estados-objeto” da História no cenário internacional.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Geopolítica. Política internacional. Desenvolvimento. Concepção geopolítica. Relações norte/sul.

## Introdução

O presente texto pretende analisar a realidade do Brasil contemporâneo a partir da retomada das ideias principais de Friedrich Ratzel (1844-1904), o pai fundador da Geografia Política. Partiu-se da compreensão de que essa realidade pode ser descrita pela seguinte dualidade: de um lado temos a exuberância e a

---

<sup>1</sup> UNIP – Universidade Paulista. Instituto de Ciências Sociais e Comunicação, Curso de Relações Internacionais. São Paulo – SP – Brasil. 01533-000. E-mail: marcosfavaros84@gmail.com.

<sup>2</sup> USP – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Departamento de Geografia. São Paulo – SP – Brasil. 05344-020. E-mail: andremartin@usp.br.

potência de um território, que se projeta para a América do Sul, para a África e para a Antártida, e sobre o qual se sustenta o poder nacional brasileiro; por outro, persiste a consciência subalterna de uma classe dirigente que enxerga o mundo apenas como “o lugar dos negócios transfronteiriços”, e não como “um tabuleiro em que se luta pelo poder”.

Com base nessa premissa, esse artigo apresenta os pressupostos teóricos de Friederich Ratzel como fundamentos válidos para a interpretação do projeto brasileiro de potência. Neste particular, o artigo também coteja duas interpretações sobre a realidade brasileira contemporânea: uma oriunda da Geografia à qual pertencem os autores destas linhas, e a outra, de autoria do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. Ambas estão impulsionadas pela busca de uma aproximação entre a diplomacia e a geopolítica, com vistas à construção de uma bússola que possa servir de orientação para a nossa política externa.

Desse modo, o artigo está sistematizado em duas grandes seções: na primeira, apresentam-se as linhas gerais do pensamento ratzeliano, entendido sinteticamente como o método geográfico de se pensar o fenômeno estatal; e na segunda, colocam-se em tela a concepção “meridionalista” por nós esposada, e o “grande Estado periférico” de Samuel Pinheiro Guimarães, ambas, como procuraremos demonstrar, influenciadas pelas ideias seminais do grande geógrafo prussiano.

## **Ratzel como o pai fundador de uma teoria geográfica do Estado**

A literatura normalmente classificada como Teoria Geral do Estado costuma definir o Estado moderno como sendo uma espécie de amálgama entre “um povo, um território e uma organização política” (ZIPPELIUS, 2016). Definição essa tão útil quanto sintética, ela resume os cinco séculos de pensamento político sobre o Estado e o seu poder. Sintetiza as teses de Maquiavel sobre a natureza do poder político e a estabilidade como um valor supremo; os argumentos de Hobbes sobre a natureza da autoridade e da soberania; e resume ainda a teorização de Montesquieu sobre a importância da estrutura institucional para a comunidade política.



Pouco, porém, os clássicos do pensamento político fizeram para o real entendimento das relações que um Estado possui com o seu território: está subentendido em Maquiavel que os Estados apresentam variadas condições de defesa que estão diretamente vinculadas às suas condições sociais, e que tais condições são passíveis de um exercício de mensuração (MAQUIAVEL, 1983, p. 43-44); Montesquieu por sua vez deixou claro que o tamanho excessivo dos territórios pode fundar tiranias, mas avançou pouco na demonstração dessa tese, e boa parte de suas considerações geográficas se perderam em um determinismo naturalista simplificador. Isto não obscurece obviamente a importância de sua contribuição para a análise e a própria estruturação do Estado moderno, mas o fato é que suas ideias pouco acrescentaram à compreensão da dinâmica do sistema interestatal, e de que o Estado representa também um fenômeno geográfico (MONTESQUIEU, 1973).

Veio da Geografia Científica, já em fins do século XIX, a crítica à teoria política clássica, acompanhada pela proposta de uma teoria geográfica do Estado:

Como o Estado não é concedível sem território e sem fronteiras, constitui-se rapidamente uma Geografia Política, e ainda que nas ciências políticas em geral se tenha perdido freqüentemente de vista a importância do fator espacial, da situação etc., considera-se, entretanto como fora de dúvida que o Estado não pode existir sem um solo (RATZEL, 1983, p.93).

O autor dessas críticas foi o geógrafo alemão Friedrich Ratzel, e o núcleo de suas ideias influenciou praticamente todo o pensamento geopolítico do século XX: ao propor a criação de uma nova disciplina, a Geografia Política, entendida como sub-ramo da Geografia Científica, Ratzel propôs-se a estudar a apropriação política da superfície da Terra por parte dos diferentes grupos humanos. De sua vasta obra não podem deixar de ser mencionados os dois volumes da *Anthropogeographie* (primeiro volume publicado em 1882, o segundo em 1891) e o *Politische Geographie* (1897).

Por meio de um exaustivo exercício de comparação entre a história da vida política dos povos em relação às condições ambientais do planeta, Ratzel estabeleceu um raciocínio integrando elementos da História, da Geografia, e da Etnologia. Zóologo e geólogo de formação, Ratzel foi também jornalista,

e lutou na guerra franco-prussiana (1870-1871) que levou ao nascimento do Estado alemão. Em seguida viajaria pelos Estados Unidos, cujas experiências iriam influenciar fortemente suas concepções. Vamos a um breve resumo sobre aquelas relacionadas ao espaço geográfico político.

Para Ratzel o Estado surge como produto de um desenvolvimento civilizatório avançado, o qual consiste fundamentalmente no gerenciamento por parte da comunidade política, de grandes extensões de território. A partir do momento em que um povo deixa a sua condição de nômade, ele passa a ter oportunidade de desenvolver um aparato técnico de controle e defesa territorial que é a base da organização estatal. Não obstante, quanto mais antiga for a condição de sedentarização de um povo sobre um território, maior será o desenvolvimento técnico desse povo, pois mais equipado será o seu território.

Aqui o conceito de “civilização” é entendido como o acúmulo de técnicas desenvolvidas por um grupo humano ao longo do tempo, o que possibilitaria ao mesmo um maior grau de manipulação sobre o meio que o circunda (RATZEL, 1990, p.133). O homem, portanto, deve fixar-se ao solo, e a partir dele subsistir, procriar, desenvolver seus aparatos técnicos para, a partir daí, não só garantir a sobrevivência do grupo a que pertence, como também ajudar a influenciar ou até sobrepor-se aos povos limítrofes.

Por isso, existe dentro das concepções do autor alemão um elemento, que nem sempre é reconhecido pelos seus comentadores, e que distingue os Estados fortes dos Estados fracos: esse elemento está no desenvolvimento civilizacional que implica no domínio técnico do meio geográfico. Os povos considerados “subdesenvolvidos”, nesse caso, seriam justamente aqueles que apresentam dificuldades em desenvolver e assimilar novas tecnologias. Em contraste, os povos desenvolvidos seriam precisamente os que conseguem desenvolver novas ferramentas, máquinas e processos produtivos, o que lhes permite conquistar e manter grandes territórios sob seu controle. A capacidade de garantir o domínio sobre extensas áreas é o que representaria em suma, a essência do que chamamos de “civilização”. Partindo dessas referências é possível desenvolver um raciocínio voltado para a interpretação das relações internacionais de nosso tempo, no qual a dicotomia entre Estados tecnologicamente dependentes e Estados difusores de inovações seja o fio condutor.

Nesse sentido, é interessante notar um alto grau de materialismo no pensamento ratzeliano. O homem é concebido como um animal técnico, capaz de se amalgamar ao meio, de se territorializar, de criar e impor a sua cultura. Para Ratzel, a lógica da conquista territorial é de natureza cumulativa: quanto maior o tamanho do território conquistado maior a capacidade de gerenciamento que esse povo terá que desenvolver, ou em outras palavras, quanto maior a quantidade de recursos à disposição de um povo, maior o seu poder. Por isso as categorias chaves do pensamento ratzeliano são precisamente: Espaço (*raum*) e posição (*lage*). Otávio Tosta (TOSTA, 1984, p. 09) interpreta que *raum* deve ser traduzido como a extensão territorial do Estado, e *lage* como a posição geográfica de um Estado em relação a todos os demais.

Nosso autor lembra que mesmo antes da formação do Estado, os povos nômades eram influenciados pelas condições geográficas relativas à sua posição: a área de trânsito ou de alocação de um povo influencia a sua vocação econômica, as suas necessidades de defesa, e são cruciais as relações que tal povo vai ter com o oceano. Um povo, quando se sedentariza e forma um Estado também estabelece uma posição em relação aos seus vizinhos, que podem estar em condições mais ou menos evoluídas em termos de desenvolvimento técnico. Nesse contexto, as características naturais da superfície do planeta oferecem uma espécie de “moldura” dentro da qual os diferentes povos terão condições de desenvolvimento diferentes:

Cada parte de la Tierra otorga a los países y pueblos determinadas características y – de igual manera – cada parte de esa parte, según su ubicación. En esta se halla incluido el clima, las plantas, la cultura y la situación política; en todos esos factores residen los efectos que se producen por pertenecer a un determinado continente, a parte de él, a un océano o por la vecindad de algún río o montaña. (RATZEL, 1975, p. 15).

O espaço, por sua vez, diz respeito à quantidade de território que um determinado grupo possui – ele é a condição básica para a sua sobrevivência-, sendo que, a pressão demográfica e o grau de evolução cultural desse povo, implicará na demanda por mais território.

Em um patamar mais amplo, a Humanidade aparece confinada dentro da porção de superfície habitável do planeta –

o *ecúmeno* – o qual ela luta constantemente para ultrapassar, conforme se desenvolve. Em conclusão, o elemento humano sempre se esforçará para ocupar o que antes não era habitável (RATZEL, 1975, p. 34).

O conceito de *ecúmeno* é interessante, pois demonstra que Ratzel constatou a existência de duas lutas que constituem forças históricas importantes, formatadoras da sociedade como a conhecemos. Uma dessas lutas se dá entre as sociedades humanas e a natureza: nela a Humanidade se esforça em conjunto pela expansão do *ecúmeno*, pela ocupação do que ainda é inabitável, pela exploração econômica das grandes selvas, dos grandes desertos, das grandes geleiras; enquanto que, dentro do *ecúmeno* se desenvolve a luta acirrada pelo espaço habitável, onde quem prevalece é o Estado de grandes proporções territoriais, culturalmente mais desenvolvido, territorialmente mais organizado e com excedentes demográficos para a prática da colonização.

Um terceiro conceito que tem um valor especial dentro do pensamento ratzeliano – principalmente por causa de seu impacto histórico – é o de “*espaço vital*”. Ele está relacionado ao apetite territorial que culturas mais avançadas possuem, visando permanentemente aumentar seus territórios. Representaria em suma a quantidade de território que um determinado Estado precisa anexar para satisfazer as necessidades do seu povo, as quais tendem a se renovar conforme se verifica o desenvolvimento cultural do mesmo e a intensificação do uso solo (RATZEL, 1975, p 32).

O conceito de “*espaço vital*” causou grande polêmica, uma vez que foi utilizado como legitimador da política expansionista alemã do Terceiro Reich (1933-1945). Contudo, não só os nazistas fizeram uso das ideias de Ratzel, nem elas servem apenas a objetivos políticos expansionistas: o potencial explicativo delas, a rigor, complementa as lacunas deixadas pelo pensamento político clássico, e dá forma a concepções geopolíticas de diferentes matizes ideológicas.

## **As leis de Ratzel do desenvolvimento territorial dos estados**

Do que foi exposto até aqui se conclui que, para Ratzel, a dinâmica que rege os territórios possui a propensão de se expandir

ou de se retrair conforme uma lógica ditada por necessidades materiais. Essa lógica foi organizada pelo pensador naquilo que denominou de “leis de crescimento espacial dos Estados”, as quais podem ser descritas de maneira sucinta, da seguinte forma:

As dimensões do Estado crescem com a sua cultura:

O crescimento do Estado segue outras manifestações do crescimento dos povos, que necessariamente devem preceder o crescimento do Estado;

O crescimento do Estado procede pela anexação dos membros menores ao agregado. Ao mesmo tempo a relação entre população e terra torna-se continuamente mais próxima;

As fronteiras são o órgão periférico do Estado, o suporte e a fortificação de seu crescimento, e participam de todas as transformações do organismo do Estado;

No seu crescimento, o Estado esforça-se pela delimitação de posições politicamente valiosas;

Os primeiros estímulos ao crescimento espacial dos Estados vêm lhes do exterior;

A tendência geral para a anexação e fusão territoriais transmite-se de Estado a Estado, e cresce continuamente de intensidade.

(RATZEL, 1990, 75)

De maneira direta ou indireta, estas “leis do desenvolvimento territorial dos Estados”, representaram o principal suporte teórico para as principais concepções geopolíticas do século XX, notadamente aquelas formuladas por Halford Mackinder e Nicholas Spykman, os mais importantes definidores da grande estratégia das potências anglo-saxônicas do período.

## **A noção de “concepção geopolítica”**

Quando é formada a comunidade política – seja ela nos modelos do Estado Nacional ou dos grandes impérios territoriais da antiguidade – é comum que as suas elites elaborem cosmovisões sofisticadas a respeito do uso e posse do território, de maneira que fiquem claras as suas vulnerabilidades e suas possibilidades de projeção para o cenário externo. O Tratado de Tordesilhas (1494), por exemplo, descreve em suas entrelinhas a vontade de construção de uma comunidade internacional católica, cujo centro de poder seria o condomínio das potências

marítimas da península Ibérica. É verdade que esse projeto nunca se concretizou em sua totalidade por razões políticas, tecnológicas e demográficas. Contudo, os conceitos lançados pelo tratado serviram de balizamento e orientação para as políticas de Espanha e Portugal nos primeiros séculos da modernidade (MARTINS, 2016).

Outros exemplos podem ser acrescentados, como as várias propostas de *"Patria Grande"*, dos diferentes caudilhos hispano-americanos do século XIX, dentre os quais permanecem proeminentes as ideias republicanas de Simón Bolívar (1783-1830). Nesse caso, a convulsão derivada do processo de emancipação política e o localismo característico da cultura política latino-americana distanciaram as ideias integracionistas da objetividade dos fatos.

No século XX, as grandes potências se orientaram por concepções geopolíticas altamente sofisticadas que faziam uso dos postulados de Ratzel nas suas formulações. Nesse particular são sempre citadas, nos manuais, as concepções do general alemão Karl Haushofer (1869-1946), que interpretou o momento histórico em que viveu como dominado por um movimento basculante, no qual declinavam as velhas potências colonialistas, Inglaterra e França, e emergiam as jovens e vigorosas novas potências industriais, a Alemanha, os EUA, o Japão e a URSS. Se combinadas, essas quatro novas potências poderiam gerenciar o mundo em regime de condomínio, cada qual à frente de seu "bloco" geopolítico (TOSTA, 1984; MELLO, 2015). Esses blocos de países foram batizados de *pan-regionen*, isto é, "regiões-totais", onde no interior de cada qual os capitais, a força de trabalho e as terras a explora seriam abundantes.

Mas voltemos à concepção geopolítica de Halford J. Mackinder (1861-1947), a primeira a interpretar o mundo como um sistema político fechado (MELLO, 2015). Mackinder concebeu um mundo hierarquizado em regiões estratégicas, dentro de um esquema concêntrico no qual a região de maior importância geopolítica seria a planície do interior da Eurásia, que o autor chama em um primeiro momento de *Pivot area* (MACKINDER, 1975, p.74) e em um segundo momento de *Heartland* (MACKINDER, 1996, p.28). Para o autor o Estado que dominasse tal planície teria influência direta nas extremidades da Eurásia, o *Inner crescent* (crescente interno), o que equivaleria à conquista do mundo, uma vez que, segundo sua concepção, Europa, Ásia e África representavam uma mesma unidade geográfica, reunindo a maior área e a maior

parte da população do planeta, enquanto Austrália, América do Norte e América do Sul apareceriam como zonas periféricas da sociedade internacional.

O grande objetivo de Mackinder ao expor sua concepção era alertar o Estado inglês quanto aos perigos de unificação da Alemanha e da Rússia numa parceria geoestratégica, o que poderia acontecer por meio de uma aliança militar ou pela conquista de um pelo outro. A soma das potencialidades geopolíticas da Rússia com a capacidade industrial e inventiva da Alemanha poderia criar um império continental inexpugnável, o que seria o prelúdio da supremacia do poder das potências terrestres sobre as potências insulares no mundo.

Durante os anos de Guerra Fria (1948-1991) os EUA se esforçaram para conter o avanço do comunismo rodeando o território soviético de alianças militares cuja principal sempre foi a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). O sistema era completado pela Organização do Tratado do Sudeste Asiático (OTASE) e a Organização do Tratado Central (CENTO). Essas três organizações de caráter militar sitiavam a URSS, respectivamente, pela Europa, pela Ásia e pelo Oriente Médio. Conhecida pelo nome de *Containment*<sup>3</sup>, a doutrina estratégica de segurança dos EUA teve suas origens mais profundas na concepção geopolítica de Nicholas J. Spykman (1893-1943), defensor da tese de que o imperativo estratégico dos EUA consistiria em impedir a unificação política da Eurásia por um único poder político ou por poucos poderes políticos. A Eurásia possuía, em 1941, duas vezes o tamanho e sete vezes a população da América do Norte (SPYKMAN, 1944, p. 432), de maneira que a sua unificação diminuiria o poder relativo dos EUA no contexto internacional.

Assim sendo, Spykman foi partidário da intervenção estadunidense na segunda Guerra Mundial (1939-1945), uma vez que a vitória do eixo dividiria a Eurásia em apenas dois Estados: a Alemanha e o Japão. Para Spykman, os EUA deveriam colaborar para a destruição do projeto territorial da Alemanha e do Japão e, depois de terminado o conflito, estacionar o seu poderio nas extremidades da Eurásia, impedindo o expansionismo

---

<sup>3</sup> Em linhas gerais, os manuais de Geopolítica apontam como formulador da doutrina do *Containment* o diplomata estadunidense George Frost Kennan (1904-2005). Essa não é uma informação incorreta, mas que precisa ser expressa de forma completa. Kennan publicou em 1947 no artigo *The sources of soviet conduct* as grandes diretrizes da grande estratégia dos EUA para a Guerra Fria. Contudo, os fundamentos geopolíticos das ideias de Kennan estão presentes de maneira clara na concepção geopolítica de Spykman. Por isso, é mais preciso dizer que o que Kennan fez foi uma releitura criativa da obra de Spykman.

de uma URSS vitoriosa e consolidando a hegemonia mundial estadunidense.

Como se pode concluir, os conceitos ratzelianos de *Lage* e *Raum* estão subjacentes tanto nas teorias geopolíticas de caráter telurocrático como a de Haushofer, quanto nas visões talassocráticas de Mackinder e Spykman. Indiretamente o conceito de *Heartland* mackinderiano está associado às categorias ratzelianas de “espaço” e “posição”; e o mesmo pode se dizer da ideia de *Rimland*<sup>4</sup> de Spykman. Representam desenvolvimentos da teoria geral, aplicados empiricamente sobre a superfície da Terra. Tanto Mackinder quanto Spykman lançaram as bases para o pensamento estratégico da Guerra Fria influenciando analistas e *policymakers* na interpretação da ordem bipolar. No pós-Guerra Fria, os postulados da Geopolítica clássica foram submetidos ao crivo crítico dos liberais em um processo muito mais político e ideológico do que propriamente científico. Porém no Brasil dos anos 1990, duas concepções geopolíticas vieram a público, resgatando a Geopolítica clássica, mas a partir de novas abordagens. Elas retomaram Ratzel, mas colocaram o Brasil no centro do mundo. Vamos examiná-las.

### **A atualidade de Ratzel e o debate brasileiro: a interpretação sobre duas concepções**

O Brasil do século XX foi um núcleo produtor de pensamento geopolítico. O desenvolvimentismo brasileiro demandava uma concepção avançada que interpretasse os grandes traços do horizonte histórico do jovem país em desenvolvimento. Assim, concepções tais como as de Mário Travassos (1891-1973), Golbery do Couto e Silva (1911-1987), e Therezinha de Castro (1930-2000), que foram publicados em diferentes momentos do período desenvolvimentista brasileiro, expressam a evolução de um pensamento geopolítico original, num esforço de adaptação das teorias clássicas da geopolítica, à realidade brasileira.

---

<sup>4</sup> Spykman dá o nome de “Rimland”, para o conjunto de regiões (a maior parte delas penínsulas) que compõem as extremidades da Eurásia. Para o autor o Rimland é a região mais importante do planeta, não apenas por que ela é formada pelas regiões mais populosas do mundo, mas também por que ela é a chave do controle da Eurásia. Para Spykman, o objetivo estratégico dos EUA se resumia em impedir que grandes potências surgissem no Rimland, o que justificava a presença militar de Washington nessa região. Tal presença também serviria como uma barreira de contenção para o expansionismo territorial da Rússia, conforme mostramos no texto.



A redemocratização do país, ao longo da década de 1990 coincidiu com o abandono do paradigma desenvolvimentista e a ascensão da agenda neoliberal. As reformas introduzidas no período, centradas na privatização de empresas estatais, valorização do câmbio e abertura aduaneira foram responsáveis pelo fim do “imposto inflacionário”, mas combinado a um aumento exponencial das taxas de juros. O que se verificou em seguida foi o crescimento do desemprego e o conseqüente aumento do nível de pobreza e desigualdade social do Brasil. Além disso, entre os impactos negativos, o mais visível foi sobre o patrimônio industrial, construído pelo país nos sessenta anos anteriores e dilapidado pela valorização artificial do câmbio. Tal fato não passou despercebido por quem avalia a realidade socioeconômica a partir de postulados geopolíticos. É o que veremos a seguir.

### **O Brasil concebido como um “grande Estado periférico”: notas sobre o pensamento de Samuel Pinheiro Guimarães**

Em 1999 vem a lume o livro *Quinhentos anos de periferia*, livro este destinado a se tornar um clássico do pensamento estratégico nacional. Tal trabalho teve continuação em *O desafio brasileiro na era dos gigantes* (2006) e numa sequência de opúsculos menores, que portavam o mesmo teor de preocupação: as condições de desenvolvimento do Brasil em um mundo secularmente bipartido entre o grupo de países de capitalismo central e a periferia.

Em larga medida, o autor é influenciado por Hélio Jaguaribe (1923-2018) e pelos economistas da Comissão Econômica da América Latina (CEPAL) ao conceber que a modernidade capitalista fundou uma ordem econômica hierarquizada entre “centro” e “periferia” com difíceis possibilidades de ascensão dos países do último grupo. Mas Pinheiro Guimarães também acaba sendo um tributário de Ratzel, na medida em que valoriza as grandes extensões de território como fonte de poder, o comércio como um instrumento e uma manifestação do poder de uma sociedade, e o desenvolvimento tecnológico como imperativo estratégico brasileiro.

A dicotomia entre o centro e a periferia na sociedade internacional não pode ser considerada como uma ideia exclusiva do autor. Ainda que tenha suas raízes mais profundas no pensamento de Lenin (1972), tal dicotomia se consagrou com a teoria da dependência, da CEPAL e, posteriormente, chegou às relações

internacionais através dos trabalhos de Juan Carlos Puig (1928-1989) e Hélio Jaguaribe, precursores do pensamento “autonomista” nas Relações Internacionais.

Segundo Pinheiro Guimarães, a causa da globalização econômica foi a colonização europeia, que por meio de práticas econômicas assimétricas estabeleceu a hierarquia internacional, primeiramente baseada na dualidade colônia /metrópole para se transformar, a partir do século XIX, na dualidade países centrais/países periféricos. Assim, estes últimos caracterizam-se pelo passado colonial e pela dificuldade de assimilação tecnológica, cristalizando-se uma rígida ordem internacional (GUIMARÃES, 2002). Os Estados Unidos nesse sentido seriam um exemplo dentre o seletivo grupo de países que ascenderam da periferia para o centro do sistema.

A partir dessa moldura, Samuel Pinheiro Guimarães deriva dois conceitos originais e de indiscutível importância teórica para a discussão da realidade brasileira. São eles os conceitos de “grande Estado periférico” (GUIMARÃES, 2002, p. 17) e “estruturas hegemônicas” (GUIMARÃES, 2002, p. 25). Começamos pelo primeiro.

Sinteticamente, o grande Estado periférico define-se como sendo o Estado da periferia que possui condições mínimas para realizar uma “política de potência”. Estados tais como o Brasil, a Argentina, a Índia e o Irã possuem grandes territórios, grandes populações e capacidade industrial, o que os torna exemplos de Grandes Estados Periféricos. Em contraste a essas capacidades, os grandes Estados periféricos possuem as vulnerabilidades que são características das demais sociedades periféricas.

Tais vulnerabilidades se caracterizam pela dependência econômica e tecnológica, pelo altíssimo nível de pauperismo de sua população, produto das desigualdades de riqueza acumuladas por séculos, e das péssimas condições da vida urbana nesses países. Dadas as estruturas de poder pouco sofisticadas dessas sociedades, é comum que os grandes Estados periféricos tenham dificuldades de manter sistemas políticos democráticos por longos períodos.

Para ascender os grandes Estados periféricos necessitam superar suas vulnerabilidades internas, confrontar os empecilhos internacionais e fundar democracias duradouras.

É interesse dessa classe de Estados evoluírem para o centro do sistema capitalista, a exemplo do que fez a China nos últimos

trinta anos, porém os países de capitalismo central trabalham para conter a ascensão de novos atores internacionais poderosos. Os Estados Unidos, como Estado mais poderoso do mundo no segundo pós-guerra, é o maior interessado na contenção de novos polos de poder capazes de serem seus concorrentes na ordem internacional.

Para conter a ascensão dos Grandes Estados Periféricos e para perpetuar a sua posição na ordem internacional, os EUA usam os recursos tradicionais do poder nacional (as armas, a riqueza e a ideologia) e uma forma relativamente nova de expressão de poder na sociedade internacional, e que pode ser denominada de “estruturas hegemônicas”. São elas, basicamente, as organizações internacionais ou foros de concertação entre os Estados, os quais são importantes para manter a estabilidade do sistema internacional, mas que atuam influenciadas pela ideologia e pelo poder econômico dos EUA. Segundo Pinheiro Guimarães, a própria ONU constitui uma estrutura hegemônica, principalmente o Conselho de Segurança (CS) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Fora da ONU são estruturas hegemônicas o North American Free Trade Agreement (NAFTA), a OTAN e o G7. Por meio dessas organizações, os EUA conseguem impor os seus valores e satisfazer os seus interesses sem precisar utilizar métodos diretos.

Quando a Segunda Guerra Mundial terminou, os EUA contavam com mais da metade da produção industrial do mundo e metade das reservas de ouro. O país fora o único grande Estado que lutou a guerra e não teve o seu território destruído e, mais do que isso, tropas norte-americanas dominavam as periferias da Eurásia e os mares adjacentes naquele exato momento. Estava claro na consciência da elite dirigente estadunidense da década de 1940 que o poder econômico dos estados Unidos iria decair nos anos seguintes, muito por conta da necessidade de combater a URSS, o que obrigava a reconstrução da Europa e do Japão e forçava o governo norte-americano a tomar uma série de medidas antieconômicas (FAIRE, 1977, p. 47-48). Assim, os EUA procuraram usar seu dinheiro e seus quadros para reconstruir a estrutura institucional da sociedade internacional, fazendo que tal estrutura trabalhasse para os interesses estadunidenses, mesmo depois da inevitável decadência do poder americano.

Nessa direção, todas as normas internacionais de abertura dos mercados nacionais e desenvolvimento das vantagens

comparativas, defendidas pela OMC, podem ser entendidos como meios de inibição do desenvolvimento dos Grandes Estados Periféricos e, portanto, de manutenção do *status quo* do poder internacional que emergiu ao final do conflito.

Ao colocar o Brasil no centro do debate, Samuel Pinheiro Guimarães apontará para a necessidade de integração econômica da América do Sul, sendo esta uma espécie de chave para o aprimoramento do poder nacional brasileiro.

A integração sul-americana nesse sentido aparece como um imperativo, pois é ela que possibilita ao Brasil exportar os seus produtos industrializados. É também a integração da América do Sul que permite ao país assegurar mercados próximos às suas fronteiras antes que estes sejam completamente dominados pelas economias das grandes potências.

Tal concepção confere aos blocos econômicos uma posição de centralidade para a construção de um mundo multipolar que diminuiria o poder relativo dos EUA no mundo, segundo se pode comprovar no trecho a seguir:

O cenário econômico mundial se caracteriza pela simultânea globalização e gradual formação de grandes blocos de Estados na Europa, na América do Norte e na Ásia; pelo acelerado progresso científico e tecnológico, em especial nas áreas da informática e da biotecnologia, com sua vinculação às despesas e atividades militares (...). Neste cenário violento e instável de grandes blocos, multipolar, há uma tendência a que países pequenos e até médios venham a ser absorvidos, mais ou menos formalmente, pelos grandes Estados e economias aos quais ou se encontram tradicionalmente vinculados por laços de origem colonial ou estão em sua esfera de influência histórica, como no caso da América Central; ou tenham feito parte de seu território, como no caso dos países que formam a Comunidade de Estados Independentes – CEI; ou se vinculam por laços étnicos e culturais, como no caso da diáspora chinesa na Ásia (GUIMARAES, 2008, p. 59-60).

Quando o autor fala da “absorção” de “países pequenos e até médios” pelos grandes Estados, ele está desenvolvendo um tipo particular de realismo político, baseado no ratzelianismo. Boa parte dessas ideias foram operacionalizadas na primeira década do século XXI, com o fortalecimento do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a fundação da União de Nações Sul-Americanas

(Unasul). No entanto, desde as passeatas ocorridas no Brasil em junho de 2013, seguidas pelo alijamento de Dilma Rousseff do poder em 2016, tais tendências sofreram uma ruptura abrupta fazendo cair por terra os projetos integracionistas e desenvolvimentistas do autor.

## **O lugar do Brasil em um mundo tripartido: notas sobre a concepção “meridionalista”**

Uma exposição mais ampla sobre os fundamentos do que denominamos de “meridionalismo” geopolítico pode ser obtida na leitura do livro intitulado *Brasil, geopolítica e poder mundial: o anti-Golbery*, lançado em 2018, e deliberadamente voltado para se contrapor à geopolítica da Escola Superior de Guerra, hegemônica durante o regime militar, e que tinha em Golbery do Couto e Silva seu principal expoente. Em outro texto mais recente alerta-se para que o meridionalismo geopolítico não seja confundido com o meridionalismo italiano da década de 1920 (MARTIN, 2018a, p. 149)<sup>5</sup>.

Influenciado pelas teses de Ratzel e pelo movimento terceiroromundista das décadas de 1950, 1960 e 1970, o meridionalismo surgiu como uma concepção geopolítica que é ao mesmo tempo um complemento necessário à teoria geopolítica clássica e uma forma brasileira de interpretar o mundo. Sendo assim ele representaria, ao mesmo tempo, uma *teoria das relações internacionais* e uma *concepção de mundo*.

Nós sabemos que as concepções geopolíticas tidas como “clássicas”, ou seja, aquelas formuladas por Mackinder e Spykman, privilegiaram o eixo de tensão no sentido leste/oeste, valorizando como força condicionante da política mundial a divergência histórica entre as sociedades terrestres (aquelas alocadas no interior da Eurásia) e as sociedades insulares (aquelas alocadas em grandes ilhas, como a Inglaterra e o Japão).

Para essas concepções existe um esforço secular das sociedades que formaram Estados no interior da península euroasiática para tomar as extremidades da Eurásia e ganhar assim acessos aos oceanos. Em contraponto há a pressão das

---

<sup>5</sup> O meridionalismo italiano não é uma doutrina internacional. Ela é um conjunto de ideias econômicas, políticas, históricas e artísticas voltadas para discutir o desenvolvimento do sul da Itália, o *Mezzogiorno*. Tal escola tem suas origens mais profundas no movimento conhecido como *settecento napoletano*, mas só ganha proporções com a unificação da Itália na segunda metade de XIX.

potências insulares, que se esforçam para exercer controle nas extremidades da Eurásia, impedindo desse modo que o grande continente se torne um único Estado. Nessa interpretação deixa-se de enquadrar como objeto de discussão uma porção significativa do globo terrestre, que por muito tempo foi vista como espólio das disputas imperialistas, mas que na nossa época teria adquirido personalidade política própria: o *sul geopolítico*.

Diferente das potências *eurasiáticas*, cujos principais Estados são a Rússia e a China, e diferente das potências *atlantistas*, cujos principais Estados são os EUA e a Inglaterra, essa terceira região geopolítica é de vocação anfíbia, e é formada por grandes penínsulas: a América do Sul, o cone sul do continente africano, o subcontinente indiano e a Indochina. Além destas regiões, somam-se mais dois continentes: a Oceania e a Antártida

Tal interpretação apoia-se na teoria dos “*três ecúmenos*”, base geográfica sobre a qual se edificariam as três grandes “geoideologias” da hora presente: o atlantismo, o eurasianismo e o meridionalismo. A palavra “ecúmeno” é de origem grega, e costuma ser traduzida simplesmente por “mundo”. Na Geografia grega o termo passou a ser definido como a área ocupada pela humanidade, enquanto que as áreas de difícil povoamento foram reconhecidas como “anecúmenos”. Dado que a tecnologia atual possibilitou a presença permanente do Homem na Antártida este conceito perdeu muito do seu poder descritivo.

Assim, se no hemisfério Norte encontram-se os ecúmenos continental e marítimo, no “*terceiro ecúmeno*”, ou seja, no mundo meridional, existe uma condição híbrida, onde se destaca um arco de Estados fortes, com condições de propor e realizar uma política de potência. Esses países são o Brasil, a África do Sul, a Índia e a Austrália.

Esse entendimento, ou seja, de que o Brasil é um Estado forte em uma das três grandes regiões geopolíticas do planeta, resolve a crise de identidade estratégica do país, que oscila entre a postura atlantista, pró-ocidental, dada a sua filiação ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que vincula o país aos EUA; e a filiação ao ecúmeno euroasianista, consubstanciada na elevação do grupo BRICS ao *status* de bloco geoestratégico.

Assim sendo, o Brasil como país meridional deveria buscar uma aliança com a Índia, prioritariamente, o que serviria de

soldadura e fortalecimento ao ecúmeno meridional e um ponto de estabilização do mundo, uma vez que o surgimento de um polo de poder no mundo meridional ajudaria a equilibrar as tensões existentes entre os ecúmenos eurasiático e atlantista, e distribuiria melhor as forças mundiais ao contribuir para o estabelecimento de uma ordem internacional verdadeiramente multipolar.

Para tanto o Brasil necessitaria aperfeiçoar o seu poder militar, notadamente seu poder marítimo, e se projetar com eficácia no Atlântico Sul, o que tornaria o Brasil um aliado confiável para a Índia no Ocidente. Em uma época em que o poder militar se acumula na bacia do Atlântico Norte, o surgimento do Brasil como potência militar faria com que os EUA se preocupassem com mais uma frente de atuação militar, o que dissiparia o seu poder, no longo prazo, uma vez que a ligação Atlântico Sul-Índico diluiria as tensões no Setentrão.

O Brasil necessitaria também aperfeiçoar a dimensão ideológica do seu poder, criando um corpo de ideias que oferecesse identidade e orgulho para o mundo meridional, assim como o liberalismo proporcionou para o mundo atlantista, uma maneira de pensar o mundo.

Assim, embora ainda não tenha sua dimensão ideológica desenvolvida em sua plenitude, o meridionalismo entende que o Brasil necessita consolidar seus vínculos de solidariedade social, permitindo uma melhor integração territorial do país, de modo a alcançar um nível mais avançado de solidariedade entre as classes e entre as regiões que o compõem. Ele não é avesso, por isso, às ideias de Samuel Pinheiro Guimarães de que a formação de uma democracia duradoura não representa apenas um desafio histórico, mas, também, um imperativo estratégico para o Brasil.

### **À guisa de conclusão: no centro, a realidade brasileira**

O texto apresentado evidenciou a influência de Ratzel em duas concepções recentes que procuram atualizar o pensamento estratégico brasileiro, o que nos fez recuar até o ambiente intelectual da década de 1990, quando, na contramão do pensamento social da época, que apregoava o “fim do Estado nacional” e até do “fim da história”, surgiram duas teorias geopolíticas que bebem das fontes de Ratzel, ao fazer a releitura do clássico alemão e afirmar que o território ainda representa o principal ativo estratégico de um Estado. Vem de Ratzel também o

entendimento de que o desenvolvimento técnico é um imperativo da soberania, pois ele oferece meios de defesa e prosperidade econômica em um mundo que continua a ser violento e dominado por grandes Estados de conduta imperial.

Cumpre-nos, agora, apresentar os pontos comuns entre o “meridionalismo” e o “grande Estado periférico” e averiguar o quanto esses pontos são úteis para a interpretação da realidade brasileira atual, no momento que estamos prestes a ingressar na terceira década do século XXI. Tentemos então estabelecer uma síntese dessas duas concepções destacando os pontos que têm em comum:

- A valorização do espaço e da posição do território brasileiro como instrumento de política externa;
- A busca de parcerias dentro do sul geopolítico como meio de contraposição à política das grandes potências;
- A consciência da necessidade da democracia como elemento de estabilização e cimentação de uma sociedade ainda em fase de formação e mestiçagem.

Tal entendimento repousa, então, na possibilidade de transformação do Brasil em uma potência intermediária, capaz de ser um aliado viável dentro de um sistema de equilíbrio entre potências.

O cotejamento dessas concepções com a história dos últimos trinta anos é sem dúvida contrastante: desde 1991 o Brasil oscila entre governos neoliberais e governos de um nacionalismo econômico tímido. Nenhum deles confrontou efetivamente a aliança entre banqueiros e grandes fazendeiros com o capital internacional, a qual tem sido apontada desde o início da República, como a grande adversária do desenvolvimento autônomo do capitalismo brasileiro. A partir da década de 1990, a elite econômica do país tornou-se profundamente rentista, financista, deixando em segundo plano o setor industrial. Tal decisão acarretou num padrão de crescimento econômico muito baixo, insuficiente para atender as demandas de uma população de mais de 200 milhões de habitantes, onde a maioria ainda se encontra mergulhada na pobreza. O setor industrial, nesse sentido, é fundamental para o Brasil não só pelo desenvolvimento científico e tecnológico que ele obriga, mas também por que proporciona o aperfeiçoamento do potencial humano do país,



incrementando suas potencialidades também no campo da defesa, além de oferecer os meios para uma melhor articulação territorial.

Em suma, o Brasil acumula em nossa época problemas territoriais da mesma natureza, ainda que em menor monta, do que aqueles que acumulava na década de 1970. Neste ponto, o desafio geopolítico de expansão do ecúmeno brasileiro, e de vivificação dos seus recursos naturais, persiste, com o agravante da reprimarização da nossa pauta de exportações.

Sem o alastramento da base industrial em escala continental que o país necessita, e sem o desenvolvimento da área militar, o Brasil não terá condições de aperfeiçoar sua projeção internacional, e não poderá se apresentar como aliado confiável para qualquer outro Estado. Com o tempo, até o controle que o Estado possui sobre o próprio território poderá esmorecer.

Para finalizar não é exagero concluir que o atual retorno, ainda que inconsciente e não reconhecido pelos últimos governos, da geopolítica golberyana deverá travar o processo de constituição do Brasil como um “grande estado periférico” com potencial de liderança sobre o conjunto do “mundo meridional”.

Assim, o problema geopolítico brasileiro de expansão interna do ecúmeno e projeção pacífica para fora do território só poderá ser resolvido com uma geoideologia, que torne a integrar o povo ao seu território e solidarize as classes sociais, principalmente a classe dirigente, em relação aos perigos da nossa época e da necessidade de se edificar um grande Estado no Atlântico Sul que seja, antes de qualquer coisa, uma democracia *sólida* e duradoura.

MARTINS, M. A. F; MARTIN, A. R. The return of Geopolitics and the current relevance of Ratzel: notes on a Brazilian debate. *Perspectivas*, São Paulo, v. 51, p. 119-139, jan./jun. 2018.

■ **ABSTRACT:** *The present paper has a double objective. First, to evaluate the importance of geopolitical concepts for the understanding of Brazil's current political conjuncture, and secondly to identify the influence of Friederich Ratzel's thinking (1844-1904) on two contemporary conceptions that seek to renew Brazilian geopolitics. In the development of the text, it is pointed out that the Ratzelian concepts of "Space" and "Position" are present both in the conceptions of André Roberto Martin and of Samuel Pinheiro Guimarães, thus connecting them to geopolitical*

*realism. In addition, it was possible to verify that another pivotal idea of Ratzel, also present among Brazilian thinkers, is the understanding that the technical domain of the environment is a crucial element in the separation between the “subject states” and the “object states” in the history of the international arena.*

■ **KEYWORDS:** *Geopolitics. International politics. Development. Geopolitical conception. North/South relations.*

## Referências

FAIRE, A. Os conflitos interimperialistas na crise. In: AMIN, S. (org.). *A crise do imperialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977. p. 45-92.

GUIMARÃES, S. P. *Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional*. 4ed. Porte Alegre/ Rio de Janeiro: Editora da UFRGS; Contraponto, 2002.

GUIMARÃES, S. P. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

KENNAN, G. F. Motivações da conduta soviética. In: DALLIN, A. *A conduta soviética nas relações internacionais*. Rio de Janeiro: GRD, 1964.

LENIN, V. *El imperialismo, fase superior del capitalismo*. Moscou: Editorial Progreso, 1972.

MACKINDER. H. J. *Democratic ideals and reality: a study in the politics of reconstruction*. Washington, DC: National Defense University, 1996.

MACKINDER. H. J. El pivote geográfico de la historia. In: RATTENBACH, A. B. *Antologia geopolítica*. Buenos Aires: Editorial Pleamar, 1975. p. 65-81.

MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. Coleção “Os Pensadores”. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARTIN, A. R. *Brasil, geopolítica e poder mundial: o anti-Golbery*. São Paulo: Hucitec, 2018

MARTIN, A. R. Brasil, Portugal e o meridionalismo geopolítico. In: MACHADO, M. S.; BARBOSA, J. L. (orgs). *Entre Brasil e Portugal*,

aproximações geográficas. Rio de Janeiro: 7letras, 2018a. p.148-161.

MARTINS, M. A. F. *Terra e mar no pensamento geopolítico argentino: da disputa hegemônica no cenário doméstico a sua influência sobre a Geopolítica do Brasil*. 2016. Tese (Dem Integração da América Latina). Programa Interunidades em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MELLO, L. I. *Quem tem medo da Geopolítica?* São Paulo: Hucitec, 2015.

MONTESQUIEU, C. L. S. *O espírito das leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

RATZEL, F. Essência, origem e difusão da civilização. In: MORAES, A. C. R. (Org). *Ratzel*. São Paulo: Editora Ática, 1990. p.129-140.

RATZEL, F. O solo a sociedade e o Estado. *Revista do Departamento de Geografia*. São Paulo. v.02, n. 02, pp. 83-101, 1983.

RATZEL, F. As leis do crescimento espacial dos Estados. In: MORAES, A. C. R. (Org). *Ratzel*. São Paulo: Editora Ática, 1990. p. 175-182.

RATZEL, F. Ubicacion y espacio. In: RATTENBACH, A. B. *Antologia geopolítica*. Buenos Aires: Editorial Pleamar, 1975. p.15-52.

SPYKMAN, N. J. *Estados Unidos frente ao mundo*. México: Fondo de Cultura Economica, 1944.

TOSTA, O. *Teorias geopolíticas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

ZIPPELIUS, R. *Teoria geral do Estado*. São Paulo: Saraiva, 2016.



# REFLEXÕES SOBRE UMA INSERÇÃO COMPETITIVA DO BRASIL NA ECONOMIA GLOBAL<sup>1</sup>

Marcos Cordeiro PIRES<sup>2</sup>

■ **RESUMO:** O texto visa discutir alguns desafios a serem enfrentados pela sociedade brasileira na busca de uma inserção mais qualificada no comércio mundial. Para tanto, parte-se do pressuposto que é necessária uma transformação significativa na estrutura produtiva do país, cujos requisitos são um forte aumento de produtividade; a incorporação de novas tecnologias, e a ascensão para estágios com maior valor agregado nas cadeias produtivas globais e, como consequência, maior diversificação da pauta exportadora. Como caminhos para alcançar esse tipo de inserção, o artigo aponta como estratégias bem-sucedidas o redimensionamento do papel do Brasil na integração sul-americana, o aumento da produtividade geral de sua economia, em particular, nos setores essenciais para a obtenção de divisas fortes, e a eficiência do poder público.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Inserção competitiva. Brasil. Pauta exportadora. Economia global.

## Introdução

Com o objetivo de fazer um diagnóstico e propor alternativas para a inserção do Brasil na economia global, o trabalho é organizado em três seções. Na primeira, buscamos chamar a atenção para algumas das tendências da economia mundial como a sua crise, o deslocamento do seu eixo para a região Eurasiática

---

<sup>1</sup> Uma versão preliminar deste texto foi apresentada na VI Conferência de Relações Exteriores (CORE), organizada pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), em novembro de 2017.

<sup>2</sup> UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Departamento de Ciências Políticas e Econômicas. Marília – SP – Brasil. 17.525-900. marcos.cordeiro@unesp.br.

e os potenciais impactos da “quarta revolução industrial”. Na segunda seção, procuramos refletir sobre as debilidades da participação do país no mercado global, um tipo de entrada calcada na exportação de produtos de baixo valor agregado, sem diferenciação e baseados no uso intensivo do meio ambiente. Ainda nesta parte, destacamos a crise do setor industrial, setor este que consideramos fundamental para um desempenho melhor do Brasil nas cadeias globais de valor. E, na última seção, discutimos sobre como a economia brasileira poderia se ajustar a uma inserção mais competitiva no mundo econômico, ao se valer das tecnologias associadas à “quarta revolução industrial”, como é o caso da “internet das coisas”.

Cabe advertir ao leitor que este artigo é uma abordagem inicial e por isso não tem a pretensão de resolver a totalidade dos problemas aqui apontados. Nesse sentido, seu autor ficará satisfeito se conseguir despertar o interesse do público para os temas que podem influenciar os rumos da sociedade brasileira.

## **Um mundo em rápida transformação**

Ao pensar sobre o contexto econômico internacional é preciso analisar o comportamento das forças econômicas globais em seu processo histórico de desenvolvimento e também os avanços tecnológicos que tendem a moldá-lo. Há três tendências fortes em curso que precisam ser consideradas: 1) a crise no processo de liberalização econômica; 2) a nova centralidade da região Eurasiática na economia mundial, e 3) os avanços tecnológicos disruptivos associados à “quarta revolução industrial”. Especificamente com relação à esta última, será feita uma breve menção às estratégias de Alemanha, EUA e China para adequar suas estruturas produtivas ao novo paradigma de produção.

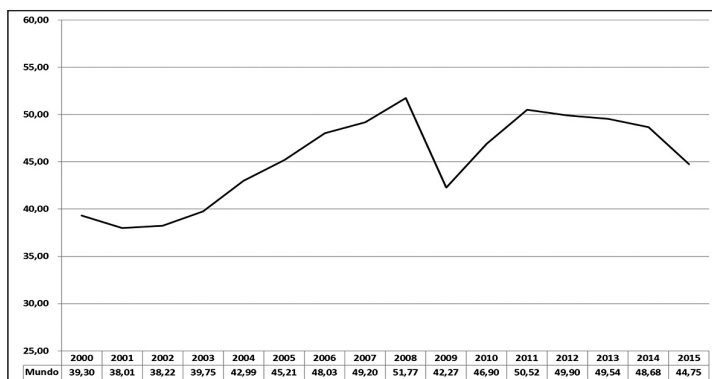
Um aspecto importante dessa reflexão é compreender o desenrolar do movimento de expansão do sistema capitalista e o avanço ou retrocesso do processo de globalização, entendendo que este processo tem sido marcado por uma maior liberalização comercial e financeira, pela estruturação de cadeias produtivas globais lideradas pelas empresas multinacionais assim como por uma maior complementariedade entre as economias nacionais. A primeira década do século XXI foi o momento em que a globalização econômica atingiu o seu auge, mas a crise financeira ocorrida nos anos de 2007/2008 refreou o ânimo deste movimento

integrador. Com exceção da Ásia, os demais continentes apresentaram estagnação no índice de globalização econômica a partir de 2009 (KOF, 2017). Em seu estudo mais recente, o instituto suíço KOF expôs um cenário pessimista quanto ao avanço da globalização:

The financial crisis of 2008 not only put a stop to the extensive economic integration that had persisted since the 1990s but even reversed the trend to some extent. In 2014, global integration of trade and capital flows largely stagnated. While integration in the field of capital flows increased compared to the previous year, trade flows declined. The trend towards fewer restrictions on trade and capital transactions intensified and the year 2014 saw a further dismantling of non-tariff trade barriers (KOF, 2017).

Este problema pode ser visualizado na Figura 1, a seguir, que descreve a participação do comércio internacional de bens no PIB mundial. Ao analisarmos os dados é possível apontar que o comércio chegou a representar 51,77% da produção mundial em 2008, e que, a partir deste período, ocorreu uma redução de sua participação.

**Figura 1** – Participação do Comércio de Bens no PIB mundial (2000-2015).

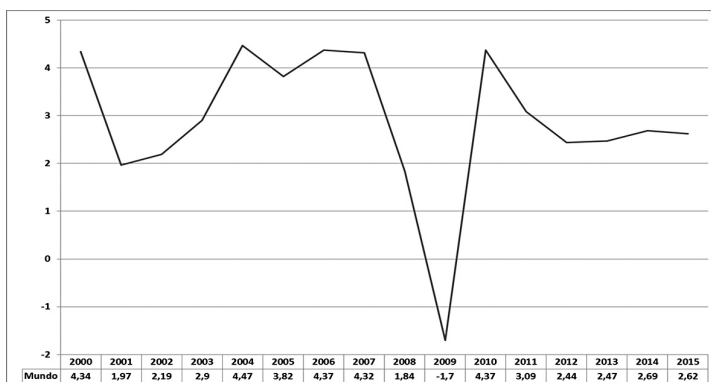


Fonte: Word Bank (2017).

Soma-se a este quadro, o desempenho da taxa de variação do PIB mundial que, conforme disposto na Figura 2, apresentou uma forte ascensão no período de 2000 a 2007, com uma taxa anual média de 3,54%; e uma redução deste percentual para

2,22% com a eclosão da crise financeira, entre os anos de 2008 e 2015. Nota-se que, apesar da redução do ritmo, não houve uma contração da economia mundial em termos agregados, este fato realça a diminuição da integração econômica entre os países e o aumento da participação da produção doméstica de cada país, mesmo considerando que alguns países cresceram fortemente, a exemplo de China e Índia, enquanto outros estagnaram como os EUA e os membros da União Europeia.

**Figura 2** – Taxa de Variação Anual do PIB Mundial (2000-2015).



Fonte: Word Bank (2017).

Esta tendência foi compreendida por Walden Bello (2009) como sinais da “desglobalização”, uma vez que os custos econômicos e sociais da crise financeira levaram ao aumento das disparidades de renda, à intensificação da desindustrialização, ao desemprego em larga escala e, conseqüentemente, ao aumento do mal-estar social. Nesse contexto, os ganhos sociais e econômicos decorrentes da maior integração econômica foram distribuídos de maneira muito desigual, tanto em nível internacional, quando se observa a maior participação da Ásia no PIB, quanto doméstico de cada país, tendo se intensificado o processo de concentração de renda (PIKETTY, 2014).

Os impactos da globalização têm motivado importantes setores sociais dos países industrializados do Ocidente a adotarem uma postura crítica contra as tendências liberalizantes, trazendo à tona o resgate de políticas protecionistas, a recriação de políticas industriais, além de posturas racistas e xenófobas



direcionadas contra os trabalhadores imigrantes, sejam eles os mexicanos nos EUA, os poloneses no Reino Unido, ou ainda, os árabes na França e na Holanda.

Se parte importante da opinião pública dos países ocidentais tem aumentado as críticas ao processo de globalização, o mesmo não ocorre nos principais países da Ásia, pois, ao longo dos últimos trinta anos, esta região tem experimentado um ritmo intenso de crescimento, possibilitando a criação de indústrias fortes, com uma maior participação no comércio mundial; o resgate de centenas de milhões de pessoas da pobreza extrema, e o desenvolvimento de uma nova classe média ansiosa por consumir.

Nesse sentido, é importante lembrar que a estratégia da globalização, e o deslocamento da produção para a Ásia, foi desenvolvida pelas empresas multinacionais do Ocidente após a crise sistêmica da década de 1970. Na procura por vantagens comparativas e competitivas, essas corporações tentaram reduzir os custos produtivos com a transferência de plantas industriais para países como China, Malásia, Tailândia, Taiwan, Vietnã, entre outros. Criaram cadeias produtivas altamente competitivas que viabilizaram o desenvolvimento de novas tecnologias e a produção e montagem de dispositivos por meio de empresas subcontratadas. Para o ganho de escala na produção padronizada foi importante a utilização de mão de obra barata e disciplinada, a logística, a disponibilidade de recursos naturais e as vantagens decorrentes de taxas de câmbio desvalorizadas e relativamente estáveis (BERGER, 2005).

Não é por outro motivo que as taxas de crescimento do comércio internacional dos países do Leste Asiático, excetuando o Japão, e do Sudeste Asiático apresentaram forte elevação se comparadas às dos países desenvolvidos. No período de 1992 a 2015, as taxas médias anuais de crescimento das exportações de bens e serviços na China foram de 17,1%; no Vietnã, 18,2%; na Coreia do Sul, 9,7%; e em Cingapura, 8,9%, enquanto nos EUA foram 6,0% e no Japão, 3,7% (DFAT, 2016). Nesse período, em termos de dólares constantes (WORLD BANK, 2017), o peso da China no PIB mundial saltou de 2,2%, em 1990, para 12,2%, em 2015; a Índia, em 1990, representava 1,2%, em 2015, passou a 3,2%. Em contrapartida, os EUA que representavam, em 1990, 24%, em 2015, passaram a 21,8%. A diminuição é mais acentuada em outros países industrializados como a Alemanha (de 6,7%

para 4,8%), Reino Unido (de 4,3% para 3,5%) e Japão (de 12,7% para 7,8%).

A importância do papel da China nesse processo é inquestionável, pois é a maior economia do mundo em termos de paridade de poder de compra (CIA, 2017). Entre 1978 e 2008, o motor de seu crescimento econômico foram as exportações industriais. O ingresso deste país na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, abriu grandes oportunidades para as empresas já instaladas. Sua produção industrial se integrou às cadeias produtivas globais, convertendo a China numa espécie de “fábrica do mundo”, apresentando crescimento do PIB superior a 10% ao ano durante a década de 2000. A crise financeira de 2008 e a recessão que se seguiu levaram à forte contração de importantes mercados, como EUA e Europa, exaurindo o potencial de crescimento do modelo exportador chinês.

No final daquele ano, o motor do desenvolvimento chinês se deslocou para os investimentos em infraestrutura e construção civil, quando o governo central lançou mão de um pacote de US\$ 700 bilhões de dólares para ativar a economia doméstica frente à queda dos mercados externos. Em 2009, enquanto a economia mundial amargava a contração, a China se expandia. Entre 2009 e 2014, o país cresceu em média 8,8% ao ano, no entanto, isto apresentava uma evidente desaceleração nas taxas de crescimento. Em 2015, a China cresceu apenas 6,9%, dando mostra do esgotamento do modelo baseado em investimentos.

Apesar de apresentar grandes resultados, como a expansão da rede de linhas de trem de alta velocidade, alcançado mais de 25 mil quilômetros em 2016, o boom da construção civil revelou um dado assustador: em 2015, aproximadamente um bilhão de metros quadrados de área construída estava ociosa, sem compradores (IMF, 2015). Por conta da exaustão desse modelo, o 13º Plano Quinquenal da China (2016-2020) tem buscado redirecionar a economia para estimular o mercado interno. Isso vem se dando por meio do aumento do poder de compra da população; pela extinção da política de filho único; pela flexibilização da migração interna; pela nova onda de reformas no setor estatal; pelo incentivo à inovação tecnológica e à criação de novas empresas; pela reforma do sistema financeiro e também pelo apoio à internacionalização de sua moeda, renminbi. Além disso, a China tem utilizado parte de suas vastas reservas para apoiar projetos de infraestrutura no exterior, como o caso do Banco Asiático de Investimentos em

Infraestrutura, e para viabilizar a exportação de parte de sua capacidade ociosa em indústria pesada e construção civil. Um exemplo disso é a “Iniciativa Cinturão e Rota”, que busca integrar a China à região Eurasiática e à bacia do Oceano Índico por meio da construção de portos, ferrovias, oleodutos, rodovias, represas e a criação de zonas de processamento de exportações.

Mas a China não caminha sozinha na Ásia. A Índia possui a segunda maior população do planeta, com aproximadamente 1,2 bilhão de pessoas, e o quarto PIB do mundo em paridade de poder de compra (CIA, 2017). Desde a década de 1990, quando ocorreu a abertura econômica, o país iniciou um ciclo de crescimento econômico forte e ampliou sua participação no mercado global, não apenas por intermédio da presença de multinacionais indianas, como os grupos Tata, Mahindra e Mittal, mas, principalmente, pelo desenvolvimento de um setor de serviços dinâmico, no qual empresas como Tata Consultancy Services e Infosys Limited se destacaram como gigantes mundiais na área de Tecnologia da Informação.

É importante compreender que apesar das potencialidades econômicas da Ásia, esta região enfrenta problemas geopolíticos de grande monta. A ascensão da China é vista com grande desconfiança por seus vizinhos, principalmente, em virtude das disputas territoriais resultantes da dissolução do colonialismo. São exemplos disso, as contestações dos limites de fronteira entre a China e a Índia e entre a China e o Paquistão; a unificação da China com Taiwan; o conflito na Península da Coreia; as rivalidades sino-japonesas, e a reivindicação chinesa sobre diversos arquipélagos nos mares da China setentrional e meridional. Esse instável ambiente geopolítico traz consigo não apenas as querelas locais, mas abrange uma competição de maior fôlego envolvendo a China e os EUA, que é uma força hegemônica na região da Ásia-Pacífico, desde o final da II Guerra Mundial.

Quando a China se movimenta para aumentar sua influência na Ásia por meio da “Iniciativa Cinturão e Rota”, a Índia, o Japão e a Austrália se mobilizam, com o apoio dos EUA, para refrear o seu avanço. Nos últimos anos, se constituiu o eixo Japão-Índia-Austrália como uma estratégia dos EUA de contenção da China (MILLER, 2017). Também nesse contexto, Índia e Japão tentam rivalizar com a “Iniciativa Cinturão e Rota” ao patrocinar, em maio de 2017, o projeto do “Corredor de Crescimento Ásia-África”, também conhecido como “Corredor da Liberdade” que, de forma

similar ao projeto chinês, busca construir infraestruturas no contexto “indo-asiático” (THE ECONOMIC TIMES, 2017).

Em síntese, não obstante o grande potencial econômico que emerge na Ásia, o contexto internacional ainda é muito fluido, não apenas pelas dúvidas que cercam o processo de globalização econômica, mas também pelos sérios desafios geopolíticos que impedem a consolidação desta região como um motor efetivo da economia mundial. A estabilidade econômica e geopolítica alcançada pelo Pacto Atlântico (EUA-Europa) ainda é um sonho distante da região da Ásia-Pacífico. No entanto, parece ser impossível pensarmos no crescimento da economia mundial sem considerarmos o deslocamento do centro da produção mundial para esta parte do globo, onde iniciativas como “Cinturão e Rota” e “Corredor da Liberdade” estão contribuindo para melhorar a infraestrutura da região, integrando economias antes isoladas e aumentando o potencial de crescimento econômico. Inclusive, abrindo espaço para a ampliação da oferta de bens que hoje são exportados pela América Latina como minérios, alimentos, petróleo e outras matérias-primas. É algo a se observar com atenção, mesmo porque os custos logísticos são mais baratos lá do que no distante “Novo Mundo”.

### **A Quarta Revolução Industrial e o ritmo da globalização econômica**

As questões relacionadas ao ritmo da globalização econômica, à primazia da região Eurasiática na economia mundial e à revolução tecnológica em curso trazem um elemento adicional para pensarmos a inserção competitiva do Brasil no cenário mundial.

Em janeiro de 2016, uma matéria da BBC sobre o tema central do Fórum Econômico Mundial, em Davos, Suíça, chamou a atenção ao alertar para os desafios colocados pela Quarta Revolução Industrial (QRI) nos seguintes termos: “[...] com o fim da diferenciação entre homens e máquinas [ocorre] uma nova quebra do modelo de cadeias produtivas, [...] [fazendo emergir] interações comerciais em que consumidores atuam como produtores, [outro dado é que] mais de 7 milhões de empregos serão perdidos [até 2020]” (WAKEFIELD, 2016). Esta previsão pessimista se referia apenas aos países industrializados vinculados à Organização de Cooperação e Desenvolvimento

Econômico (OCDE), ou seja, não mencionava os impactos sobre o mercado de trabalho dos países em desenvolvimento e mesmo da China, a nação que se converteu na “fábrica do mundo”<sup>3</sup>.

Uma reflexão mais atenta sobre o tema foi feita pelo presidente do Fórum Econômico Mundial, o alemão Klaus Schwab (2016), que dias antes do evento publicou um livro onde procurou destacar a profundidade da mudança em curso e apontar os riscos e oportunidades derivados desse novo contexto produtivo e tecnológico. De certa forma, ele é o principal popularizador do conceito de QRI, o qual destaca que este novo panorama econômico trará impactos radicais sobre as formas de produzir, de consumir e de se socializar, e tende a alterar o rumo do desenvolvimento da humanidade, tal como ocorreu com a Revolução Agrícola, há 10.000 anos, e a criação da indústria moderna no século XVIII.

A “quarta revolução industrial” está sendo dinamizada pela introdução de três conjuntos de tecnologias que se integram, interagem e se potencializam, são elas as novas *tecnologias físicas*, entre as quais podemos destacar a robótica avançada, os veículos autônomos, a impressão em 3D, os novos materiais e as nanotecnologias; as *tecnologias digitais*, como a inteligência artificial ou a computação cognitiva, o acesso à internet e aos “smartphones”, a ampliação da capacidade e barateamento da armazenagem de dados, a Internet das Coisas (IoT, na sigla em inglês), a análise “Big Data” e a difusão da economia sob demanda e da economia de compartilhamento; e as *biotecnologias*, associadas ao sequenciamento genético, à biologia sintética por meio de manipulação do DNA, à combinação entre a edição de genes e impressoras 3D, ao aumento do conhecimento sobre o funcionamento do cérebro e o desenvolvimento de novos materiais e processos relacionados com o princípio do biomimetismo, qual seja, aprender com as estratégias de sobrevivência dos seres vivos e utilizar esses conhecimentos de forma útil para solucionar os diversos problemas relacionados à reprodução biológica e material dos seres humanos.

A compreensão desses fenômenos é fundamental para que as sociedades possam se preparar diante das oportunidades e riscos advindos dessas transformações. O setor industrial e o mercado de trabalho serão muito impactados por estas mudanças. A integração de processos físicos e digitais, em que robôs e

---

<sup>3</sup> Uma notícia ainda mais impactante é que, segundo a Consultoria McKinsey, se estima que a perda de empregos até 2030 poderá atingir até 800 milhões de pessoas. Consultar: El País (2017).

operários trabalham lado a lado na mesma linha de montagem, com fábricas inteligentes e dispositivos conectados a sistemas de inteligência artificial, está mudando a organização do trabalho e reduzindo substancialmente a demanda de novos trabalhadores. A introdução da “manufatura aditiva”, ou do processo através do qual operam diversas ferramentas como as chamadas impressoras 3D, já produz peças complexas e com distintos materiais, como plástico, aço, cerâmica, cimento etc., contraindo a demanda de trabalhadores, qualificados ou não.

As mudanças não acontecem apenas no chão de fábrica. Grandes investimentos realizados há uma década no setor de telecomunicações estão sendo precocemente depreciados com a introdução de *softwares* de comunicação instantânea pela internet. Nesse mesmo contexto, os investimentos em satélites e cabeamento para a oferta de conteúdo de TVs por assinaturas sofrem forte concorrência de provedores de conteúdo em *streaming*, como a Netflix e o Spotify. No setor bancário, os clientes acabam por executar inúmeras tarefas apenas com o smartphone, deslocando dezenas de milhares de trabalhadores. Mesmo o dinheiro físico tende a desaparecer na medida em que o mesmo smartphone está sendo usado como uma ferramenta para a realização de pagamentos.

Na agricultura, a colheita está diminuindo o uso de mão de obra desqualificada ao dispor de colheitadeiras que operam praticamente sozinhas, com dispositivos eletrônicos que seguem linhas traçadas por GPS, trabalho este previamente realizado por veículos aéreos não tripulados (VANTs) e drones que sobrevoam as fazendas para captar imagens e outras informações relevantes. Além disso, verifica-se a utilização de técnicas de monitoramento que potencializam a utilização de água, pesticidas ou fertilizantes e também o desenvolvimento de novas variedades de sementes por meio da manipulação genética. Estas tecnologias estão provocando uma segunda Revolução Verde no setor. Até mesmo na área de construção civil temos assistido à introdução de impressoras 3D para a construção de paredes de forma automática, eliminando emprego num setor que tradicionalmente absorvia a mão de obra menos qualificada.

A difusão da economia digital tem provocado transformações importantes na própria sociabilidade, seja pela introdução de redes sociais que possuem grande poder de mobilização, engajamento ou desmobilização, seja pelo uso de aplicativos que burlam

controles estatais sobre setores específicos, como nas áreas de transporte, hotelaria, intermediação de empregos, corretagem de imóveis etc.

Um último aspecto a ser ressaltado diz respeito às transformações sistêmicas na economia e na sociedade. A primeira e a segunda revoluções industriais vieram acompanhadas de um êxodo rural forte que criou aglomerações urbanas enormes. A terceira revolução provocou um deslocamento intenso de mão de obra dos setores industriais para a área de serviços. Atualmente, todos os setores econômicos estão sendo impactados de forma simultânea pela nova onda de inovação. Com isso, têm surgido questionamentos enérgicos com relação à concentração de renda e ao desemprego em massa, e quanto ao papel do Estado para suportar uma sociedade que terá que se reinventar para conseguir garantir a sua paz e estabilidade. No nível empresarial, tais críticas estão presentes no texto de Schwab (2016) e, no nível acadêmico, nos estudos de Brynjolfsson & McAfee (2015).

A concorrência forte e os avanços tecnológicos, que são os desafios de uma economia globalizada, impõem às empresas a busca constante por inovações e pelo aumento de produtividade. Além disso, estabelecem que ficar inerte frente a essas pressões significa a decadência e a falência. É este ambiente evolucionário que está por detrás da lógica do desenvolvimento econômico tal como a definiu Schumpeter:

O capitalismo é, por natureza, uma forma ou método de transformação econômica e não, apenas, reveste caráter estacionário, pois jamais poderia tê-lo. Não se deve esse caráter evolutivo do processo capitalista apenas ao fato de que a vida econômica transcorre em um meio natural e social que se modifica e que, em virtude dessa mesma transformação, altera a situação econômica. [...] O impulso fundamental que põe e mantém em funcionamento a máquina capitalista procede dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados e das novas formas de organização industrial criadas pela empresa capitalista (SCHUMPETER, 1961, p. 110).

É importante considerar que as empresas não têm a capacidade *per se* de moldarem o ambiente econômico e social no qual atuam, mas o Estado nacional pode criar as condições para o desenvolvimento de suas empresas seja por meio de uma ins-

titucionalidade que estimule o ambiente de negócios; seja pelo ativismo em instituições internacionais; seja pelas políticas tributárias, que forcem as empresas a seguir o caminho desejado por uma estratégia política; seja, ainda, pela definição de políticas científicas e tecnológicas, que possam criar os diferenciais competitivos para os setores considerados prioritários para a estratégia nacional.

Nesse sentido, é relevante mencionar, mesmo que de forma superficial, as estratégias adotadas por três países importantes, no caso, Alemanha, EUA e China, para fazer frente aos desafios da “quarta revolução industrial”.

A economia global impõe um desafio complexo para os países de renda alta, que buscam se manter competitivos frente à concorrência de novos competidores como China, Coreia do Sul ou Índia no setor industrial. Talvez esta competitividade pudesse ser compensada por cortes salariais e/ou desvalorizações cambiais. Contudo, isso é algo muito difícil de ocorrer em países de renda alta como a Alemanha, que tem uma sociedade estável e é líder financeiro do processo de integração da Europa. Excluídas essas possibilidades, o único caminho para um país como este seria o da inovação tecnológica e reorganização de seu processo de produção. Daí a importância de uma estratégia de desenvolvimento da manufatura avançada.

A Alemanha é uma liderança na criação de uma estratégia de adaptação à QRI. Seu projeto “Industrie 4.0” é uma iniciativa para se manter como um mercado líder e fornecedor de soluções de manufatura avançada, o que pressupõe o desenvolvimento de novos bens de capital e de novas formas de produzir baseados nos conceitos de integração física e digital que podem ser resumidos pela expressão “fábrica inteligente”. Esta expressão implica na criação de sistemas de produção flexíveis, nos quais se integram e interagem trabalhadores, robôs, estruturas, e sensores com acesso à internet, para otimizar a produção e melhorar o controle do fluxo de informações, e ainda para corrigir automaticamente eventuais não conformidades surgidas no processo de produção.

Este projeto é coordenado pela Germany Trade & Invest, uma agência estatal alemã de desenvolvimento econômico. Sua estratégia foi sintetizada no documento *Industrie 4.0: smart manufacturing for the future*, de autoria de McDougall (2014), e pressupõe a colaboração de agências governamentais, das universidades, de centros de pesquisas e, sobretudo,



das principais empresas alemãs dos setores industrial e de tecnologias de informação, como Bosch, Siemens, Kuka, SAP, entre outras.

Após a crise de 2008, a administração do então presidente, Barack Obama, buscou meios para reavivar a economia dos EUA, tanto pela ampliação do gasto público, com a assunção de empresas virtualmente falidas, a exemplo da General Motors e da seguradora AIG, e com incentivos à inovação tecnológica, quanto pelo desenvolvimento de tecnologias limpas e modernização do setor industrial. O projeto “Manufacturing USA” é um exemplo deste tipo de modernização e é resultado da *Section 102 of the America Competes Reauthorization Act of 2010*, editada por Obama, com a finalidade de reposicionar os EUA como uma potência industrial em tecnologia de ponta.

As diretrizes do projeto foram definidas no documento “A national strategic plan for advanced manufacturing” produzido pelo National Science and Technology Council (NSCT), em 2012, e compõem um plano estratégico para orientar programas e atividades federais em apoio à pesquisa e ao desenvolvimento de manufatura avançada. Este tipo de plano é considerado fundamental para a economia e segurança nacional dos EUA.

Este plano estabelece uma política de inovação robusta que visa integrar o ciclo de vida completo da tecnologia no âmbito da produção industrial, abrangendo robótica, tecnologia de informações, desenvolvimento de novos materiais e inovações. O que pressupõe uma forte interação entre a indústria, o mundo do trabalho, a academia e o governo nos seus diversos níveis. Tal estratégia busca atingir cinco objetivos, são eles: 1) acelerar o investimento em tecnologia de manufatura avançada, especialmente por pequenas e médias indústrias, promovendo o uso mais efetivo das capacidades e instalações federais, incluindo a aquisição antecipada por agências federais de produtos de ponta; 2) melhorar a capacitação da força de trabalho; 3) criar e apoiar parcerias público-privadas e entre empresas e universidades, para acelerar os investimentos e a implantação de tecnologias de fabricação avançadas; 4) otimizar o investimento federal no setor de manufatura avançada, e 5) aumentar o total de investimentos públicos e privados dos EUA em pesquisa e desenvolvimento no setor.

Vale enfatizar que os investimentos em manufatura avançada tendem a eliminar uma grande quantidade de empregos

industriais e a frustrar a promessa eleitoral de geração de postos de trabalho no chamado *Rust Belt*. Adicionalmente, a adoção de políticas protecionistas no setor industrial, seja pela saída de acordos internacionais de comércio, seja pela elevação de direitos alfandegários, parece ser incompatível com uma estratégia de reinserção competitiva dos EUA no mercado internacional.

O novo modelo de desenvolvimento chinês, o chamado “Novo Normal”, está baseado na ampliação do consumo interno, na criação de novas tecnologias, na internacionalização de empresas e na invenção de novos produtos e marcas. Atualmente, a China vem enfrentando problemas como o aumento do custo da mão de obra e o crescimento das disparidades de renda e dos custos ambientais, legados pelos modelos anteriores calcados no setor externo e nos investimentos em infraestrutura.

Frente ao aumento de custos na produção, a economia chinesa está assistindo à adoção de três estratégias: 1) o deslocamento de empresas intensivas em mão de obra barata para países como Vietnã, Laos, Camboja e Mianmar (MAGNIER, 2016); 2) o aumento da automação de linhas produtivas, como foi o caso da empresa Foxconn, que em 2016 substituiu 60 mil operários por robôs (WAKEFIELD, 2016), e 3) a melhora de sua oferta industrial por meio de uma abrangente estratégia de modernização produtiva, denominada de Iniciativa “Made in China 2025”, lançada em 2015.<sup>4</sup>

Na estruturação desta iniciativa foram identificadas nove ações prioritárias, a saber: 1) melhorar a inovação industrial; 2) integrar tecnologia e indústria; 3) fortalecer a base industrial; 4) promover marcas chinesas; 5) reforçar a produção verde; 6) fomentar a reestruturação do setor manufatureiro; 7) incentivar as empresas de serviços relacionados à produção industrial; 8) estimular a internacionalização da manufatura, e 9) estimular avanços em dez setores-chave. Este último aspecto diz respeito às novas tecnologias da informação, robôs industriais e máquinas CNC, equipamentos aeroespaciais, equipamentos de engenharia oceânica e embarcações de alta qualidade, equipamentos de transporte ferroviário de ponta, automóveis mais eficientes e com novas tecnologias energéticas, equipamentos elétricos, máquinas agrícolas, novos materiais, tais como polímeros e equipamentos médicos de ponta (CHINA, 2017).

---

<sup>4</sup> A China produziu 72.426 robôs industriais em 2016, ou seja, um incremento de 30% em relação a 2015 (NBS, 2016).

A Iniciativa “Made in China 2025” tem por objetivo de longo prazo transformar este país na maior potência industrial no ano de 2049, data que comemora o 100º aniversário da fundação da República Popular da China.

## **Refletindo sobre a atual inserção do Brasil na economia global**

Ao abordarmos especificamente o tema da inserção do Brasil na economia mundial é importante redefinirmos seus termos, uma vez que este país é parte da engrenagem do comércio internacional desde sua colonização, tal como assinalado por Caio Prado Júnior,

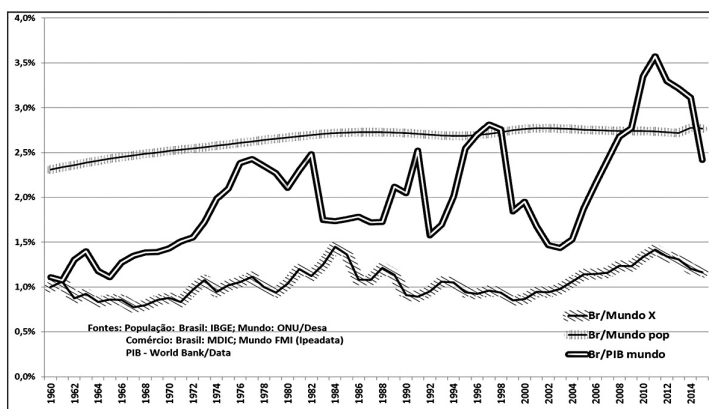
Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 20).

Assim, não se trata de discutir a inserção em si, mas a sua qualidade. Se observarmos a pauta exportadora do Brasil, excetuando as cadeias industriais controladas por empresas multinacionais, podemos constatar que a oferta brasileira contempla produtos com baixo valor agregado, como alimentos, matérias-primas de origem agroflorestal, minérios e produtos semimanufaturados, que demandam elevado custo energético e têm grande impacto ambiental. A Embraer é uma exceção, contudo, as aeronaves produzidas no Brasil dependem de tecnologia de ponta fornecida pelos países mais desenvolvidos.

Em decorrência destes argumentos, é fundamental refletir sobre o modelo em curso e indagar se o mesmo é condizente com as potencialidades do Brasil. Ou seja, se este modelo pode oferecer para a maioria da população os níveis de vida já alcançados pelas sociedades mais desenvolvidas. Também é importante constatar que o volume do PIB e a participação das nossas exportações estão muito aquém do peso populacional

deste país no mundo. De acordo com a Figura 3, que pode ser consultada a seguir, a população brasileira representa 2,8% da população mundial. Entretanto, a participação do Brasil no PIB mundial, entre 1960 e 2014, ficou em torno de 2%. Desde a década de 1980, quando se esgotou o modelo baseado na substituição de importações, supomos que este percentual só superou 2,8% por conta da superestimação do PIB brasileiro em momentos de forte valorização cambial.

**Figura 3** – Participação do Brasil no PIB, na População e nas Exportações Mundiais (1960-2015)



Quando se analisa a participação das exportações brasileiras no total das exportações mundiais a situação do país é mais agravante, visto que, para o mesmo período, ela pouco ultrapassou o percentual de 1%. Parte da explicação para este quadro está no fato de sermos um país de dimensões continentais e possuímos uma infinidade de recursos naturais à disposição. Outro argumento plausível é que as empresas multinacionais instaladas no Brasil direcionam suas atividades para suprir o mercado interno e não como plataforma de exportações, o que explicaria o isolamento do país das cadeias internacionais de valor. Há ainda outra hipótese, a de que a oferta brasileira de bens com maior valor agregado carece de competitividade em termos de preço, qualidade, variedade e prestígio.

**Figura 4** – Exportação e importação per capita – países selecionados (2016)

| País           | População    | Exp            | Imp            | X per capita | M per capita |
|----------------|--------------|----------------|----------------|--------------|--------------|
|                | (milhões)    | (milhões US\$) | (milhões US\$) | (US\$)       | (US\$)       |
| Alemanha       | 80,6         | 1.322,0        | 1.022,0        | 16.402       | 12.680       |
| Argentina      | 44,3         | 57,8           | 53,2           | 1.305        | 1.201        |
| Austrália      | 23,2         | 191,7          | 198,7          | 8.263        | 8.565        |
| <b>Brasil</b>  | <b>207,3</b> | <b>184,5</b>   | <b>139,4</b>   | <b>890</b>   | <b>672</b>   |
| Chile          | 17,8         | 60,6           | 55,3           | 3.404        | 3.107        |
| China          | 1.379,8      | 2.000,0        | 1.495,0        | 1.449        | 1.083        |
| Coreia do Sul  | 51,1         | 511,8          | 391,3          | 10.016       | 7.658        |
| Dinamarca      | 5,6          | 103,6          | 86,4           | 18.500       | 15.429       |
| Estados Unidos | 326,6        | 1.456,0        | 2.208,0        | 4.458        | 6.761        |
| Indonésia      | 260,6        | 144,4          | 129,0          | 554          | 495          |
| Portugal       | 10,8         | 54,7           | 65,7           | 5.065        | 6.083        |

Fonte: CIA (2016)

Quando se compara as exportações per capita do Brasil (US\$ 890,00, em 2016) com as de alguns países, presentes na Figura 4, verifica-se que o volume destas é muito inferior ao dos países industrializados, cujo peso de manufaturados na pauta é bastante elevado, como Alemanha (US\$ 16.402), Coreia do Sul (10.016), Dinamarca (US\$ 18.500) ou mesmo Portugal (US\$ 5.065). Mas um fato que chama a atenção é que as exportações brasileiras também são baixas quando comparadas às de outros exportadores de commodities, a exemplo do Chile (US\$ 3.404), Austrália (US\$ 8.263) e Argentina (US\$ 1.305).

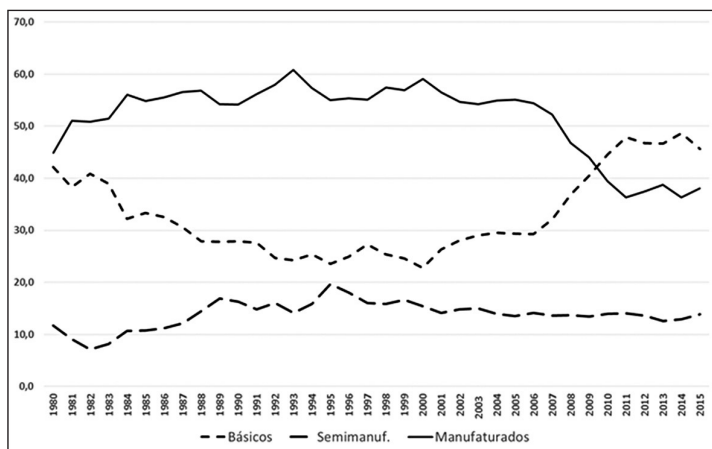
Problemas como a pequena capacidade de importar, a dependência e a especialização na exportação de commodities, vistos como constrangimentos para o desenvolvimento do Brasil, já foram tratados com exaustão por autores como Cardoso e Faletto (2004), Bresser-Pereira (1998), Tavares (1983), Furtado (1979), Prebisch (1968), entre outros. Esta literatura reflete a evolução de um processo histórico que explica a pequena capacidade de a economia brasileira gerar divisas em termos per capita. Ou seja, evidencia um problema recorrente em nossa história econômica. Por exemplo, durante o governo do General Figueiredo (1979-1985), em meio a uma crise forte no setor externo foi lançado o slogan “Exportar é o que importa”, um bom trocadilho para abordar uma questão bastante complexa.

Como o Brasil depende da tecnologia e do padrão de consumo criados nos países desenvolvidos, ele precisa ampliar sua capacidade de importação. Ou seja, o aumento de sua capacidade de consumo depende do crescimento de sua capacidade de

importar, pois o desenvolvimento da produção demanda a assimilação de novas técnicas de gerenciamento de processos produtivos, além disso, requer softwares e peças de bens de consumo, bens de capital, produtos químico-farmacêuticos etc. Por fim, esta questão se mostra mais urgente se considerarmos o fato de não possuímos moeda de aceitação internacional. Diferentemente dos EUA, que podem ajustar o seu balanço de pagamentos com a emissão de dólares, a saúde das contas externas brasileiras depende de um forte saldo na balança comercial.

Para o aumento significativo das exportações brasileiras é insuficiente contar apenas com a estrutura atual da pauta de exportação. Também não se trata de fazer uma escolha entre commodities e bens manufaturados, pois tal opção não existe. Se o país tem vantagens competitivas em bens intensivos em recursos naturais não se deve desprezar esta potencialidade. No entanto, é preciso considerar um aspecto importante acerca do perfil da produção de commodities, os setores intensivos em capital e recursos naturais geram uma quantidade relativamente pequena de empregos diretos e indiretos e reforçam a concentração de renda no país.

**Figura 5** – Exportação brasileira por fator agregado (1980-2015)



Fonte: MIDC/Secex – Estatísticas de Comércio Exterior (2017)

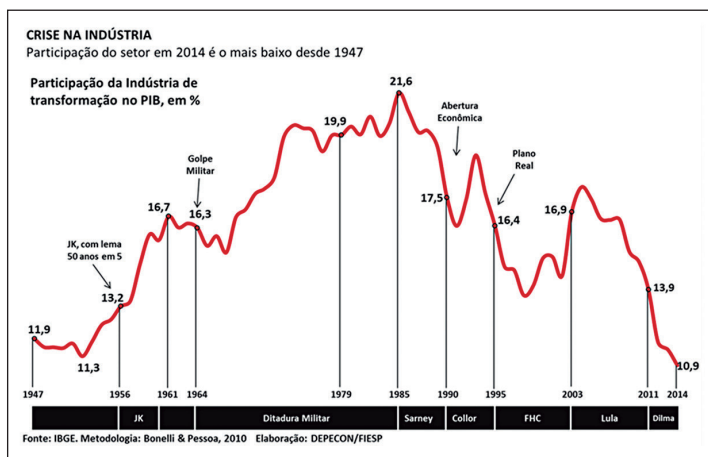
Além disso, é preciso ressaltar que a demanda por estes bens, além de estar sujeita a oscilações fortes nos preços, não

pode ser multiplicada de forma a obter uma exportação per capita similar à de Portugal, isto é, no patamar de US\$ 5.000. Se considerássemos como referências para o Brasil a produção de grãos e a criação de gado bovino portugueses, só para atingir os patamares atuais de produtividade, o país teria que avançar consideravelmente sobre sua cobertura florestal. Isso impõe a necessidade de reverter a lógica adotada no Brasil nos últimos vinte anos, em que a complexidade tecnológica das exportações diminuiu frente a uma maior participação de bens básicos, conforme sinaliza a Figura 5.

O aumento significativo da capacidade de importação depende da melhoria e diversificação da pauta exportadora e o setor industrial pode ser o principal vetor deste processo. Tal constatação pode parecer óbvia, mas é importante reconhecer que, no debate acadêmico, ainda há aqueles que menosprezam esta premissa e seguem uma orientação traçada há décadas por Eugênio Gudim e Octávio Gouvêa de Bulhões, que combatiam a industrialização substitutiva.

Mesmo considerando o setor industrial de suma importância para a diversificação e potencialização das exportações, constata-se que, no Brasil, ele está em declínio há muito tempo, como ilustra a Figura 6:

**Figura 6 – Participação da Indústria de Transformação no PIB (%), de 1947 a 2014**



Fonte: FIESP (2017)

É preciso advertir que a crise da indústria é um problema complexo e que merece uma análise mais sofisticada, contudo, também é plausível fazer algumas generalizações sem perder a acuidade. Nesse caminho, pode-se notar que o ápice da participação da indústria de transformação no PIB ocorreu no momento em que o modelo baseado na substituição de importações entrou em crise terminal, isto é, em 1986. Durante a década de 1990, em meio às reformas estruturais, a indústria perdeu dinamismo e frustrou as promessas de que a abertura comercial *per se* traria a modernização necessária para uma nova inserção do Brasil na economia mundial. Já no período que coincidiu com o boom de commodities, durante a maior parte da década de 2000, a participação da indústria voltou a declinar frente à concorrência trazida pela China, que assumiu um lugar central na produção industrial e puxou o setor de commodities no mundo inteiro, especialmente no Brasil. À época, a expressão “doença holandesa” foi utilizada corriqueiramente<sup>5</sup>.

É comum entre os empresários, principalmente entre aqueles vinculados ao Instituto de Estudos de Desenvolvimento Industrial (IEDI), a opinião de que grande parte dos empecilhos ao desenvolvimento da indústria se localiza internamente, visto que, desde a década de 1990, criou-se um ambiente econômico hostil ao setor com vários obstáculos para o investimento produtivo, como por exemplo, a política macroeconômica baseada em metas de inflação, câmbio flutuante e austeridade fiscal. As taxas de juros praticadas no Brasil desincentivam o investimento, ao elevar o custo do dinheiro a patamares inimagináveis nos países com os quais ele compete. O câmbio valorizado, por sua vez, retira a competitividade das exportações e abre espaço para a maior penetração das importações no mercado local. O gasto público em formação de capital fixo, importante estimulante dos investimentos, vem se mantendo em níveis muito baixos desde a crise da dívida da década de 1980. A isso, na perspectiva do setor

---

<sup>5</sup> “Doença holandesa” se refere à aparente relação entre a exploração de recursos naturais e o declínio do setor manufatureiro. Um aumento de receita decorrente da exportação de recursos naturais pode desindustrializar uma nação devido à valorização cambial, que torna o setor manufatureiro menos competitivo. Embora seja mais comumente usada em referência à descoberta de recursos naturais, pode também se remeter a qualquer desenvolvimento que resulte em um grande fluxo de entrada de moeda estrangeira, incluindo aumentos repentinos de preços dos recursos naturais, assistência internacional ou volumosos investimentos estrangeiros. Chama-se assim porque, durante os anos de 1960, houve uma escalada dos preços do gás que aumentou substancialmente as receitas de exportação da Holanda e valorizou o florim, a moeda da época. O grande volume de exportações de gás derrubou as exportações dos demais produtos por falta de competitividade.



industrial, se somam a forte burocracia, a rigidez do mercado de trabalho e uma política tributária obsoleta, que onera a produção e o consumo e privilegia as classes de maior rendimento. A título de exemplo, o sistema tributário alemão faz justamente o contrário, isto é, concentra a maior parte da arrecadação na renda e pouco onera a produção e o consumo.

**Figura 7** – Principais países por parcela do valor adicionado na indústria mundial

| Líderes da Indústria de Transformação<br>(Parcela no Valor Adicionado mundial, dólares constantes 2010) |       |       |       |       |       |       |       |                  |                 |
|---|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|------------------|-----------------|
|   | 2005  | 2010  | 2011  | 2012  | 2013  | 2014  | 2015* | Posição em 2015* | Posição em 2014 |
| China   | 11,7% | 18,7% | 19,7% | 21,0% | 21,9% | 22,9% | 23,8% | 1                | 1               |
| EUA   | 20,4% | 17,8% | 17,1% | 16,9% | 16,7% | 16,6% | 16,5% | 2                | 2               |
| Japão   | 11,1% | 10,4% | 9,8%  | 9,5%  | 9,6%  | 9,2%  | 8,9%  | 3                | 3               |
| Alemanha  | 7,3%  | 6,6%  | 6,9%  | 6,7%  | 6,5%  | 6,5%  | 6,4%  | 4                | 4               |
| Coreia do Sul   | 2,5%  | 3,0%  | 3,0%  | 3,0%  | 3,0%  | 3,1%  | 3,1%  | 5                | 5               |
| Índia   | 1,7%  | 2,4%  | 2,4%  | 2,3%  | 2,3%  | 2,3%  | 2,4%  | 6                | 9               |
| Itália  | 3,7%  | 2,9%  | 2,9%  | 2,7%  | 2,6%  | 2,5%  | 2,4%  | 7                | 7               |
| França  | 3,1%  | 2,6%  | 2,6%  | 2,6%  | 2,5%  | 2,4%  | 2,3%  | 8                | 8               |
| Brasil  | 3,1%  | 2,9%  | 2,8%  | 2,7%  | 2,7%  | 2,6%  | 2,3%  | 9                | 6               |
| Indonésia   | 1,7%  | 1,7%  | 1,7%  | 1,8%  | 1,9%  | 1,9%  | 1,9%  | 10               | 12              |
| Reino Unido   | 2,7%  | 2,1%  | 2,1%  | 2,0%  | 2,0%  | 2,0%  | 1,9%  | 11               | 10              |
| Rússia  | 2,1%  | 1,9%  | 1,9%  | 2,0%  | 1,9%  | 1,9%  | 1,8%  | 12               | 11              |
| México  | 1,9%  | 1,7%  | 1,7%  | 1,7%  | 1,7%  | 1,7%  | 1,7%  | 13               | 13              |
| Canadá  | 2,2%  | 1,6%  | 1,6%  | 1,6%  | 1,5%  | 1,5%  | 1,4%  | 14               | 14              |
| Espanha   | 2,2%  | 1,7%  | 1,6%  | 1,5%  | 1,5%  | 1,4%  | 1,4%  | 15               | 15              |

FONTE: UNIDO. \*Estimativa em junho/16.

Fonte: IEDI (2017a)

A estas variáveis se acrescenta uma questão estrutural que consiste no fato do centro de decisão de parte importante das indústrias instaladas no Brasil se encontrar em cidades como Wolfsburg, Tóquio, Detroit ou Turim. Desse modo, o país ocupa um lugar periférico no desenho das cadeias industriais no mundo, que obedece à lógica das empresas dos países centrais. Ao buscarem vantagens comparativas no mundo inteiro, estas empresas percebem que a produção na Ásia se mostra mais lucrativa do que no Brasil em termos de custos salariais e de capital, de acesso ao crédito, de tributos, de escala produtiva, de disponibilidade de tecnologias modernas e de acesso aos populosos mercados regionais. Sobre este último aspecto, é interessante notar que num raio de 3.000 km a partir de Hong Kong está abrangida uma população de aproximadamente três bilhões de pessoas, enquanto que se traçarmos um perímetro

similar, porém centralizado em Cuiabá-MT, teríamos pouco mais de 300 milhões de pessoas.

A queda da produção industrial brasileira reflete a posição deste país no ranking mundial, como ilustra a Figura 7. Este quadro indica o encurtamento das etapas de produção no Brasil, que é representado pela diminuição da produção local de peças e partes. Tal redução tem levado a indústria local a se tornar apenas uma “maquiladora”, responsável pela montagem final, tal como ocorre de maneira mais evidente no Polo Industrial de Manaus. Quando se observa a pauta importada da China percebe-se que ela apresenta mais componentes e peças do que produtos finais. Além disso, os segmentos do mercado sul-americano, que antes eram abastecidos pela produção industrial brasileira, passaram a sofrer a concorrência de empresas asiáticas. Estas deslocaram a oferta brasileira, inclusive, no Mercosul, onde em tese a produção local deveria ter um acesso privilegiado pelas normas deste acordo.

Apesar desse quadro, é relevante frisar a importância que a indústria tem para o desenvolvimento geral da economia brasileira, tal como faz Pedro Wongtschowski, presidente do IEDI:

Há um conceito que está se difundindo sorrateiramente na sociedade brasileira, de que a indústria no Brasil é dispensável, de que nosso país pode viver sem indústria. Evidentemente, esse é um conceito muito equivocado, já que esse setor gera empregos, tecnologia, inovação e impostos. É o maior contribuinte tributário no Brasil e grande gerador de empregos em quantidade e também em qualidade; é o setor que melhor paga na economia brasileira. [...] Por isso, é uma enorme ilusão imaginar que podemos ter um agronegócio e um setor de serviços dinâmicos sem uma atividade industrial relevante e importante. Em outras palavras, não existe agronegócio sem defensivo agrícola, sem fertilizantes, sem colheitadeiras, sem tratamento dos materiais colhidos, sem algum tipo de atividade industrial conexas com o agronegócio (IEDI, 2017b, p.16).

Em suma, não é possível pensar em uma inserção mais competitiva na economia mundial sem a reconstrução da capacidade industrial do país, pois a renda gerada pela exportação de produtos básicos e semimanufaturados, como afirmamos, é insuficiente para garantir um ritmo de crescimento compatível com o potencial do Brasil e com as necessidades crescentes de sua

população. Para tanto, além de possuir um ambiente econômico e institucional mais amistoso, é necessário traçar estratégias realistas que compreendam as debilidades e as potencialidades do seu patamar atual de desenvolvimento.

## **Desafios e oportunidades da Quarta Revolução Industrial para o Brasil**

Pensar na economia como processo é reconhecer seu caráter dinâmico e evolucionário, ou seja, é entender que na economia “*não há planger nem imprecar*”, para usarmos uma expressão de Machado de Assis. Assim, as opções políticas atuais, se coerentes, partem da realidade tal como ela é e não de como se gostaria que ela fosse. Se perdermos uma determinada onda de inovação, isso não implica que ficaremos eternamente condenados ao atraso, visto que a própria dinâmica do processo econômico e a emergência de novas ondas de inovação podem criar “janelas de oportunidade” em campos antes inimagináveis.

Se é fato que o Brasil ainda dispõe de pouco conhecimento científico em áreas de ponta, ou que suas pesquisas e desenvolvimento ainda principiam em setores como a robótica avançada, a tecnologia aeroespacial, os novos materiais ou as nanotecnologias etc., também é fato que a aplicação criativa das inovações à sua disposição pode ter um papel relevante para o aumento da produtividade e da eficiência da produção e dos serviços, públicos e privados. Diante desses argumentos, é preciso reconhecer que, num curto espaço de tempo, as empresas brasileiras não terão mais como competir com aquelas dos países avançados na criação de novas tecnologias, novos produtos e marcas reconhecidas, mas que poderão iniciar uma trajetória capaz de levar a economia e a sociedade brasileiras a um patamar qualitativamente superior.

Desse modo, a disponibilidade dos “hardwares” pode contribuir para aumentar a produtividade geral da economia brasileira e desenvolver aplicações condizentes com as potencialidades da QRI. Ou como refletiu Schumpeter (1961), o desenvolvimento econômico não depende apenas de “inovações”, mas de combinações criativas a partir de bens e equipamentos já existentes, que podem provocar mudanças disruptivas.

Por conta disso, para o desenvolvimento de uma estratégia competitiva é de fundamental importância a identificação e

priorização de oportunidades, que vão além das vantagens comparativas do Brasil, como a irradiação solar, a disponibilidade de água e recursos minerais, a biodiversidade e a fertilidade do solo. Estas podem servir de terreno para se avançar num projeto mais amplo, que demanda Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento (CT&D). Nesse sentido, torna-se necessário incorporar os conhecimentos científicos acumulados pelo país, que são desenvolvidos nas universidades e centros de pesquisa, e identificar os setores que podem ser priorizados para essa eventual estratégia. Tanto os setores de maior competitividade, como os ligados ao agronegócio, quanto aqueles que estão em uma posição retardatária, como a indústria manufatureira, podem ser campos para a experimentação de novas maneiras de se produzir ao se valer da tecnologia disponível.

O papel do setor público é essencial para a coordenação de um projeto de grandes dimensões, tal como vem ocorrendo na Alemanha, nos EUA e na China com seus projetos de manufatura avançada. No Brasil, assim como nestes países, não será a burocracia estatal quem irá desenvolver as novas habilidades requeridas para a modernização da economia, mas o governo que, em todos os seus níveis, deverá incentivar a inovação e as novas combinações produtivas por meio de suas demandas, políticas sociais, universidades e capacidade institucional para mobilizar a sociedade, a comunidade de CT&D e o setor empresarial e, com isso, fazer frente ao grande desafio de melhorar a competitividade internacional da economia brasileira.

A esse respeito vale a pena refletir sobre a opinião de Luciano Coutinho que ressalta o papel estratégico da incorporação das tecnologias de gestão, baseadas na Internet das Coisas, como um dos pilares da QRI:

[...] trata-se também de mudanças de paradigma que esses sistemas de internet das coisas poderão produzir na sociedade, com implicações muito fortes sobre os sistemas industriais. Obviamente, a indústria será afetada por essa transformação, primeiro pela possibilidade de integrar todo o sistema produtivo, não mais necessariamente por redes corporativas, mas via internet. Segundo, não só para integrar a empresa por dentro, mas a cadeia produtiva inteira. Dos fornecedores de primeiro, segundo e terceiro grau, integrando a cadeia para frente, da distribuição e chegando até o consumidor. Como esses sistemas geram muitos dados, é preciso

uma estruturação da base de dados e capacidade de analisá-los, reconhecer padrões e subpadrões e extrair informações deles por meio de algoritmos matemáticos, com o que haverá a capacidade de identificar, por exemplo, acidentes, desgastes, períodos de manutenção, defeitos e outros. Tudo isso permitirá otimizações logísticas hoje não alcançáveis (IEDI, 2017b, p. 6).

Atualmente, o sentido de urgência e os desafios da Quarta Revolução Industrial no Brasil têm levado as universidades, os centros de pesquisa, as organizações empresariais e, principalmente, o governo federal a se mobilizarem para a criação de uma estratégia de modernização nacional condizente com o novo ambiente produtivo mundial. Sob a liderança do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), está em curso, desde o começo do ano de 2017, a elaboração de um estudo para o diagnóstico e a proposição de um plano de ação estratégico para o país em Internet das Coisas (BNDES, 2017a).

O referido projeto foi estruturado em três fases, a saber: Fase 1. Diagnóstico e aspirações do Brasil, de janeiro de 2017 a março de 2017. São contemplados nesta fase: obter uma visão geral do impacto de IoT no Brasil; entender as competências de TIC do país e as aspirações iniciais para IoT no país. Fase 2. Seleção de verticais e horizontais, de abril de 2017 a maio de 2017. Compõem esta fase: definir critérios chave para seleção e priorizar verticais e horizontais. E Fase 3. Investigação de verticais e elaboração da visão e do plano, de junho de 2017 a setembro de 2017. Fazem parte desta fase: aprofundar-se nas verticais escolhidas; elaborar a visão para IoT para cada vertical e construir o plano de ação (2017-2022).

**Figura 8** – Visão do Plano de Ação de IoT para o Brasil

| Cidades  | Saúde   | Rural   | Indústria  |
|--|---|---|--|
| Elevar a qualidade de vida nas cidades por meio da adoção de tecnologias e práticas que viabilizem a gestão integrada dos serviços para o cidadão e a melhoria da mobilidade, segurança pública e uso recursos | Contribuir para a ampliação do acesso à saúde de qualidade no Brasil por meio da criação de uma visão integrada dos pacientes, descentralização da atenção à saúde, e da melhoria de eficiência das unidades de saúde | Aumentar a produtividade e a relevância do Brasil no comércio mundial de produtos agropecuários, com elevada qualidade e sustentabilidade sócio-ambiental, por meio do uso difundido do IoT no campo e posicionar o Brasil como o maior exportador de soluções de IoT para agropecuária tropical. | Incentivar a produção de itens mais complexos e aumentar a produtividade da indústria nacional a partir de modelos de negócios inovadores e da maior cooperação nas diversas cadeias produtivas. |
| <b>Ações Prioritárias</b>  |   |   |  |
| Mobilidade, Segurança Pública, Eficiência Energética e Saneamento  | Doenças crônicas, Remoção e Prevenção e Eficiência na Gestão  | Uso eficiente de recursos naturais, insumos e maquinários, segurança sanitária  | Recursos e processos, bens de capital e estoque  |

Fonte: BNDES (2017b, p. 13)

Fruto desse esforço, em novembro de 2017, foi divulgado o Relatório do Plano de Ação, denominado Iniciativas e Projetos Mobilizadores, que trata de fazer um diagnóstico das potencialidades da aplicação da “Internet das Coisas” no Brasil e também traçar diretrizes para implementação de ações estruturantes em setores considerados estratégicos para o projeto, que pressupõe o conhecimento do “estado da arte” em nível internacional sobre o IoT; a formação de quadros técnicos, que possam operar e desenvolver aplicações; a definição de um marco regulatório para o setor, e a infraestrutura de conectividade e interoperabilidade (BNDES, 2017b). Os setores considerados prioritários para a implementação do plano estão descritos na Figura 8, acima.

Como se pode constatar, as potencialidades do uso da IoT são muito amplas. A gestão das grandes cidades, por exemplo, enfrenta uma infinidade de problemas, que podem ser mitigados com a introdução de sensores (IoT), que são capazes de fornecer inúmeras informações on-line e, assim, viabilizar o diagnóstico, o planejamento e a busca de soluções para vazamentos no sistema de distribuição de água; para potencialização da economia de energia na iluminação pública e para racionalização do transporte de passageiros etc. Sem contar com a maximização da própria gestão da máquina pública, isto é, do trabalho dos servidores e do uso dos equipamentos. No que tange a área de

saúde, os sistemas de monitoramento remoto podem viabilizar o acompanhamento de pessoas com doenças crônicas, a logística do transporte de pacientes, o mapeamento da ocorrência de epidemias e o compartilhamento de prontuários etc.

A adoção da IoT nos processos produtivos pode aumentar a eficiência de um setor bastante competitivo como o do agronegócio. Com a introdução de técnicas de gestão de água e energia elétrica, por exemplo, melhoraria a gestão do solo, por intermédio da conexão integrada de diversos equipamentos utilizados na plantação e na colheita; além disso, melhoraria os procedimentos sanitários da pecuária e também o monitoramento da engorda de animais de forma a economizar insumos, dentre outras aplicações.

A aplicação da IoT no setor industrial requer uma especial atenção, pois mesmo que o país não tenha a possibilidade de concorrer atualmente nos segmentos de maior intensidade tecnológica, a apropriação de novas tecnologias é imprescindível para a recuperação do papel já alcançado pelo setor no PIB brasileiro. São as novas combinações, decorrentes do uso de sensores e sistemas, que poderão proporcionar o aumento da produtividade e a própria diversificação da produção e melhoria da qualidade dos produtos, condições estas essenciais, para que a indústria brasileira possa competir no mesmo patamar de igualdade com a oferta importada dentro e fora de nossas fronteiras.

Ademais, é preciso que o Plano Nacional para a Internet das Coisas não seja apenas uma iniciativa que prometa a recuperação da capacidade industrial e se frustre no meio do caminho, tal como já vimos nos últimos trinta anos, com o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP) e a Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE), do governo Collor; a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), do governo Lula, ou ainda, o Plano Brasil Maior, do governo Dilma Rousseff. Parafraseando Deng Xiaoping, “*se há verdade, está nos fatos*”, ou seja, a queda de participação da indústria no PIB, entre os anos de 1990 e 2015, é a prova do fracasso das políticas anteriores. Portanto, para implementação do Plano da Internet das Coisas, o governo federal deve mobilizar, por meio de agências como MCTIC, FINEP, CNPq, CAPES e CAMEX, amplos setores da academia, dos centros de pesquisa e das empresas, entre as quais as chamadas “*startups*” de tecnologia de informação e

comunicação, que devem ser incentivadas, não por subsídios generalizados, mas por meio de ações características e concursos nacionais que postulem desafios específicos para cada área priorizada. A título de sugestão, a experiência brasileira poderia se basear nas exitosas experiências da agência dos EUA, “Defense Advanced Research Projects Agency” (DARPA), que possui um forte poder mobilizador junto à comunidade de inovação e que continua sendo decisiva para o desenvolvimento tecnológico deste país.

### **Considerações finais**

Tal como discorreremos ao longo do artigo, a inserção competitiva do Brasil na economia global pressupõe um sofisticado diagnóstico do contexto sócio-político-econômico mundial e também a criação de estratégias adequadas que levem em consideração não apenas as vantagens comparativas do país, mas a construção de novas vantagens adquiridas, notadamente no setor industrial. Em primeiro lugar, é importante compreender o ritmo e o sentido do atual processo de globalização, ainda mais quando este enfrenta fortes resistências entre os países que primeiro o impulsionaram, isto é, quando surgem movimentos protecionistas e de “desglobalização”. A atual geografia econômica indica o irrefreável deslocamento do eixo econômico mundial para a região Eurasiática, onde China e Índia estão moldando o panorama econômico do século XXI.

Em princípio, este movimento no sentido da Ásia tende a afastar a economia brasileira, e também a latino-americana, de processos mais complexos da produção industrial e de serviços, o que poderia aprofundar nossa dependência da exportação de commodities. Entretanto, nesse processo ainda instável e contraditório, existe também a possibilidade de enfrentarmos uma maior concorrência no setor de commodities, visto que ao longo das rotas de desenvolvimento criadas pela China, como a Iniciativa “Cinturão e Rota”, ou o “Corredor da Liberdade”, por Índia e Japão, se pode produzir muitos dos artigos básicos fabricados no Brasil. Diante deste quadro, este país deve compreender suas debilidades e potencialidades para organizar uma nova estratégia de inserção na economia global, na qual a Quarta Revolução Industrial surge como desafio e oportunidade.



Esta nova estratégia não implica abandonar os setores em que o Brasil é bastante competitivo, como o agronegócio ou a mineração, mas em utilizar a tecnologia para aumentar ainda mais a produtividade nesses setores que são essenciais para a obtenção de divisas fortes. Não há como reinventar a roda, mas é preciso modernizar a indústria e criar novas habilidades no setor de serviços e, para tanto, é necessária uma estratégia de caráter nacional para inserir o país nos estágios de maior valor agregado da produção mundial.

Ademais, uma estratégia bem-sucedida para o Brasil deve pensar em como integrar o seu contexto regional, pois a integração sul-americana é um fator que potencializa a sua presença política e econômica no mundo. É necessário aumentar a produtividade geral de sua economia e a eficiência do poder público e, para tanto, o sucesso do Plano Nacional para a Internet das Coisas é fundamental, uma vez que é uma estratégia adaptativa de pouca fricção, que não implica na adoção de políticas de caráter protecionista, que estão na contramão do processo de integração econômica mundial e na qual o governo brasileiro vem apostando. Nesse aspecto, a experiência chinesa, como uma das principais beneficiárias do processo de globalização, tem algo a nos ensinar.

Por fim, a sociedade brasileira, representada por seus intelectuais, empresários, trabalhadores e dirigentes políticos deve ter uma perspectiva de atuação mais pragmática e menos ideológica. O sucesso de uma estratégia política deve ser verificado no resultado, qual seja, no aumento do bem-estar de amplas camadas da população brasileira. Concluímos citando novamente Deng Xiaoping: “*não importa a cor do gato, conquanto que ele cace o rato*”!

PIRES, M. C. Reflections on a competitive insertion of Brazil in the global economy. *Perspectivas*, São Paulo, v. 51, p. 141-173, jan./jun. 2018.

■ **ABSTRACT:** *This article aims to discuss some challenges to be faced by Brazilian society in the search of a more qualified insertion in the world trade. Therefore, it is assumed that a significant transformation is necessary in the country's productive structure, whose requirements are a strong increase of productivity; the incorporation of new technologies and the rise to higher-value-added stages in the global productive chains and, as a consequence, greater diversification of*

*the export agenda. As a way to reach this type of insertion, the article points out as successful strategies: the new role of Brazil in South American integration, the increase in the general productivity of its economy, particularly in sectors that are essential for obtaining hard currency, and the efficiency of public power.*

■ **KEYWORDS:** *Competitive insertion. Brazil. Export agenda. Global economy.*

## Referências

BELLO, W. *The virtues of deglobalisation*. 2009. Disponível em: <<https://www.tni.org/en/article/virtues-deglobalisation>>. Acesso em: 30 mar. de 2017.

BERGER, S. *How we compete*. What companies around the world are doing to make it in today's global economy? Boston: Crown Business, 2005.

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Estudo Internet das Coisas: um plano de ação para o Brasil*. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/estudos/chamada-publica-internet-coisas/estudo-internet-das-coisas-um-plano-de-acao-para-o-brasil>>. Acesso em: 01 nov. de 2017a.

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Relatório do Plano de Ação: Iniciativas e Projetos Mobilizadores*. Versão 1.1 – Nov./2017 Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/269bc780-8cdb-4b9b-a297-53955103d4c5/relatorio-final-plano-de-acao-produto-8-alterado.pdf?MOD=AJPERES&CVID=m0jDUok>>. Acesso em: 25 nov. de 2017b.

BRESSER PEREIRA, L. C. *Economia brasileira: uma introdução crítica*. São Paulo: Editora 34, 1998.

BRYNJOLFSSON, E.; MCAFEE, A. *A segunda era das máquinas*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Record, 2004.

CHINA State Council. 19/05/2015. Disponível em: <[http://english.gov.cn/policies/latest\\_releases/2015/05/19/content\\_281475110703534.htm](http://english.gov.cn/policies/latest_releases/2015/05/19/content_281475110703534.htm)>. Acesso em: 30 mar. de 2017.

CIA – CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *The World Factbook*. 2017. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/br.html>>. Acesso em: 07 nov. de 2017.

CIA – CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *The World Factbook*. 2016. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/download/download-2016/index.html>>. Acesso em: 07 nov. de 2017.

DFAT – THE DEPARTMENT OF FOREIGN AFFAIRS AND TRADE OF AUSTRALIA. *The APEC Region: trade and investment*. 2016. Disponível em: <<http://dfat.gov.au/about-us/publications/Documents/apec-region-trade-investment.pdf>>. Acesso em: 01 nov. de 2017.

EL PAÍS. Robótica eliminará até 800 milhões de empregos daqui a 2030. 02 de dezembro de 2017. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/30/economia/1512012918\\_284848.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/30/economia/1512012918_284848.html)>. Acesso em: 02 nov. de 2017.

FIESP – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Perda de participação da indústria no PIB*. 2017. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/participacao-da-industria-de-transformacao-no-pib-1947-2014/>>. Acesso: 01 nov. de 2017.

FURTADO, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979.

IEDI – INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. *Carta IEDI 749*. O Brasil no Mapa da Indústria Mundial. 2017. Disponível em: <[http://www.iedi.org.br/cartas/carta\\_iedi\\_n\\_749.html](http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_749.html)>. Acesso em: 01 nov. de 2017a.

IEDI – INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. *O futuro da indústria*. Set./2017. Disponível em: <[http://www.iedi.org.br/artigos/top/estudos\\_industria/20170904\\_o\\_futuro\\_da\\_industria.html](http://www.iedi.org.br/artigos/top/estudos_industria/20170904_o_futuro_da_industria.html)>. Acesso em: 01 nov. de 2017b.

IEDI – INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. *Indústria 4.0: a Quarta Revolução Industrial e os*

desafios para a indústria e para o desenvolvimento brasileiro. 2017c.

IMF – INTERNATIONAL MONETARY FUND. *Understanding Residential Real Estate in China*. IMF Working Paper. Prepared by Mali Chivakul, W. Raphael Lam, Xiaoguang Liu, Wojciech Maliszewski, and Alfred Schipke. April, 2015.

IPEADATA. *Séries de economia internacional*. 2017. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 30 mar. de 2017.

KOF – SWISS ECONOMIC INSTITUTE. *Index of Globalization*. 2017. Disponível em: <[http://globalization.kof.ethz.ch/media/file\\_rpublic/2017/04/19/pressrelease2017en.pdf](http://globalization.kof.ethz.ch/media/file_rpublic/2017/04/19/pressrelease2017en.pdf)>. Acesso em: 01 nov. de 2017.

MAGNIER, M. *How China is changing its manufacturing strategy*. 2016. Disponível em: <<https://www.wsj.com/articles/how-china-is-changing-its-manufacturing-strategy-1465351382>>. Acesso em: 01 nov. de 2017.

MCDOUGALL, W. *Industrie 4.0: smart manufacturing for the future*. Berlin: Germany Trade & Invest (GTAI). 2014. Disponível em: <[https://www.gtai.de/GTAI/Content/EN/Invest/\\_SharedDocs/Downloads/GTAI/Brochures/Industries/industrie4.0-smart-manufacturing-for-the-future-en.pdf?v=8](https://www.gtai.de/GTAI/Content/EN/Invest/_SharedDocs/Downloads/GTAI/Brochures/Industries/industrie4.0-smart-manufacturing-for-the-future-en.pdf?v=8)>. Acesso em: 01 nov. de 2017.

MDIC – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. *Estatísticas de Comércio Exterior: países e blocos*. 2017. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-mensal-2>>. Acesso em: 30 mar. de 2017.

MIDC/SECEX. *Estatísticas de Comércio Exterior*. 2017. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior>>. Acesso em: 01 nov. de 2017.

MILLER, J. B. *How Abe and Modi can save the Indo-Pacific*. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/japan/2017-11-15/how-abe-and-modi-can-save-indo-pacific?cid=int-lea&pgtype=hpg>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

NBS – NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. *National Accounts*. In: *China Statistical Yearbook 2016*. Disponível em:

<<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2016/indexeh.htm>>. Acesso em: 11 nov. de 2017.

NSCT – NATIONAL SCIENCE AND TECHNOLOGY COUNCIL. *A national strategic plan for advanced manufacturing*. Washington (DC). Executive Office of the President; National Science and Technology Council, february, 2012.

PIKKETY, T. *Capital in the twenty-first century*. Cambridge-MA/London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*: Colônia. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

PREBISCH, R. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1968.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SCHWAB, K. *The fourth industrial revolution*. Geneva-Switzerland: World Economic Forum, 2016.

TAVARES, M. da C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*: ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

THE ECONOMIC TIMES. *India, Japan come up with AAGC to counter China's OBOR*. 2017. Disponível em: <<https://economic.times.indiatimes.com/news/economy/policy/india-japan-come-up-with-aagc-to-counter-chinas-obor/articleshow/58846673.cms>>. Acesso em: 01 nov. de 2017.

WAKEFIELD, J. *Foxconn replaces '60,000 factory workers with robots'*. 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/technology-36376966>>. Acesso em: 30 mar. de 2017.

WORLD BANK. *World Bank open data*. 2017. Disponível em: <<http://data.worldbank.org>>. Acesso em: 01 nov. de 2017.



# IGUALDAD DE GÉNERO: LA DIMENSIÓN LABORAL

## ALGUNOS DATOS Y REFLEXIONES

### SOBRE AMÉRICA LATINA

Beatriz Adriana BUSTOS TORRES<sup>1</sup>

■ **RESUMEN:** Pensar en la Igualdad entre hombres y mujeres nos conduce a analizar el espacio laboral donde las mujeres ocupan importantes tasas de participación. Esta ganancia aparentemente cuantitativa envuelve circunstancias de segregación, discriminación y violencia en el trabajo. Se revisan datos proporcionados por la OIT sobre el empleo en América Latina y se subrayan variables y características que constituyen la fuente de la desigualdad laboral de género.

■ **PALABRAS CLAVE:** Igualdad de género. América Latina. Trabajo.

Cada día crece la preocupación por un mundo más equitativo entre hombres y mujeres; es más común encontrar organizaciones públicas y privadas que emprenden acciones positivas a favor de la igualdad; pero, sin embargo, es más importante ubicar que hay mucho camino aún por recorrer antes de sentirnos satisfechos en un entorno laboral incluyente, planteado por la Organización Internacional del Trabajo (OIT) como un trabajo decente<sup>2</sup>, fuente de satisfacción de las aspiraciones de gran parte de la humanidad.

La “igualdad de género en el trabajo” se refiere a las oportunidades que hombres y mujeres tienen de acceder a un trabajo decente en condiciones de libertad, equidad, seguridad y dignidad humana (OIT, 2018a). Dichas oportunidades incluyen las oportunidades de inserción laboral, posición en la ocupación, ac-

---

<sup>1</sup> UDG – Universidad de Guadalajara. Centro Universitario de Ciencias Sociales y Humanidades. Departamento de Estudios Socio-Urbanos. Guadalajara – JAL – México. 44260. beabustos@hotmail.com.

<sup>2</sup> El concepto de “trabajo decente” fue formulado por los mandantes de la OIT – gobiernos y organizaciones de empleadores y trabajadores – como una manera de identificar las prioridades de la Organización. Se basa en el reconocimiento de que el trabajo es fuente de dignidad personal, estabilidad familiar, paz en la comunidad, democracias que actúan en beneficio de todos, y crecimiento económico, que aumenta las oportunidades de trabajo productivo y el desarrollo de las empresas.

ceso a seguridad social: servicio médico, pensión, y a otras prestaciones sociales inherentes al empleo, posibilidad de movilidad ascendente, igualdad salarial entre hombres y mujeres, ninguna forma de discriminación por edad, apariencia física, discapacidad, entre otras.

De acuerdo a la OIT (2018a), la igualdad de género se trata de un derecho humano fundamental para lograr el objetivo del “trabajo decente” para todo ser humano. La OIT promueve dos líneas de acción: 1) analizar y tratar las necesidades específicas de cada género, y 2) realizar intervenciones dirigidas a grupos específicos para lograr la participación de mujeres y hombres y que se beneficien por igual.

Este organismo considera que desde una perspectiva económica, la reducción de la brecha de género, a través de la participación económica activa de las mujeres, incrementaría considerablemente el PIB mundial. Las regiones con mayor desequilibrio de género apreciarían los beneficios de una gran expansión económica y de desarrollo. Los países desarrollados observarían también el aumento del crecimiento medio anual de su PIB, fundamental en épocas de expansión económica casi nula.

Cerrar la brecha de género, la segregación ocupacional y profesional deberían ser objetivos de peso en las políticas laborales, ya que la mujer tiende a tener una fuerte presencia en ocupaciones y empleos considerados de bajo valor, muchos de ellos vinculados al trabajo de cuidados, o en actividades y roles tradicionalmente femeninos, lo que no permite agregar más valor al trabajo remunerado de las mujeres.

Así, el objetivo de este texto es mostrar los principales indicadores asociados al ambiente laboral, que determinan las formas de inserción y movilidad de las mujeres en los mercados laborales en condiciones, muchas veces, de desigualdad entre hombres y mujeres. Argumentaremos en torno a la idea y los significados que se tienen sobre “igualdad laboral de género”, sobre las condiciones y características de los mercados laborales que enfrentan las mujeres en América Latina. Gran parte del análisis se sustenta en datos proporcionados por la OIT en informes y reportes de investigación formulados por su equipo. Consideramos que la información y datos proporcionados por la OIT constituyen un valioso aporte para conocer y atender las prioridades en materia laboral por regiones del planeta, en este caso de América Latina.



**Cuadro 1 – Igualdad laboral de género**

| <b>Mercado de trabajo</b>  | <b>Lugar de trabajo</b>  |
|--|--|
| Oportunidades de inserción   | Selección de personal – no discriminación x Edad, sexo, estado conyugal, apariencia física, etc. |
| Posición en ocupación  | Jornada Laboral  |
| Acceso a seguridad social y a otras prestaciones sociales inherentes al empleo | Movilidad Ascendente   |
| Posibilidad de movilidad ascendente  | Violencia Laboral: acoso sexual o moral  |
| Equidad salarial x sector económico  | Estabilidad Laboral  |

**Fuente:** Elaboración propia.

Numerosos países de América Latina han reconocido la relevancia de resguardar la igualdad entre hombres y mujeres. Importantes reivindicaciones han quedado asentadas y ratificadas en convenciones internacionales, específicamente la *Convención sobre la eliminación de todas las formas de discriminación contra la mujer* (CEDAW por su sigla en inglés); la cual, en su artículo 11 señala específicamente que

[...] se adoptarán todas las medidas apropiadas para eliminar la discriminación contra la mujer en la **esfera del empleo**, a fin de asegurar a la mujer, condiciones de igualdad laboral con los hombres, y los mismos derechos (ONU, 1979, Artículo 11, subrayado añadido).

La desigualdad de género en el trabajo se traduce en discriminación de las mujeres en la inserción y posicionamiento en el mercado laboral. Las características del empleo ofrecido en los mercados laborales de América Latina se ven influenciadas por las características y por el desarrollo económico de la región o localidad. Lo que ocurre también en combinación con los valores culturales sobre los roles de género predominantes, determinando un ambiente de segregación ocupacional, donde hombres y mujeres se ubican en determinadas ocupaciones relacionadas con lo que culturalmente significan los papeles de género de mujeres u hombres. Así las mujeres se concentran en empleos u ocupaciones relacionadas con ámbitos femeninos, y los hombres desempeñan preferentemente en ocupaciones típicamente masculinas que implican esfuerzo físico o responsabilidades de mando (GALLANGOS, 2002, p. 27-28). Es así notable la división del trabajo entre los sexos como un hecho “natural”.

## División sexual del trabajo y desigualdad de género

Asociados a la capacidad física de reproducción, históricamente, se han atribuido roles a mujeres y hombres, lo cual ha dado como resultado condiciones de bienestar y de desarrollo desigual entre hombres y mujeres. Este hecho fincado en la división sexual del trabajo ha permanecido a lo largo de la historia humana; sin embargo, los hechos y condiciones de esta división sexual del trabajo, en la actualidad, dependen en gran parte de la sensibilidad, monitoreo y creación de políticas favorables hacia las mujeres, que permitan un desarrollo equitativo de oportunidades, en la inserción, movilidad, y permanencia en el trabajo remunerado (BUSTOS TORRES, 2011).

La desigualdad laboral de género tiene sus orígenes en la asignación cultural de tareas a hombres y mujeres, donde a ellas se les encomiendan las tareas domésticas de cuidado de la familia o grupo doméstico. Literatura diversa (PEDRERO, 2005; BUSTOS TORRES, 2011, 2016; AGUADO, 2006; AGUIRRE, 2005) sobre el estudio de la división sexual del trabajo señala la generación de relaciones desiguales entre hombres y mujeres, dada la dedicación al trabajo remunerado de cada grupo, lo que resulta en ingresos y poder adquisitivo diferente.

El uso del tiempo entre trabajo remunerado y no remunerado conduce a los individuos a posiciones y condiciones laborales de ventaja o desventaja. Así, mientras las mujeres suman horas en el trabajo de atención a la familia mas las horas dedicadas al trabajo remunerado, el total es siempre mayor. Lo que, además de marcar una doble jornada, pone en desventaja estructural – dada la posición laboral que alcanza – y económica a la mujer, dada su dedicación a las actividades remuneradas.

**Cuadro 2** – Igualdad laboral de género: división sexual del trabajo

| <b>Trabajo Productivo / Remunerado</b>                                   | <b>Trabajo no remunerado / Reproducción Social</b>  |
|--|---|
| Actividad laboral que produce un valor monetario: salario o remuneración | Actividades realizadas regularmente en el ámbito doméstico: de reproducción física, social y de cuidado |
| Segregación/discriminación ocupacional por Sexo en el Mercado Laboral    | Actividades realizadas y asumidas por las mujeres de diversas edades                                    |
|  | Roles de género asignados por cultura predominante  |

**Fuente:** Elaboración propia.

Entender y ubicar la “igualdad laboral de género” nos conduce a incluir una visión más amplia de la noción del trabajo, donde se incluye entonces el análisis de la “división sexual del trabajo” en la sociedad, abarcando ello, al trabajo considerado como económico o remunerado – TR –, y al trabajo de cuidados necesario para la reproducción social, también conocido como trabajo no remunerado – TNR –, el cual se realiza por lo general por separado del trabajo remunerado en el seno de las familias.

El trabajo no remunerado incluye a las diversas tareas domésticas por excelencia, el cuidado de los integrantes de la familia, las actividades de apoyo a la comunidad, a otros hogares y el trabajo voluntario no remunerado (ONU MUJERES, 2018). Todo este trabajo, realizado principalmente por mujeres, se diferencia de actividades de igual índole que son realizadas por personas remuneradas o empleados, ya sea fuera o dentro del hogar, es decir, trabajo de cuidado remunerado. Esta visión del trabajo más amplia nos permite reconocer la suma del esfuerzo de la humanidad, hombres y mujeres, por la subsistencia y reproducción de la especie.

Es indudable que el masivo ingreso de las mujeres a la fuerza de trabajo ha tenido efectos importantes en la generación de riqueza de los países, el bienestar de los hogares, la disminución de la pobreza. En suma la participación de las mujeres en el medio económico y laboral ha generado dinámicas favorecedoras al desarrollo de ellas mismas y de su entorno, sea este la familia, la empresa, o la sociedad. Las mujeres han pasado de sujetos casi invisibles en la historia a protagonistas de los cambios sociales y económicos que más han impactado a la sociedad.

## **Igualdad laboral de género y división internacional del trabajo**

Frente a los movimientos que implican el nuevo escenario económico y la llamada globalización, la igualdad de género es indispensable para alcanzar el desarrollo económico, social y humano de cualquier país, estado o municipio. Dado el escenario de libre mercado que nos rodea, el trabajo remunerado es la principal vía por la cual las personas pueden obtener recursos y con ello autonomía económica, de ahí la relevancia de un ambiente laboral que garantice la equidad laboral entre hombres y mujeres.

La feminización de los mercados laborales ha coincidido con una radical transformación en la organización del trabajo y la producción. La creciente integración de los mercados mundiales en materia de comercio, finanzas e información ha abierto oportunidades para el desarrollo, ampliado las fronteras de intercambio de bienes y servicios, y mejorado la competitividad de las empresas. Pero los efectos en desarrollo humano de este proceso han sido poco satisfactorios y muy desiguales entre países y al interior de éstos. Se ha intensificado la exclusión social y ha aumentado la distancia entre la economía global formal y la economía local informal.

La precariedad, la movilidad de la mano de obra y el déficit de trabajo decente son algunos de los rasgos que caracterizan este proceso (GUADARRAMA, HUALDE; LÓPEZ, 2014). En ese contexto, las mujeres efectivamente están accediendo a más empleos, pero no de mejor calidad. Este fenómeno es más pronunciado entre las trabajadoras pertenecientes a hogares de menor nivel socioeconómico, las cuales se ven enfrentadas a una doble o triple discriminación por ser mujeres, por ser pobres y por ser indígenas.

## **Segmentación de los mercados laborales**

La segmentación sexual de los mercados laborales sigue tendencias análogas en contextos globales similares; dado ello, no encontramos diferencias significativas sobre la participación por sectores económicos de los hombres y mujeres. En América Latina, donde encontramos, de acuerdo al informe de la OIT Panorama Laboral 2018, que las mujeres y los jóvenes se reafirman como una población laboral de interés especial, dado su aumento en la participación laboral, con indicadores con un lento, pero firme proceso de cierre de brechas.

**Cuadro 3** – Tasas de participación, desocupación y ocupación por sexo para América Latina del año 2012 al 2018<sup>3</sup>

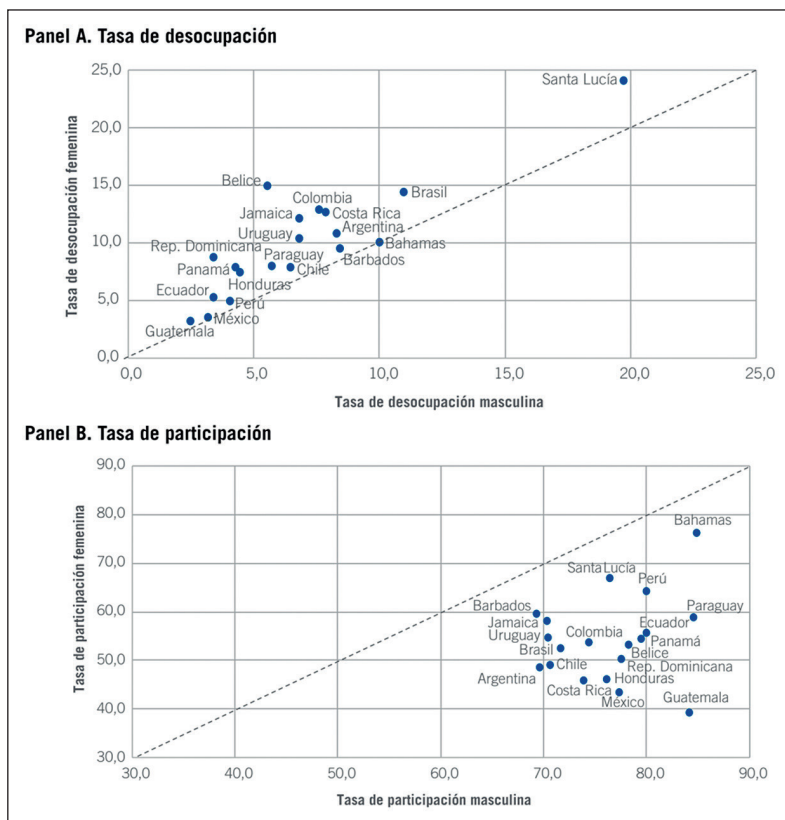
|                              | 2012        | 2013        | 2014        | 2015        | 2016        | 2017        | 2017        | 2018                      |
|------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|---------------------------|
|                              |             |             |             |             |             |             |             | Promedio al III trimestre |
| <b>Tasa de desocupación</b>  | <b>6,4</b>  | <b>6,3</b>  | <b>6,1</b>  | <b>6,6</b>  | <b>7,8</b>  | <b>8,1</b>  | <b>8,7</b>  | <b>8,4</b>                |
| Hombre                       | 5,5         | 5,4         | 5,3         | 5,7         | 6,8         | 7,0         | 7,5         | 7,3                       |
| Mujer                        | 7,8         | 7,6         | 7,3         | 7,9         | 9,2         | 9,6         | 10,3        | 10,0                      |
| <b>Tasa de participación</b> | <b>62,4</b> | <b>62,2</b> | <b>62,0</b> | <b>61,9</b> | <b>62,0</b> | <b>62,2</b> | <b>61,8</b> | <b>61,9</b>               |
| Hombre                       | 75,9        | 75,6        | 75,5        | 75,1        | 75,0        | 75,1        | 74,6        | 74,4                      |
| Mujer                        | 49,9        | 49,7        | 49,5        | 49,6        | 50,0        | 50,4        | 50,0        | 50,3                      |
| <b>Tasa de ocupación</b>     | <b>58,4</b> | <b>58,3</b> | <b>58,2</b> | <b>57,9</b> | <b>57,2</b> | <b>57,3</b> | <b>56,5</b> | <b>56,7</b>               |
| Hombre                       | 71,8        | 71,6        | 71,4        | 70,9        | 70,0        | 69,9        | 69,0        | 69,1                      |
| Mujer                        | 46,0        | 46,0        | 45,9        | 45,8        | 45,4        | 45,6        | 44,9        | 45,3                      |

Fuente: OIT (2018b)

De acuerdo a la información recopilada por la OIT (cuadro 3), entre 2012 y 2018, las tasas de desocupación habían aumentado hasta 2017, situación que disminuye en 2018. A pesar de ello, las mujeres en América Latina siguen padeciendo una mayor desocupación. Otro punto observable en la inequidad laboral es la brecha entre la participación laboral de los hombres y las mujeres con una diferencia de veinte puntos, lo que significa que una de cada dos mujeres y tres de cada cuatro hombres participan en los mercados laborales de la región. La disminución en la brecha laboral de participación se observa en la tasa de participación masculina en 2018, que cayó dos décimas, en tanto, la participación de las mujeres aumentó tres décimas (OIT, 2018b, p. 34-36). Lo importante en este punto es analizar a detalle las características de la expansión de la participación femenina.

<sup>3</sup> De acuerdo al informe de la OIT, fueron considerados los datos de 26 países en relación al período de 2012 hasta 2017, y de 19 países para el cálculo del promedio del tercer trimestre de 2017 y 2018.

**Gráfica 1 – Tasas de desocupación y participación por sexo para América Latina, 2018**



Fuente: OIT

La información de la gráfica 1, panel A y B, presentada por la OIT en el documento citado, permite hacer visible las tasas de desocupación y participación por sexo en América Latina. En el panel A, se observa que México y Bahamas muestran señales de mayor paridad de género en desocupación, el primero registra alrededor del 3% para ambos sexos, al igual que el segundo 10%.

Sucede de forma diferente con las tasas de participación mostradas en el panel B, donde las diferencias son más marcadas, y se observa que Guatemala presenta la mayor disparidad, ya que la participación masculina es el doble a la femenina; no hay

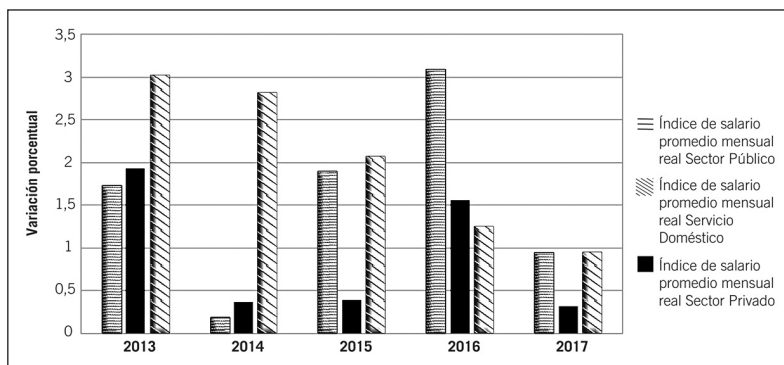
países cercanos a las líneas de paridad o igualdad laboral en participación laboral.

El involucramiento laboral en el sector informal es otro indicador de la segregación y desigualdad laboral que enfrentan las mujeres en el mundo y en América Latina, donde se registra el 49,6% de población económicamente activa en la informalidad no agrícola, y el 53.8% al incluir el medio rural. Las mujeres, además de acogerse a actividades en la informalidad, también se desempeñan muchas veces en actividades y emprendimientos familiares, lo que las convierte en trabajadoras sin pago. Las actividades informales más recurrentes son en comercio al menudeo, trabajo doméstico, preparación de alimentos, entre otros. En el documento de investigación “Políticas de Formalización en América Latina. Avances y Desafíos” (OIT, 2018c) se subraya como de suma importancia la generación de empleo formal, el cual, sin duda, va acompañado de crecimiento económico de los países y regiones. Esto se apoya en regulaciones y transformaciones económicas y sectoriales (OIT, 2018c, p. 41).

### **Brecha salarial continúa con modificaciones en sector vulnerable**

Una condición especial es la evolución del Trabajo o Servicio Doméstico Remunerado, el cual ha pasado de ser la principal actividad de las mujeres durante el siglo XX (más del 80% a principio de siglo) a representar el 8% de la población económicamente activa. Además, es un sector donde los salarios entre 2013 y 2017 (con excepción del 2016) han crecido por encima del promedio, registrando una tasa anual de crecimiento del 2%, tendencia que se observa a partir del 2005 en adelante (OIT, 2018b). El gráfico 3.5, extraído de ese documento, nos muestra el 76% de los asalariados en América Latina trabajan en empresas privadas, en el sector público lo hacen el 15%.

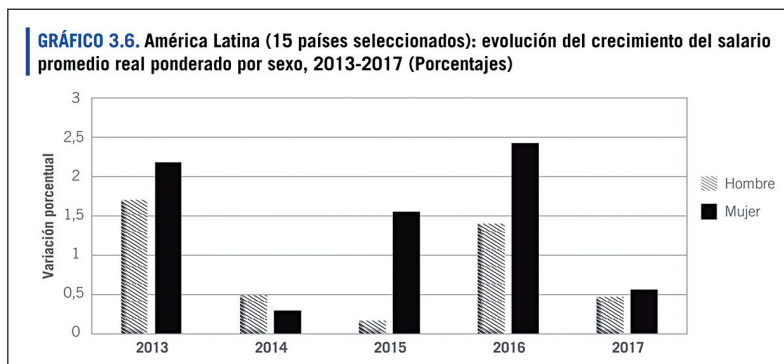
**Gráfica 2 – Evolución del crecimiento del salario promedio real por sector (2013-2017)**



Fuente: OIT<sup>4</sup>

El 8% restante se dedican al trabajo doméstico; estas tres condiciones perfilan diferentes dinámicas salariales. Entre 2015 y 2017 los salarios del sector público de la región crecieron más rápido, específicamente en República Dominicana, Panamá, Paraguay y Chile, mientras que en México disminuyó el salario en ese sector, y en Brasil creció menos que en el sector privado

**Gráfica 3 – Evolución del crecimiento del salario promedio real por sexo (2013-2017)**



Fuente: OIT

<sup>4</sup> El documento detalla que los resultados (gráfica 2 y gráfica 3) están basados en las encuestas de hogares de los siguientes países; Bolivia, Brasil, Colombia, Costa Rica, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguay, Perú, República Dominicana y Uruguay.



El Informe Mundial sobre Salarios 2018 de la OIT presenta información sobre cerca de 70 países y el 80% de los asalariados del mundo. Usando la misma metodología, la cual permite una comparabilidad poco vista, muestra que globalmente las mujeres ganan salarios menores en 20% en relación a los hombres por cada hora trabajada. Observa cierta heterogeneidad entre países; sin embargo, no hay región en el planeta donde no exista la desigualdad salarial. El efecto de “pisos pegajosos” consiste en mayor brecha salarial de género, entre asalariados vulnerables y de bajos ingresos, situación que se observa en países de América Latina.

Se reconocen factores que influyen objetivamente en la productividad de las personas, como: educación, experiencia, sector económico; sin embargo, el Informe antes citado, explica que estas características no son suficientes para justificar la brecha salarial, y que más bien son atribuibles a factores no objetivos, culturales, asociados a prejuicios, estereotipos, roles de género que conducen a comportamientos discriminatorios de empleadores y compañeros de trabajo. También se observa que las mujeres con hijos menores ganan menos que los hombres en esa situación, quienes por el contrario ganan más que los hombres que no tienen hijos menores.

Así, la tasa de participación femenina seguirá en aumento, con mayor inserción en segmentos menos favorecidos de los mercados de trabajo. Las desigualdades laborales de género deben ser respaldadas por legislaciones y acciones concretas que coadyuven a la igualdad en el trabajo entre hombres y mujeres como parte de sus derechos humanos.

Es conveniente remarcar que existe un amplio **marco normativo que promueve, regula y respalda la “igualdad laboral de género”**, entre los de mayor impacto están:

- Convención interamericana para prevenir, sancionar y erradicar la violencia contra la mujer (Belém do Pará) (OEA, 1994).
- Convención para la eliminación de todas las formas de discriminación contra la mujer (ONU, 1979)
- Convención sobre los derechos de las personas con discapacidad (ONU, 2006)

- Convenio 100 sobre igualdad de remuneración (OIT, 1951)
- Convenio 111 sobre la discriminación: empleo y ocupación. (OIT, 1958).

## **Focos rojos sobre la igualdad laboral de género**

La violencia laboral es propia de sociedades complejas donde a través de la economía se entrelazan relaciones personales dentro de una organización, con el fin de generar bienes y servicios comercializables, es decir, el modelo económico, en el cual se desarrolla la transacción económica de compra y venta de la fuerza de trabajo, permite relaciones de poder que pueden incidir de manera negativa sobre la fuerza de trabajo femenina (BUSTOS TORRES, 2011; BUSTOS TORRES; PALACIO, 1994). Las estructuras sociales centradas en la predominancia masculina en la vida social pública y privada arrojan y justifican la débil posición de la fuerza laboral femenina, dando paso a una segregación sexual del trabajo (BUSTOS TORRES, 2011; BUSTOS TORRES; PALACIO, 1994), en la cual las mujeres se encuentran en las posiciones más vulnerables y con menos posibilidades de desarrollo dentro del mercado de trabajo. La asimetría que reconocemos en esferas de la vida social se repite dentro de los espacios laborales bajo los criterios antropocéntricos, que rigen las relaciones en la familia, y en la sociedad en general.

El estudio de la violencia hacia las mujeres es muy amplio; en las últimas décadas dicha discusión se ha concentrado en el concepto de violencia de género, mostrado éste como un concepto que aglomera las diferentes modalidades de violencia hacia las mujeres, sin descartar que la violencia de género explicaría también casos en los cuales hombres son sujetos de victimización por su condición masculina.

Los objetivos específicos de este trabajo plantean conocer cuáles son los procesos sobre los que se construye la violencia de género en los espacios laborales e identificar la actuación de los agentes productivos – trabajadores, empleadores, representantes laborales y autoridades del trabajo – frente a las conductas violentas contra las mujeres, principalmente con relación al hostigamiento y el acoso sexual en el trabajo. La importancia de identificar y reconocer la problemática planteada tiene la finalidad de formular recomendaciones para orientar las políticas públicas

en los ámbitos institucional, laboral y comunitario, destinadas a prevenir, combatir y erradicar todas las formas identificadas de violencia hacia las mujeres.

Dentro del conjunto de documentos existentes se destacan aquellos realizados por instituciones internacionales – OIT, ONU – y los nacionales confeccionados por las diferentes dependencias de cada país latinoamericano encargado de asuntos de las mujeres. Dentro de los internacionales tenemos un primer informe realizado por la Organización Internacional del Trabajo del año 1998, y actualizado en 2006, y posteriormente. Esos informes abordan las diversas manifestaciones de la violencia laboral, y asocian directamente la discriminación, como una de las formas de violencia laboral más recurrentes, con un marcado sesgo de género, basado en percepciones y expectativas de género de la sexualidad femenina y masculina en la sociedad contemporánea.

Sobre la violencia laboral en los países de América Latina existen abundantes monografías que detallan los perfiles de las víctimas y las circunstancias de la agresión; sin embargo, de acuerdo a Ansoleaga, Gómez-Rubio y Mauro (2015), quienes ofrecen un análisis detallado a partir de la literatura generada en América Latina sobre la violencia laboral, no hay literatura que traiga concretamente en dónde se presenta la violencia laboral hacia las mujeres. Dicen que únicamente sobresale el sector de la salud como un medio violento hacia las mujeres enfermeras. Un punto más es que la literatura que analizan deja ver que las ocupaciones y profesiones feminizadas tienden a mostrarse más violentas en el medio laboral.

Un documento producido por el Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática en México (INEGI, 2011), con motivo del “Día Internacional para la eliminación de la violencia contra las Mujeres”, presenta una selección de los datos procedentes de la Encuesta Nacional sobre la Dinámica de las Relaciones en los Hogares (ENDIREH), que ponen de manifiesto la magnitud, circunstancias y consecuencias de la violencia ejercida en diversos ámbitos de la vida social contra las mujeres en México. Este documento considera que la violencia laboral consiste en el abuso de poder por parte de los jefes o compañeros de trabajo e incluye expresiones que van desde insinuaciones sexuales, hostilidad, humillaciones en forma de insultos y hostigamiento, hasta la violación; así como desprecio, inequidades salariales y despido. Esta situación fue experimen-

tada por 29.9% de las mujeres de 15 años y más que trabajaron en el año anterior a la entrevista.

La violencia laboral más frecuente es la que tiene que ver con hechos de discriminación laboral: por cada 100 mujeres trabajadoras en México, 24 declararon haber sufrido inequidades de salario con respecto al hombre para un mismo nivel, petición de prueba de embarazo, menores oportunidades de ascenso, despidos o disminución del salario por embarazo, por su edad o estado civil. En tanto, 12 de cada 100 declararon haber padecido acoso laboral o sexual (humillaciones, insinuaciones o propuestas sexuales, menosprecio, manoseos, agresiones físicas, relaciones sexuales obligadas y represalias por no haber accedido). La prevalencia de esta modalidad de violencia se observa más entre las mujeres de 25 a 39 años de edad, en particular entre las de 35 a 39 años, de ellas poco más de un tercio declaró haber sufrido violencia en el ámbito laboral.

Es importante resaltar que la ENDIREH, en sus diferentes versiones, indica que la violencia laboral ocurre con mayor frecuencia entre las mujeres que laboran en fábricas, talleres o maquilas (45.4% de las mujeres que trabajan) o en dependencias públicas (33.1%), quienes reportan principalmente discriminación laboral.

Se destacan dos fuentes principales de violencia laboral, **una** la discriminación de la mujer en el proceso de selección de personal, y **otra** que se desarrolla en el lugar de trabajo, en su defecto, durante la realización de las actividades remuneradas. La violencia laboral durante el proceso de selección de personal ha sido una constante que enfrentan las mujeres, debido precisamente a su condición de ser mujer, y ser las procreadoras físicas, esta violencia tiene que ver con la discriminación hacia las mujeres embarazadas. Es común indagar la no gravidez de las mujeres antes de contratarlas; esto es, un comprobante de laboratorio se convierte en requisito para obtener un puesto de trabajo. Si el embarazo es aparente, las mujeres saben que no tienen posibilidad de obtener un trabajo en el sector formal de la economía.

La violencia laboral que se presenta en los lugares de trabajo es mejor conocida como acoso laboral; en ella se involucran diversas dimensiones entre las más observadas son la sexual, psicológica, moral y en algunos casos la física. La violencia laboral es un fenómeno no fácilmente visible para aquellos que no la padecen,

lo contrario es para aquellos individuos que son sometidos a ella y sufren el acoso día tras día en su lugar de trabajo.

La violencia laboral no es privativa de las mujeres; sin embargo podemos afirmar, lo subrayan los documentos de la OIT sobre el tema, que en su mayoría las víctimas son mujeres, sobre todo si se trata de acoso sexual. A partir de la definición de las diferentes modalidades de violencia, podemos tipificar la violencia laboral en dos principales ejes, aquella que se ejerce en el proceso de selección de personal: discriminación por ser mujer, obligatoriedad de presentar examen de no gravidez, y aquella otra que se presenta en el desarrollo de las actividades laborales, la cual puede ser a través del acoso e intimidación sexual, o de acoso, y el maltrato psicológico, conocido como “mobbing”. Un amplio número de estudios han mostrado que el acoso psicológico puede conducir a graves problemas emocionales, psicossomáticos y psiquiátricos en las víctimas (PEÑA; SÁNCHEZ, 2009). Entre los problemas más frecuentes se encuentran los síntomas de estrés, la irritabilidad, el deterioro de la salud mental, la depresión, la ansiedad, e incluso síntomas de estrés postraumático.

## **Reflexiones Finales**

La información y la argumentación presentadas sobre la igualdad laboral de género en América Latina nos permiten reflexionar sobre los orígenes e indicadores que dan paso a ambientes laborales de equidad de género o en su defecto de desigualdad en el medio laboral.

Las desigualdades mostradas en el medio laboral resultan estar íntimamente ligadas a la “división sexual del trabajo” que predomina en la cultura local. Así encontramos que las actividades laborales que realizan las mujeres, en gran parte del territorio de América Latina, se relacionan directamente con los roles de género, los cuales asignan a las mujeres tareas de cuidado y actividades feminizadas. Esto hace que las mujeres se ubiquen en los segmentos del mercado laboral con menores ingresos y pocas posibilidades de movilidad ascendente.

Un elemento relevante en la división sexual del trabajo es el uso del tiempo de hombres y mujeres. Las mujeres dedican más horas de su día al trabajo de cuidado (trabajo no remunerado), por lo que no pueden dedicar jornadas completas al trabajo remunerado, colocándolas en desventaja en el mercado laboral.

El sector informal de la economía pasa a ser un nicho importante en las actividades laborales remuneradas para mujeres que no pueden cubrir horarios ni ritmos exhaustivos para atender a su familia. La precarización laboral es una consecuencia de la transformación productiva que tiene la flexibilización organizacional como base, en donde a las mujeres se les subcontratan y emplean por temporadas.

Dos consecuencias poco atendidas son la “violencia laboral” y la “brecha salarial de género”, ambos fenómenos requieren de atención inmediata con la finalidad de avanzar en la “igualdad de género laboral”, como un factor determinante en la conquista de los derechos humanos de mujeres y hombres.

BUSTOS TORRES, B. A. Gender Equality: the labor dimension, some data and reflections about Latin America. *Perspectivas*, São Paulo, v. 51, p. 175-192, jan./jun. 2018.

■ **ABSTRACT:** *Thinking about equality between men and women leads us to analyze the workplace where women occupy important participation rates. This apparently quantitative gain involves circumstances of segregation, discrimination and violence at work. Data provided by the ILO on employment in Latin America are reviewed and variables and characteristics that constitute the source of gender inequality are highlighted.*

■ **KEYWORDS:** *Gender Equality. Latin-American. Work.*

## Referencias

AGUADO, D. Uso del tiempo y capital social: un modelo cuantitativo para el caso de México. *Boletín de los Sistemas Nacionales Estadísticos y de Información Geográfica*, Aguascalientes – México, v. 2, n. 2, mayo-agosto, 2006.

AGUIRRE, R. Trabajo no remunerado y uso del tiempo: fundamentos conceptuales y avances empíricos, la Encuesta Montevideo 2003. In: AGUIRRE, R.; GARCIA, C.; CARRASCO, C. *El tiempo, los tiempos, una vara de desigualdad*. Santiago de Chile: ONU: CEPAL, 2005, p. 9-34

ANSOLEAGA, E.; GÓMEZ-RUBIO, C.; MAURO, A. Violencia laboral en América Latina: una revisión de la evidencia científica. *Vertex Revista Argentina de Psiquiatría*, v. 26, n. 1, 2015, p. 444-452.

BUSTOS TORRES, B. A. *Familia y trabajo en la zona metropolitana de Guadalajara*: división sexual del trabajo a finales del siglo XX. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2011.

BUSTOS TORRES, B. A. *Mercado laboral de profesionales y trayectorias laborales*: Egresados de la Universidad de Guadalajara. Guadalajara: COECYTJAL/UDG, 2016.

BUSTOS TORRES, B. A.; PALACIO, G. *El trabajo femenino en América Latina*: los debates en la década de los noventa. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 1994.

GALLANGOS, F. G. Segregación ocupacional por género. *Demos*, Ciudad de México, n. 015, p. 27-28, 2002.

GUADARRAMA, R; HUALDE, A.; LÓPEZ, S. (Coord.) *La precariedad laboral en México*: dimensiones, dinámicas y significados. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2014.

INEGI. *Estadísticas a propósito del Día Internacional de la Eliminación de la Violencia contra la Mujer*: datos del Estado de México. 2011. Disponible en: <[http://cedoc.inmujeres.gob.mx/lgamvlv/boletin\\_violencia\\_mexico.pdf](http://cedoc.inmujeres.gob.mx/lgamvlv/boletin_violencia_mexico.pdf)> Acceso 01 feb. 2018.

OEA. *Convención interamericana para prevenir, sancionar y erradicar la violencia contra la mujer (Belém do Pará)*. 9 jun.1994.

OIT. *Convenio C111 sobre la discriminación (empleo y ocupación)*, 25 jun. 1958.

OIT. *Igualdad de género*. 2018a. Disponible en <<http://www.ilo.org/global/topics/equality-and-discrimination/gender-equality/lang--es/index.htm>> . Acceso 01 feb. 2018.

OIT. *Informe mundial sobre salarios 2018/2019*: qué hay detrás de la brecha salarial de género. 2018d. Disponible en <[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms\\_650653.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_650653.pdf)> Acceso 01 feb. 2018.

OIT. *Panorama laboral 2018*: América Latina y el Caribe. 2018b. Disponible en: <[https://www.ilo.org/americas/publicaciones/WCMS\\_654969/lang--es/index.htm](https://www.ilo.org/americas/publicaciones/WCMS_654969/lang--es/index.htm)> . Acceso 01 feb. 2018.

OTT. *Políticas de formalización en América Latina: avances y desafíos*. 2018c. Disponible en: <[https://www.ilo.org/americas/publicaciones/WCMS\\_645159/lang--es/index.htm](https://www.ilo.org/americas/publicaciones/WCMS_645159/lang--es/index.htm) > Acceso 01 feb. 2018.

OTT. *Convenio C100 sobre igualdad de remuneración*, 29 jun. 1951.

ONU MUJERES. *El trabajo de cuidados: una cuestión de derechos Humanos y políticas públicas*. México. 2018 Disponible en: <<http://www2.unwomen.org/-/media/field%20office%20mexico/documentos/publicaciones/2018/05/libro%20de%20cuidados.pdf?la=es&vs=5608>>. Acceso 01 feb. 2018.

ONU. *Convención sobre la eliminación de todas las formas de discriminación contra la mujer*. 18 dez. 1979.

ONU. *Convención sobre los derechos de las personas con discapacidad*. 13 dez. 2006.

PEDRERO, M. *Trabajo doméstico no remunerado en México: una estimación de su valor económico a través de la Encuesta Nacional sobre Uso del Tiempo 2002*. México: INMUJERES, 2005.

PEÑA, F; SÁNCHEZ, S. G. G. *Testimonios de mobbing: el acoso laboral en México*. Ciudad de México: Ediciones Eon, 2009.



# **ENTREVISTA**



# AMÉRICA LATINA, CULTURA POLÍTICA E GLOBALIZAÇÃO: UMA CONVERSA COM JAIME PRECIADO<sup>1</sup>

Jaime PRECIADO<sup>2</sup>

■ **RESUMO:** Nesta entrevista, Jaime Preciado discute alguns aspectos econômico-políticos, sociais e culturais da contemporaneidade da América Latina, com destaque para o México. Nesse sentido, Preciado trata da posição deste país no sistema-mundo e apresenta algumas reflexões sobre seu contexto educacional e cultural, apontando os impactos das redes sociais na política, inclusive, alertando para a necessidade de que as Ciências Sociais atualizem a análise dos poderes fácticos. Ao longo da entrevista não faltam comparações entre México e Brasil.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** América Latina. México. Globalização. Cultura política. Educação.

## Apresentação

Com mais de 40 anos de vida intelectual, Jaime Antonio Preciado Coronado traz em suas formulações teóricas a mesma característica de sua formação acadêmica: a capacidade de transitar entre diferentes áreas do conhecimento. Tendo iniciado sua trajetória na Arquitetura, quando se formou pelo Instituto Ocidental de Tecnologia e Ensino Superior (ITESO), o pesquisador

---

<sup>1</sup> Esta entrevista foi realizada presencialmente durante a XVI Semana de Pós-Graduação em Ciências Sociais pelos seguintes pesquisadores do Laboratório de Política e Governo da UNESP (LabPol): Alessandra Santos Nascimento, Ana Paula Silva, Gabriel Henrique Burnatelli de Antonio, Carlos Eduardo Marchesan Tauil e Giovanna Isis Castro Alves de Lima. E contou com a tradução do espanhol para o português da pesquisadora Laura Gabrieli Pereira da Silva.

<sup>2</sup> UDG – Universidade de Guadalajara – México. Departamento de Estudios Políticos. Guadalajara – JAL – México. 44260. japreco@megared.com.mx.

foi chefe do Departamento de Estudos Políticos do Centro Universitário de Ciências Sociais e Humanidades, na Universidade de Guadalajara até 2016 e atualmente é coordenador do curso de Doutorado em Ciência Política, na mesma universidade. Entre a etapa originária e o presente, Preciado tornou-se doutor em Estudos Latino-americanos, com especialização em Geografia e Organização do Território, pela Universidade de Paris III, interesse temático que se reflete também em sua passagem como professor-pesquisador no Departamento de Estudios Ibéricos y Latino-americanos, já na Universidade de Guadalajara, bem como em sua participação como cofundador e coordenador do Centro de Estudios Latino-americanos, entre os anos de 1988 e 1991.

Em suas pesquisas, Preciado desenvolveu estudos sobre o processo de urbanização e industrialização na cidade de Guadalajara, contemplando a problemática da moradia. Além da Sociologia Urbana, suas contribuições abrangem os temas da democracia, processos eleitorais locais no México, globalização e integração na América Latina e no Caribe. Participou de vários convênios internacionais, inclusive, coordenando pesquisas financiadas pelo Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología (CONACYT), no México. É autor de 8 livros individuais e coautor de diversas outras coletâneas e compilações. Alguns exemplos de obras publicadas recentemente são: *Hegemonía y democracia en disputa: Trump y la geopolítica del neoconservadorismo* (2017); o *Anuario de la integración latinoamericana y caribeña* (2013), e *Las elecciones estadounidenses de cara a las Américas* (2009). Sua atuação acadêmica e sua presença como intelectual público nos embates travados acerca do papel das ciências sociais na América Latina o levaram a assumir a presidência da Asociación Latino Americana de Sociología (ALAS) entre 2007 e 2009.

Seu trabalho teórico as relações geopolíticas presentes em âmbito global e na realidade latino-americana soma-se aqui à sua experiência como professor universitário no México e conhecedor das especificidades brasileiras. Esta combinação resulta em rico material para os leitores.

***Perspectivas:*** *Como o senhor enxerga o estatuto das relações entre centro e periferia nas condições atuais do capitalismo? E em que medida o debate nos anos de 1970, com a colaboração de Ruy Mauro Marini, antecipou algumas questões relativas ao processo de globalização e seus impactos sobre os Estados nacionais, em*

*particular, sobre aqueles países que constituem a periferia do sistema econômico?*

**Jaime Preciado:** Essa pergunta me parece fundamental. Seria necessário situar, em primeiro lugar, de onde vem a noção de centro-periferia, uma ideia cuja compreensão foi auxiliada pelo desenvolvimento de um pensamento que desejou abarcar a totalidade social e, para isso, se perguntou a respeito do mundo. Ou seja, as narrativas tinham estado fundamentalmente orientadas para o tema das ideologias e havia se perdido de vista a questão do substrato material do mundo. Por essa razão, foram muito bem-vindas as obras de Samir Amin e André Gunder Frank que começaram a pensar sobre as relações entre centro e periferia e, com isso, expressaram algo que ainda nos acompanha, isto é, a existência de uma relação hierárquica, porém definida entre os Estados nacionais. Sem dúvida, isso foi um avanço e muito devemos ao pensamento de Immanuel Wallerstein, com seu conceito de sistema-mundo moderno, e à sua fonte de inspiração que é o historiador francês, Fernand Braudel, com a ideia de economia-mundo. Esse pensamento foi evoluindo até combinar o problema das relações entre centro e periferia com a dimensão social, razão pela qual novas variáveis foram introduzidas. Estas não ficaram presas, por exemplo, ao conflito entre Leste e Oeste, durante a Guerra Fria, tampouco se conformaram com a divisão que o relatório de Billy Brandt fez nos anos de 1960, na Alemanha, que já distinguia a separação e a hierarquia entre o Norte e o Sul. Na sequência, surgiram pensadores como Giovanni Arrighi e o próprio Manuel Balsa que começaram a debater sobre o sul-global.

Para compreender como esse debate se desenvolveu na América Latina é necessário considerar que a singularidade dos processos de independência e a centralidade do protagonismo dos Estados nacionais na história, e nas relações internacionais, foram se transformando em algo que pode ser denominado de geopolítica crítica. Ou melhor, de uma geopolítica na qual os Estados não são mais os protagonistas, mas na qual há relações entre o Estado e a Sociedade que modificam radicalmente o mapa mundial sem, no entanto, eliminar a figura do Estado. Por isso, quando se discute os impactos atuais das relações entre centro e periferia na América Latina é preciso reconhecer que, embora tenha ocorrido um recuo dos enfoques estadocêntricos, o Estado retornou como uma categoria analítica de considerável

potencialidade, ao ser reconhecido como portador de um grande poder para manejar os recursos públicos e, assim, dinamizar o comércio e a globalização.

Por essas razões, é pertinente falarmos sobre as relações entre centro e periferia na América e situá-las no que uma pesquisadora argentina chama de “a passagem do Consenso de Washington ao Consenso das *Commodities*”, ou seja, é importante refletirmos sobre como foi feita a transição de um programa de controle das variáveis macroeconômicas, como a inflação, o déficit fiscal, os programas de privatização e a liberalização, para algo onde a extração de matérias-primas está levando a região para uma situação neocolonial. A América Latina vive um *boom* na obtenção de renda das *commodities* e, graças a isso, muitas reivindicações sociais, que não são desprezíveis em termos de redistribuição de renda, têm sido alcançadas. Contudo, essa situação é ilusória à medida que não tem propiciado um processo de industrialização autônomo na região, tampouco um poder de negociação maior com os países centrais a respeito das situações de desigualdade. E isso tem se traduzido no plano internacional com a reprodução do grande poder das mineradoras e das empreiteiras, e não apenas das transnacionais. Sobre este último aspecto, tal interpretação foi uma contribuição dos críticos da teoria da dependência, como Rui Mauro Marini. Para ele, as corporações transnacionais não foram as únicas responsáveis pela exploração dos países latino-americanos, mas sim, as alianças entre as oligarquias locais e esse conglomerado transnacional.

Outra questão que deve ser considerada, e sobre a qual Rui Mauro Marini também refletiu, é o que ele chamou de problema do subimperialismo, ou seja, como países do tamanho do Brasil ou do México, ao mesmo tempo em que são explorados, exploram outros países. Um conceito que também parece pertinente para contribuir nesse debate é o de semiperiferia, proposto por Immanuel Wallerstein. Tais apontamentos demonstram parte dos desafios e dilemas que a América Latina vive atualmente.

**Perspectivas:** *Gostaríamos que o senhor discorresse sobre o impacto das teorias cepalinas no México e que também comentasse se nesses últimos anos houve algum tipo de resgate dessas teorias na América Latina.*

**Jaime Preciado:** Lembremos que a iniciativa de criação da CEPAL ocorre em um espaço das Nações Unidas, isto é, ela é fruto de

uma ordem mundial liberal e que apresenta diversos elementos originais. Um deles é abrir espaço às propostas oriundas de uma certa tradição marxista, como a ideia do estruturalismo, de acordo com a qual as relações sociais não dependeriam das vontades individuais, pois existiriam estruturas, tanto a nível nacional como internacional, que determinariam o curso dos acontecimentos. O papel desempenhado por Raúl Prebisch nesta direção foi muito importante. Essa tradição estruturalista se encaixou muito bem no México, sobretudo, depois dos acontecimentos de 1968, quando houve o massacre dos estudantes, porque até este momento os intérpretes tinham recorrido insistentemente a uma ideia anômica de desenvolvimento. Isto é, a uma noção segundo a qual o desenvolvimento provinha de um tipo de metafísica do poder e que não existiriam nem instituições e nem atores que fossem portadores deste poder. Uma das grandes contribuições da CEPAL foi se contrapor a esta interpretação e afirmar: “*há sim atores, há sim estruturas, há sim estratégias de poder*”.

Alguns setores acadêmicos mexicanos foram sensíveis a estas ideias da CEPAL de tal modo que, nos anos de 1960, o México atuou juntamente com o Uruguai para a criação da *Asociación Latinoamericana de Integración*, a ALADI. Ao se tornar uma realidade na década de 1980, esta associação teve sua sede estabelecida no Uruguai, mas a ideia de se gerar um espaço comum latino-americano não foi abandonada pelo México.

De certo modo, a atuação dos intelectuais mexicanos para que se fundasse uma instituição como a ALADI se deve, em larga medida, ao fato de o México ser o único país do chamado terceiro mundo que tem uma fronteira terrestre com um país de primeiro mundo e, por isso, tem sofrido ao longo de sua história uma integração marcada por intensa crueldade e violência, inclusive, com a tomada de metade do seu território no século XIX. E isso é tão emblemático que, ainda no século XXI, milhares de pessoas tentam, todos os dias, cruzar a fronteira com os Estados Unidos, buscando melhores condições de vida, e também desejando regressar a seu território ancestral.

Mas afinal o que aconteceu com a ideia de um tipo de mercado comum latino-americano? Para responder a esta indagação é importante considerar que, no período de substituição de importações, o governo mexicano desempenhou o papel de subsidiar fortemente o empresariado nacional, que se viu, sobretudo, orientado a exportar para os Estados Unidos e, em menor proporção,

para os mercados mais próximos como os da América Central e do Caribe. Países como Argentina, Brasil e Chile estavam adquirindo um perfil de maior dinamismo econômico e, nos anos de 1970, já apresentavam uma espécie de esgotamento do que podemos denominar de um projeto de “nacionalismo revolucionário”. Este projeto teria sustentado um tipo de regime que, até então, havia sido muito funcional para esses empresariados nacionais. Entretanto, no ano de 1982, o governo mexicano implantou um modelo orientado à exportação industrial, cujo lema foi “*Ou abre ou morre*”. Com este tipo de orientação, uma das propostas centrais na CEPAL, que era a de conquistar uma autonomia relativa, foi deixada de lado.

Por essas razões a ideia de regionalismo aberto não prosperou no México. Ou seja, diante de um contexto no qual não foi possível estabelecer uma aproximação com as economias da América do Sul, a proposta mexicana de regionalismo ficou restrita e subordinada aos Estados Unidos e ao Canadá. As burocracias diplomáticas e comerciais e os economistas do *mainstream* mexicano se converteram nos mais fiéis intérpretes da ortodoxia neoliberal. Desse modo, todos os programas que fizeram parte dos 10 pontos do Consenso de Washington foram aplicados, de forma muito rigorosa, no México. Também se buscou transmitir a ideia, bastante questionável, de que o país conseguiu ultrapassar o modelo primário-exportador porque, em 1994, começou a funcionar o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio, conhecido como NAFTA, e, com ele, o México teria avançado na exportação de bens manufaturados. A aposta de que o NAFTA seria capaz de colaborar para que o país ultrapassasse o modelo primário-exportador se mostrou equivocada; só para exemplificar, em 2014, a renda petrolífera mexicana representou cerca de 65% do gasto federal. Além disso, a exportação manufatureira do México pode ser considerada um mito, uma vez que aproximadamente 90% das exportações mexicanas são operações intrafirmas das grandes corporações transnacionais, isto é, são operações que acrescentam pouquíssimo valor à economia do país.

***Perspectivas:*** *Com o advento da globalização, as relações entre Estado e sociedade e a própria maneira como a política se estrutura foram modificadas. Atualmente, um dilema mundial tem sido a crise da política. Feitas essas observações, como é possível caracterizar a cultura política no México?*



**Jaime Preciado:** No México há um partido político que governou com três nomes diferentes, mas com a mesma ideologia, entre os anos de 1929 a 2000. Um partido que esteve no poder durante 71 anos. Seus representantes conseguiram se estabelecer no governo graças a uma pacificação que teve aspectos muito cruéis e também muito importantes em termos do que significa a construção da legitimidade de um sistema de partidos. Ocorreram situações fraudulentas nas eleições presidenciais em que esse partido participou, mas também houve uma base social mobilizada e disposta a defender aquilo que seu governo representava. A existência dessa base social extensa e mobilizada nos sugere que a Revolução Mexicana foi a primeira revolução social do século XX. Esta Revolução teve início em 1910 e terminou em 1917 com um pacto constitucional. O impacto deste processo foi imenso, pois em um país de 20 milhões de habitantes, na época, 10% morreram.

Se um pesquisador realizasse uma investigação junto aos cidadãos mexicanos mais velhos, que tiveram parentes presentes nesses processos armados, todos iriam responder que as pessoas estavam cansadas da violência e que, em boa medida, em 1929, isto é, 12 anos após a assinatura da Constituição, a aparição do Partido Nacional Revolucionário deu estabilidade e tranquilidade a um país que, na época, possuía cerca de 2.500 partidos regionais. Ainda que não tenha o tamanho do Brasil, o México é um país marcado pela diversidade. Uma diversidade que também se expressa em posições políticas muito heterogêneas, que são representadas por caudilhos capazes de apaziguar suas zonas de influência.

Porfirio Díaz foi o ditador contra quem se fez a sublevação de 1910, e que ficou no poder por mais de 25 anos. Ele governou com o apoio dos “homens do presidente”, isto é, com os caudilhos que atuaram como governadores dos estados mexicanos, num tipo de arranjo político que se assemelha ao modelo seguido no Brasil, com os *coronéis*, ou na Colômbia, com os *gamonales*. Estes caudilhos, ao controlarem o que acontecia em seus territórios, atuaram para a redução da violência local.

Com o processo de globalização e de ampliação das esferas de influência do narcotráfico, todas estas áreas passaram a outras formas de controle. A institucionalização do Estado mexicano fez com que o exército pudesse ter o monopólio da violência em algumas regiões do país e, onde isto ocorreu, se

obteve estabilidade suficiente por muitas décadas. No entanto, a violência se acentuou ao se desencadearem duas dinâmicas novas. A primeira, nos anos de 1970, após o movimento estudantil de 1968, diz respeito à posse de um governo que pretende recuperar o projeto nacional revolucionário original e passa a atuar como um ativista em defesa do terceiro mundo, insistindo na ideia de que é preciso negociar uma nova ordem econômica mundial.

A outra se relaciona com o processo de criação de instituições que passam a ser consideradas como um patrimônio dos mexicanos, como por exemplo o *Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología* e o *Instituto del Fondo Nacional de la Vivienda para los Trabajadores*. Essas e outras organizações foram importantes para a criação do México contemporâneo e para o desenvolvimento de espaços “desmercantilizados”. Porém, as demandas contraditórias das instituições e dos diversos segmentos da sociedade mexicana contribuíram para reduzir a capacidade do governo de responder de forma pertinente aos problemas que foram surgindo. A partir de 1982, para o governo, (que, de certo modo, inaugura o neoliberalismo no México) e para o Partido Revolucionário Institucional (PRI), o país vivia um período de estabilidade política. Observando a realidade de forma mais atenta, nota-se que de fato estava ocorrendo algo diferente: o governo vinha sofrendo uma grande pressão, em virtude da luta histórica pela terra, do fortalecimento das lutas setoriais dos sindicatos, afetados pelo processo de globalização, e das reivindicações do movimento urbano popular. Desse modo, havia muitas situações conflitivas no México, mas os atores políticos oficiais, em larga medida, não as reconheciam.

Há um outro episódio que colaborou decisivamente para o aumento da violência no país. Em 19 de setembro de 1985, houve um forte terremoto na Cidade do México e mais de 10.000 pessoas morreram. Este fato parece ter contribuído para que a sociedade mexicana readquirisse a confiança em si mesma, e para que as eleições de 1988 fossem as primeiras a serem efetivamente competitivas. Além de disputadas, estas eleições foram as primeiras nas quais teria ocorrido uma “fraude patriótica”, visando manter a estabilidade conseguida pelo PRI, apoiada no discurso, pouco convincente, de que ele “*era o único que garantiria a estabilidade política*”. O derrotado no pleito de 1988 foi o engenheiro Cuauhtémoc Cárdenas. Filho do homem

que expropriou a indústria petroléira nos anos de 1938-1939, ele era considerado uma liderança política renovadora e proba. A ocorrência de fraude nas eleições de 1988 e a repetição desse procedimento em 1994, 2006 e 2012 explicitam algo bastante preocupante sobre o significado da política no país, porque não se trata unicamente de um problema referido “ao dia da eleição”, mas de algo que passa a ocorrer antes, durante e depois do processo eleitoral.

Isso faz com que a sociedade mexicana se afaste da política, isto é, que os mexicanos deixem de vê-la como uma via legítima para fazer mudanças de forma pacífica. Na década de 1970, muitos grupos haviam se radicalizado e assumido a guerrilha como estratégia política. A guerrilha rural foi muito forte onde o magistério tinha uma base social ampla. Mas nas cidades também se implantou uma certa perspectiva foquista de insurreição, com alguns grupos realizando ações, como a do sequestro de cônsules dos Estados Unidos. De acordo com alguns estudiosos, a ampliação e a continuidade das guerrilhas rural e urbana resultaram de toda essa violência contida, ou seja, expressaram o desespero de não encontrar uma via pacífica para a transformação do país. O desencanto com a política se mantém em decorrência da reiteração das fraudes e do fato de que o crime organizado e o “Estado mafioso”, como é chamado por alguns, começam a se espalhar para todo o território nacional de tal modo que, atualmente, o México é conhecido como um dos países mais violentos da América Latina.

No México, cerca de 150.000 pessoas foram assassinadas, entre os anos de 2006 e 2017, e, aproximadamente, 39.000 pessoas desapareceram, o que representa uma violência irreprimível que afasta a política cada vez mais da vida das pessoas. Nas eleições presidenciais mexicanas as taxas de abstenção eleitoral são próximas de 47%; e nas eleições intermediárias elas superam os 50%. Soma-se a isto o fato de o voto não ser obrigatório. Esse quadro contribui para que na cultura política mexicana a violência e o regime político permaneçam muito afastados da vida política cotidiana.

***Perspectivas:*** *Qual é o papel desempenhado pela mídia tradicional e pelas redes sociais na política mexicana atualmente?*

**Jaime Preciado:** Podemos facilmente discorrer a respeito de qual tem sido a contribuição da televisão, dentro dos poderes fáticos,

que são os que realmente decidem sem que tenhamos votado neles, para o jogo político. A televisão tem tido um papel decisivo sobre a produção e a distribuição de determinadas informações eleitorais. Nesse sentido, ela tem atuado para que tal ou qual candidato se viabilize eleitoralmente num determinado distrito, seja como deputado, como senador ou mesmo como presidente da República. Ainda que essa atuação seja real, ela vem sofrendo alterações em razão da presença das redes sociais, que se configuram como um espaço mais flexível, mais poroso e mais dinâmico. Tais características têm propiciado a este espaço acomodar desde boas intenções até formas perversas de manipulação. Quando ocorreu o fenômeno da Primavera Árabe, por exemplo, muitos disseram que as redes sociais teriam sido as responsáveis por tal emergência. Contudo, o que de fato aconteceu foi que os envolvidos no fenômeno passaram a ter que tomar muito cuidado com as redes sociais, porque, se, por um lado, elas serviam para possibilitar uma comunicação horizontal e rápida, por outro, elas funcionavam como um guia para a atuação das forças policiais, informando onde e o que as pessoas estavam fazendo, com quem e com o que elas estavam interagindo, e como elas se organizavam.

Contudo, mesmo com o advento da internet e das redes sociais, temos que considerar que o papel da televisão na formação da opinião pública não deixa de ser importante, pois ela continua sendo o instrumento mais utilizado no momento anterior à votação. Muitos eleitores se informam sobre como estão as tendências de voto e de rejeição nos programas televisivos. No México, a imprensa escrita tem baixíssima circulação. Para exemplificar, uma cidade que tem 23.000.000 de habitantes apresenta como o jornal de maior tiragem aquele que vende 150.000 exemplares. E ainda que se considere o número de assinaturas eletrônicas, o fato é que a grande imprensa tradicional não é um elemento presente no dia a dia da população mexicana.

O empresário mexicano, Carlos Slim, além de ser um dos homens mais ricos do mundo, é o acionista majoritário do *The New York Times*. O que significa que o poder do grupo das emissoras, que não é o mesmo de Slim, nos coloca a demanda de fazermos uma atualização em nossas análises dos poderes fáticos, não nos contentando com avaliações simplistas a respeito dos meios de comunicação de massa. É preciso também estabelecer uma visão crítica sobre a comunicação política, mas, sobretudo depois da

eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, é fundamental realizar uma crítica da pós-verdade. Pois a pós-verdade convém apenas a quem está fazendo a declaração de um ponto de vista manipulador. De outro modo, a notícia que o *Facebook* vendeu 200.000.000 de dólares em publicidade para grupos de capital russo, que intervieram nas eleições americanas, põe em evidência um problema ético de graves proporções. Por isso, a reafirmação do poder da televisão e dos poderes fáticos tradicionais, de um lado, e a emergência do *Facebook*, e de todos os grupos vinculados a internet, de outro, nos colocam como um imperativo relativizar a informação e valorizar ainda mais as agências alternativas de notícias. É possível que cada cidadão tenha uma agência na qual confie, e que esta esteja na internet e apresente um jornalismo investigativo, isto é, que não seja apenas uma organização que vende suas informações e/ou se coloque a serviço de quem paga mais.

Na eleição para presidente do México, para o mandato de 2012 a 2018, surgiu um movimento que ficou conhecido como “*Eu sou 132*” e que ganhou repercussão na mídia. O número deste movimento emergiu durante a visita do então candidato, Enrique Peña Nieto, a um evento na *Universidad Iberoamericana*. Naquela ocasião, os jovens que participavam do evento proferiram algumas palavras de ordem e se aproximaram de Peña Nieto, que lhes respondeu nos seguintes termos: “*Vocês não são estudantes. Vocês vieram aqui boicotar este evento, mas não são estudantes*”. Ao ouvir isso, um dos participantes mostrou sua carteira de estudante e afirmou: “*Sim, eu sou estudante daqui*”. Em poucos segundos, havia 132 carteiras de estudantes sendo expostas e seus portadores falando em coro: “*Sim, somos estudantes daqui*”. Por isso, o movimento se chamou “*Eu sou 132*”. Este movimento teve um papel muito importante para o processo de democratização no México, nos últimos anos, porque mostrou que estava surgindo uma nova maneira de comunicação política, uma forma que não é passível de ser cooptada pelos interesses dos poderes constituídos, ainda que se utilize das técnicas e dos elementos mobilizados por esses poderes. Tal movimento colaborou para reduzir a votação no referido candidato, entretanto, não se mostrou capaz de organizar-se como algo permanente.

***Perspectivas:*** *E como tem se desenvolvido a educação no México e qual sua relação com a formação cidadã?*

**Jaime Preciado:** No México, diferentemente do Brasil, existiu uma forte corrente liberal no século XIX, que se baseou nos princípios da ilustração e da educação. O que permitiu que, mesmo em um contexto ditatorial, houvesse uma preocupação crescente com estes e outros temas sociais a ponto de traduzi-los no texto da Constituição de 1917. Dessa forma, no seu artigo terceiro, foi abordado o tema da educação; no artigo 27, a questão da propriedade da nação sobre o território, o subsolo e a atmosfera; e, no artigo 123, a matéria sobre o trabalho. Ou seja, três âmbitos de preocupação do liberalismo que, no México, vincularam-se bastante a formas sociais que, não necessariamente, respondiam às demandas das elites ilustradas, mas que eram parte de processos vindos de baixo, que requeriam outro tipo de educação, outro tipo de trabalho, outro tipo de propriedade e de distribuição da terra. Este programa pôde ser mantido no período pós-Revolução Mexicana, até 1968.

O movimento de 1968, no México, foi um alerta de que o país precisava mudar. No entanto, não há dúvidas sobre a capacidade do Estado mexicano de criar importantes instituições como as universidades. Atualmente, a *Universidad Nacional Autónoma de México* tem em torno de 340.000 pessoas entre estudantes, professores e trabalhadores, ainda que uma porcentagem considerável seja de estudantes que estão se preparando para realizar os exames de seleção para os cursos superiores.

O fato de se ter criado universidades de massa fez com que essas instituições fossem pressionadas pelos problemas sociais como a precarização do trabalho, a crise do campo, a migração do campo para a cidade, etc. e que, nesse sentido, demandassem transformações em seu interior, inclusive, com a reivindicação de maior democratização no acesso. Muitas dessas demandas não foram alcançadas, mas elas permaneceram latentes. Isso fez com que, durante os anos de 1970, o nacionalismo revolucionário se esgotasse e fossem criadas outras instituições, a exemplo da *Universidad Autónoma Metropolitana*, na Cidade do México.

Um dos candidatos à presidência nas eleições de 2018, e que apresenta grandes chances de vencer o pleito, é Andrés Manuel López Obrador, que é presidente de um partido denominado *Movimiento de Regeneración Nacional* (Morena). Na sua trajetória política, López Obrador teve um papel importante no governo da Cidade do México e foi responsável pela fundação da *Universidad*

*Autónoma de la Ciudad do México*, que também apresenta muitas matrículas.

A característica de massa das instituições de educação superior no México fez com que elas estivessem muito abertas às demandas sociais e se convertessem em polos de estímulo à cidadania. Ou seja, se transformassem em instituições onde são debatidas as questões sociais, políticas, econômicas e/ou culturais que interessam a população, mas que não encontram espaço nem nos partidos, nem nos sindicatos, tampouco nos grupos empresariais. Isso significa que os cidadãos mexicanos encontram nas universidades um espaço aberto ao debate público, o que repercute positivamente para a democratização do país.

Sobre a educação básica no México é possível destacar a preocupação e o empenho em atender a esta demanda em todas as partes do país, pelo menos até o ano de 2012. Neste período, que coincide com a chegada de Enrique Peña Nieto a presidência, ocorrem algumas reformas estruturais, sendo uma delas a da educação. Esta reforma não se direcionou à educação superior, e sim, à educação básica, promovendo a desarticulação de um movimento de origem popular que estava surgindo nas escolas. Nessas instituições, os professores se juntaram às famílias e fizeram marchas e comícios para reivindicar mais recursos para a área educacional. O governo Peña Nieto respondeu a essa demanda não com a ampliação de recursos públicos para o setor e sim com a privatização da educação básica. Com essa política, atingiu-se tanto a educação básica quanto a superior. E utilizou-se como justificativa, a qual é bastante questionável, que o Estado não se mostrara eficiente para oferecer uma educação de qualidade para todo o país, de tal modo que isso passaria a ser realizado pela iniciativa privada.

Esta política sugere que a ideia de cidadania passa ser vinculada à noção de capital humano, ou seja, à interpretação de que uma determinada pessoa é cidadã desde que tenha habilidades, destrezas que lhe permitiriam entrar no mercado de trabalho, enquanto outras dimensões de sua formação não seriam mais significativas nem importantes. Uma das tradições mais importantes no México é a distribuição gratuita de materiais didáticos para os estudantes da educação básica primária, o que no Brasil equivaleria aos anos iniciais do ensino fundamental. A relevância dessa distribuição consiste no fato de assegurar

os mesmos recursos didáticos para todas as crianças do país. Esta prática quase não existe mais, e os atuais responsáveis pela educação começaram a retirar dos textos didáticos tudo o que tem a ver com o civismo, com a história, com a geografia, enfim, com as ciências sociais. O que tem ficado cada vez mais evidente no país é que a história ensinada passa a contemplar, o que parte de nós, isto é, parte dos intelectuais, chama de história de bronze, uma história parcial de exaltação dos heróis que estão nas estátuas, e não se ensina mais sobre quem de fato construiu e constrói o México, seus cidadãos e cidadãs.

PRECIADO, J. A. Latin America, political culture and globalization: a conversation with Jaime Preciado. *Perspectivas*, São Paulo, v. 51, p. 195-208, jan./jun. 2018.

■ **ABSTRACT:** *In this interview, Jaime Preciado discusses some economic-political, social and cultural aspects of contemporary Latin America, with emphasis on Mexico. In this regard, Preciado speaks about the position of this country in the world system and presents some reflections on its educational and cultural context, pointing out the impacts of social networks on politics, even alerting to the need for Social Sciences to update the analysis of the phatic powers. Throughout the interview, there are also comparisons between Mexico and Brazil.*

■ **KEYWORDS:** *Latin America. Mexico. Globalization. Political culture. Education.*



## ÍNDICE DE ASSUNTOS

América Latina, p. 175, p. 195  
Barroquismo brasileiro, p. 11  
Bipartidarismo estadunidense, p. 99  
Brasil, p. 141  
Concepção geopolítica, p. 119  
Cultura política, p. 195  
Desenvolvimento, p. 119  
Disposições constitucionais, p. 99  
Economia global, p. 141  
Educação, p. 195  
Francisco Weffort, p. 59  
Geopolítica, p. 119  
Globalização, p. 195  
Igualdad de género, p. 175  
Inserção competitiva, p. 141  
Instituições políticas, p. 99  
Intelectuais, p. 59  
Interpretação do Brasil, p. 59  
Linguagens do pensamento ocidental, p. 11  
México, p. 195  
Modernização, p. 11  
Ouro Preto, p. 11  
Pauta exportadora, p. 141  
Pensamento político brasileiro, p. 59  
Política internacional, p. 119  
Populismo, p. 59  
Relações norte/sul, p. 119  
Sentimentos, p. 11  
Trabajo, p. 175



## ***SUBJECT INDEX***

*American two-party system*, p. 117  
*Brazil*, p. 170  
*Brazilian Baroque*, p. 52  
*Brazilian Political Thought*, p. 93  
*Competitive insertion*, p. 170  
*Constitutional provisions*, p. 117  
*Development*, p. 138  
*Education*, p. 208  
*Export agenda*, p. 170  
*Feelings*, p. 52  
*Francisco Weffort*, p. 93  
*Gender Equality*, p. 190  
*Geopolitical conception*, p. 138  
*Geopolitics*, p. 138  
*Global economy*, p. 170  
*Globalization*, p. 208  
*Intellectuals*, p. 93  
*International politics*, p. 138  
*Interpretations about Brazil*, p. 93  
*Languages of Western thought*, p. 52  
*Latin America*, p. 208  
*Latin-American*, p. 190  
*Mexico*, p. 208  
*Modernization*, p. 52  
*North/South relations*, p. 138  
*Ouro Preto*, p. 52  
*Political culture*, p. 208  
*Political institutions*, p. 117  
*Populism*, p. 93  
*Work*, p. 190



## ÍNDICE DE AUTORES / *AUTHORS INDEX*

- BARBORZA FILHO, R., p. 11  
BUSTOS TORRES, B. A., p. 175  
MARTIN, A. R., p. 119  
MARTINS, M. A. F., p. 119  
PIRES, M. C., p. 141  
PRECIADO, J., p. 195  
SOUZA, M. T. de, p. 99  
TAUIL, R. M., p. 59



# NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

## Informações gerais

A Revista *Perspectivas* publica trabalhos inéditos de autores de instituições nacionais ou internacionais na forma de artigos, retrospectivas, resenhas e traduções. Os trabalhos apresentados, desde que considerados adequados ao padrão editorial e disciplinar da revista, serão avaliados por um membro do Conselho Consultivo e por um parecerista da comunidade acadêmica com reconhecimento no tema tratado. Em caso de um parecer ser favorável e outro contrário, o texto será enviado a um terceiro membro do referido Conselho ou a um parecerista externo, dependendo do assunto do texto. Além de artigos, serão aceitas resenhas de livros, desde que tenham sido publicados no Brasil, nos dois últimos anos, e, no exterior, nos últimos quatro anos.

Os trabalhos poderão ser redigidos em português ou em espanhol. O **Título**, o **Resumo** e as **Palavras-chave** que precedem o texto deverão ser escritos no idioma do artigo; os que sucedem o texto (**Título**, **Abstract**, **Keywords**), em inglês.

## Preparação dos originais

**Apresentação.** Os autores deverão enviar o artigo, rigorosamente, dentro das normas para apresentação de originais, por via eletrônica pelo sistema SEER, e, através do e-mail [perspectivasunesp@gmail.com](mailto:perspectivasunesp@gmail.com), enviar também ao diretor da revista. O trabalho deverá ser redigido em *Word for Windows*, versão 6.0 ou superior, em papel tamanho

A4 (21 cm x 29,7 cm), com margens superior e esquerda de 3,0 cm e com margens direita e inferior de 2,0 cm. A fonte deverá ser *Times New Roman*, tamanho 12. O trabalho deverá ter uma extensão máxima de trinta páginas (incluindo referências) digitadas com espaçamento duplo. Os trabalhos que ultrapassem esse limite serão avaliados, previamente, pela Comissão Editorial que considerará a possibilidade de sua publicação.

**Estrutura do trabalho.** Os trabalhos devem obedecer à seguinte seqüência: **título** centralizado, em maiúsculas com negrito, no alto da primeira página; **nome do autor**, por extenso e apenas o último sobrenome em maiúsculas, duas linhas abaixo do título, alinhado à direita; **filiação científica**, em nota de rodapé, puxada no final do nome do autor, constando Universidade (SIGLA) – Universidade (por extenso). Faculdade ou Instituto – Departamento. Cidade – Sigla do Estado – País. CEP – E-mail; **resumo** (com, no máximo, duzentas palavras e fonte 11), duas linhas abaixo do título, sem adentramento e em espaçamento simples; mantendo-se o espaçamento simples, duas linhas abaixo do resumo deverão constar as **palavras-chave** (no máximo sete e fonte 11), separadas por ponto final. A Comissão Editorial sugere que, para facilitar a localização do trabalho em consultas bibliográficas, as palavras-chave sejam retiradas de *Thesaurus* da área, quando houver, ou correspondam a conceitos mais gerais da área do trabalho. Duas linhas abaixo das palavras-chave, se inicia o **texto**, em espa-

çamento duplo e parágrafo 1,25 cm. Os subtítulos correspondentes a cada parte do trabalho deverão figurar à esquerda, em negrito sem numeração e sem adentramento; duas linhas após o término do texto, à esquerda, em negrito e sem adentramento, deverão constar **agradecimentos** (quando houver), **título** (em inglês, em fonte 12), **abstract** e **keywords** (*ambos, em fonte 11, espaçamento simples e itálico*). Duas linhas abaixo, à esquerda, em negrito e sem adentramento, deverão figurar as **referências**, em ordem alfabética e cronológica, indicando os trabalhos citados no texto.

**Referências.** Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR6023 da ABNT, de agosto de 2002. Exemplos:

- Livros e outras monografias:

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1986. 198p.

- Capítulos de livros:

JOHNSON, W. Palavras e não palavras. In: STEINBERG, C. S. *Meios de comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix, 1972. p.47-66.

- Dissertações e teses:

BITENCOURT, C. M. F. *Pátria, civilização e trabalho: o ensino nas escolas paulista (1917-1939)*. 1988. 256f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

- Artigos e periódicos:

ARAUJO, V.G. de. A crítica musical paulista no século XIX: Ulrico Zwingli. *ARTEUnesp*, São Paulo, v.7, p.59-63, 1991.

- Trabalhos apresentados em evento (publicado):

MARIN, A. J. Educação continuada. In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 1., 1990, São Paulo. *Anais...* São Paulo: UNESP, 1990. p.114-188.

- Autor entidade:

IBGE. *Normas de apresentação tabular*. 3. ed. Rio de Janeiro, 1993.

**Citação no texto.** O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, em letras maiúsculas, separado por vírgula da data de publicação (BARBOSA, 1980). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: “Morais (1955) assinala [...]”. Quando for necessário especificar página(s), esta(s) deverá(ão) seguir a data, separada(s) por vírgula e precedida(s) de p. (MUMFORD, 1949, p.513). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (REESIDE, 1927a, 1927b). Quando a obra tiver dois ou três autores, todos poderão ser indicados, separados por ponto-e-vírgula (OLIVEIRA; MATEUS; SILVA, 1943), e quando houver mais de três autores, indica-se o primeiro seguido de et al. (GILLE et al., 1960). As citações diretas no texto, com mais de



três linhas, deverão ser destacadas com recuo de 1,25 cm da margem esquerda, mantendo a fonte *Times New Roman*, com letra corpo 11, espaçamento simples e sem aspas.

**Abreviaturas.** Os títulos de periódicos deverão ser abreviados conforme o *Current Contents*.

**Notas.** Devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé da página, as remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior.

**Anexos e/ou Apêndices.** Serão incluídos somente quando imprescindíveis à compreensão do texto.

**Figuras e Tabelas.** Desenhos, fotos, gráficos, mapas, esquemas, fórmulas, modelos, e outras figuras, assim como tabelas, devem ser impressos em folhas separadas do texto principal. A localização das figuras e tabelas no texto deve ser indicada entre colchetes, em uma linha entre dois parágrafos: [Figura 1. aproximadamente aqui]. Os arquivos eletrônicos de tabelas devem ser fornecidos no formato *Word for Windows* (\*.doc) e gráficos no formato *Excel for Windows*. Fotografias e outras figuras devem ser apresentadas nos formatos eletrônicos bitmap JPEG (\*.jpg) ou *Windows* bitmap (\*.bmp). Figuras e tabelas devem ser identificadas por uma legenda, incluir os termos "Figura" ou "Tabela", seguidos por algarismos arábicos. As figuras e tabelas devem ter largura máxima de 114 mm e comprimento máximo de 174 mm. Todas as legendas, números e textos incluídos em figuras e tabelas devem estar claramente

legíveis. Apenas em casos especiais serão aceitas figuras e tabelas coloridas, recomenda-se, portanto, aos autores que façam as adaptações necessárias e as apresentem em branco e preto.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências, são de inteira responsabilidade dos autores. Os trabalhos que não se enquadrarem nessas normas serão devolvidos aos autores, para que eles providenciem as adaptações necessárias.

**Impressão e Acabamento: Imagem da capa:**



Título: Profeta Daniel, de Aleijadinho. Santuário do Bom Jesus de Matosinhos - Congonhas (MG)

Autor: Ricardo André Frantz

Fonte: Wikimedia Commons

Link: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Profeta\\_Daniel\\_-\\_Aleijadinho\\_-\\_Congonhas.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Profeta_Daniel_-_Aleijadinho_-_Congonhas.jpg)

Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/deed.en>